UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

MEDO E VIOLÊNCIA: discursos do poder

As narrativas sobre o Rio de Janeiro nas páginas de O Globo (2002-2010)

MARISE BAESSO TRISTÃO

Niterói

2017

MARISE BAESSO TRISTÃO

MEDO E VIOLÊNCIA: discursos do poder

As narrativas sobre o Rio de Janeiro nas páginas de O Globo (2002-2010)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) como pré-requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Comunicação Social.

ORIENTAÇÃO: PROF. DR. KLEBER SANTOS DE MENDONÇA

Niterói

2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

T838 Tristão, Marise Baesso.
Medo e violência : discursos do poder. As narrativas sobre o Rio de Janeiro nas páginas de O Globo (2002-2010) / Marise Baesso Tristão. – 2017.
288 f. : il.
Orientador: Kleber Santos de Mendonça.
Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e Comunicação Social, 2017.
Bibliografia: f. 274-283.

1. Violência. 2. Jornalismo. 3. Rio de Janeiro (Estado). 4. O Globo (Jornal). 5. Favela. I. Mendonça, Kleber Santos de. I. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III. Título.

MARISE BAESSO TRISTÃO

MEDO E VIOLÊNCIA: discursos do poder

As narrativas sobre o Rio de Janeiro nas páginas de O Globo (2002- 2010)

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense como pré-requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Comunicação Social.

Banca examinadora:

Orientador: _____

prof. doutor Kleber Santos de Mendonça (UFF)

Convidados:

_____

profa. doutora Ana Lucia Enne (UFF)

_____

profa. doutora Christiane Jalles de Paula (UFJF)

_____

profa. doutora Flora Daemon (UFRRJ)

_____

prof. doutor Marco Antônio Roxo da Silva (UFF)

_____

prof. doutor Wedencley Alves Santana (UFJF)

Numa cidade muito longe
Muito longe daqui
Que tem problemas que parecem
Os problemas daqui
Que tem favelas que parecem
As favelas daqui

Existem homens maus
Sem alma e sem coração
Existem homens da lei
Com determinação
Mas o momento é de caos
Porque a população
Na brincadeira sinistra
De polícia e ladrão
Não sabe ao certo quem é
Quem é herói ou vilão
Não sabe ao certo quem vai
Quem vem na contramão
É.. não sabe ao certo quem é
Quem é herói ou vilão
Não sabe ao certo quem vai
Quem vem na contramão

Arlindo Cruz, Franco,
Alcyr Marques,
Marcelo D2 e
Leandro Sapucahy

Dedico esta tese ao
Miguel, meu filho,
ao Gil, meu companheiro,
presentes em todos
os momentos alegres e
difíceis desta caminhada.
Obrigada pelo amor incondicional.
Aos meus pais, Rita e Jorge, que
são o meu tudo, assim como
minha Tia Bebeth. E aos
meus irmãos, Mário e Júnia,
amigos para todo o sempre. Por
tudo até aqui e pelo
que representam na minha vida.

Agradecimentos

Como ensaiei e esperei este momento e, agora, me faltam palavras diante de tamanha felicidade por ter chegado até aqui. Agradeço primeiramente e imensamente a Deus por ter me ajudado nesta jornada, que não foi simples.

Agradeço ao meu orientador Kleber Santos de Mendonça. Obrigada por me ajudar a enxergar os fatos e a mim mesma de outra forma, obrigada pela paciência, pelas orientações, pelos apontamentos e pelo olhar sempre enriquecedor. Saiba que foram muito importantes para o meu crescimento na vida acadêmica e pessoal.

Agradeço aos professores que aceitaram prontamente o meu convite para a participação na minha banca. Anna Lucia Enne, Flora Daemon, Marco Roxo, Wedencley Alves e Christiane Jalles de Paula. Muito obrigada também ao professor Fernando Resende pelas dicas importantes na Qualificação.

Agradeço aos professores e funcionários do PPGCom da UFF, em especial, a Luciana, que sempre me atendeu com eficiência, e também a Silvinha.

Agradeço ao Wedencley Alves, de maneira especial e carinhosa, pelo que representa na minha entrada no mundo acadêmico. Por ser minha referência nas horas de ansiedade e angústia e por todos os conselhos e conversas durante todos estes anos.

Agradeço ao amigo Cícero Villela pelas horas dedicadas à leitura da minha tese e também pela paciência nos momentos de aflição. Também pelas idas e vindas nas viagens entre Niterói e Juiz de Fora.

Da mesma forma, agradeço as idas e vindas no trajeto Juiz de Fora-Rio de Janeiro ao lado da minha parceira de mundo acadêmico, Fernanda Sanglard. Grande incentivadora e amiga para as confidências desta área que envolve a pesquisa científica. Também ao Neo Tolledo, pelas dicas e apoio nas horas difíceis desta narrativa.

Agradeço as minhas tias do Rio, Maria e Elza, pelo apoio de sempre. Por me hospedarem e também por ouvirem meus lamentos em alguns momentos desta longa jornada. Aos meus irmãos, Mário e Júnia, cunhados, Solange e Alessandro, e sobrinhos Davi, Aline e Luiza por estarem sempre comigo nesta caminhada. Aos meus primos Ana Luiza e Guilherme, que são como irmãos.

Agradeço à minha sogra, Cecília, e à Terezinha pelas orações e força espiritual.

Agradeço ainda a todos e todas que contribuíram durante estes anos para que eu pudesse estar neste doutorado, sejam as pessoas do meu trabalho, sejam as pessoas que me ajudaram na minha casa e na minha família. Obrigada é pouco pelo incentivo, pelo apoio, pelos dias que trabalharam em meu lugar, pelas concessões. Obrigada e desculpem-me pelo estresse em muitos momentos. Em especial, agradeço à Lilian Pace. Amiga, você sabe que sem você isto não seria possível! Também ao Paulo César Magela, pelo incentivo, por me trazer livros e me apresentar autores, por motivar discussões e debates acadêmicos, sempre. À Luciane Faquini, Regina Campos e Wendell Guiducci, que também foram essenciais, principalmente, nesta reta final. Ao Guilherme Arêas, pelo apoio logístico. Aos demais editores e repórteres da Tribuna de Minas, com quem divido minhas rotinas há mais de duas décadas. Muito obrigada por tudo até aqui. À Daniela Arbex e Denise Gonçalves pelo incentivo, sempre.

Agradeço a Gilze Bara, por ter me apoiado e me ajudado quando precisei driblar o tempo e o relógio para fazer o estágio docência em Niterói.

Agradeço finalmente e sempre, sempre ao meu pai, Jorge, minha mãe, Rita, minha tia Bebeth, meu companheiro, Gil, e meu filho, Miguel. Para vocês todo o meu amor e toda minha gratidão!!!

Resumo

A proposta desta tese é investigar como o discurso do jornal *O Globo* desenha as violências no Rio de Janeiro no período de três governos: Benedita da Silva (abril a dezembro de 2002), Rosinha Garotinho (2003-2006) e Sérgio Cabral (2007-2010), com o objetivo de verificar se há rupturas na forma de narrar os crimes e de se cobrar ordem e segurança na Cidade Maravilhosa, às vésperas da criação das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), que também antecedem o projeto da cidade-empresa, que sediará grandes eventos mundiais. A pesquisa se debruça sobre aquilo que o jornal vai chamar de episódios violentos na cidade, sobre os sujeitos que têm relação com esta realidade e, finalmente, sobre os conflitos que terminam em mortes e se transformam em fatos midiáticos espetaculares que darão início a narrativas chamadas de Guerra do Rio. Esta guerra terá como grande inimigo o tráfico de drogas e tudo aquilo que vem a reboque dele. O estudo parte da hipótese de que *O Globo* muda sua estratégia de narrar as violências em Cabral, refletindo na imagem de um Rio mais seguro mundialmente. Ao descortinar enunciados sobre as violências, encontramos um mapeamento da cidade violenta, com suas áreas de risco e desordem, em geral, apontando para a criminalização dos pobres que vivem na favela sob o que a instância jornalística chamará de ditadura do tráfico. As análises permitem concluir que não há rupturas na cobertura do jornal, mas silenciamentos sobre tantas violências cotidianas, enquanto joga-se luz sobre violências outras, apontando sempre como soluções o uso da força armada e a ampliação da vigilância. No lugar de um Rio menos violento e mais livre, como se apresenta o discurso jornalístico do periódico no ano em que se encerra esta análise, em 2010, o que encontramos foi um Rio que repete ações típicas dos períodos do estado de exceção, mas que se mostra pelo jornal uma cidade que finalmente vence o tráfico e se abre para a democracia.

Palavras-chaves: 1. Violências; 2. Jornalismo Impresso; 3. Rio de Janeiro; 4. O Globo; 5;

Favelas

Abstract

The proposal of this thesis is to investigate how the newspaper O Globo characterizes the violence in Rio de Janeiro in the periods relating to three governments: Benedita da Silva (April to December 2002), Rosinha Garotinho (2003-2006) and Sérgio Cabral (2007-2010), with the objective of verifying if there are ruptures in the way the crimes are covered and the demands for order and security in the Cidade Maravilhosa, on the eve of the creation of the Pacifying Police Units (UPPs), which also precede the city as company project, hosting major world events. The research focuses on what the newspaper will call "violent episodes" in the city, on the subjects related to this reality, and finally on the conflicts that end in deaths and become media circuses, giving birth to narratives called "The War in Rio". This war's great enemy is the drug trade and everything associated with it. The study's initial hypothesis is that O Globo changes its strategy of covering violent events in the Cabral administration, reflecting the image of a safer Rio worldwide. In statements about violence, there is a mapping of the violent parts of the city, with its áreas of risk and disorder, in general, pointing to the criminalization of the poor living in the favela under what the journalistic body will call the dictatorship of the drug trade. The analyzes allow us to conclude that there are no ruptures in the coverage of the newspaper, but failure to cover many instances of day to day violence, while showing other types of violence,always pointing to solutions such as the use of guns and the expansion of surveillance. In place of a less violent and freer Rio, as per the newspaper's journalistic discourse in 2010, the year in which this analysis ends, what we found was a Rio that repeats actions typical of states of exception, but which is shown by the newspaper as a city that finally defeats the drug trade and opens up for democracy.

***Keywords**: 1. Violence; 2. Print Journalism; 3. Rio de Janeiro; 4. O Globo; 5. Favela*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....11
1 - O DISCURSO JORNALÍSTICO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO.....21
1.1 O DISCURSO JORNALÍSTICO, A EXPLICAÇÃO DOS FATOS
E O MITO DA OBJETIVIDADE.....21
1.2 O DISCURSO JORNALÍSTICO E A CIDADE.....30
1.3 UMA TEORIA CRÍTICA DA LINGUAGEM.....34
1.4 O JORNAL COMO ATOR POLÍTICO NAS QUESTÕES DE VIOLÊNCIAS.....39
2. UMA CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO RIO.....45
2.1 AS VIOLÊNCIAS SÃO MUITAS.....46
2.2 O RIO DO MEDO: PERÍODO BENEDITA DA SILVA.....52
2.2.1 O crime desafiando o governo.....53
2.2.2 A cidade que precisa de mais vigilância.....58
2.2.3 Ruas: lugar de perigo diante do Estado inoperante.....61
2.2.4 Crime espetáculo. A cidade como lugar do medo e da barbárie.....64
2.2.5 O Rio vira refém da violência.....70
2.3 O RIO PERDE A IDENTIDADE: PERÍODO ROSINHA GAROTINHO.....73
2.3.1 De um lado os cidadãos de bem, do outro os demais.....73
2.3.2 Rio decadente por causa das violências e favelas.....81
2.3.3 O Estado não faz. *O Globo* denuncia e fiscaliza.....83
**2.3.4 Casas: lugar de perigo diante do Estado inoperante. O Rio faz
mal à saúde do carioca**.....88
2.3.5 O carioca deixa a cidade por causa da violência.....90
2.4 O RIO DA INCIVILIDADE. HORA DE REAÇÃO:
PERÍODO SÉRGIO CABRAL.....92
2.4.1 O estado ausente leva ao caos.....93
2.4.2 Anos de leniência com o crime.....97
2.4.3 O Rio precisa fazer o dever de casa: acabar com a violência.....99
2.4.4 O Estado não faz. *O Globo* denuncia e fiscaliza. O Estado faz 102
2.4.5 O resgate da identidade do Rio. *O Globo* denuncia e cumpre seu papel.....117
3. A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS NO ORDENAMENTO DA CIDADE.....122
3.1 O TRAFICANTE COMO GRANDE INIMIGO.....124
3.2. OS USUÁRIOS DE DROGAS.....133
3.3 OS MILICIANOS.....137
3.4 OS AGENTES DE SEGURANÇA: POLICIAIS.....147
3.5 AS VOZES OFICIAIS.....161

3.6 OUTROS FORA DA LEI: OS ADOLESCENTES A SERVIÇO DO CRIME.....173
3.7 OS MORADORES DA FAVELA.....179
3.8 OS SILENCIADOS.....189
4. AS VIOLÊNCIAS DISCURSIVAS NO RIO E A MILITARIZAÇÃO DOS CONFLITOS.....197
4.1 A NATURALIZAÇÃO DO DISCURSO BÉLICO.....201
4.2 O RIO ESTÁ PERDENDO A GUERRA CONTRA O TRÁFICO?.....205
4.3 A INCESSANTE "GUERRA DO RIO": O LADO DO BEM X O LADO DO MAL.....222
4.4 A GUERRA DO RIO SE TRANSFORMA EM VIGILÂNCIA SOBRE O ESPAÇO DO OUTRO.....232
4.5 "PACIFICAÇÃO": TRÁFICO X 'FAVELA LIVRE'.....255
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....265
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....274
ANEXO.....284

INTRODUÇÃO

Todo discurso sempre remete a outro
discurso que lhe dá realidade
significativa.
ENI ORLANDI

Como têm sido construídas as narrativas e os sujeitos acerca das questões das violências no Rio de Janeiro? Essa é uma das indagações pertinentes a esta pesquisa. O estudo se estende por quase uma década sobre o discurso do jornal *O Globo*, entre os anos de 2002 a 2010, o que inclui os governos de Benedita da Silva (PT), Rosinha Garotinho (PR) e o primeiro governo de Sérgio Cabral (PMDB). Com isso, o *corpus* a ser verificado será composto por notícias e reportagens sobre questões de violências encontradas no jornal no período.

Entendemos que a forma como são construídas discursivamente as violências no Rio de Janeiro interessa a toda a nação, já que esta capital é considerada como "vitrine" do país, e a questão da criminalidade neste município tem sido "valorizada" pela mídia. Verificamos o que entrou na pauta de "destaque" de *O Globo* no que diz respeito às violências urbanas, como foram feitos os enquadramentos, que tipo de cobrança e de enfoque foi realizado, pensando os efeitos de sentido e lembrando que analisamos o tripé: violência, ação do estado e o trabalho discursivo do jornal. Para isso, verificamos centenas de reportagens e, ao final, analisamos 142.

Aqui é importante destacar como se constrói a ideia de verdade no discurso jornalístico:

> O equívoco da transparência da linguagem e o esquecimento de que a verdade é sempre produzida vão estar sempre presentes lado a lado, na constituição do discurso jornalístico. O lugar de "explicador" dos fatos, pretendido pelo jornalismo, só poderá ser ocupado (como é) na medida em que o leitor aceite como verdade a "informação" que está recebendo. E o acatamento desse efeito de sentido só será conseguido a partir da crença na transparência da linguagem. (MENDONÇA, 2002, p. 28)

Portanto, o jornalismo se coloca no lugar de decodificador do mundo e referenda a ideia de que existe uma objetividade. Grande parte do conhecimento que adquirimos sobre o mundo vem dos mídia e, cada vez mais, os meios de comunicação são onipresentes, ou seja, estão em toda parte para nos transmitir informações. Além de

conteúdos artísticos, ficcionais, entre outros, que nos chegam diariamente, são as notícias que tentam enquadrar a realidade, apesar de os receptores serem ativos neste processo.

> São as notícias que tornam o complexo e desordenado mundo no qual vivemos menos caótico para cada um de nós, que nos ajudam a selecionar, priorizar, organizar, compreender e ordenar os acontecimentos de nossa realidade imediata. Lemos, ouvimos e vemos as notícias diariamente porque elas orientam primordialmente a nossa vida prática, os nossos comportamentos, as nossas preferências, os nossos gostos, as nossas decisões de todo tipo. As notícias são, assim, experiências diárias de conhecimento prático primordial e essencial para os indivíduos nas sociedades contemporâneas. (MOTTA, 2002, p. 2)

A imprensa como instituição procura ocupar o lugar de fala autorizada para não só agir, mas cobrar uma solução das autoridades. O caminho traçado é o de entender como se comporta *O Globo* em momentos distintos, no que diz respeito à representação da cidade, nas narrativas e construções dos sujeitos e finalmente na compreensão do que este veículo vai chamar de Guerra do Rio de Janeiro, presente desde o final da década de 1980 no discurso daquele veículo. Verificamos a produção, a manutenção e as rupturas de certos sentidos sobre a capital fluminense no discurso do periódico escolhido, tendo como apoio a Análise de Discurso de origem francesa.

Esta análise tem seus fundamentos na Linguística, no Marxismo e na Psicanálise. Eni Orlandi, ao refletir sobre a Análise do Discurso faz as seguintes considerações:

> a) a língua tem sua ordem própria, mas só é relativamente autônoma (distinguindo-se da Linguística, ela reintroduz a noção de sujeito e de situação na análise da linguagem); b) a história tem seu real afetado pelo simbólico (os fatos reclamam sentidos); c) o sujeito da linguagem é descentrado, pois é afetado pelo real da língua e também pelo real da história, não tendo o controle sobre o modo como elas o afetam. Isso redunda em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia. As palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que, no entanto, significam em nós e para nós. (ORLANDI, 2001a, 19-20)

Orlandi ressalta, porém, que, mesmo sendo herdeira da Psicanálise, da Linguística e do Marxismo, a Análise do Discurso não se fecha a estes três campos, mas

os reinterpreta de forma conjunta, trabalhando na convergência destes campos e produzindo um novo recorte de disciplinas. O resultado é um novo objeto: o discurso. Para esta referência teórico-metodológica, o discurso é produção de sentidos, portanto, buscamos mostrar que sentidos foram reforçados no discurso jornalístico analisado, enquanto que discursos outros foram apagados. Procuramos com nossa metodologia o surgimento de deslocamentos e acontecimentos discursivos, que não são fatos rotineiros, nem intencionais e nem mesmo elaborados, mas "constituídos no bojo das relações de reprodução/transformação das relações de produção sociais nas quais se dão os processos discursivos" (Pêcheux, 1997, p. 161).

No que se refere à cidade, alguns itens foram importantes na observação, como, por exemplo, o modo como as favelas são narradas, como um dos *locus* centrais da violência e moradia do maior inimigo (o traficante de drogas), e como elas estão inseridas na cidade. Também aquilo que é visto e considerado como o crime, assim como os jogos de poder envolvidos nesta questão e as áreas mapeadas pelo discurso jornalístico.

A narrativa midiática sobre a criminalidade no Rio tende a fechar os sentidos e silenciar discursos outros que tentam representar a violência de outra forma que não aquela que coloca o asfalto x a favela. Desta maneira, interessa-nos mostrar que a construção discursiva dos territórios e da cidade em si é parte de jogos estratégicos de poder que circula pelos enunciados presentes na sociedade.

> Com isso, podemos entender de que forma as cidades, como os discursos, estão longe de possuírem algo como uma essência concreta ou um sentido único. Como produtos de um processo complexo de apropriações simbólicas, tanto os espaços, como os discursos, são, por natureza, polissêmicos e terão suas interpretações hegemônicas modificadas, gradualmente, em função das historicidades envolvidas no jogo de relações de poder que compõem a sociedade. (MENDONÇA, 2010 b, p. 2)

Se é sabido que o jornalismo assume um papel de agente de intervenção na cidade, é importante buscarmos de que maneira esta posição se constrói em o *Globo*. Ao atualizar ou apagar memórias de outros acontecimentos relevantes, o veículo pode colaborar com a percepção da violência pela população e com a construção e aceitação de determinadas políticas públicas. Em determinadas ocasiões, a violência no Rio é tratada pela imprensa com maior destaque do que em outros. Estas coberturas podem ou não estar colaborando para solidificar uma representação da cidade.

Como já mencionamos, a violência, no sentido explorado pelo discurso midiático, é hoje uma das preocupações centrais da população no país e, consequentemente, tornou-se uma das questões primordiais nas plataformas políticas das administrações públicas. No entanto, esta violência, muitas vezes, é simplificada como se fosse única, enquanto vários autores que serão aqui usados – Michaud (1989); Kant de Lima (1996); Chauí (2007); Machado (2008); Misse (2008); Mendonça (2011) - entendem que as violências são muitas. Quando falamos em violência, muitas vezes, temos consolidada em nossas mentes, ou seja, na nossa memória histórica, aquela que aparece nos veículos de comunicação apenas. Isso revela como esse discurso é central hoje para o entendimento e enquadramento do mundo.

A forma como as pessoas percebem e explicitam esta violência foi o que me levou a esta pesquisa, já que tinha uma inquietação, acreditando que, nos anos do governo de Sérgio Cabral (PMDB), que antecederam grandes eventos no Rio de Janeiro, como a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016, havia um deslocamento dos discursos em relação à imagem do Rio de Janeiro, o que, necessariamente, passa pela divulgação midiática dos casos de violências. Afinal o que havia mudado de fato no discurso sobre a Cidade Maravilhosa? Houve e se houve deslocamentos e rupturas significativos em que momentos eles ocorreram?

A hipótese inicial era a de que havia um deslocamento do discurso sobre o Rio de Janeiro no que diz respeito às violências urbanas na comparação entre os governos de Benedita da Silva e Rosinha Garotinho com o de Sérgio Cabral. E a construção do imaginário desta cidade e de seus sujeitos passa, em parte, pelos discursos midiáticos. No entanto, entendemos que o deslocamento não será em relação às violências, mas ao projeto de um Rio de Janeiro que precisará ser cada vez mais visto como uma cidade commodity, que irá vencer até mesmo o tráfico de drogas, apresentado na mídia como o maior inimigo, aquele que prejudica o projeto do Rio como cidade ideal.

Apesar de a violência na capital fluminense ser um tema amplamente estudado, nosso recorte é relevante por abarcar um momento ainda recente do discurso jornalístico e buscar alinhavar a década que antecede a instalação da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), procurando fazer um paralelo entre os três governos existentes até este momento no âmbito estadual, além de abarcar ainda e inevitavelmente o governo municipal do Rio. Além disso, pretendemos entender se a violência que aparece nos jornais consegue varrer da memória histórica um Rio de Janeiro, enquanto ativamente

se constrói um outro Rio e se, no período analisado, há uma tentativa de resgate desta memória.

A partir de nossa inquietação com o discurso da violência, associada ao que já vínhamos estudando no mestrado, no Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), que envolvia a Polícia Militar, um dos principais agentes nesta questão da violência urbana, começamos a tentar entender o processo de produção desses discursos sobre o Rio de Janeiro. No nosso caso anterior, discutimos a representação da Polícia Militar de Minas Gerais na mídia chamada de popular, especificamente no jornal *Super Notícia*. Agora, continuamos com a inquietação a respeito deste organismo da ordem como importante sujeito na construção dos discursos sobre a criminalidade urbana. No entanto, ele agora será apenas um dos sujeitos, entre os tantos que permeiam o discurso jornalístico sobre a violência no Rio de Janeiro.

Ressaltamos que este aparato, subordinado hoje aos governos estaduais no país, foi criado historicamente para defesa do estado e não do cidadão, mantendo um modelo de comando hierárquico militar, com processo de formação que se estrutura na lógica da guerra, do inimigo externo a ser combatido, papel das Forças Armadas. Apesar desta posição da Polícia Militar, que, em geral, criminaliza o pobre, o negro, o morador das chamadas áreas de risco, vistos como desqualificados, por isso passíveis de sofrerem abusos por parte dos agentes, encontramos, no senso comum, discursos que apoiam o endurecimento de suas ações e a manutenção de sua estrutura. A mídia é um destes agentes que reforçam esta face da manutenção da violência, que tem como agravante esta polícia chamada para exercer o papel de repressão, quando, como lembra Orlandi (2004, p.88), poderia ter o papel formador.

Nesta trajetória de olhar para o discurso das violências no Rio de Janeiro, o primeiro passo foi tentar me desfazer das minhas evidências como jornalista e me distanciar dessa realidade, buscando a análise, as subjetivações e as entrelinhas, tendo como embasamento sempre dar um passo atrás, procurando evidências nos discursos já estabelecidos historicamente. O distanciamento do olhar de jornalista, uma prática tão arraigada, exige um esforço de buscar um novo lugar de partida, um desconforto diante de tantas certezas já estabelecidas. Por exemplo, como olhar para um texto jornalístico e não enxergar ali apenas a construção baseada principalmente nos princípios dos valores-notícia e noticiabilidade, mas entender que há todo um arcabouço discursivo-ideológico por trás e que, para que ele se sobreponha, tantos outros não estão presentes.

Para isso, foi preciso desfazer o olhar acostumado ao conteúdo e aos primeiros indícios, tentando uma visão mais crítica. Mais uma vez, encontramos a barreira fruto de uma educação positivista e desacostumada aos questionamentos, já que as aceitações são sempre mais fáceis e menos arriscadas. Olhar para o objeto e deixá-lo falar, buscando os efeitos de evidência é o exercício, assim como questionar quais as relações de poder estão em jogo.

Ressaltamos que a Análise do Discurso não possui uma metodologia específica de trabalho, um esquema que permita o enquadramento fácil dos dados. A escolha dos textos a serem analisados depende dos nossos questionamentos ao objeto. Por isso, cabe ao analista adotar "princípios e procedimentos" (Orlandi, 1999, p. 59) a partir de suas questões e objetivos.

> Talvez seja óbvio, mas analisar discurso coloca em questão o que analisar, primeiro passo metodológico que se desdobra 'automaticamente' em algumas perguntas a fazer, um objetivo a construir, algumas hipóteses, um objeto do discurso, um *corpus* a ser recortado ou construído e, desse recorte extrair somente o que for significativo e relevante para as questões elaboradas. Isso significa que em um dado *corpus* nem tudo vai ser analisado, porém não equivale a dizer que o que ficou de fora da análise não seja significativo ou relevante, mas apenas que são as perguntas, os objetos, as hipóteses e o objeto do discurso que norteiam, em alguma instância, o recorte para análise. (RODRIGUES, 2006, p. 22)

Portanto, conforme dissemos, é preciso voltar os olhos para o objeto e atravessar a materialidade do *Globo*, indo de encontro aos efeitos de sentido que o atravessam, tentando chegar às nossas questões de fundo. Estamos alinhados aos pressupostos analíticos e teóricos da Análise do Discurso francesa, buscando em expoentes da escola brasileira conceitos e explicações, entre eles principalmente Eni Orlandi. Essa metodologia permitirá alcançar o objetivo de perceber e atribuir sentidos outros quando a reportagem se limitar a apenas algumas angulações, silenciando sobre outras.

No que diz respeito à questão da violência, Orlandi afirma:

> Também faz parte dos meus objetivos não cair na facilidade do discurso da violência. Para falar em cidade, fala-se em violência, em primeira instância. Eu me coloco em outra perspectiva: se a gente compreender o que está silenciado e não ficar só convergindo para a discursividade da violência vai encontrar outros sentidos para a cidade, para o social, para a história, para nós. O discurso da violência é homogeneizante e nem o social, nem a cidade, em seu real, tem homogeneidade. (2004, p.29)

Esta questão de olhar a cidade desta maneira está relacionada, como lembra Orlandi, com a maneira como o capitalismo produz e reproduz suas relações na sociedade. Além disso, olha-se para a cidade com um discurso que a autora chama de urbano, silenciando-se, por outro lado, o rela da cidade e o social que o acompanha. (...) "O apagamento do social pelo urbano desfaz o político livrando a cidade à violência. Deixam-se de levar em conta modos sociais de produção de sentidos próprios à cidade que trazem o imprevisível, o não calculado, o que não se reduz a um plano projetado." (ORLANDI, 2004, p. 35). Onde o social é silenciado, aparece a violência: "se o conflito é social, a violência individualiza" (idem, p. 36).

Analisamos com maior profundidade a cobertura midiática, buscando encontrar que lugar o jornalismo ocupa quando o tema é a violência/criminalidade e em momentos distintos que envolvem não só três governos, mas todo este período que antecede a criação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que notadamente ganharam o apoio não só da imprensa estadual, mas da nacional naquele momento de implantação e nos primeiros anos de execução. Há diferença entre os três momentos analisados? Há semelhanças e, se há, o que isso significa? Que tipo de jornalismo se faz agora que antes não se fazia.

Também buscamos os efeitos de verdade, as orquestrações de vozes, as fontes, que são os atores sociais envolvidos, que são legitimadas ao longo destes períodos da história carioca e quais as estratégias do jornal quando o assunto é a criminalidade no Rio. Para este processo, fizemos uma leitura geral das reportagens de *O Globo* sobre os temas envolvendo as violências e o Rio de Janeiro. Depois, passamos a olhar com maior rigor as reportagens que se encaixariam em nossos questionamentos no que diz respeito à cidade, que serão nosso objeto no segundo capítulo desta tese.

As ocasiões analisadas foram decididas após esta primeira verificação de todo o período, o que me permitiu uma visão mais abrangente, possibilitando definir por matérias que jogam luz na cartografia da violência, assim como nos vários sujeitos encontrados ao longo da primeira avaliação. Para constituir o *corpus* específico, iniciamos o trabalho de recortes de fragmentos textuais sobre os quais a análise incidiu. Assim, construímos nosso arquivo, composto por um conjunto de enunciados discursivos do corpo preliminar de textos. No momento da construção do *corpus* discursivo, observamos também a questão do tempo dos governos, já que analisamos as diferenças e semelhanças dos três momentos.

Encontramos, durante a análise, os sujeitos que emergem dos discursos e averiguamos como eles se projetam na dinâmica da cidade, lembrando das dicotomias existentes. Tudo feito no sentido de tentar encontrar, como nos lembra Foucault (2005, p. 31), algo além dos próprios enunciados, a intenção do sujeito falante, sua atividade consciente, o que ele quis dizer ou ainda o jogo inconsciente que emerge de maneira involuntária do que disse ou da quase imperceptível fratura de suas palavras manifestas. Ainda segundo Foucault, trata-se, então, de chegar a um outro discurso, descobrindo a palavra muda, restabelecendo o texto invisível que percorre o interstício das linhas. A questão, então, é "o que se dizia no que estava dito".

Para atingir os objetivos da pesquisa, este trabalho busca em *O Globo*, principalmente na Editoria Rio, o seu material de análise e vai se apresentar distribuído da seguinte maneira: no Capítulo 1, intitulado o Discurso Jornalístico e seus efeitos de sentido, mostramos a centralidade deste discurso na atualidade, sendo utilizado hoje, muitas vezes, como aquele que é explicador dos fatos e que se apresenta como aquele em que predomina a objetividade. No entanto, mostraremos como esta questão é um mito, já que a própria escolha dos fatos a serem noticiados está relacionada com um jogo de interesses e poder. Portanto, há assuntos que vão merecer estar na mídia, enquanto outros sequer vão aparecer.

Mas o jornalismo mantém um pacto na sociedade, que é aquele de ser a instituição que fará o relato fiel dos fatos e que vai narrar o real, já que é por meio dele que o leitor vai ler e entender o mundo. Assim, constrói-se este lugar apolítico para o jornalismo no imaginário social. Ao relacionar o jornalismo com as violências, nosso foco central neste trabalho, iremos perceber como são articulados números, estatísticas e sujeitos para se criar uma realidade que estimula o medo nos leitores.

No Capítulo 2, Uma Cartografia da Violência no Rio, damos início à nossa análise dos enunciados de *O Globo* para entender os discursos sobre a cidade. Começamos com o Rio do Medo no período de Benedita da Silva, que vai de abril a dezembro de 2002. Já nas primeiras observações do nosso corpus, encontramos a questão de a criminalidade no território carioca ser um desafio para os governantes e um clamor constante por maior vigilância para tentar frear as violências. O Rio que vai se mostrar é aquele onde as ruas serão inseguras e onde crimes espetaculares vão acontecer, apavorando aqueles que serão chamados de cidadãos de bem pela instância jornalística. Neste clima, em ano de eleição para governador, Benedita, que não

consegue evitar que o Rio fique "refém" da violência, também não consegue se reeleger.

Em janeiro de 2003, quem assume o governo do Estado do Rio de Janeiro é Rosinha Garotinho, que permanecerá no cargo até dezembro de 2006, período em que mantém-se o discurso da necessidade de ampliação da vigilância e repressão policial, alegando-se o risco de a Cidade Maravilhosa perder a sua identidade diante das violências e da ampliação das favelas, locais onde mora o perigo e, consequentemente, as pessoas indesejadas e os traficantes. Neste Rio decadente, o Estado é aquele que não se faz presente em vários territórios, o que será insistentemente denunciado pelo jornal, que vai cobrar ordem nas ruas, tendo como um dos principais sujeitos neste caso o prefeito Cesar Maia, que esteve à frente do Executivo municipal entre os anos de 2001 a 2008[1], portanto na maior parte do período analisado neste trabalho. Durante o seu governo e também durante o governo seguinte, do prefeito Eduardo Paes, haverá uma cobrança pelo choque de ordem no Rio, remetendo a um outro momento do início do século XX, quando aconteceu a reforma proposta por Pereira Passos, na qual a população pobre foi expulsa da área central. Nesse choque de ordem, vão aparecer outros sujeitos e outros locais da cidade, entre eles as favelas. Cesar Maia será aquele prefeito que vai tentar todos os projetos para que o Rio possa sediar grandes eventos. Para isso, entre outras questões, terá que enfrentar a segurança pública como um dos pontos centrais e principalmente inserir a capital fluminense em um projeto orientado por uma política neoliberal, tendo como foco as implementações feitas em Barcelona para receber os Jogos Olímpicos de 1992.

Ainda no segundo capítulo, mostraremos como vai se fortalecer o discurso do Estado ausente para justificar as violências em vários momentos já no governo de Sérgio Cabral. Este discurso será suficiente para se convencer o leitor da necessidade de ampliar a vigilância, depois de anos de leniência com o crime. É o *Globo*, mais uma vez, um dos atores centrais nesta cobrança por uma cidade que precisa voltar aos trilhos e resgatar sua identidade e seu importante papel de uma das maiores metrópoles do Brasil e que estará prestes a sediar grandes eventos internacionais.

No capítulo 3, A Construção dos sujeitos no ordenamento da cidade, procuramos mostrar como são narrados alguns sujeitos dentro do discurso das violências no Rio de

[1] Cesar Maia já havia sido prefeito do Rio de Janeiro, pela primeira vez, no período de 1993 a 1997. Na soma dos três mandatos ao Executivo Municipal, foi o político que mais tempo se manteve no cargo na capital fluminense, que comandou durante 12 anos. Em 2017, se mantinha na vida política, como vereador na cidade do Rio de Janeiro.

Janeiro. Foram escolhidos sujeitos que têm papel preponderante no período analisado, seja porque estão entre aqueles indesejáveis aos olhos da mídia e de outros atores sociais e que precisam ser extirpados do projeto da cidade que se quer, seja porque estão envolvidos com as políticas de segurança pública, sendo autoridades ou agentes da ordem. Também iremos falar daqueles que são silenciados no discurso da instância jornalística e como eles significam. Desta maneira, o capítulo estará dividido entre o traficante como maior inimigo, os usuários de drogas, os milicianos, os agentes de segurança, as vozes oficiais, outros fora da lei, como os adolescentes que ganham importância diante do Estatuto da Criança e do Adolescente, os moradores da favela e, finalmente, aqueles que são silenciados.

No quarto e último capítulo, As violências discursivas no Rio e a militarização dos conflitos, serão analisados três episódios que desencadearam ampla cobertura midiática e que foram chamados de A Guerra do Rio pelo jornal *O Globo*. Os momentos foram escolhidos pela grande repercussão midiática e por estarem localizados nos três governos analisados. O primeiro diz respeito à morte do jornalista Tim Lopes, em junho de 2002, na Vila Cruzeiro, durante o governo de Benedita da Silva. O segundo aconteceu em dezembro 2006, no final do governo de Rosinha Garotinho, quando vários episódios violentos, como o incêndio de um ônibus e outros registros de mortes em vários pontos do Rio, foram narrados como uma guerra de traficantes x milicianos. Finalmente, a última Guerra do Rio a ser analisada se dá em novembro de 2010, quando mais episódios violentos irrompem nas ruas do Rio, levando a mortes, que, mais uma vez, serão atribuídas a traficantes de drogas, que estariam agindo contra as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Para reprimir estes traficantes, que teriam transformado o Complexo do Alemão em um bunker do tráfico, já que outras favelas estariam já "pacificadas" com as UPPs, o Governo do Rio resolve "dominar" a região, tendo, para isso, o apoio das Forças Armadas. Todos os episódios são tratados como se o Rio realmente vivesse uma guerra e precisasse vencer o inimigo.

Neste capítulo, veremos como o discurso da metáfora bélica está imbuído do discurso de desejo do uso do aparato militar. O mesmo aparato usado durante a ditadura, que provocou centenas de desaparecimentos e violências sem precedentes no cotidiano do país. Novamente, em nossa análise, percebemos como estas forças serão pedidas e até imploradas em vários momentos, como se o Rio de Janeiro vivesse em consecutivos estados de exceção, que justificassem esta presença dos militares nas ruas.

1. O DISCURSO JORNALÍSTICO E SEUS EFEITOS DE SENTIDO

Todo ato comunicativo é um processo dinâmico, um jogo dialético de co-criação de sentidos entre um sujeito emissor e um sujeito destinatário.
Luiz Gonzaga Motta

Para o desenvolvimento de nosso tema, será importante, primeiramente, trazer discussões teóricas sobre o discurso jornalístico, uma das principais instituições estabelecidas no mundo atual, lembrando que jornalismo é compreendido pelo viés iluminista (MARCONDES FILHO, 2000), originário do período da Revolução Francesa, com seus princípios fincados na razão e na transparência em detrimento do obscurantismo anterior no qual o mundo das ideias e do saber estava restrito à Igreja e à academia. Nos manuais de redação jornalística dos veículos que compõem a mídia hegemônica, existe um aprisionar de sentidos e formas para este jornalismo, que recebe o aval para contar a realidade.

É necessário ainda explanar sobre a relação do discurso jornalístico com a cidade, também nosso objeto de estudo. Como a cidade se desenha no discurso midiático e de que cidade se fala no jornal quando, na verdade, ela é construída por discursos múltiplos? Lembramos que o espaço da cidade, apesar de se pretender homogêneo, é composto de inúmeros espaços heterogêneos, que marcam a desigualdade por meio da segregação espacial. Além de heterogêneo, também é um espaço contraditório e polissêmico.

Este debate se faz importante, já que nosso objetivo é fazer uma análise crítica da cobertura de *O Globo* a respeito das violências no Rio de Janeiro. Queremos verificar o direcionamento de sentido em relação à criminalidade no Rio de janeiro e o que isso significa politicamente. A importância é pensarmos as questões políticas atuais mediadas pelo jornalismo.

1.1 O DISCURSO JORNALÍSTICO, A EXPLICAÇÃO DOS FATOS E O MITO DA OBJETIVIDADE

O discurso jornalístico se tornou um dos principais campos de mediação da contemporaneidade, aquele que tem a finalidade de mostrar, esclarecer e explicar os fatos do cotidiano (Resende, 2009). A centralidade atual deste discurso é possível

porque ele se coloca como representante da transparência e também pela sua capacidade de levar informações ao público em um tempo cada vez mais veloz. O que o constitui são os relatos dos fatos que tiveram lugar recentemente e que são produzidos como notícias. Estes relatos vão "explicar" o mundo, mais do que problematizar, produzindo sentidos acerca dos acontecimentos.

> [...] é dada ao campo do jornalismo a tarefa de produzir saber acerca dos acontecimentos do mundo, tarefa que lhe é outorgada tanto porque detém a tecnologia - uma força maquínica incomensurável - como também porque outras instituições produtoras de saber - de caráter pedagógico - conferem aos que proferem o discurso da mídia o direito da fala. A partir desses lugares, pelo desejo e pelo poder, revestidos da vontade de verdade, os discursos jornalísticos tornam-se expressões máximas do que é verdadeiro; e é com eles, vale dizer, que construímos os nossos modos de compreender e ver o mundo, visões que tecem nossa percepção do outro e nossa maneira de lidar com o diferente ou o semelhante. (RESENDE, 2009)

Portanto, o discurso jornalístico é aquele que se propõe a contar ao mundo os "acontecimentos" e, para isso, mune-se de técnicas com o objetivo de se credenciar como instituição para tal. Para isso, entre os efeitos de sentido deste discurso estão a aura de neutralidade e objetividade. Diante deste quadro e deste consenso de que é tarefa do jornalismo contar os fatos, este lugar ocupado por ele é absolutamente relevante e definidor do que é ou deixa de ser verdade, como também ressalta Resende.

Em outro texto, este autor nos lembra como é importante compreender a narrativa como lugar de produção de conhecimento, dando ênfase ao jornalismo como "atividade própria de um espaço dinâmico em que se articulam estratégias de poder e como parte de um processo no qual representações e mediações são indissociáveis" (RESENDE, 2009b, p. 36).

Neste jogo de poder, há sujeitos que são atuantes e ativos, geralmente, além do jornalista e do veículo, as fontes escolhidas que vão construir este "mundo partilhado", já que toda narrativa implica a existência de um leitor. Enquanto o jornalista quer ser compreendido, o leitor "busca por um gesto que o faça compreender o fato" (RESENDE, 2009b, p. 40).

Neste trabalho, importa buscar que efeitos de sentido a mensagem midiática gera a partir de sua lógica discursiva. Lembrando que, nos meios de comunicação, a produção de sentidos é determinada por uma lógica de poder que nos escapa. Ferreira (2011) ressalta que esta lógica é exercida em praticamente todas as etapas de produção

da notícia: “na linha editorial, na reunião de pauta onde a matéria é pré-configurada, na seleção dos assuntos, nas abordagens, nas interdições, instâncias que estão relacionadas ao jogo político e ao mercado” (FERREIRA, 2011).

Quando se tratam de matérias sobre as violências, ficamos no imaginário, a partir do que nos conta a instância jornalística. “Os discursos contidos nas reportagens oferecem ao leitor uma antecipação de interpretações e sentidos sobre o mundo, e as situações de violência influenciam sua percepção dos sentidos e restringem sua capacidade de elaboração de significados.” (RODRIGUES, 2012, p.101)

No intuito de justificar este discurso que busca a “verdade”, é criado um aparato: os manuais de redação. Eles apontam, por exemplo, que, para contar os fatos, é preciso ter, entre outros quesitos, texto claro, preciso e conciso. O Manual de *O Globo* diz que, “quanto mais profundamente a notícia afetar o dia a dia do leitor, mais detalhado deverá ser o texto, mais amplas as explicações e mais numerosos os exemplos. E, obviamente, maior o cuidado com a exatidão (GARCIA, 1997, p. 21).” O manual ainda prossegue, dizendo que a informação irrelevante ocupa espaço imerecido e confunde o leitor. Portanto, a ordem, aos que escrevem as notícias chamadas informativas, é não expor opiniões e buscar exatidão. As conclusões caberão ao próprio leitor/ouvinte/telespectador e, agora também, internauta.

Este é considerado, porém, o mito da objetividade jornalística, já que a própria escolha do que deve ou não ser noticiado já demonstra que há interesses em jogo, havendo assuntos que merecem ser ditos, enquanto tantos outros sequer aparecem e são imerecidos, como ressalta o próprio manual, sem explicitar, porém, o que seriam estes imerecidos.

É preciso lembrar que os valores-notícia são uma forma de ver o mundo, atribuindo maior ou menor importância a determinados assuntos de acordo com algumas características específicas. Traquina (1997) cita o que diz Pierre Bourdieu a respeito dos jornalistas: eles têm óculos através dos quais veem certas coisas e não outras. Obviamente que as próprias técnicas ajudam o jornalismo a definir o que deve ou não ser noticiado, mas, mesmo nestes casos, há interesses e ideologias em jogo. Isso porque as avaliações e seleções, ou chamados valores-notícia, são feitas com base no senso comum. Porém,

> O consenso ou o senso comum não são tão comuns assim, porque eles se fazem a partir de um ponto de vista que opera na comunidade

> (coletivo social), anulando e excluindo as diferenças (ou só incluindo-as através de uma operação comparativa que as destitui de sua singularidade) É um efeito paradoxal, pois, para excluir algo, é primeiro preciso reconhecê-lo, apontá-lo e depois negá-lo. (PASSOS E EIRADO, 2009, p. 116)

Ainda sobre o senso comum, é Mendonça (2002) quem lembra, que, mesmo que os delitos mais lesivos à sociedade sejam os chamados crimes de colarinho branco, praticados por indivíduos de classes sociais mais elevadas, o medo da criminalidade estará relacionado sempre àquele praticado pelo "estereótipo do criminoso", que será fortemente sustentado nos meios de comunicação.

Voltando ao mito da objetividade, os manuais buscam controlar até mesmo os verbos usados pelos repórteres, no sentido de trazer marcas de precisão para o texto. O Manual da Folha de S.Paulo (2001), por exemplo, chama de verbos com carga negativa o admitir, alegar, confessar, reconhecer e jurar, enquanto argumentar, garantir e lembrar seriam verbos com carga positiva. Já os neutros seriam dizer, afirmar, declarar, perguntar e responder. No entanto, os que pretendem com isso a exatidão esquecem-se, no mínimo, de que a avaliação é sempre feita pelo jornalista que vai entender que sua fonte está alegando ou argumentando conforme ele seja convencido ou não do que for dito, além dos documentos e provas se for o caso. Mais que isso, estamos falando de discurso, que vai depender de atravessamentos de discursos outros e ainda de domínio de saberes anteriores que lhes permitam interpretar aquilo que o outro disse ou quis dizer.

Ao olhar como o jornalismo busca tentar se aproximar do que chama de "verdade" é que percebemos quantos aparatos acabam acionados para tal. Na verdade, é um complexo processo de produção de efeitos de sentido, que vai desde a pauta até a recepção. Entre as marcas de verdade, estão o ouvir vários lados - silenciando muitos, como veremos à frente - munir-se de documentos que comprovem o que está escrito no texto, uso de fotografias/imagens, argumentações de especialistas, tudo isso para que o contrato de verdade com o leitor seja respeitado, esquecendo-se que há sempre um argumento a ser atestado.

Na passagem do fato para o acontecimento jornalístico, há um feito do jornalista e do editor, que intervêm na relação interlocutiva, sugerindo, assim, uma versão. Aqui acontecimento é visto como algo que permite outros sentidos, que não apenas os institucionalizados, enquanto o fato não seria representado, mas tornaria-se o acontecimento por ser um quadro do real, uma versão.

> No tratamento dos fatos como acontecimentos é construído um 'enredo' ou 'intriga' a partir de um conjunto de regras e convenções discursivas, um esquema narrativo que transforma a factualidade da vida em que 'não há propriamente enredo, tão-só repetições, coincidências e inesperados' (SODRÉ, 2012, p. 37) (RODRIGUES, FERREIRA, 2013, p. 123)

A verdade absoluta do fato passa, então, a ser a verdade relativa do acontecimento em função da versão jornalística. Ao deixar de ser fato e ir para o jornal como notícia, estamos diante de um fenômeno social, que vai despertar os mais diversos sentimentos e sensações no leitor e que será capaz de fixar novas leituras da realidade, promover o consenso social e ainda dar ordenamento à realidade.

Apesar de ser uma narrativa, o discurso jornalístico se apresenta como verdade consumada sobre a qual há um consenso, mas sobre a qual também pode haver falhas, por exemplo, quando se deixam algumas das técnicas de lado. Portanto, não se contesta que aquilo seja verdade, pelo menos a verdade que interessa, tanto é que o jornalista pode errar e cometer falhas com esta verdade.

Não será por meio do mito da objetividade que olharemos o jornalismo, mas o pensaremos como produtor de sentidos para delimitar nossas questões. Em primeiro lugar, enquanto o jornalismo se apresenta como detentor da verdade, será possível desnaturalizar esse discurso com o instrumental teórico-metodológico da AD. Sendo assim, o jornalismo não é isento e transparente como quer parecer, lembrando que os sentidos são produzidos o tempo todo.

O discurso jornalístico atua na ordem do cotidiano, sendo uma instituição que se posiciona no sentido de manutenção do poder vigente, portanto, questões que dizem respeito a classes mais pobres, por exemplo, provavelmente, serão consideradas irrelevantes, principalmente pelos jornais ditos de referência, a não ser que se enquadrem na pretensa noticiabilidade, tendo valores-notícias, como o crime, a morte, a tragédia e outras tantas de cunho negativo em geral. Portanto, os critérios de noticiabilidade já nos levam a entender o discurso jornalístico com sua dimensão política e sócio-cultural, uma vez que levam determinados temas a atingir dimensão privilegiada em detrimento de outros.

O jornal pode ser considerado um instrumento discursivo de diálogo e de debate de informação, sendo ainda importante para a formação política, mas ainda sobretudo um instrumento de formação ideológica de classes. Maingueneau diz que, para o suporte material do discurso:

> é necessário reservar um lugar importante ao modo de manifestação material dos discursos, ao seu suporte, bem como ao seu modo de difusão: enunciados orais, no papel, radiofônicos, na tela do computador, etc. Essa dimensão da comunicação verbal foi durante muito tempo relegada a segundo plano [...] Hoje estamos cada vez mais conscientes de que o mídium não é simples 'meio' de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. (MAINGUENEAU, 2001, p. 71-72)

E o discurso jornalístico é um dos principais produtores de sentidos para os fatos que são relatos de eventos inesperados, possíveis e/ou previsíveis. Estes fatos são inseridos em uma ordem, organizando sentidos possíveis para o acontecimento não apenas em termos de memória, mas de possibilidades de desdobramentos futuros, como diz Mariani (1996, p. 63). É neste processo que os jornais produzem explicações, traduzindo para o leitor aquilo sobre o que se fala.

Desta maneira, o jornal se coloca como o intérprete da verdade. É como se, ao ler, ouvir ou ver a reportagem, o leitor tivesse presenciado a cena, esquecendo-se, algumas vezes, de que há um processo de construção da notícia. A imprensa de referência e, no nosso caso, o jornal *O Globo*, enumera de um lugar historicamente constituído e o faz em nome de determinados segmentos da sociedade.

Para produzir os sentidos, o jornal parte de um jogo de influências que envolve as impressões do jornalista, do leitor e, evidentemente, da linha política predominante no veículo de comunicação. "O lugar de onde se fala constitui o dizer, mas esse lugar deve ser compreendido como posição enunciativa vinculada ao complexo de FDs (formações discursivas) constitutivas de um momento histórico" (MARIANI, 1996, p. 74).

Esta questão se torna especialmente importante a partir do momento em que a informação vira fonte indispensável à hegemonia do capital. Portanto, é preciso olhar a produção jornalística de maneira crítica, como um complexo processo de produção de efeitos de sentido, sendo um produto de embate entre locutores, não aceitando o mito da objetividade ou enxergando a objetividade apenas como um mito.

É Mendonça (2012) quem chama atenção para aspectos que precisam ser observados, como o público a quem os discursos são, preferencialmente, direcionados e as expectativas dos jornalistas em relação ao que desejam que as fontes falem, enquanto essas, por sua vez, também usam suas táticas ou fugas criativas para produzir

subjetividades outras no momento em que conquista uma visibilidade momentânea na mídia. Lembrando ainda que a produção de sentidos não está só no texto, mas nas imagens, na diagramação, em todas as escolhas e elementos mais evidentes e ainda nos silenciamentos.

Recorremos a Mariani, ainda, para lembrar que o discurso jornalístico é um *discurso sobre*, ou seja, um efeito imediato do *falar sobre*, tornando objeto aquilo sobre o que se fala.

> [...] o discurso jornalístico, sobretudo na sua forma de reportagens, funciona como uma modalidade de discurso sobre, pois coloca o mundo como objeto. A imprensa não é o 'mundo', mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, torná-lo compreensível para os leitores. (MARIANI, 1996, p. 64)

Este discurso *sobre* é aquele que atua na institucionalização dos sentidos e ainda no efeito de linearidade e homogeneidade de memória. Mariani ressalta que eles são discursos intermediários, por se colocarem entre o discurso de origem, ou seja, o discurso sobre o qual estão falando, e o interlocutor. De acordo com Orlandi (apud Mariani, 1996, p. 64), este "discurso *sobre*" é um lugar importante para organizar as diferentes vozes dos discursos. Ele organiza, disciplina a memória e a reduz. Este discurso *sobre* também confere relevância a quem o enuncia. Ao mesmo tempo, não é de qualquer lugar que se pode falar *sobre*.

É o discurso jornalístico que organiza os acontecimentos, mostrando que podem existir mais de uma opinião e explicação para o fato e revelando o que deve e o que não deve ser contado, com que destaque ou não. Causas e consequências estão ali estabelecidas nas páginas de um jornal ou em outros tipos de veículos midiáticos. Mas aquilo que é naturalizado acaba exercendo uma determinação nos sentidos.

Ser protagonista dos sentidos compartilhados pela sociedade mostra que os jornalistas são atores sociais importantes, mas não são únicos, já que há vários outros discursos que também atravessam o jornalístico. Como atores sociais, os meios de comunicação produzem subjetividades e, muitas vezes, ensinam como as pessoas devem se comportar, além de, muitas vezes, se colocarem no lugar do poder público e do estado.

É ele quem aponta os erros, faz as cobranças e, muitas vezes, acaba modificando as próprias legislações com a força de seu discurso e no calor de fatos, traduzidos em discursos que não se parecem em nada com aqueles ensinados nos manuais, como

veremos no caso da cobertura da morte do menino João Hélio, em *O Globo*, que traz atributos das narrativas literárias, como o embate do bem contra o mal, a narrativa detalhada sobre a vítima e o reforço das características negativas do criminoso. As reportagens, então, contam histórias para que seja constituído sentido sobre aquilo que é narrado. Ao contar histórias, resgata-se o processo de personalizar os fatos sociais, criando conflitos, combates, heróis, vilões, mocinhos, bandidos e também punições e recompensas.

Retomemos então um fato. Apesar de acionar mecanismos de emoção, o discurso jornalístico também aciona aqueles que buscam atestar que aquilo o que ele diz é verdade, ou seja, ele busca na ciência uma maneira de se justificar. Neste caso, encontra-se o uso do discurso do especialista, seja o médico, o engenheiro, o sociólogo, o psicólogo, entre outros. Sempre no sentido de buscar a vontade de verdade e o desejo de ordem. São sujeitos eleitos pelos meios midiáticos para reforçar argumentos, sujeitos que dominam os especialismos técnico-científicos, que terão o poder de, como lembra Chauí, dar ainda mais caráter de veracidade ao discurso midiático, sendo responsáveis por levar a todos a saber como devem se ver, tocar, sentir, falar, pensar e viver.

Quando falamos em produzir sentidos, no nosso caso, além das narrativas recorrentes, há usos de determinadas expressões, de forma insistente e sistemática – como veremos sobre o termo Guerra do Rio, em *O Globo* – que acabam colaborando para construir verdades e criminalizar determinados grupos, além de se tratar, algumas vezes, de situações exageradas e até distorcidas de determinadas demandas, que acabam, porém, solidificando-se na sociedade. Estes discursos fomentam e embasam outros, no presente ou no futuro, como a necessidade da presença das Forças Armadas para lutar nesta "guerra" das ruas e a ocupação do território do inimigo.

Para Stuart Hall (2003), a mídia tende a reproduzir interpretações que servem aos interesses da classe dominante, mas são também um campo de luta ideológica. As percepções dominantes, então, podem acabar disseminadas no nosso cotidiano pelo discurso jornalístico levando-se em conta que a mídia é atualmente um dos principais locais de produção de modos dominantes de interpretar e significar o mundo.

Hall lembra que é preciso considerar a relação entre a mídia e as fontes que seriam os porta-vozes dos poderosos, que são os chamados "definidores primários". Já os jornalistas seriam os "definidores secundários", porque teriam um papel crucial, mas secundário, "ao reproduzir as definições daqueles que têm acesso privilegiado, como que de direito, aos media como 'fontes acreditadas'" (TRAQUINA, 2005, p. 179).

Um dos fatores ainda mais preocupantes quando se diz que o discurso jornalístico é central se deve ainda à monopolização dos meios de comunicação tradicionais nas mãos de poucas famílias no Brasil e em vários países do mundo.

> [...] além de produzir massivas subjetividades, de estar nas mãos de uns poucos, a mídia funciona organizando diversos e diferentes fluxos de acontecimentos; pela via do espetáculo, das formas dramáticas e sensacionalistas produz as 'identidades', as simpatias, os prós e os contras. À medida, portanto, que organiza os múltiplos fluxos de acontecimento, a mídia hierarquiza os temas, selecionando os que deverão ser do conhecimento público e, dentre estes, os que deverão necessariamente ser discutidos, debatidos, pensados. (COIMBRA, 2001, p. 36)

Coimbra acrescenta, ainda, que, desta maneira, a lógica midiática é a do espetáculo, que vai obedecer a regras da dramatização e da produção de emoções. "A competência exigida por esta lógica é a teatral: a capacidade de forjar encenações, espetáculos e '*mise em scènes'*." (COIMBRA, 2001, p. 36). Com a homogeneização presente, a lógica do binarismo prevalece, ficando o discurso privado de maiores aprofundamentos e argumentos. "Ou seja, empobrecem-se os acontecimentos; a multiplicidade, as diferenças estão ausentes, impondo-se/produzindo-se formas de pensar, sentir e perceber maniqueístas, dicotômicas (idem)."

Ressaltamos ainda, na construção da notícia, a importância da linguagem. Aqui nos valemos das ciências da linguagem e da narrativa. A linguagem nunca é neutra, sendo a primeira forma de retratar uma realidade. No jornalismo, ela não é só um campo de ação, mas a sua dimensão constitutiva. É através dela que o sujeito constrói um real midiatizado. O texto jornalístico é um processo de doação de sentido, uma vez que dá a ler uma orientação para o devir (mudança constante), é discurso, disposição ordenadora dos fatos, tornando-os, desse modo, inteligíveis, situados numa lógica racionalmente compreensível.

O silêncio é outra modalidade a ser levada em conta na enunciação jornalística. É com este silêncio que o discurso jornalístico dialoga. O silêncio no campo jornalístico pode ser mais revelador do que a fala evidente. Vasculhar os silêncios do discurso jornalístico nos diz mais sobre ele, suas intenções, seus interesses e sua força do que a análise de superfície da informação relatada. Para Orlandi (2007, p. 31), o silêncio deve ser visto como o "estado primeiro, aparecendo a palavra já como movimento em torno.

Na perspectiva que assumimos, o silêncio não fala. O silêncio *é*. Ele *significa*. Ou melhor: no silêncio, o sentido *é*".

1.2 O DISCURSO JORNALÍSTICO E A CIDADE

Se as cidades são espaços sobrecarregados de sentidos, alguns discursos, como o jornalístico, tentam defini-la e enquadrá-la. Alguns sentidos expostos seguem na direção de administrá-la, ignorando o múltiplo ao mesmo tempo em que promove uma normalização dos sujeitos, segundo visões pré-estabelecidas. Este discurso que normaliza e administra está sedimentado em alguns lugares, como no discurso midiático. Neste discurso, os aspectos subjetivos e ideológicos acabam integrados a uma realidade objetiva, como a divulgada pelos órgãos de imprensa. Desta forma, permitem-se associações simplistas para fatores complexos, criando verdades, que se estabelecem, como aquela que coloca a violência maior no Rio sendo provocada pelos traficantes.

Este discurso, como lembra Orlandi (2001 b), é definido como o "discurso sobre a cidade". Ele suprime as várias vozes existentes, em nome de uma concepção positivista da cidade que, ao mesmo tempo em que se contenta com o crescimento e a vastidão da metrópole, busca a uniformização de seus ocupantes como sujeito-modelo, sem suas subjetividades e marcas históricas. Essas vozes e sentidos sufocados precisam vir à tona de alguma forma, já que não têm acesso aos tradicionais meios de debate. Assim, manifestam-se em movimentos violentos.

Orlandi (2004) também ressalta como o discurso sobre a cidade tem colocado o urbano sobreposto ao social. Nesse processo, implicam vários fatores, entre eles a questão de haver um silenciamento sobre o real da cidade e aquele social que o acompanha.

> Esse apagamento se deve basicamente a um movimento de generalização do discurso do urbanista que passa a fazer parte do senso comum, produzindo uma deriva ideológica que homogeneiza o modo de significar a cidade seja pelo seu uso indiferente no discurso ordinário, no discurso administrativo, no do Estado, tomando as formas do jurídico ou do político indiscriminadamente. (ORLANDI, 2004, p. 34)

O resultado será olhar a cidade sempre priorizando a questão urbanizada, que envolve planejamento, tecnologia, e acaba levando mais às segregações do que ao social, ao horizontalizado e à convivência. "A organização social vai refletir essa

verticalidade da formação social urbana no espaço horizontal, separando regiões, determinando fronteiras que nem sempre são da ordem do visível concreto, mas funcionam no imaginário sensível. Segregação." (idem,p. 35)

Em relação ao discurso jornalístico sobre a cidade, enquanto discurso *sobre*, ele toma como objeto e se apropria de saberes sobre ela que estão em circulação. Além das nomeações da cidade – metrópole, região metropolitana, Cidade Maravilhosa, cidade boêmia, cosmopolita, cidade violenta, cidade da guerra etc -, aquilo que se repete sobre ela no discurso jornalístico passa a constituir o imaginário da cidade. "Cabe observar, então, a polissemia dessa palavra ao ser retomada por diferentes nomeações em diferentes formações discursivas, bem como os efeitos de unidade que ela condiciona em uma dada formação discursiva (NUNES, 2014, p. 167)."

José Horta Nunes lembra, ainda, que, entre o acontecimento sobre o qual a notícia se volta e o discurso que o jornalista direciona ao leitor, está a materialidade discursiva e os indícios dos discursos institucionais que significam a cidade. Ao observar o discurso jornalístico sobre a cidade, é possível perceber o modo como os discursos são parafraseados, silenciados ou esquecidos. Assim, ao atualizar e apagar memórias de outros acontecimentos relevantes, este discurso pode colaborar para um tipo de percepção sobre a cidade, relembrando que reportagens são narrativas, contando e recontando, criando sentidos e narrando a experiência do homem no mundo. Resende lembra que, além do discurso *sobre*, o campo dos media também se define como o discurso *para*:

> O campo dos media, como também o são os outros, tanto se faz autônomo como dependente. Em outras palavras, ele instaura, ao mesmo tempo em que conforma e redefine, discursos sobre e para a sociedade; ou seja, ele cria e recria práticas sociais discursivas que tanto desejam falar da sociedade como se constituir enquanto saber acerca desta mesma sociedade. Junte-se a estes aspectos, ainda, o fato de que o campo dos media narra experiências e modos de vida calcados em subjetividades que estão, insistentemente, cravadas na objetividade demandada pela necessária lida com o cotidiano. Ou seja, eles interferem no *status quo* e recriam modos de vida, porque leem e provocam releituras de experiências subjetivas e objetivas e, vale dizer, de forma às vezes tão imperativa que se tornam o lugar de onde as pessoas retiram o que sabem e o que se dispõem a compreender acerca do cotidiano e da vida. (RESENDE, 2011, p. 86)

As representações jornalísticas que acabam sendo naturalizadas tornam-se definitivas, por exemplo, para que os próprios moradores da cidade verbalizem sobre ela

e se reconheçam. Algumas realidades serão narradas de forma mais amena, enquanto outras serão mais agressivas. Assim, os sentidos hegemônicos vão sendo cristalizados.

Moradores das favelas e do asfalto, por exemplo, vão definir-se a si próprios e às situações a que são submetidos influenciados, entre outros, pelo discurso jornalístico. Estes sentidos também querem influenciar nas decisões de políticas públicas para determinado território e na própria compreensão do que acontece em um espaço/território/cidade.

O jornalismo, então, ao circular discursos, interpela sujeitos e disponibiliza discursos que afetam sua construção identitária. No caso dos pobres, por exemplo, Loïc Wacquant (2003) afirma que eles perderam o controle sobre suas identidades devido a mecanismos de exclusão e segregação urbanos. Acrescentamos que estes mecanismos, muitas vezes, são acionados pelo discurso jornalístico.

Ainda segundo Wacquant, os pobres em uma sociedade rica passam a ser vistos como anomalia social. O autor fala da mancha urbana do gueto norte-americano e da periferia francesa, onde a privação simbólica torna os seus habitantes verdadeiros párias.

O processo de construção das identidades, portanto, está atrelado a uma rede de memória construída por meio de uma série de debates sócio-históricos. O horizonte descontínuo da história é que possibilita que o discurso tome forma e seja transformado e retransformado. A descontinuidade se manifesta nos enunciados. Assim, por exemplo, é que o sujeito "menor", que junto ao termo "abandonado" era usado para se referir à criança pobre, desprotegida, moral e materialmente pelos pais, estado e sociedade no cenário urbano, vai mudar ao longo da história, ganhando novas significações. O "menor" deixa de ser abandonado, aquele que precisa de apoio da sociedade, para se tornar o menor infrator, uma forma-sujeito que não cabe nos projetos da cidade. Neste processo, a mídia é um dos grandes atores responsáveis pela estigmatização deste sujeito. E esta representação está longe de ser objetiva.

Retomando aqui a questão também do jornalista, seu lugar de fala é marcante nesta cristalização da imagem da cidade. Isto porque é ele que vai mobilizar determinados aparatos. Os jornalistas têm uma função autor forte, pela maneira como mobilizam fontes, se conectam a ela, conectam o que é explícito no texto e o que não foi divulgado, porque ficou no "off". Lembrando que, para Foucault (2002), a autoria é um fenômeno complexo, perpassado por diversos conceitos e instâncias. Mas, mesmo que haja diferentes vozes perpassando o discurso jornalístico, vozes de determinados grupos

sociais, por exemplo, é o jornalista, que, como um cartógrafo, vai desenhar a cidade e ocupar o seu lugar de fala, amparado pelo lugar de verdade, como observador da cena e por que não, personagem.

Como nos interessa o discurso jornalístico sobre as favelas cariocas, é importante saber como elas estão organizadas na narrativa jornalística. As favelas cariocas já foram representadas de inúmeras maneiras nas últimas décadas. Já foram o foco de epidemias e doenças, ponto de malandros, local da desordem, dos negros e ociosos. Também já foram territórios dos baderneiros e, em outros momentos, idealizadas como lugar onde o samba surgiu. Em décadas mais recentes, tornaram-se o antro dos traficantes de droga, habitat das classes perigosas e lugar de risco, ainda que nelas exista um *locus* plural, onde vivem hoje, segundo o IBGE, 1,4 milhão de pessoas[2]. No entanto, como lembra Lícia Valladares (2005, p. 158), até mesmo a identificação do IBGE apresenta problemas. "A definição de favela como 'aglomerado subnormal' utilizada pelo IBGE excluiria, por exemplo, uma grande parte do território da Rocinha e também de outras favelas".

Portanto as favelas são um *locus* que deve ser visto como tecido urbano, ou seja, múltiplo e heterogêneo. Um espaço que, apesar de criado a partir da imagem das massas urbanas marginalizadas, reúne todos os problemas e atributos do espaço urbano. No entanto, os dogmas persistem. Lícia Valladares questiona.

> Por que será, então, que as mudanças recentes, mais do que evidentes e confirmadas pelo próprio recenseamento, não parecem abalar os defensores dos dogmas? Como explicar essa resistência? Haveria algum interesse em fazê-los perdurar? Até que ponto sua persistência no imaginário coletivo traria benefícios às favelas e aos seus habitantes? É verdade que o 'turismo social' depende de uma imagem exótica, é verdade que jornalistas, a mídia e escritores preferem, sem dúvida, essa imagem um tanto fascinante de um universo que seria marginal, diferente e com especificidades locais. Mas é possível que outros grupos sociais também tenham interesse que a imagem da favela não venha a se modificar tão depressa. (VALLADARES, 2005, P. 158)

No plano físico, as favelas já sofreram inúmeras intervenções com políticas variadas, ora de remoções e outras de urbanização, enquanto, no simbólico, sua imagem

[2] Segundo o Relatório do Banco Mundial, de acordo com as estatísticas do IBGE, quase 1,4 milhão de pessoas, ou 22% da população do Rio, moram em favelas, ou "comunidades irregulares e fora do padrão de habitação". Quando comparado ao censo anterior, de 2001, este número representa um crescimento de 27,6% em dez anos – contra o crescimento de 3,4% da população no resto da cidade ao longo do mesmo período.

vai sendo modificada ao longo do tempo até chegar a esta situação do tráfico de drogas e da violência, que tornou-se atualmente a característica mais arraigada ao nome da favela carioca nas representações midiáticas. Diante desta constatação, o discurso midiático apresenta a favela como um lugar de experiência que só pode ser compreendida por meio de uma interpretação negativa. Por outro lado, há uma identificação deste povo também com a alegria, com o pouco e com o comunitário.

Nossa análise do discurso jornalístico de *O Globo* levará em conta este momento narrativo que envolve os anos anteriores até a iminência da consolidação das UPPs no Rio. Entendemos que, neste jogo narrativo sobre a cidade e a favela, aparece, a partir de 2008, um fato transformador, que é a chegada deste projeto. Aquilo que antes nas narrativas jornalísticas era visto de determinada maneira, como mais um projeto de vigilância em um território, agora passará a ser apresentado de outro modo, ou seja redirecionado. Isso é o que diz o Relatório "O Retorno do Estado às Favelas do Rio de Janeiro", documento do Banco Mundial (2013): "UPP: uma chance de romper com a história". Esta forma torna-se importante já que os relatos sobre o que acontece na mancha urbana são feitos pelos meios de comunicação porque a concentração demográfica e a expansão territorial das cidades, como lembra Canclini (1997, p. 41), debilitam a conexão entre suas partes. Ou seja, muitas vezes, não há outra forma de saber sobre a megalópole se não pela intervenção de algum veículo comunicacional dada a expansão destas cidades.

Na impossibilidade de se abranger a cidade, afinal quem conhece todos os bairros de uma metrópole?, é que os meios de comunicação vão se tornando imprescindíveis. Também por meio deles é possível difundir temas que, sem eles, ficariam restritos aos locais de origem.

Para entendemos melhor este processo do discurso jornalístico, precisamos passar por alguns pressupostos teóricos da Análise de Discurso, conforme veremos no próximo item deste capítulo.

1.3 UMA TEORIA CRÍTICA DA LINGUAGEM

Analisar discursos tem como princípio norteador o "toda descrição abre sobre a interpretação" (PÊCHEUX, 1997, p. 54). A interpretação é "uma questão de ética e política: uma questão de responsabilidade" (PÊCHEUX, 1997, p. 57), que depende ainda da capacidade do pesquisador, ao unir teoria e prática. Na Análise do Discurso

(AD), o analista não procura um sentido verdadeiro, por meio de uma chave de interpretação. Não há verdade oculta no texto, mas gestos de interpretação que o constituem e que o analista deve compreender.

Não há uma metodologia específica para esta análise. Caberá ao analista adotar seus procedimentos a partir das perguntas e dos objetivos em relação aos dados. Esta análise difere da de conteúdo por não querer extrair sentidos dos textos, respondendo a questões, como o que este texto quer dizer? Ressaltando o que afirma Orlandi (2001 a, p. 17), a AD considera que a linguagem não é transparente. "Desse modo, ela não procura atravessar o texto para encontrar um sentido do outro lado. A questão que ela coloca é: como este texto significa." Lembrando que texto deve ser concebido como uma manifestação do próprio discurso.

Ao analista caberá a construção dos dispositivos que serão utilizados em seus estudos. Ou seja, ele terá que formular a questão que desencadeia a análise. Cada *corpus* vai estabelecer problemas específicos, de acordo com Maingueneau (1993, p. 20). É preciso, porém, ficar atento às materialidades discursivas e à abordagem histórica.

Os estudos sobre o discurso desdobram-se em duas escolas de Análise de Discurso: uma que se desenvolve na França e a outra, na Inglaterra. Na França, o grande nome será o do filósofo e pesquisador da história das ciências e da psicologia social Michel Pêcheux. Ele vai usar a AD como uma proposta de novo modo de prática de leitura.

Em seus quadros, a AD situa sua reflexão sobre a relação entre a Linguística e a Teoria do Discurso, procurando envolver três das grandes escolas que mais influenciaram o século XX: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. A primeira pensa a língua como não transparente (no mundo produzindo sentidos); é na língua que se dão todos os conflitos, resultantes de diferentes condições de produção, enquanto o Marxismo tem a produção de sentido como trabalho ideológico (relação de poder e luta de classes) historicamente determinado. Estando inserida no contexto do Marxismo, a AD compartilha de conceitos do materialismo histórico e dialético, não aceitando verdades binárias. Finalmente, temos a Psicanálise, na qual o trabalho de constituição dos sujeitos e dos sentidos é da ordem do inconsciente. Assim, a AD nasce no entremeio destes três campos. O materialismo histórico vai explicar os fenômenos das formações sociais, a Linguística explica os processos de enunciação e ainda a teoria do Sujeito, para explicar a subjetividade e a relação do sujeito com o simbólico.

Portanto, a AD é uma teoria crítica da linguagem, que tem como um de seus pressupostos teóricos centrais o fato de que o discurso é visto como "efeito de sentidos" e não transmissão de informações entre os interlocutores, havendo, assim, uma relação menos ingênua com a linguagem, conforme Orlandi (2001a). A AD não trata da língua, nem da gramática, embora elas interessem para o estudo. Ela trata, sim, do discurso. Na AD, a linguagem também não é vista como um instrumento de comunicação de informações. O que vai interessar é investigar o papel da linguagem, procurando entender o jogo das repetições, diferenças, deslocamentos e transformações pelos quais passam os sentidos. Outro recorte é com relação ao sujeito. De acordo com Mariani (1996, p. 22), a AD provoca uma reterritorialização permanente de conceitos ligados às teorias da linguagem e da ideologia por refletir no entremeio das ciências humanas e sociais.

No caso do sujeito, a evidência faz com que cada um possa dizer o que realmente é resultado do processo de identificação do sujeito com a posição a que foi levado a ocupar, ou seja, o processo de assujeitamento. "Enquanto o funcionamento ideológico provoca as ilusões de que o sujeito é único, é senhor de sua língua e fonte do seu dizer, apagam-se para o sujeito o fato de ele entrar nas práticas histórico-discursivas já existentes." (MARIANI, 1996, p. 22) Para a AD, não há locutor, emissor, nem falantes, há sujeitos.

O encontro entre língua e ideologia se dá no discurso. Finalmente "a ideologia, então, é um mecanismo imaginário através do qual coloca-se para o sujeito, conforme posições sociais que ocupa, um dizer já dado, um sentido que lhe aparece evidente, isto é, natural para ele anunciar daquele lugar." (MARIANI, 1996, p. 23).

Mariani lembra ainda que fazer esta análise representa tomar posição, sendo crítico quanto aos sentidos já constituídos e dados como óbvios. O processo de significação não é aquele que separa lingua (gem), pensamento e realidade tal como as abordagens idealistas nas quais se busca o que a linguagem representa, refere ou comunica. A AD ressignifica, integra e opera com a linguagem, pensamento e realidade, fazendo intervir a memória do dizer (o interdiscurso). O interdiscurso é aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é a memória discursiva. "O dizer não é propriedade particular. As palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua (ORLANDI, 2001a, p. 32)".

Isso significa que os discursos não são independentes um dos outros e não são elaborados por um sujeito. Com a noção de interdiscurso, também rompe-se com

conceitos que se fundamentam sobre os pressupostos da homogeneidade e do centramento. Interdiscurso não é a mesma coisa que intertexto. No caso do interdiscurso, ele é o conjunto de formulações feitas, mas já esquecidas que determinam o que dizemos.

Para Pêcheux, o funcionamento da linguagem produz duas ilusões/ esquecimentos. O esquecimento chamado de número 2 é da ordem da enunciação, enquanto o outro, o número 1, é também chamado de esquecimento ideológico. É Orlandi (2001 a) quem diz que "o chamado esquecimento enunciativo é aquele que atesta que a sintaxe significa: o modo de dizer não é indiferente aos sentidos". Para a autora, ao longo do nosso dizer, são formadas famílias parafrásticas que indicam que o dizer sempre podia ser outro. No caso do esquecimento ideológico, ele é da instância do inconsciente, resultando do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Neste caso, temos a ilusão de ser a origem do que dizemos, quando não somos. Na verdade, estamos sempre retomando os sentidos preexistentes.

Outros conceitos caros à AD dizem respeito à paráfrase e polissemia. Orlandi ressalta (2001 a, p. 36) que, no caso dos processos parafrásticos, eles são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível da memória. Portanto, a paráfrase é o retorno aos mesmos espaços do dizer. Já na polissemia, o que existe é o deslocamento e a ruptura de processos de significação. "É nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam (ORLANDI, 2001 a, p. 36).

Orlandi (1999) estipula três diferentes modos de análise. O primeiro, que seria também o mais básico, é a decodificação. O segundo é a interpretação. O terceiro é o modo de compreensão, que poderá mostrar os mecanismos de construção dos gestos de interpretação. Não se trata apenas de interpretar os textos, mas compreender de que maneira estas interpretações são construídas, quais os efeitos de sentido que se dão a partir dos dispositivos textuais e de que posições partem. Cabe a este tipo de análise disponibilizar instrumentos conceituais para uma leitura crítica.

Em nosso *corpus*, conforme veremos, vão nos interessar as formações discursivas que atravessam os textos por nós analisados. "A formação discursiva se define como aquilo que, numa formação ideológica dada, – ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada – determina o que pode e deve ser dito." (ORLANDI, 2001 a, p. 43).

Para a efetivação da análise será necessário trabalhar com as formações discursivas e memórias discursivas que sustentam os dizeres de *O Globo*. São elas que sustentam a formação dos enunciados.

> O discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. As formações discursivas, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas. Desse modo, os sentidos sempre são determinados ideologicamente. Não há sentido que não o seja. Tudo que dizemos tem, pois, um traço ideológico em relação a outros traços ideológicos. (ORLANDI, 2001a, p. 43)

O que se quer dizer, então, não está apenas na palavra, mas na maneira como ela será inserida no discurso, na forma como vai produzir efeitos de sentido ao longo da história. Assim, será possível compreender e apontar marcas discursivas presentes nas reportagens que serão verificadas, que tornem identificáveis tanto os posicionamentos do jornal escolhido quanto a questão da segurança pública/violência.

Ao analisar as narrativas sobre a criminalidade no Rio de Janeiro em momentos específicos, importa destacar como o jornal faz circular as narrativas sobre a cidade, que discursos oficiais absorve em suas matérias, como a mídia produz e circula pelas diferentes sentidos de "favela" e a partir de quais posições e também quais formações sustentam esses sentidos.

Lembrando que algumas questões, como os discursos da pacificação, tornam-se objeto central de políticas de estado, sendo reproduzidos pelos jornais. Além disso, este processo está marcado por discursos outros que o atravessam, produzindo sentidos múltiplos sobre a cidade do Rio de Janeiro. Para entender a questão do discurso sobre a criminalidade no momento que nos interessa será necessário dar passos atrás, buscando na história a produção de sentidos sobre este tema no Rio de Janeiro. Um destes passos atrás corresponde ao período em que o traficante passou a ser o grande inimigo da cidade.

Os discursos produzidos pela mídia configuram-se como instância de saber sobre o sujeito, construindo os lugares a partir dos quais nos posicionamos como indivíduos e podemos falar. As reportagens que analisaremos, com seus textos, imagens e escolhas, a respeito de momentos específicos do Rio de Janeiro, vão interferir no imaginário dos leitores, espelhando a cultura e o perfil identitário carioca.

Além das questões que envolvem a AD, as narrativas e a linguagem, interessa-nos lembrar a amplitude do termo violência, que, regra geral, é ignorada, havendo quase sempre uma referência a ela mais especificamente como dano físico, ou seja aquilo que é facilmente identificável. Neste caso, com as questões da violência, daremos início ao nosso próximo item.

1.4– O JORNAL COMO ATOR POLÍTICO NAS QUESTÕES DE VIOLÊNCIAS

Nesta sociedade do instantâneo e das emoções, o que o jornal *O Globo* representa, principalmente a partir do momento em que se torna o único veículo impresso hegemônico com sede na capital fluminense e com distribuição em grande parte do Brasil? Toda instância jornalística noticia para determinados segmentos da sociedade, produzindo para uma imagem de leitor suposta a tal segmento. Na própria prática do discurso já está esta imagem, ou seja, no "como se diz" já está embutido o "quem vai ler".

> Há um leitor virtual inscrito no texto. Um leitor que é constituído no próprio ato da escrita. Em termos do que denominamos 'formações imaginárias' em análise de discurso, trata-se aqui do leitor imaginário, aquele que o autor imagina (destina) para seu texto e para quem ele se dirige. Tanto pode ser um seu 'cúmplice' quanto um seu 'adversário'" (Orlandi, 1993, p. 9).

Portanto, ao lermos *o Globo*, já temos uma ideia do seu lugar de fala e de seu comportamento, do que encontraremos neste veículo, cujo discurso vai se constituindo como a realidade, não qualquer realidade, mas como a memória e a história dos vencedores. Ou seja, conforme Walter Benjamin designou como "uma história na qual os acontecimentos são recortados e interpretados a partir da perspectiva do vencedor, dono do poder" (Chauí, 2007, p. 128). Queremos entender que interdiscurso perpassa este veículo e se há mudanças ao longo de quase uma década no que se refere aos discursos sobre as violências.

Antes de seguirmos, situamos que *O Globo* foi fundado em 29 de julho de 1925, tendo, portanto, mais de 90 anos de história. Hoje é o único jornal impresso de referência com sede na cidade do Rio de Janeiro, já que o *Jornal do Brasil*, seu concorrente histórico, não tem mais circulação impressa desde setembro de 2010, quando tornou-se exclusivamente digital. É considerado um dos veículos impressos de

maior tradição em nível nacional e um periódico de referência importante do país. (Memória Globo, 2015)

O Globo foi concebido como um diário matutino pelo jornalista Irineu Marinho, seu fundador. Após a morte de Irineu, o jornal foi assumido pelo seu filho, Roberto Marinho, que conseguiu construir um conglomerado de empresas de mídia. No campo do jornalismo impresso, o grupo criou, em 1998, o jornal *Extra*. Desta forma, *O Globo* é direcionado para as classes A e B, enquanto o *Extra*, para a B e C. Além de jornais, o conglomerado, hoje denominado *Grupo Globo*, é composto pela *TV Globo*, várias rádios, entre elas *Globo* e *CBN*, e *Editora Globo*.

Apesar de todas as evidências históricas contrárias, o Grupo *O Globo* diz manter a "isenção" como um dos atributos da informação de qualidade, junto com a "correção" e a "agilidade". Em seus princípios editoriais, o grupo coloca que o trabalho jornalístico deve ser feito, buscando-se estes três pontos. No entanto, o próprio documento do conglomerado traz uma mudança na visão do jornalismo. "Antes, costumava-se dizer que o jornalismo era a busca pela verdade dos fatos". Agora, o grupo prefere destacar que,

> De todas as definições possíveis de jornalismo, a que o Grupo Globo adota é esta: jornalismo é o conjunto de atividades que, seguindo certas regras e princípios, produz um primeiro conhecimento sobre fatos e pessoas. Qualquer fato e qualquer pessoa: uma crise política grave, decisões governamentais com grande impacto na sociedade, uma guerra, uma descoberta científica, um desastre ambiental, mas também a narrativa de um atropelamento numa esquina movimentada, o surgimento de um buraco na rua, a descrição de um assalto à loja da esquina, um casamento real na Europa, as novas regras para a declaração do Imposto de Renda ou mesmo a biografia das celebridades instantâneas. O jornalismo é aquela atividade que permite um primeiro conhecimento de todos esses fenômenos, os complexos e os simples, com um grau aceitável de fidedignidade e correção, levando-se em conta o momento e as circunstâncias em que ocorrem. É, portanto, uma forma de apreensão da realidade. (MARINHO, Roberto Irineu; MARINHO, João Roberto; MARINHO, José Roberto, Globosat, 2015)

Obviamente que as mudanças mencionadas em seu editorial institucional também revelam as alterações no seio da própria sociedade, que não entende mais o jornalismo como espelho da realidade, afinal esta é uma visão que não encontra mais nenhuma sustentação teórica. Porém, é preciso lembrar que o jornalismo "não pode construir outra imagem a respeito de si mesmo que não aquela de ser uma instituição capaz de um relato fiel dos fatos e dos pensamentos. É por meio do jornalismo que o leitor espera ler o mundo." (MACHADO & JACKS, 2001, p. 6)

No entanto, como lembra Borges (2009, p. 61), a forma de se autorreferenciar escamoteia o lugar político que os agentes produtores de informação desempenham na dinâmica social, para construir este lugar apolítico no imaginário social.

Ao mencionar alterações sociais, é necessário também lembrar as mudanças pelas quais passam a mídia impressa. Nos últimos anos, houve uma redução das tiragens da maioria dos jornais. Primeiro, os veículos hegemônicos sofreram o impacto dos periódicos considerados populares e com venda maciça em bancas. Depois, viram as tiragens declinarem por causa da concorrência com a internet. No entanto, apesar das grandes mutações no cenário global do jornalismo, que vão gerar modificações nos conteúdos da informação, produto básico do jornalismo, entendemos que o jornal impresso continua mantendo seu poderio e, agora, entra na disputa no mundo on-line

Com uma circulação média de jornais impressos de 193.079 em 2015, de acordo com a Associação Nacional de Jornais[3], ficando em segundo lugar no ranking, atrás de *Super Notícia*, de Belo Horizonte, e com uma circulação média digital de 118.143, também em segundo lugar atrás da *Folha de S. Paulo*, o *Globo* mantém sua hegemonia no Estado do Rio de Janeiro. Entre janeiro e maio de 2015, a circulação digital de *O Globo* cresceu 23,8% na comparação com igual período de 2014, segundo dados do Infoglobo.[4] Portanto, mesmo sabendo que as mudanças informativas permitidas pela tecnologia sugerem novas reflexões sobre o campo e o discurso jornalístico, sua importância não pode ser reduzida.

Desta forma, o jornal *O Globo* ainda posiciona-se como um dos principais produtos do conglomerado da comunicação, o maior do país. Inclusive, como grande grupo de comunicação, possui emissoras de TV e rádio espalhadas pelo país, que, muitas vezes, replicam aquilo que é informado em suas páginas. Rádios essas que tomaram o lugar de outras tantas pelo interior do país. Se antes a programação em muitos pontos do país era local e regional, agora repete em suas grades programas gerados a partir dos grandes centros, no caso o Rio de Janeiro, com seus problemas de trânsito, educação, saúde e, obviamente, violências.

Isso é dito apenas com o intuito de ressaltar que, desta forma, torna-se mais fácil a notícia jornalística ser usada como ferramenta a serviço de interesses econômicos. Isso em um momento em que o desenvolvimento tecnológico permite a comunicação cada

[3] http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/

[4] Matéria Versões digitais turbinam os jornais, publicada em http://www.propmark.com.br/midia/54555:versoes-digitais-turbinam-circulacao-dos-jornais. Acesso em 22/07/2015

vez mais em tempo real, via internet. O problema se torna ainda mais preocupante à medida que este monopólio pode ser ampliado diante da crise enfrentada por grupos de comunicação regionais menores, que são abocanhados pelos conglomerados, que, agora, misturam, cada vez mais, informação e entretenimento, centralizando a difusão do conteúdo.

Voltando ao produto impresso *O Globo*, dentro deste arquivo, há redes de formulações, os ditos nas matérias. Para onde apontam as matérias? Em nosso caso, estamos nos referindo a reportagens que mencionam as questões de violências. Ressaltando que a noção de criminalidade é discursiva, enfim, é construída historicamente. Criminalidade, em geral, também é vista como diferente de crime, já que não se associa crime do colarinho branco a ela. Como o jornal funciona na atualização da memória? Quando em sua memória fortalece o discurso do medo, justifica-se que as pessoas ditas de bem tenham o direito de se proteger. Este discurso, que está na sociedade, é constantemente reforçado pela instância jornalística. Portanto, o jornal reifica o *status quo* e o antagonismo social.

No caso das violências, o jornal, além de trabalhar com os efeitos de verdade, ainda articula números e estatísticas, de forma a montar uma realidade que estimula o medo para o leitor. Um dos exemplos é quando opera os números no sentido de provar que o Rio de Janeiro está pior por uma única causa: a violência, no sentido de criminalidade. Para isso, por exemplo, soma o total de ocorrências policiais e divide pelo número de dias do período de alguns meses ou anos reforçando, assim, sentidos e discursos. Para ilustrar, buscamos uma matéria do dia 1º de maio de 2002, quando o jornal afirma: “Balas perdidas matam um a cada seis dias”. Desta maneira, vai criando um mapa do medo, da violência e do Rio de Janeiro como cidade do medo. Cidade, onde, a cada seis dias, um inocente vai morrer em decorrência de um tiro disparado por uma arma de fogo.

Ao divulgar a violência, a tendência do jornalismo hegemônico é revelar apenas a violência latente. Assim, portanto, reforça a visão mais conservadora da violência, vista como aquela onde há grupos de pessoas que precisam ser vigiadas, enquanto, de outro lado, silencia-se em relação às práticas de estados violentos e à ordem social perversa e injusta, já que o estado é igualitário na fala, mas na prática é hierárquico, ou seja, protegendo uns e vigiando outros, além de as leis também caminharem neste sentido. Um exemplo é o fato de ainda perdurar no país a lei que protege com prisão especial aqueles que têm diploma de curso superior.

Ao observamos a cobertura de *O Globo* encontramos uma instrumentalização pelo discurso da ordem pela força. As reportagens cobram mais policiamento para resolver os conflitos urbanos, enquanto naturaliza-se a segregação social, quando defende, por exemplo, a construção de muros cercando as favelas, para evitar sua expansão, ao mesmo tempo em que apenas noticia, sem culpabilizar, a necessidade de regularização das ampliações das coberturas de edifícios nas zonas nobres da cidade.

Também se posiciona ao cobrar fluxo de tráfego para quem circula nas vias de trânsito rápido, como linhas Vermelha e Amarela, enquanto ignora o motivo de moradores da favela estarem se indignando no espaço público.

Este posicionamento político percebido hoje em *O Globo* em relação à violência se evidencia nos anos mais recentes de forma mais explícita durante o segundo governo de Leonel Brizola (1991-1994). Em 1992, conforme lembra Borges (2009, p. 56), o Executivo estadual, com Brizola no governo, era a representação das demandas populares, enquanto o municipal, com Marcello Alencar, era visto como o representante das elites. Borges (2009) analisa uma série de reportagens da época nas quais Marcello Alencar se mostra aquele que vai agir pela ordem, contra os camelôs e os criminosos, por exemplo, enquanto Brizola será o leniente com o crime.

É Nilo Batista, em entrevista à Carta Capital, quem lembra como a imagem de Brizola e dele, na época vice-governador e ainda governador entre abril de 1994 e janeiro de 1995, ficou consolidada como os "cúmplices" do tráfico, por tentarem implantar uma outra política que não a da ordem e das brutalidades. Em meio a uma sociedade em que o discurso policial virou uma questão estratégica...

> o Brizola e eu éramos cúmplices do tráfico porque nós realmente tentávamos impedir o conjunto de brutalidades que essa política norte-americana de drogas alavanca na aterrorização da pobreza urbana na periferia do vídeo-capital financeiro, pra homenagear o Gilberto Felisberto Vasconcellos. (SOUZA, 2003, p. 1)

Nilo Batista lembra ainda que o discurso estabelecido é aquele que criminaliza não só a droga, mas todos os outros setores da economia informal, que passa ainda pela prostituição, jogo do bicho, flanelinhas e "o horror que a assepsia neoliberal do grande irmão ali no vídeo tem com relação às estratégias de sobrevivência dos pobres da periferia." (SOUZA, 2003, p. 1) No entanto, o discurso não é apenas o da mídia, mas de setores inteiros que internalizam que a pena vai mediar as relações sociais e decidir sobre os conflitos sociais.

Entendemos que, a partir de Brizola, a criminalidade é colocada como mais séria e significativa que em outros momentos históricos do Rio de Janeiro no discurso de O *Globo*, enquanto outras questões são silenciadas, como as diferenças de classe. Borges lembra que

> no contexto urbano do Rio de Janeiro na passagem da última década do século XX aos primeiros anos do século XXI, o tema da criminalidade tem servido como legitimador do aumento da repressão e do controle contra as esferas mais populares e como plataforma político-eleitoral nas campanhas municipais, estaduais e federais (BORGES, 2009, p. 23)

Nossa análise, a partir do próximo capítulo, vai caminhar no sentido de revelar o discurso de um jornal que entendeu como leniente com o crime também os governos de Benedita da Silva e Rosinha Garotinho, enquanto Cesar Maia e Sérgio Cabral comungam com a necessidade de uso da força contra o outro, aquele que prejudica a imagem do Rio de Janeiro ideal. Cesar Maia, no entanto, será uma figura polêmica a partir da série "Ilegal. E daí?", de *O Globo*. Na qual entendemos haver um deslocamento de sua imagem.

2 - UMA CARTOGRAFIA DA VIOLÊNCIA NO RIO

"*Temos que estar sempre mudando, não obstante o lugar fique o mesmo, em vista do constante rearranjo de valores atribuídos a cada lugar e às atividades presentes.*"
Milton Santos

Neste capítulo, iremos traçar o discurso de *O Globo* sobre a cidade do Rio de Janeiro no período que vai de 2002 a 2010, tendo como pano de fundo as questões que envolvem criminalidade, violências e segurança pública. Sabemos que, ao falarmos do discurso da mídia sobre a cidade, estamos nos referindo a uma construção simbólica sobre este espaço, sobre a tentativa de se produzir uma narrativa única que dê conta da multiplicidade com a qual a metrópole se apresenta. Queremos ver como os relatos de *O Globo* reproduzem o discurso urbano, onde há deslocamentos, estabilizações e transformações, ressaltando que, em geral, relatos como o da mídia estão na base da produção da segregação espacial.

Iremos relacionar a noção de discurso com os relatos sobre a cidade. Orlandi (2001a) lembra que as relações de sentido que determinam os lugares dos sujeitos na cidade são, antes de tudo, relações de força e disputas hegemônicas pelo sentido social dos fenômenos que se dão em determinada conjuntura.

O Rio de Janeiro é uma cidade com mais de seis milhões de habitantes que, de forma geral, vem sendo apresentada nos meios midiáticos como uma metrópole que tem entre os seus maiores desafios vencer a violência. Entre os direcionamentos de sentido desta cidade está a de que precisa combater os seus inimigos para ser a verdadeira Cidade Maravilhosa. Nos últimos anos, este inimigo passou a ser o tráfico de drogas, localizado nas favelas cariocas. Além deste inimigo, outros vêm a reboque e precisam ser vencidos para que a cidade tenha ordem e deixe de ser o lugar da ilegalidade e do medo. Ainda neste direcionamento, a busca é pela reconfiguração do espaço urbano, enquadrando na lei e na ordem ou tirando de circulação aqueles que dificultam a exportação da imagem de um Rio que precisa ser absorvido para consumo mundial.

Como é a estrutura narrativa em *O Globo* quando as questões são a cidade e as violências no Rio de Janeiro? Em geral, encontramos todo o material de análise na Editoria Rio, com exceção de algumas poucas matérias, envolvendo questões também de cunho político, na Editoria O País, e questões mais urbanas no Jornal de Bairros.

Iremos ver o que o discurso do periódico nos oferece ao enquadrar a violência e seus atores. Na análise, em geral, descartamos as capas e a parte chamada de opinativa pelo periódico, que envolve editoriais, muitos deles publicados nas páginas que verificamos acompanhando as matérias. Apesar de entendermos como importante para a análise a parte gráfica e visual, nos detivemos nos textos. Ressaltamos que, ao falar de matérias opinativas e informativas, sabemos que o discurso jornalístico é um discurso *sobre*.

> Um efeito imediato do falar *sobre* é tornar objeto aquilo sobre o que se fala. Por esse viés, o sujeito enunciador produz um efeito de distanciamento – o jornalista projeta a imagem de um observador imparcial – e marca uma diferença com relação ao que é falado, podendo, desta forma, formular juízos de valor, emitir opiniões etc, justamente porque não se 'envolveu' com a questão. (MARIANI, 1996, p. 63-64)

De maneira geral, encontramos uma narrativa da cidade que precisa de vigilância, segurança e proteção. A questão da favelização é amplamente coberta pelo jornal, que mantém, ao longo de todo o período analisado, a defesa de controle e remoção de favelas como alternativas para o Rio ideal.

Ao fazermos uma análise em separado por períodos dos governos, vamos avançando também comparativamente. Enquanto nos governos de Rosinha e Sérgio Cabral procuraremos distribuir a análise com matérias recolhidas ao longo de todo o período, em Benedita, nesse primeiro momento de olhar a cidade, descartamos várias matérias dos meses de junho, julho, agosto e setembro, período em que a cobertura é maciçamente dedicada à morte de Tim Lopes e à caçada ao traficante Uê, acusado de ser o mandante da morte do jornalista. É importante ressaltar ainda que as reportagens que mostram a cidade como se estivesse em uma guerra permanente estarão mais presentes no capítulo à frente em que falaremos do discurso da militarização.

2.1 –AS VIOLÊNCIAS SÃO MUITAS

Pelo que vimos até aqui, o discurso jornalístico busca fechar os sentidos de violências, tendendo sempre a chamar atenção para alguns tipos, enquanto tantos outros são apagados. O jornalismo, em geral, trabalha no processo de redução/simplificação do sentido de violência. Veremos então: a narrativa da violência produzida pelo jornal é derivada de qual processo?

Cabe a nós aqui lembrar o que é violência ou violências e por que, no âmbito das cidades, ela acaba sendo, muitas vezes, olhada apenas como a criminalidade. Autores como Michaud (1989); Sodré (1992) e Chauí (2007) chamam atenção para os diversos tipos de violência.

Michaud (1989, p. 8) apresenta os vários sentidos e a etimologia da palavra. No caso dos sentidos, a violência é algo que, de um lado, designa fatos e ações, como agir sobre alguém ou fazê-lo agir contra a sua vontade, empregando a força ou a intimidação, e , de outro, designa uma maneira de ser da força, do sentimento ou de um elemento natural – violência de uma paixão ou da natureza, por exemplo.

A etimologia do termo, por sua vez, vai ensinar que o vocábulo vem do latim. *Vis* quer dizer força, vigor, potência, violência, emprego de força física, mas também quantidade, abundância, essência ou caráter essencial de uma coisa. No âmago da noção de violência, portanto, está a ideia de força, de potência natural, cujo exercício contra alguma coisa ou alguém transforma o caráter em violento.

Quando se fala em uso corrente do termo, Michaud ressalta que a ideia de força também é central, o que contribui para priorizar determinados comportamentos e ações físicas. "A violência é, antes de tudo, uma questão de agressões e de maus-tratos. Por isso a consideramos evidente: ela deixa marcas." (1989, p. 8)

Quando nos restringimos ao âmbito do direito penal, nem todos os atentados à pessoa humana serão chamados de violento. Porém, há uma evolução no sentido de ampliar a incriminação, conforme veremos adiante. Por outro lado, a lei permite certas violências "em condições bem definidas: no âmbito do esporte, da cirurgia ou da manutenção da ordem."

Em direito civil, também há restrições, e a lei considera como violência a coação exercida sobre a vontade de uma pessoa para forçá-la a concordar com algo.

> Essa abordagem jurídica, destinada a tratar de casos precisos, mantém as características já esboçadas: a violência é primeiro um dano físico, mas também se refere a normas (no caso, aqui, os da integridade da pessoas humana) e, quando a norma muda, não há mais violência. O que ocorre nos casos do esporte, da cirurgia e do emprego da violência legítima a serviço da lei. Por outro lado, uma sensibilidade maior para com a violência tende a surgir através da evolução das incriminações. (MICHAUD, 1989, p.9-10).

É também este autor que nos alerta ser um erro querer que a violência seja concebida e apreendida de forma independente de critérios e pontos de vista.

Lembrando que os critérios podem ser jurídicos, sociais, institucionais e ainda pessoais, de acordo com a vulnerabilidade física ou fragilidade psicológica dos indivíduos.

Quando se atribuiu a algum comportamento o sinônimo de violência começa-se a ser colado a ele também um valor e o começo de uma ação contra. Na ideia de violência entram o caos, a transgressão da ordem e também o imprevisível. "Também encontramos tal imprevisibilidade da violência na ideia de insegurança" (MICHAUD, 1989, p. 13).

A questão histórica também deve ser levada em conta quando se analisa a violência. O que era visto em períodos anteriores como violento hoje pode não o ser. Em alguns momentos, ela pode representar ruptura com as regras e ser celebrada, enquanto em outros será vista como desordem e ameaça social.

Para Sodré, a violência pode ser anômica (visível) e latente ou invisível, institucional ou estado de violência (SODRÉ, 1992, p.11). De um lado, temos uma visão de mais fácil leitura e mais conservadora, quando a violência é vista como a ruptura da ordem, havendo necessidade de contê-la e vigiar quem a pratica. Mas de outro temos a violência latente, que aí está, em todos os relacionamentos e questões. Ela é inerente ao ser humano e também está presente em práticas dos estados violentos e não igualitários. Quanto a isso, em geral, há um silenciamento, que pode ser quanto à ordem social perversa e injusta, nem sempre ou quase nunca, vista como violência.

Chauí ressalta que, apenas com a Constituição de 1988 no Brasil, é que passou-se a considerar os crimes de tortura, espancamento, discriminação racial e sexual, graças, principalmente, à pressão dos movimentos sociais.

> O reforço do procedimento jurídico é trazido pelos agentes da camada mais conservadora da sociedade, os 'formadores de opinião populares' que, por meio da imprensa, do rádio e da televisão, realizam duas operações principais: 1) a afirmação da separação 'nós' e 'eles' no seio da classe trabalhadora (dos 'pobres') pela distinção entre 'nós, honestos e pacíficos' e 'eles, bandidos e violentos'. 2) o ódio aos defensores dos direitos civis e sociais, identificados como 'defensores dos bandidos contra as vítimas. (CHAUÍ, 2007, p. 126)

No caso do procedimento sociológico, a explicação para a violência é dada por meio do conceito de anomia, usado por Durkheim. Para Chauí, a mitologia da não violência brasileira apoia-se neste conceito para afirmar que o surto de violência visto hoje decorre de um descompasso entre as instituições já existentes e uma situação histórica nova. Esta situação está ligada ao processo de industrialização e urbanização

do país, que levou ao fenômeno da imigração e da migração, ou seja, transportou para as cidades pessoas que não tinham normas e regras daquele espaço. No caso do Rio, por exemplo, a memória discursiva é de que a cidade era pacífica, mas a migração levou pessoas para lá que não estavam acostumadas com aquela cidade. E onde estão estas pessoas? A maioria está nas favelas, aglomerada nas ruas e em áreas de invasão.

Ainda seguindo o pensamento de Chauí, o procedimento histórico é aquele no qual a história contada é a oficial, que é reproduzida nas escolas. A história dos vencedores, sem que seja dada voz aos vencidos. Podemos afirmar, de acordo com Chauí, que a causa primordial da manutenção do mito da não violência se encontra no autoritarismo da estrutura social brasileira, que impede a visão das relações sociais e políticas como práticas violentas.

Kant de Lima (1996) também nos lembra a violência praticada pelo estado, que, no Brasil, "se coloca acima da sociedade e não no mesmo patamar. O conflito vira perturbação indesejada da ordem. O estado pune os conflitos ao invés de administrá-los democraticamente" (KANT DE LIMA, 1996, p. 177). Qual seria, por exemplo, a justificativa legal igualitária de proibir uma pessoa de se manifestar porque está de máscara, como ocorreu durante as manifestações públicas realizadas em algumas cidades brasileiras, principalmente no mês de junho de 2013, desencadeadas em São Paulo pelo Movimento Passe Livre no transporte público urbano? A reclamação não é entendida como legítima, mas como perturbação à ordem, como desobediência civil. Usar máscaras, antes algo inofensivo, pode passar a ser crime e algo visto como violento e ameaçador ao outro.

De fato, esta proibição mais recente em nossa história mostra que há um sistema de criminalização de movimentos sociais no país, havendo um processo de militarização dos conflitos sociais, como alerta o sociólogo Loïc Wacquant. Isso significa uma aposta a um processo de controle social a partir do controle do território. Dentro desta linha, o melhor exemplo seria o projeto da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro. Nelas, o controle imediato é exercido pela força policial militar. Há, entre outros fatores, inclusive controle pelo toque de recolher e limitação de atividades culturais, como os bailes funks.

O problema se amplia a partir do momento em que o termo criminalidade passa a ser o único sinônimo de violência, o que aumenta a unilateralidade da questão e provoca uma série de equívocos. A questão da criminalidade, em geral, aparece no jornal como se fosse resultado da ineficiência dos agentes da ordem, quando, na

verdade, há várias questões envolvidas, inclusive da própria organização social, como lembra Machado da Silva (1995 e 1999).

Já Miranda (2008) ressalta que violência e criminalidade são questões distintas.

> O que está em jogo é principalmente o questionamento sobre os mecanismos formais e informais de controle social, e não apenas o papel do Estado. Violência e criminalidade são, portanto, questões distintas que só podem se tornar sinônimas quando se considera que na interpretação dada pela imprensa há uma mensagem oculta de que o Estado deve atuar para aniquilar os conflitos, restaurando a ordem, numa concepção unitária e homogeneizadora da vida social. A associação das noções de criminalidade e violência acaba também por obscurecer outras modalidades criminosas, em especial as que se referem aos crimes econômicos (lavagem de dinheiro, corrupção, sonegação). (MIRANDA, 2008, p. 31)

Portanto, partindo desta reflexão, reforçamos que o tema criminalidade na mídia joga holofotes em determinados casos e apaga e silencia sobre outros. E que algumas ocorrências nos centros urbanos ganham mais destaque nos meios de comunicação em detrimento de outras, levando os veículos a desdobrarem alguns assuntos, que ganham suítes e páginas de opiniões, mostrando toda a indignação da mídia, como se aquela fosse a única verdade a ser dita e não um efeito de poder.

Diante de atos considerados violentos de uma maneira massiva, há situações inaceitáveis pela mídia, enquanto outras são perfeitamente admitidas, como, por exemplo, a violência social ou a prática de uma violência "menor" para denunciar uma "maior". Neste caso, o próprio jornalismo costuma desrespeitar a lei com a justificativa de mostrar este mal maior, mas as práticas da imprensa nunca são criminalizadas.

A questão da criminação, como considera Misse, vai depender dos atores sociais. Tendo o fato acontecido, há um processo complexo que tem a função de encaixá-lo na lei. Diante disso, nem todas as ações "criminosas" vão ser criminadas pelos aparatos e polícia.

Em geral, a imprensa segue as definições estritas do direito penal e coloca "a violência como sinônimo de chacina, massacre, guerra civil tácita e indistinção entre crime e polícia", como lembra Chauí (2007, p. 116). A violência também pode ser vista como uma questão de normas e regras. Para Michaud (p. 9 e 10), ela é, em primeiro lugar, um dano físico, mas também se refere a normas. Quando a norma muda, pode significar que não há mais violência. Por outro lado, o autor ressalta que uma maior sensibilidade com a violência tende a surgir por meio da evolução da incriminação.

Portanto, a violência será interpretada a partir de pontos de vistas, de formações sociais e do momento histórico. O sentimento de insegurança raramente repousa sobre a ideia direta de segurança, como bem ressalta Michaud (1989, p. 13). Ao se caracterizar determinada coisa com este valor da violência começam-se as ações contra determinado comportamento.

> Nos anos 60, a violência liberadora foi celebrada, como o era por G. Sorel no início do século, porque ela representava a ruptura com as regras de uma sociedade condenada. Em contrapartida, as denúncias do aumento da violência e da insegurança hoje tendem a assimilar qualquer desordem com uma violência que ameaça a ordem social no seu todo. (MICHAUD, 1989, p. 13)

E, nestes casos, a mídia vai ressaltar a necessidade de restabelecimento da ordem e dos limites. De que maneira? Definindo o que é violência e o que não é. Ou seja, definindo a violência, principalmente, como a ruptura da ordem estabelecida, que precisa ser duramente combatida por meio da punição. Também escolhendo, entre as rupturas, quais vão ser silenciadas, quais serão destacadas.

Diante da criminalidade urbana que se confunde com a violência mais visível nos jornais e que repete os anseios das principais instituições da sociedade, entre elas a própria mídia – vista aqui como sinônimo do jornalismo -, existe um reforço de que a cidade vive em uma guerra constante contra o inimigo, que seria o outro, em especial o traficante no Rio de Janeiro.

Na análise de *O Globo*, em momentos de diferentes governos, encontramos uma maior visibilidade e uma maior cobrança em casos de crimes contra o patrimônio que, naturalmente, têm as classes média e alta como principais vítimas. No entanto, não é dado o mesmo destaque quando se fala da violência contra a vida. Apesar de o Mapa da Violência divulgado em maio de 2002 ter apontado que o Estado do Rio de Janeiro teve a maior taxa de homicídios de jovens do país, a matéria não foi manchete do jornal e sequer ganhou chamada de capa. Lembramos que este era um ano de eleições presidenciais e estaduais e também que, geralmente, a maioria dos jovens vítimas de homicídios está nas classes mais baixas e, em geral, nos grandes centros, sendo principalmente moradores de favelas. Portanto, ainda que se cobrem políticas públicas e se culpe os governos na reportagem, não encontramos grandes reverberações no discurso do jornal. O Estado do Rio tinha, em 2000, o maior índice de homicídios entre jovens de 15 a 24 anos. Naquele ano, 2.816 adolescentes morreram assassinados (107,6

por cem mil habitantes). O índice representava também mais do que o dobro da média brasileira (52,1).

Ao contrário de discussões de políticas públicas para os jovens afetados por estas mortes violentas, o que se vê são narrativas que enfatizam o medo e a insegurança, por meio até mesmo de denominações de áreas de risco e de depoimentos de pessoas que se sentem ameaçadas e de autoridades que defendem mais punição e políticas neste sentido.

> Assim, as narrativas que enfatizam o crime fazem o medo proliferar, já que tornam plausível a ideia de que o leitor será mais uma vítima; as narrativas denuncistas podem ainda reificar preconceitos e a definição de certos lugares e grupos como perigosos, como revelam os dados levantados pela pesquisa "Avaliação do sentimento de insegurança nos bairros do Rio de Janeiro" (MIRANDA, 2008, p. 32).

Com a criação de um inimigo, reforça-se a ideia de uma guerra e de que é preciso políticas de segurança para conter as batalhas, ocorridas em determinado território. Diante disso, também justificam-se, muitas vezes, ações policiais para combater estes confrontos, enquanto, por outro lado, reforça-se o embate entre moradores das áreas estereotipadas como regiões de risco e as forças de segurança. Há um organismo no meio do fogo cruzado, que seriam as forças policiais. Kant de Lima ressalta que, no Brasil, onde o estado se coloca acima da sociedade, "a polícia opera como se fosse uma agência autônoma, a serviço de um Estado imaginário, encarregado de manter uma ordem injusta, em uma sociedade de desiguais." Este autor ainda completa que a polícia "é a face mais visível de um elo que tenta 'resolver', em plano micro das relações de poder, a contradição entre uma prática hierárquica e uma legislação igualitária." (KANT DE LIMA, 1996, p. 177)

2.2 O RIO DO MEDO: PERÍODO BENEDITA DA SILVA

O medo é uma prisão que vem de todos os lados
Guimarães Rosa

A questão da violência carioca é um dos temas centrais no ano de 2002, quando Benedita da Silva assume, em 5 de abril, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, no lugar de Anthony Garotinho, que deixa o governo para se candidatar à presidência da

República. O clima é de "incerteza" por parte da grande mídia, já que a nova governadora é uma ex-moradora da favela, considerado o *locus* do grande inimigo: o tráfico de drogas. Temos, então, o Rio de Janeiro como uma cidade insegura, que precisa passar por mudanças para tentar reduzir o número de crimes, em especial os homicídios. A capital fluminense registrava 62,8 casos de homicídio para cada cem mil pessoas, índice alto e ascendente, acima da média do país. Apesar de haver também um índice considerável de mortes provocadas pelos policiais, em geral nas áreas que serão chamadas de favelas, áreas perigosas, comunidades carentes, entre outros, no discurso de *O Globo,* esta cidade é aquela que precisa de vigilância redobrada destes mesmos agentes da ordem. A situação, na visão do jornal, vai exigir ações emergenciais. Com este quadro, vamos iniciar a análise do periódico no governo Benedita da Silva. Ressaltamos que os enunciados foram agrupados tentando seguir os conceitos de paráfrase e polissemia. No caso do primeiro, há um retorno aos mesmos espaços do dizer, ou seja, em todo o dizer há algo que é mantido, que está relacionado à memória. Já em relação ao segundo, temos uma ruptura dos processos de significação.

2.2.1 O crime desafiando o governo

No período de Benedita da Silva, temos, no discurso de *O Globo*, um Rio de Janeiro que vive na emergência, ou seja, uma cidade que está doente por causa da criminalidade e precisa de um atendimento urgente para sobreviver diante de um alto índice de homicídios e de crimes contra o patrimônio. Contra este mal, é preciso tomar todos os remédios, que vão desde apelar para a fé até para o reforço do policiamento. O discurso é de que a barbárie ultrapassa os cinturões e, agora, chega a bairros nobres.

É um período em que o jornal já considera instalada a guerra do Rio. No entanto, como acontece em todo novo governo, há novas expectativas a respeito de que políticas de segurança pública serão adotadas. Sob novo comando, a polícia precisa reaprender a lidar com o inimigo em suas incursões no território do tráfico. Este será um desafio para Benedita.

O jornal silencia sobre questões outras que possam ser as responsáveis pela situação de emergência na segurança pública ao qual a cidade chegou. Assim como a divisão do jornal em editorias, a questão das violências também não se relaciona com outras, como a política, a educação, a situação geral do país e do mundo. Não se levantam discussões sobre causas, apenas buscam-se remédios milagrosos, que passam pela ordem e vigilância. Um episódio infracional tem de ser resolvido à base de critérios

puramente jurídicos e de força policial. Teremos enunciados que colocam viver na cidade = a viver com medo e policiamento = segurança. Com este panorama, vejamos os primeiros enunciados que separamos para analisar este período que vai de abril a dezembro de 2002.

> O plano **emergencial** de segurança pública do PT que será implantado no governo de Benedita da Silva tem dez pontos cruciais. São medidas que vão desde ações imediatas de **reforço do policiamento em áreas de risco** ao uso de tecnologia, com a utilização de barreiras eletrônicas e o geoprocessamento do crime (o mapa digitalizado do estado com as regiões marcadas pela incidência de crimes, tipos por tipos e horários em que são praticados). O objetivo é deflagrar automaticamente o policiamento com antecedência de até meia hora para evitar o crime. **(grifos nossos. Emergência contra o crime. P. 14, Editoria Rio, 7/04/2002)**

> Para **estancar** o crescimento da violência no Rio de Janeiro, registrado nos últimos meses, a Secretaria de Segurança Pública do governo de Benedita da Silva pretende reforçar o policiamento nas conhecidas **áreas de risco** do estado, **como a Avenida Niemeyer, entre Leblon e São Conrado**, onde frequentemente **grupos de traficantes atacam motoristas para roubar carros**. Foi o que **aconteceu com o jogador Ronaldinho e, semana passada, com o jornalista Pedro Bial**. Segundo levantamento do Globo, publicado no último dia 24, são 134 áreas de risco de violência no Rio. **(grifos nossos. Emergência contra o crime. P. 14, Editoria Rio, 7/04/2002)**

Nestes enunciados acima temos a junção crime-medo, situação que precisa ser resolvida emergencialmente, com o emprego da polícia. Para isso, será reforçado o policiamento em áreas de risco, mencionadas no enunciado seguinte. Apesar do alto índice de homicídios, as áreas de risco não são aquelas em que mais se mata, mas aquelas onde "traficantes" cometem crimes de roubos. Destaca-se um tipo de problema, os crimes contra o patrimônio, enquanto silencia-se sobre outro: os crimes contra a vida. E as áreas são de risco para quem? Para as classes mais abastadas, como o jogador Ronaldinho e Pedro Bial, locais por onde as pessoas passam de carro. Já no primeiro enunciado, quando é mencionado que o plano emergencial será do PT isso já identifica uma posição do jornal em relação ao governo. O PT é colocado ali de forma superior a Benedita, ou seja, o plano não é do governo de Benedita, mas do partido ao qual ela é filiada. Portanto, a governadora pode ser vista como uma marionete por este jornal, uma governadora subordinada a outras instâncias, sendo incapaz de ela mesmo fazer algo. Podemos fazer uma digressão, pensando que os crimes que importam nos enunciados acima são aqueles contra o patrimônio, ou seja, crimes que afligem a classe média.

Como Benedita é originária da favela, onde estaria a classe pobre, portanto, estes crimes não importariam para esta governadora, e sim os crimes contra a vida. Portanto, as violências que aparecem no primeiro enunciado são entrecortadas por questões políticas.

No segundo enunciado, a mesma ideia se mantém, já que é a Secretaria de Segurança Pública quem irá reforçar o policiamento nas áreas de risco do estado. Apesar de dizer "estado", apenas pontos da capital fluminense são enunciados. O tipo de discurso do *Globo* sobre a violência é aquela que aflige a classe média.

Ainda no segundo enunciado acima, encontramos a metáfora médica. Com o uso do verbo estancar, o jornal faz um discurso da necessidade de agir rápido para fazer a Cidade Maravilhosa sobreviver. O enunciado traz uma relação de memória da construção da cidade moderna de Richard Sennett, na qual a cidade e o corpo têm construções discursivas similares, como as vias, as artérias, as veias e a necessidade de "respirar". Relembremos aqui o que diz Sennett em "Carne e Pedra". Segundo ele, em 1628, William Harvey descobriu como se dava a circulação do sangue no corpo humano. Harvey, assim, deu a partida na revolução científica, que mudou a compreensão do mundo. Isso coincidiu com o advento do capitalismo moderno, o que contribuiu para o nascimento de uma grande transformação social: o individualismo. Os estudos permitiram novas ideias a respeito da saúde pública, que foram aplicadas nos centros urbanos a partir do século XVIII, com o Iluminismo. A partir daí, foi estabelecida a identidade entre saúde e locomoção.

> Construtores e reformadores passaram a dar maior ênfase a tudo que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável. (SENNETT, 2003, p. 214)

Além de crime e medo, nesta formação, há uma relação forte entre risco e emergência. Ou seja, a metáfora médica mobiliza todos os discursos higienistas sobre a favela. Não é à toa que a Avenida Niemeyer é citada como área de risco, afinal é uma das mais importantes vias da Zona Sul, ligando dois bairros nobres, tendo no meio a Favela do Vidigal. No segundo enunciado, já encontramos o inimigo traficante como aquele responsável pelos roubos nesta via, tendo como vítimas, muitas vezes, celebridades, o que torna ainda mais emergencial o reforço do policiamento.

Então, quais os sentidos de violências trazidos pelo jornal em Benedita? A junção entre crime e medo, que demanda soluções emergenciais em áreas de risco, com o objetivo de deflagrar automaticamente o policiamento, a fim de conter aqueles que cometem crimes contra o patrimônio, afetando a classe média. E o que isso silencia? Enquanto há uma emergência para resolução da segurança para a classe média, os crimes contra as classes menos favorecidas, em geral, crimes contra a vida, são silenciados. A junção crime-medo é o sentido da violência, sendo o crime aquele contra o patrimônio, e o medo desta violência.

Mais do que policiar, é preciso ocupar alguns espaços. Esta é a diferença que encontramos nos enunciados que recortamos abaixo em relação ao primeiro bloco. Já no início do governo Benedita, há um argumento forte em *O Globo* pró-ocupação das chamadas áreas de risco. No entanto, a palavra ocupação ainda não terá o mesmo significado que no momento futuro das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs). Aqui, ocupação é sinônimo de polícia temporariamente em um território, o que não quer dizer que já não comece a se fortalecer um significado para um deslocamento. Aliás, até este momento, favela é o lugar onde a polícia não se estabelece, mas apenas passa - calando-se sobre as relações estreitas com o tráfico -, realiza operações e vai embora, com algumas exceções, quando desenvolve projetos que são chamados de comunitários e sociais.

> O coordenador de transição anunciou também que a experiência do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE) nos morros Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, em Copacabana e Ipanema, respectivamente, será usada **nas ocupações** em outras comunidades carentes. (**Policiamento vai ser reforçado em 12 áreas. P. 18, Editoria Rio 6/4/2002**)
>
> Para enfrentar tiroteios em morros e favelas, a polícia de Benedita tratará o caso emergencialmente, mas o **modelo será outro**. Atualmente, **o caso é tratado pelas incursões: identifica-se a guerra entre grupos e aí há a ocupação, logo abandonada**. Uma unidade criada em 1999 e que não durou mais do que três meses será recriada. **(Emergência contra o crime. P. 14, Editoria Rio, 7/04/2002)**
>
> Criado em 22 de setembro de 2000, **o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE)** tem como principal conquista em um ano e meio de **ocupação** do complexo do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho a **redução drástica** na violência. O número de homicídios ficou em praticamente zero neste período **(Grupamento reduziu a violência. P. 14, Editoria Rio, 7/04/2002)**

> O maior desafio do GPAE foi criar uma **convivência pacífica e amigável com a comunidade**. Para isso, os policiais estabeleceram novas normas de conduta e se envolveram inclusive em projetos sociais, como o Espaço Criança Esperança, que engloba atividades esportivas, culturais e de ensino. **(Grupamento reduziu a violência. P. 14, Editoria Rio, 7/04/2002)**

Dentro dos sentidos de ocupação, encontramos enunciados que buscam favorecer a vigilância nas favelas como forma de combater o mal em um território violento. Ou seja, as áreas ocupadas preventivamente vão ser as favelas. É a entrada nestas favelas que é chamada de ocupação. A valorização será pelo projeto de policiamento chamado de comunitário fundado no ano 2000, no Governo de Garotinho, nos morros de Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Este projeto será o antecessor das UPPs. A ocupação das favelas precisa ser feita antes que o crime aconteça atingindo a classe média, ou seja, antes que ela chegue no que o jornal chamou anteriormente de áreas de risco. A ocupação será uma profilaxia do risco. Temos então, de acordo com o segundo enunciado do bloco acima, a "polícia de Benedita" para ocupar as favelas. Enquanto o governo era do PT no primeiro bloco, a polícia agora é a de Benedita. A polícia que vai ocupar a favela é a da governadora, originária da favela, que sempre lutou pelos direitos humanos de quem lá vive. E que lugares serão estes ocupados? Lugares de onde o risco provém, conforme os enunciados acima: onde há tiroteios e guerra entre grupos. Lembrando que há uma diferença entre o que é ocupação e incursões. Esta última é a ocupação temporária, que logo é abandonada. Se as favelas são este lugar do crime, é preciso uma ocupação fixa, que virá com o Gpae, projeto que já produziu redução da violência.

Aqui já se valoriza esta vigilância para reduzir os índices de criminalidade no Rio, conforme o penúltimo enunciado acima, onde se fala em "redução drástica da violência". Neste caso, a violência é o crime contra a vida, mostrando como há um tratamento diferente da violência em um lugar e outro. Na favela, é o crime contra a vida. Nos demais lugares, o crime contra o patrimônio. E a polícia irá entrar na favela para criar a convivência pacífica.

Também estamos na memória da classe perigosa, já que é preciso criar uma convivência pacífica e amigável com esse outro. Se é um desafio conviver de forma pacífica e amigável é porque este outro é visto como violento. Então, mantém-se a identificação imediata da necessidade de vigilância e repressão contra aqueles que

moram nas “comunidades”, palavra que serve apenas para deslocar daquela que tem tom mais negativo e pejorativo, que é a favela.

Até aqui encontramos a formação discursiva crime-medo, na qual o crime cometido pelas classes que vivem na favela leva medo para aqueles da classe média que circulam pelas áreas de risco. A ocupação na favela existe para que o medo inexista. Há uma articulação dos dois sentidos de violência. Um que estabelece as áreas de risco, onde acontecem os crimes contra o patrimônio, e outra onde se dá a profilaxia do risco, na favela, locais onde acontecem os crimes contra a vida, e que será ocupada. São estes sentidos de violências que vão articular as políticas públicas governamentais.

Vejamos então que cidade é esta que precisa de mais vigilância.

2.2.2 A cidade que precisa de mais vigilância

O enunciado de base que encontraremos a seguir é da cidade ainda mais violenta e que somente com mais policiais e com uma “boa relação” entre polícia e sociedade será possível melhorar a questão das violências no Rio de Janeiro. Da polícia, espera-se a solução para os problemas da criminalidade. Caso não seja possível, este organismo poderá contar com forças de segurança e até com uma força-tarefa para trazer um “choque de ordem”. Alguns projetos, como o Rio, Informação, Ação em Rede (Riar), lançado por Cesar Maia em abril de 2002, rememoram questões levantadas na conferência Rio 92, quando segurança, limpeza e organização eram pré-requisitos para que o Rio pudesse ser visto aos olhos do mundo, já que chefes de estado de vários países vieram à cidade para discutir questões ambientais. Na ocasião, uma série de ações intervencionistas foi tomada no sentido de garantir mais segurança aos visitantes internacionais e à população do Rio. Ainda naquela época, as Forças Armadas fizeram a chamada “ocupação preventiva” das favelas cariocas. Com o projeto proposto por Cesar Maia, também se rememora o Rio de Janeiro de Pereira Passos. Na primeira década dos anos 1900, o espaço urbano do Rio recebeu um verdadeiro “choque de ordem”, sendo reorganizado sob padrões europeus. Agora, mais uma vez, Cesar Maia vai buscar em Londres o projeto que quer adotar na capital fluminense para combater a insegurança.

> **É questão de ordem:** o crescimento da violência e da desigualdade social levou a prefeitura e o estado a elaborarem projetos semelhantes em que **o policiamento é apenas mais uma das armas** para baixar os índices de criminalidade. **(Dose dupla contra a violência. Editoria Rio, p. 16, 21/04/2002)**

> Inspirado no trabalho bem-sucedido da Scotland Yard, a polícia metropolitana de Londres, Cesar Maia, publica amanhã um decreto determinando o uso de recursos do orçamento do município para a realização das **intervenções** urbanísticas necessárias nos pontos com maior incidência de roubos, furtos e agressões. A ideia é, através de um **choque de ordem**, dificultar ao máximo a **ação de criminosos**. **(Dose dupla contra a violência. Editoria Rio, p. 16, 21/02/2002)**

> A Secretaria de Segurança Pública distribuirá cartilhas à população explicando como a polícia agirá em blitz e revistas e **como o cidadão deverá se comportar** nessas operações. **Os tiros também serão controlados.** (**Policiamento vai ser reforçado em 12 áreas. p. 18, Editoria Rio 6/4/2002**)

> O comandante da Guarda Municipal, major Carlos Moraes Antunes, adianta que poderiam ser contratados pelo município cerca de dois mil homens. – Seria **um trabalho voluntário**. Os PMs interessados se apresentariam no batalhão, e o estado informaria quantos são, quem são eles e em quais horários estariam disponíveis – disse o major, que comanda cerca de 5.300 guardas municipais. **(grifo nosso. Rio pode ter mais PMs à noite. P. 11, Editoria Rio 9/4/2002)**

> A proposta do prefeito dividiu opiniões na PM, cujo estatuto prevê a dedicação exclusiva do policial à corporação. O coronel Jorge da Silva, ex-coordenador da área de segurança pública, considerou boa a ideia do prefeito, que foi repudiada pelo presidente do Clube dos Oficiais da PM, coronel Paulo Monteiro. (...) O coronel Monteiro se disse contra o **"bico" oficial ou clandestino**. **(grifo nosso. Rio pode ter mais PMs à noite. p. 11, Editoria Rio 9/4/2002)**

Agora, um novo projeto promete "choque de ordem". Mas a questão é recorrente e sofrerá deslizamentos ao longo desta análise. Nos enunciados acima, também há o cruzamento da ordem com o crime. Ou seja, os desordeiros e indesejáveis são aqueles também vistos como os que cometem crimes. E se quem comete crimes são as classes perigosas que vivem na favela a questão de ordem também está ligada à separação morro x favela. Esta memória de favela como espaço desordenado é muito forte, como se a desordem não fosse a realidade da cidade, mas aquilo que é causado por alguns sujeitos dentro deste espaço. Relembramos, então, o legado de Pereira Passos, que não ficou restrito a pensar na transformação do espaço urbano, como também faz agora Cesar Maia:

> Antes, com as transformações produzidas, ressemantizou a cidade, conferindo a ela sentidos que compuseram (e ainda compõem) o imaginário contemporâneo sobre polarizações como morro versus asfalto, Zona Norte versus Zona Sul, 'gente de bem' versus 'gente perigosa'. (BORGES, 2009, p. 201)

A população também será ensinada a como se portar diante dos agentes da ordem, nas blitze. Aliás, o policiamento será apenas "mais uma das armas" contra a desordem, porque também haverá as intervenções urbanas, ou seja, o choque de ordem está ligado também à profilaxia do crime nas áreas de risco, por onde circula a classe média, e que receberão intervenções urbanísticas. Continua-se na formação crime-medo, porque serão as intervenções nas áreas de risco. Estes espaços da cidade onde a classe média é amedrontada serão embelezados como forma de tentar reduzir roubos, furtos e agressões. Assim, também, mantém-se a questão do crime contra o patrimônio, mesmo tendo entrado o elemento agressão, mas não se mencionam, por exemplo, os homicídios.

No terceiro enunciado acima fala-se que os tiros também serão controlados. Se usa-se o "também" é porque não só a polícia vai controlar os tiros, como os cidadãos, por meio das indicações de como se comportar nas blitze. O controle entra como um elemento novo na formação discursiva crime-medo. O controle fora da favela aparece produzindo um deslocamento nesta formação. Como também temos o sujeito Cesar Maia, além de Benedita, relembremos que a intervenção da "polícia de Benedita" é entendida como mais amena e suave, enquanto a intervenção proposta por Cesar Maia é controlada e pensada. Ter autocontrole e controlar a população serão as tônicas. O prefeito Cesar Maia quer endurecer as ações, o que traz uma articulação entre ordem e controle. Entendemos, assim, o choque de ordem como estando também dentro de medo-crime, trazendo o controle como novo elemento. Enquanto Benedita é mais prevenção, o prefeito é mais coerção e controle. Este elemento rearticula o crime-medo, portanto as intervenções urbanísticas serão necessárias, porque serão o meio de reduzir o medo pelo caminho da ordem. Temos agora crime-ordem.

No enunciado abaixo encontramos a necessidade de reforço de policiamento de maneira a destacar as áreas nobres das demais, assim como a Zona Norte da Zona Sul. Pontos turísticos e praças são os locais onde se pede este patrulhamento. Neste choque de ordem, até a guarda municipal será colocada para atuar contra os crimes "menos graves", em especial furtos e roubos.

> Os guardas municipais que não usam armas, atuariam **de dia, quando acontecem crimes menos graves**. Os PMs ficariam à noite e armados. Eu, por exemplo, **não tenho patrulhamento na orla da Lagoa**. Isso seria feito pelos PMs, que poderiam cuidar da segurança também da **Praça Luís de Camões, do Largo da Glória, do Parque do Flamengo e de outras praças** – adianta ele, que não sabe ainda

> quanto os PMs receberiam e como seria feito o pagamento. **(Rio pode ter mais PMs à noite. p. 11, Editoria Rio 9/4/2002)**

A cidade é cartografada e delimitada no enunciado acima, em relação aos crimes, como se eles tivessem mesmo hora para acontecer, sendo mais graves à noite. A partir desta necessidade de vigilância, vai ser criada a cidade onde há lugares do perigo públicos, onde não se pode circular sem ser incomodado e ameaçado.

2.2.3 Ruas são lugar do perigo diante do estado inoperante

Nesta cidade, onde buscam-se projetos linha dura para combater o mal, a justificativa do texto analisado é de que o estado, com suas instituições repressoras, tem sido insistentemente inoperante contra a criminalidade. Andar nas ruas tornou-se sinônimo de perigo. O jornal denomina os pontos onde se pode e não se pode ir sem risco.

> Para iniciar as intervenções urbanas e sociais, a prefeitura vai aguardar a indicação da Secretaria de Segurança dos pontos mais violentos da cidade. Levantamento publicado pelo Globo no fim do mês passado, com base em registros de queixas à polícia, mostrou que a cidade tem **134 áreas de risco, como ruas, esquinas e avenidas onde é maior o perigo de os motoristas serem vítimas de assaltos nos sinais, terem seus carros roubados e os pedestres serem feridos em tiroteios entre policiais e bandidos**. Entre os dez primeiros no ranking da violência estão a Avenida Brasil (1º lugar) e as duas vias de maior circulação da Barra: as avenidas Sernambetiba e das Américas. As avenidas Borges de Medeiros e Epitácio Pessoa, na Lagoa, e a Niemeyer também constam da lista. Os assaltos também são comuns nas esquinas da Prudente de Moraes em Ipanema, na hora do rush; e na Rua Barata Ribeiro, em Copacabana, a qualquer hora do dia. No Engenho Novo, o perigo é maior na esquina das ruas Verna de Magalhães e Condessa Belmonte. No Centro, na Avenida Francisco Bicalho e no cruzamento da Avenida Presidente Vargas com a Rua Uruguaiana. Em pontos como o Alto da Boa Vista e a Estrada Grajaú-Jacarepaguá, os bandidos costumam bloquear a estrada para assaltar. (**Dose dupla contra a violência. Editoria Rio, p. 16, 21/02/2002**)

> Moradores da Favela Rubem Vaz, no Complexo da Maré, **fecharam as pistas** da Linha Vermelha por volta das 16h de ontem, próximo à obra do novo batalhão da Polícia Militar. Houve tumulto e até tiros entre traficantes e policiais do 22º BPM (Benfica), que tentavam conter os moradores. Na confusão, a Linha Vermelha ficou fechada por cerca de dez minutos. **(Protesto e tiros fecham Linha Vermelha. Editoria Rio, p. 16, 26/04/2002)**

É o *Globo* quem cria esta realidade das 134 áreas perigosas ao fazer este levantamento, seguindo seus critérios de olhar para a cidade de um determinado lugar, a

partir das formações discursivas crime-medo e crime-ordem. Esta realidade vai sendo criada a partir de marcas de verdades, como as estatísticas das próprias polícias. Assim, faz um ranking dos pontos que considera mais violentos para seus leitores.

Não por acaso, não há áreas de favela na classificação, mostrando que elas são excluídas simbolicamente do meio urbano. Pelo contrário, os moradores da favela trazem medo e incômodo ao fecharem uma via expressa, como pode ser visto no último enunciado acima, sendo mais uma vez estigmatizados como indesejáveis, como aqueles que só atrapalham e dificultam a vida dos outros sem motivos que justifiquem tal ato. No entanto, é a única maneira de se tornarem visíveis, quando saem do cinturão onde tudo é possível e vão para o asfalto, incomodar.

A favela Rubem Vaz do Complexo da Maré, por exemplo, não está entre as 134 áreas de risco de *O Globo*. Mas uma pessoa morreu lá no embate entre polícia e traficantes. Não importa, a morte é desqualificada e naturalizada porque esta área está dentro do cinturão onde se pode morrer, onde não se cobra punição, enquanto a imagem negativa do morador da favela é reforçada como aquele que só se une pela desordem, portanto sua luta não é legitimada.

A partir deste ponto, vamos encontrando um Rio inseguro, que precisa ser urbanizado, melhor iluminado, melhor policiado. Diante desta situação de medo nas ruas, é preciso fazer campanhas para mobilizar autoridades e a própria população e retomar movimentos que chamem atenção para esta realidade do Rio, antes que a cidade esteja tomada pelos indesejáveis. Se a morte na favela não incomoda, ela será temida quando passa a ser um risco real no asfalto. Se na favela morrer em área pública é uma cena normal, no asfalto, mesmo os tiros sem mortes já viram "cenas de terror". Lembrando que a lógica midiática é homogeinizante e obedece ao valor da dramaticidade, do extraordinário e da encenação. Em muitos casos, conforme veremos nos enunciados abaixo, o próprio discurso tenta explicitar que a vida imita a arte, no caso o cinema.

> **À espera de ações mais efetivas contra a violência prometidas com a implantação do Plano Estadual de Segurança, a Associação de Moradores da Tijuca tomou ontem uma decisão: vai recorrer ao coordenador do movimento Viva Rio,** Rubem César Fernandes, para **propor a realização de uma campanha para reduzir a criminalidade na região.** A ideia surgiu na noite de anteontem depois de os moradores presenciarem **novas cenas de terror.** Policiais do 6º BPM (Tijuca) perseguiram e trocaram tiros com três ladrões de carros, na Rua Barão de Itapagipe, por volta das 23h. **(Reage Tijuca, Editoria Rio, p. 12, 13/04/2002)**

> A perseguição policial acabou com a prisão de Anderson da Conceição Rocha, de 21 anos. Segundo moradores da Rua Barão de Itapagipe, ela teve momentos cinematográficos. **Em alta velocidade, os três assaltantes colidiram em dois carros e até na patrulha da PM. – Parecia cena de cinema.** A patrulha perseguia os assaltantes. O marginal que estava no banco do carona se sentou na porta do carro e, com o tronco todo do lado de fora, atirava contra os policiais. **(Reage Tijuca, Editoria Rio, p. 12, 13/04/2002)**

> Darzi acrescentou que é grande o número de moradores que querem se mudar com medo da violência. **O êxodo já atingiu o mercado imobiliário.** Os episódios das últimas semanas teriam provocado redução de até 60% nos valores de certos imóveis. Na madrugada de 1º de abril, moradores da Tijuca foram acordados com **balas traçantes no céu, rajadas de metralhadoras e explosões de granadas, durante guerra entre quadrilhas dos morros da Casa Branca e da Formiga. (Reage Tijuca, Editoria Rio, p. 12, 13/04/2002)**

No primeiro enunciado, a política de segurança do governo de Benedita é questionada. A sociedade está à espera do que foi anunciado e, enquanto esta tal segurança não vem, a instituição que representa os moradores da Tijuca vai procurar ajuda extra, fora da representação do estado, que nada faz. Ao usar o título "Reage Tijuca", o discurso de *O Globo* retoma um momento do Rio de Janeiro em que havia uma onda de sequestros, em 1995, com a campanha Reage Rio, organizada pelo Viva Rio, que buscou mobilizar a sociedade para a situação. Nela estiveram presentes representantes de ONGs, artistas, lideranças comunitárias e a população em geral. Naquela ocasião, havia um fortalecimento de organizações do crime, como o Comando Vermelho. Desta maneira, o jornal parece querer colar a imagem da cidade àquela em que grupos de traficantes começaram a se fortalecer. Também naquela ocasião, a imagem das favelas já estava muito ligada à do tráfico. Assim, o *Globo* retoma toda uma memória.

Aqui os criminosos são assaltantes, mas, obviamente, que o medo maior é dos confrontos nos morros, com "balas traçantes" no céu da Tijuca, o que tem provocado, no fundo, o problema da desvalorização imobiliária. Ainda que a polícia tenha agido e preso os assaltantes, os criminosos são mais eficientes porque, antes de serem presos, bateram até mesmo na patrulha da PM, como mostra um dos enunciados acima, em uma cena que parecia de filme.

Também entra-se na memória do êxodo, não ainda da cidade como um todo, mas já existe um êxodo da Tijuca por causa da violência e, consequentemente, a

desvalorização imobiliária provocada pela guerra entre quadrilhas dos morros da Casa Branca e da Formiga.

No entanto, entendemos que, nesse momento, não há sustentação nos enunciados que comprovem haver este pedido popular do "Reage Tijuca", é mais um esforço de memória do jornal. Esta parece ser mais a fala do próprio jornal diante de um desabafo do presidente da Associação de Moradores da Tijuca. Um discurso que se quer implantar, o de que as ruas já não são mais transitáveis porque viraram lugar do crime, que não pode ser combatido apenas pelo estado, sendo necessária uma mobilização de todos.

Desta forma, o discurso que se fortalece é de que está na hora de o Rio reagir, antes que todas as suas ruas se tornem de risco. É preciso reagir contra os tiros, contra o lugar de origem desta violência. Há uma reafirmação da favela x asfalto, tão presente em vários momentos de nossa análise e mais acirrada no nosso próximo item.

2.2.4 Crime espetáculo. A cidade como lugar do medo e da barbárie

Em vários trechos analisados, encontramos um Rio que precisa ser mostrado com detalhes no que diz respeito à criminalidade. Um Rio do espetáculo do crime, no qual os meios de comunicação têm papel efetivo. Coimbra (2001) lembra Guy Debord (1997) e sua sociedade do espetáculo, que emerge junto com a 'sociedade de controle'

> O espetáculo é, ao mesmo tempo, o resultado e o projeto do modo de produção existente, sendo, portanto, uma visão de mundo que se objetivou. Apesar disso, somos convencidos cotidianamente e *ad nauseam* pelos próprios meios de comunicação de que pensamos, sentimos, decidimos e agimos por nós mesmos de que exercemos o tão decantado livre arbítrio – uma das grandes falácias forjadas pela democracia liberal burguesa. (COIMBRA, 2001, p. 30)

Nos enunciados que se seguem, o espetáculo da violência ganha novos contornos e se assemelha à barbárie, que se tornou possível até mesmo em Copacabana, bairro de maior potencial turístico do Brasil no mundo, conforme lembra a matéria. Nela, é contado o fato de um gari ter encontrado pedaços de um corpo esquartejado em algumas ruas, o que chamou atenção dos moradores e comerciantes. Apesar de a narrativa mostrar que há indícios de que a vítima tenha brigado com ambulantes na véspera, o que se quer provar é que a morte foi mais um desafio da "entidade" tráfico

para Benedita enfrentar, porém, aqui – além do desafio que vimos no nosso primeiro bloco de análise - temos o acréscimo do quesito "espetáculo".

> **Cenas de barbárie que chocaram** ontem os moradores de Copacabana, **bairro brasileiro de maior potencial turístico no mundo**, **desafiam a cúpula** da Segurança Pública do novo governo: partes de um corpo, **provavelmente esquartejado a golpes de machado**, foram deixadas em duas ruas movimentadas do bairro. (**Corpo esquartejado é achado em Copacabana, p. 17, Editoria Rio, 11/04/2002**)
>
> Nas primeiras horas da manhã, um gari encontrou, na Rua Raul Pompeia, em Copacabana, o quadril (com parte das coxas) de um homem branco, ensacado, embaixo de um carrinho de mão. À tarde, o tronco e os membros do mesmo corpo foram encontrados na Avenida Atlântica, na altura da Rua Bolívar, dentro de quatro caixas de papelão, sob uma árvore. Os braços, separados do tronco, e parte das pernas estavam em sacos plásticos. (**Corpo esquartejado é achado em Copacabana, p. 17, Editoria Rio, 11/04/2002**)
>
> Para a delegada adjunta da 13ª DP (Ipanema), Danielle Bulus de Araújo, **o crime pode ter ligação com o tráfico de drogas dos morros Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo**. **Uma testemunha, porém, contou ter presenciado anteontem uma briga de Michel com ambulantes da orla**. Ao se livrar, ele teria dito que iria ao Pavãozinho tomar banho e voltaria, o que não aconteceu. **(Corpo esquartejado é achado em Copacabana, p. 17, Editoria Rio, 11/04/2002)**
>
> A descoberta dos pedaços do corpo **impressionou** os moradores. (...) A cena parou a Raul Pompeia. – No início, achei que fosse um saco de areia, mas quando soube o que era fiquei horrorizado. Em mais de 30 anos de Copacabana, **nunca vi coisa igual**– disse um comerciante. **(Corpo esquartejado é achado em Copacabana, p. 17, Editoria Rio, 11/04/2002)**
>
> Na avaliação da antropóloga Regina Novaes, quem abandonou o corpo esquartejado **tinha a intenção de provocar medo**. Segundo ela, **a experiência aponta para os traficantes**, conhecidos pela crueldade, **mas cabe à polícia descobrir**. – Junto vem um recado **para a polícia, autoridades, gente das favelas e ONGs que creem em caminhos viáveis para enfrentar as mazelas da Segurança Pública** no Rio. **(Corpo esquartejado é achado em Copacabana, p. 17, Editoria Rio, 11/04/2002)**

Ao detalhar o esquartejamento, o *Globo* tende a fortificar a relação com o leitor de o que ele está lendo corresponde fielmente ao fato, que choca os moradores de Copacabana e obviamente também vai chocar os seus leitores. Mas ao mesmo tempo em que há marcas de veracidade que atestam que o que está sendo dito corresponde ao que ocorreu, também são percebidas marcas de mentiras que "se dissimulam por entre a

complexa trama narrativa" (MENDONÇA, 2002, p. 81). No caso analisado, uma delas é dizer que "provavelmente esquartejado a golpes de machado". Ou seja, apesar de as técnicas do jornalismo indicarem que o repórter não pode deixar dúvidas e quando tiver questionamentos em sua apuração deve evitar inclusive o uso no texto, aqui isto não ocorre. O dito é inspirado, portanto, em uma suposição, que vai remeter a uma memória, a de outros crimes praticados por traficantes. A veracidade ainda não pode ser confirmada, mas é dita, o que mostra a tentativa de reforçar uma hipótese e ainda a antecipação do discurso jornalístico ao discurso policial e também jurídico.

Parece-nos que o uso do "provavelmente com o machado" quer denotar o argumento de que este é um crime cujo autor é o tráfico de drogas, dando o seu recado ao novo governo do estado. Um morador diz que nunca viu coisa igual naquele bairro. Ou seja, a violência extrapola todos os níveis aceitáveis. Conforme o dicionário, barbárie é selvageria, qualidade ou condição do que é bárbaro, cruel ou desumano e, ainda por extensão, incivilidade, em que há grosseria, rudeza ou falta de civilidade. Desta forma, estes seriam também adjetivos que não se admitem na Zona Sul do Rio de Janeiro. A matéria foi escolhida por ser o retrato de várias outras que colocam Benedita como incapaz de resolver a questão da segurança pública no Rio de Janeiro que chegou a estes níveis de barbárie, conforme argumenta o discurso do jornal. No último enunciado acima é por meio de uma voz perita que *O Globo* dá o seu recado e colocando de um mesmo lado a polícia de Benedita, autoridades, a gente das favelas e as ONGs que acreditam em "caminhos viáveis" para enfrentar as mazelas da Segurança Pública no Rio. "Caminhos viáveis" pode ser entendido aqui como aqueles alternativos à vigilância armada e ao policiamento. Coisa que parece ineficiente aos olhos do jornal e da especialista acionada por ele para ser ouvida aqui, já que o governo estaria deixando a barbárie chegar a bairros como Copacabana.

Além da matéria, um box faz o trabalho de memória, trazendo à tona, novamente, casos de pessoas esquartejadas. Na maioria dos casos narrados, foram traficantes os responsáveis pela ação.

> O esquartejamento de vítimas é **prática comum** entre traficantes de drogas. Um deles, Marcos Antônio Pereira Firmino, preso em Bangu III, ganhou o apelido de My Thor por usar uma machadinha para torturar e matar suas vítimas. **(Relembre outros casos. P. 17, Editoria Rio, 11/04/2002)**
>
> Um dos **traficantes mais conhecidos** do país, Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, comandou por telefone, em agosto de 1999, uma sessão de tortura de cerca de uma hora antes de ordenar

> a execução a tiros do estagiário de informática Michel Anderson Nascimento dos Santos, de 20 anos. (...)Michel teria sido esquartejado vivo. Seu corpo também sumiu. **(Relembre outros casos. P. 17, Editoria Rio, 11/04/2002)**

A tentativa é de reforçar o argumento de que o corpo esquartejado em Copacabana é mesmo um recado para as forças policiais que acabaram de assumir o governo do Rio. Pior que isso, a prática não é realizada por qualquer traficante, mas o medo do crime torna-se ainda maior diante da memória de que o esquartejamento é uma ação típica do grande inimigo daquele momento no Rio, Fernandinho Beira-Mar.

Como consequência da barbárie, o Rio está mais vazio à noite. O que antes, para o jornal, já era comum nas ruas e bairros próximo às favelas, que tinham seu toque de recolher por conta dos tiroteios do tráfico, agora passa a ser disseminado por todo o Rio. Desta forma, no discurso de *O Globo* aparece mais um deslocamento, o de que o Rio está deixando de ser boêmio por conta da violência e, em breve, ele será o Rio que vai perder sua identidade. A questão da violência passa a dizer respeito a todo cidadão carioca porque ela pode afetar aquilo que o Rio representa para fora. O Rio boêmio, alegre, que atrai turistas está ameaçado. O leitor precisa reagir. No entanto, os argumentos são refutados na própria reportagem. Vejamos os enunciados:

> **Cidade fantasma** – Violência impõe toque de recolher e faz cariocas ficarem menos boêmios. **(Cidade fantasma. P. 15, Editoria Rio, 26/05/2002)**
>
> Avenida 28 de setembro, Vila Isabel, 1h de quinta-feira. Poucos carros circulando, **comboios de carros da Polícia Militar passando pelas ruas**. No Petisco da Vila, tradicional ponto de encontro de boêmios, os fregueses já foram embora e garçons já estão virando as cadeiras. Atrás do balcão, o proprietário preocupado com o prejuízo. A cena descrita é a mesma em outros pontos da cidade nos últimos meses. A exemplo do que acontece em áreas de conflitos**, a sensação de insegurança chegou ao seu mais alto grau e impôs um toque de recolher informal aos cariocas, acuados por ações de assaltantes armados de fuzis e 'bondes' de traficantes espalhando o pânico na noite do Rio.** (**Cidade fantasma. P. 15, Editoria Rio, 26/05/2002**)
>
> As pessoas estão indo mais cedo para casa e algumas até deixando de sair à noite com medo de assaltos. **(Cidade fantasma. P. 15, Editoria Rio, 26/05/2002)**
>
> A violência está fazendo com que a cidade **perca uma das coisas mais emblemáticas: a boemia (Cidade fantasma. P. 15, Editoria Rio, 26/05/2002)**

> O prefeito Cesar Maia **acha que é preciso aumentar o efetivo da polícia** que, segundo ele, está em desvantagem numérica em relação aos traficantes. – As ruas vazias afetam a própria identidade do Rio. O Rio boêmio se vai. A cidade perde sua identidade. Fica triste. Isso tem impacto econômico e por isso mesmo social. E mais fundo: tem impacto cultural. **(Cidade fantasma. P. 15, Editoria Rio, 26/05/2002)**
>
> **O medo da violência é familiar**. Na casa de Christina, todos mudaram a rotina. O pai, o cirurgião Eduardo Sabóia, não sai de casa. A irmã mais nova Maria Pia, de 17 anos, quase não sai mais. **(Cidade fantasma. P. 15, Editoria Rio, 26/05/2002)**
>
> A violência fez o carioca procurar alternativas, escolher restaurantes e bares localizados em shoppings. Isso fez com que se criasse na cidade **ilhas de segurança**. Uma delas é o Shopping Downtown, na Barra da Tijuca. **(Cidade fantasma. P. 15, Editoria Rio, 26/05/2002)**
>
> Os 73 bares e restaurantes do Downtown recebem em média 15 mil pessoas aos sábados, e **a noitada vai até alta madrugada**. [...] Além do estacionamento seguro, os frequentadores podem ficar nas mesas nas varandas sem serem **importunados por pedintes, meninos de rua, coisa rara no Rio**. **(Cidade fantasma. P. 15, Editoria Rio, 26/05/2002)**

Primeiramente, temos a comparação do Rio com uma cidade fantasma. Ser uma cidade fantasma significa ser uma cidade abandonada por algum motivo. O argumento é de que a insegurança e o crime forçaram as pessoas de bem a abandoná-la, a não usufruir mais da Cidade Maravilhosa. Mas um comboio de carros da Polícia Militar passa por estas ruas fantasmas, mesmo assim o desejo é de mais policiamento. A ação desta polícia de Benedita não estaria resolvendo a questão, portanto o medo permanece.

Entendemos que há um direcionamento de sentido na matéria, cujo argumento se fixa no depoimento de dois donos de bares, ou seja, o esvaziamento no Rio de Janeiro é atestado pela opinião de um comerciante que está tendo prejuízo e nos depoimentos de uma única família moradora da Barra da Tijuca, que já foi alvo de ladrões quatro vezes, ocasiões em que seus quatro carros foram roubados. Ou seja, mais uma vez, o crime contra o patrimônio é aquele que aflige o morador da classe média do Rio. Morador este que não quer ser importunado pelo outro Rio, o Rio das classes pobres, o Rio do menino de rua, do pedinte.

> A modernidade exige cidades limpas, assépticas, onde a miséria – já que não pode mais ser escondida e/ou administrada – deve ser eliminada. Eliminação não pela sua superação, mas pelo extermínio

> daqueles que a expõem, incomodando os 'olhos, ouvidos e narizes' das classes mais abastadas. (COIMBRA, 2001, p. 58)

Diferentemente de outros enunciados acima, aqui o que se encontra é de que a violência está mudando a imagem do Rio e de que, de 134 áreas de risco, agora a cidade passa a ser toda área de risco. Mas não há sujeitos falando deste medo, há apenas uma sensação de insegurança, ou seja, a insegurança não é real, como quer provar o discurso jornalístico. No entanto, o *Globo* tem uma solução. Existem áreas que não são de risco, áreas higienizadas, e que, por isso, estão livres do mal, são as ilhas de segurança. Lá as pessoas permanecem na noitada. Então o Rio continua boêmio nestes lugares?

Este Rio que perde a boemia se junta a um outro Rio, aquele em que as pessoas não só têm medo das ruas, mas estão proibidas de ir e vir. Para reforçar isso, o jornal utiliza marcas de verdade constituídas pela própria Polícia Militar ao divulgar em forma de fac-símile parte do documento da PM, um boletim interno, que determina a suspensão das licenças de policiais. Vejamos os enunciados.

> Em ato público ontem no boletim interno da Polícia Militar (...), o comandante-geral da corporação, coronel Francisco Braz, admitiu que 'o crescimento desordenado dos índices de criminalidade' **está atingindo o direito de ir e vir dos cidadãos, garantia prevista na Constituição Federal.** (...) Através do Boletim 33, assinado no dia 28, Braz determinou aos comandantes que não concedam aos policiais a chamada licença especial (por merecimento ou prêmio). (...) Segundo o assessor especial do comandante geral, major Wolney Dias, a medida atinge 5% da corporação – cerca de dois mil dos 45 mil PMs. O objetivo é aumentar o efetivo policial nas ruas para combater a violência. **(Direito de ir e vir ameaçado. Editoria Rio, p. 12, 30/05/2002)**

> O coronel Braz, em certo trecho do boletim, justifica a suspensão da licença especial à qual se refere como medida administrativa e operacional contundente", para "**garantir o direito de ir e vir dos cidadãos fluminenses, momentaneamente ameaçado**". **(Direito de ir e vir ameaçado. Editoria Rio, p. 12, 30/05/2002)**

> O prefeito Cesar Maia defendeu ontem **a ampliação do patrulhamento das Forças Armadas** para áreas vizinhas aos quartéis. **Ele responsabilizou Benedita e sua equipe pelos conflitos que estão ocorrendo porque** 'fazem mutirões há anos, chegam às mesmas conclusões e não põem mais policiais nas ruas.' **(Direito de ir e vir ameaçado. Editoria Rio, p. 12, 30/05/2002)**

O reforço do policiamento é uma solicitação constante no discurso do jornal. Quando isso ocorre, é como se a voz do veículo midiático tivesse sido aceita, não qualquer voz, mas como se o jornal falasse de um lugar público, como se fosse o

responsável por aquela medida. Como se o veículo estivesse dizendo. “Eu não disse, tem que colocar mais policiais. Agora a PM admite”. Este é o verbo usado, aliás, reforçando que a razão está com o jornal. O que é admitir: aceite, reconheça a superioridade de quem já vinha avisando sobre isso. Além disso, o tom é de que o *Globo* descobriu esta medida da corporação e publicou, prestando um serviço à população, mostrando que está de olho, foi lá e conseguiu o documento. Ou seja, agora só resta à corporação admitir.

No entanto, há um silenciamento à respeito da proposta de Cesar Maia. Não se aceita a proposta do prefeito de os policiais fazerem hora extra, mas evita-se o prêmio e o descanso, mantendo assim um número mais elevado do que o normal na corporação. Apesar de haver um silêncio na matéria sobre isso, ele significa. Significa uma briga velada entre prefeitura e governo, com um certo favorecimento de o *Globo* para o prefeito que aqui é acionado para pedir intervenção das Forças Armadas no Rio. Ou seja, desloca-se o discurso. Não são “policiais militares” a mais necessários nas ruas, mas “militares”, como se isso pudesse mudar a realidade do quadro da cidade. Este clamor pelas Forças Armadas vai perseguir todo o *corpus* e, mesmo em décadas anteriores, como lembra Borges (2009), ele estará presente como o discurso burguês na cidade que já foi a capital nacional e que, mesmo depois de perder o posto para Brasília, continuou sendo o centro de comando das Forças Militares, recebendo a denominação de Comando I do Exército. Este clamor pelas Forças Armadas nas ruas cariocas tem um apoio paulatino da imprensa há décadas. Borges ressalta que é esta mídia que ajuda a “construir a ideia de que as ações repressivas no espaço urbano do Rio de Janeiro eram efetivas e corretas. Isto é, onde as Forças Armadas atuavam, o crime, a desordem, o caos deixavam de existir” (BORGES, 2009, p. 214)

É preciso que estas forças ganhem as ruas para garantir o direito de ir e vir dos “cidadãos fluminenses”, mas estes cidadãos aqui significam apenas as classes médias que estão amedrontadas em suas casas e deixando de sair às ruas por conta do crime.

2.2.5 O Rio vira refém da violência

Esta nossa última série de enunciados sobre a cidade no período Benedita da Silva mostra o Rio refém da violência. “O Rio refém do medo” é o que diz o discurso de *O Globo* em reportagem publicada às vésperas das eleições de 2002, em 1º de outubro. Segundo o jornal, o Rio está sitiado. O primeiro questionamento que fazemos é “o tráfico estaria querendo interferir nas eleições de 2002 no Rio de Janeiro e, se sim, com

que objetivo?" As eleições de outubro de 2002 eram para votação dos cargos de governador, presidente da República, deputados federais, estaduais e senadores.

Sabemos que a luta no campo político se renova a cada período de eleições e, no caso do Rio de Janeiro, é o momento, muitas vezes, em que o medo exacerbado das elites é exposto no jornal, na tentativa de se evitar uma catástrofe nas urnas, ou seja, a questão da luta de classes acaba encoberta pela da criminalidade. Vejamos os enunciados, para depois nos aprofundarmos na análise.

> O que nem os mais alarmistas conseguiam imaginar acabou acontecendo ontem: **o Rio parou, refém do medo, sitiado**, vítima da ação de grupos, alguns armados, que ordenaram que o comércio fechasse em pelo menos 40 bairros. **(O feriado do terror. Editoria Rio, p. 16, 01º/10/2002)**
>
> Duzentas e trinta e cinco escolas mandaram 50 mil estudantes mais cedo para casa. Quatro ônibus foram incendiados e dois mil sequer saíram das garagens, deixando de atender 800 mil passageiros. Postos de saúde, bancos e supermercados suspenderam as atividades, mas **ninguém sabe explicar se o poder paralelo decretou feriado** – comerciantes de várias áreas asseguraram que traficantes, armados ou não, mandaram que eles fechassem – **ou se o medo coletivo provocou um efeito dominó, levando aqueles que não foram molestados a aderir à onda de pânico que tomou o estado**. **(O feriado do terror. Editoria Rio, p. 16, 01º/10/2002)**
>
> Rio, Niterói, São Gonçalo e parte da Baixada viveram um clima de feriado sem comemoração, com **ruas desertas e população acuada**. (...) **Pela primeira vez, a Zona Sul da cidade sucumbiu ao poder do tráfico e da boataria**. As principais avenidas de Ipanema, Leblon, Copacabana e Botafogo ficaram às moscas. **(O feriado do terror. Editoria Rio, p. 16, 01º/10/2002)**
>
> **Até os camelôs sucumbem ao medo**. Em Botafogo, parte do comércio da Voluntários da Pátria cerrou as portas. No Centro do Rio, a situação não foi diferente. Durante a madrugada, homens armados avisaram na Central para que os comerciantes não abrissem de manhã. (...) No Estácio, as lojas ficaram parcialmente fechadas. Segundo comerciantes, rapazes passaram de motocicleta com fuzis AR-15 mandando fechar. **(O feriado do terror. Editoria Rio, p. 16, 01º/10/2002)**

Antes da análise situaremos este momento político e alguns episódios históricos anteriores envolvendo sujeitos que fazem parte deste discurso e que também já estiveram nesta arena e no discurso midiático. Benedita da Silva, governadora em 2002, e Cesar Maia, prefeito do Rio, já tinham sido protagonistas de um primeiro embate

político na questão que envolve a segurança pública em outubro de 1992, quando eram candidatos à Prefeitura do Rio. Ambos se enfrentaram no segundo turno, com a vitória de Cesar. Naquele mês, antes da votação eleitoral, havia ocorrido o que foi chamado de "um grande arrastão" nas praias da Zona Sul. O governador era Leonel Brizola, duramente pressionado por Cesar Maia por conta de suas políticas públicas na área de segurança. O candidato Cesar Maia defendia repressão aos praticantes do arrastão, inclusive com o uso de tropas federais. Ou seja, o projeto defendido pela direita que ele representava, com amplo espaço no discurso de *O Globo*. Para Cesar Maia, como diz Nilo Batista, o criminoso no Rio deveria ter dois destinos: "prisão ou vala".

Benedita, ao contrário, apresentava-se contra a discriminação aos que participaram do "arrastão" e questionava o risco da falta de justiça social na questão. Ela também protestava contra as insinuações de que o seu partido, o PT, teria ligações com o crime organizado na favela ou no asfalto.

Dez anos depois, o discurso do medo está de volta ao Rio às vésperas de uma eleição em que Benedita está no poder e também é candidata ao governo do Rio, Cesar Maia é o prefeito e Lula é o candidato melhor colocado nas pesquisas para assumir a presidência do Brasil. Como em 1992, o que vemos agora nos enunciados destacados acima é que há uma orquestração da situação do medo. Ou seja, o medo se antecipa ao crime. Portanto é um discurso do medo sem o crime que nem sabe se virá.

O que amedronta a Zona Sul pela primeira vez, como vemos nos enunciados acima, é o que amedronta todo o Rio, ou melhor, todo o estado do Rio, que foi tomado por uma onda de pânico, apesar de serem citados o Rio, Niterói, São Gonçalo e parte da Baixada. Ao enumerar quantas escolas pararam, quantos estudantes ficaram sem aula, quantos ônibus foram incendiados, o jornal cria marcas de verdade.

No entanto, não se sabe ao certo o que aconteceu, se foi o "poder paralelo" quem determinou isso ou se foi apenas um movimento político, ou seja, teme-se o que virá por meio da política, mas esconde-se isso por trás do sentimento do medo das violências. Há depoimentos ao longo da reportagem que negam a onda de terror. Mais uma vez, as certezas ensinadas pelas técnicas de jornalismo dão lugar a dúvidas, mas os termos usados são certeiros, como "Rio sitiado", "vítima da ação de grupos".

Não há fatos que justifiquem o feriado do terror, mas a argumentação é de que, às vésperas de mais uma eleição, o Rio está parado. Se os comerciantes foram vítimas do disse me disse, o *Globo* deixa de lado os princípios do jornalismo e reproduz esse falatório de maneira a fortalecer o medo. "O imediatismo impede que o profissional

utilize métodos criteriosos e práticas de inquérito seguras para alcançar a verdade" (MENDONÇA, 2002, p. 133).

Só restará à governadora Benedita da Silva, diante do medo das elites exposto no jornal, render-se às forças federais. Assim como em Brizola, em 1992, agora, em Benedita também imagina-se faltar energia aos dirigentes do Estado do Rio no combate ao crime, notadamente na guerra contra o tráfico. E, se afinal, estamos numa guerra é natural que se convoquem as Forças Armadas. Portanto, mais uma vez, o pedido é de repressão.

2.3 O RIO PERDE A IDENTIDADE: PERÍODO ROSINHA GAROTINHO

Nossa análise segue buscando revelar que Rio de Janeiro encontramos no discurso jornalístico de *O Globo* no período Rosinha Garotinho, de 2003 a 2006, no que diz respeito às questões de violências e crimes. O Rio do medo vai permanecer, mas esta situação passa a afetar a identidade citadina. Rosinha inicia seu mandato junto com um novo governo federal. Luiz Inácio Lula da Silva começa a governar o país, sendo a primeira vez que um presidente considerado de esquerda é eleito.

Algumas questões aparecem com mais evidência, como a da favela, que precisa ser reestruturada, com investimento em equipamentos urbanos, saneamento e escritura dos imóveis. O discurso do estado ausente como causador da situação das favelas aparece em vários momentos, e é o jornal que vai intervir na busca de apontar os culpados e os ilegais. A situação da ilegalidade trazendo prejuízos à Cidade Maravilhosa também ganha novos contornos, e o jornal investe em séries de notícias para reforçar estes temas.

2.3.1 De um lado os cidadãos de bem, de outro os demais

Nos primeiros dias do Governo de Rosinha, encontramos um olhar sobre a favela em *O Globo* que mostra a necessidade da maior presença nestes espaços do poder público. Eles não serão apenas o lugar do crime e do conflito, mas o espaço que precisa ser observado e que necessita de maior intervenção pública. Apesar de aparentemente este ser um deslocamento, ao observarmos o texto, encontramos muitas regularidades em relação aos dogmas sobre a favela, apontados por Valladares, e à forma de olhar para este espaço da cidade, sendo a principal delas o fato de que a questão da favela como lugar do perigo se mantém. Os primeiros enunciados são relativos a um projeto do governo federal, que será implantado em várias cidades brasileiras. É um projeto de

urbanização de favelas, que será iniciado pelo Rio de Janeiro e por São Paulo. Entre os itens previstos, está a regularização dos lotes das favelas e a concessão de escrituras.

> Esse programa é importante porque abrange **áreas miseráveis e violentas**, onde crianças e jovens estão em **situação de risco**. Existe muita pobreza no Brasil todo, mas no Rio e em São Paulo temos uma **metrópole de favelados** em cada uma das cidades – disse a secretária. (...) A prioridade do Ministério das Cidades é a **recuperação** de favelas. **(Verba federal para favelas. Editoria Rio, p. 21, 12/01/2003)**
>
> Não adianta você tirar a população de uma favela e botar numa outra área como se fosse um **depósito de gente** – enfatizou Ermínia. Para ela, o problema das favelas não se resume à falta de escritura. – Não adianta você ter um papel na mão e morar em **área de risco.** (**Verba federal para favelas. Editoria Rio, p. 21, 12/01/2003**)
>
> O município entregará um documento sugerindo o acordo e uma metodologia para a regularização de casas e listando 54 favelas e oito loteamentos irregulares prioritários, onde vivem 247.896 pessoas em 65.958 imóveis – **todos com obras de urbanização do projeto Favela-Bairro concluídas.** (**Rio quer parceria com a União. Editoria Rio,p. 21, 12/01/2003**)
>
> Nas comunidades, a ansiedade dos moradores é grande. A presidente da Associação de Moradores do Vidigal, Bianca Régis Ferreira, explica que a regularização está na fase de reconhecimento de logradouros. (...) **Queremos logo a regularização. Vamos passar a pagar IPTU e poderemos exigir mais**– diz Bianca. (**Rio quer parceria com a União. Editoria Rio,p. 21, 12/01/2003**)
>
> A aposentada Maria Neyde Ferreira Leite tem 75 anos de idade e 55 de Vidigal. (...) – Gosto do Vidigal. **Só saio da minha casa para o São João Batista.** (**Rio quer parceria com a União. Editoria Rio,p. 21, 12/01/2003**)
>
> Vizinha ao Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica, a Quinta do Caju, onde a prefeitura realiza o projeto piloto de titulação das casas, **é uma favela diferente**. Quase todos os moradores são portugueses ou seus descendentes. **E não se vê pessoas armadas circulando.** (**Uma favela diferente. Editoria Rio, página 21, 12/01/2003**)

Enquanto em Benedita tínhamos áreas de risco articuladas aos locais onde a classe média se sentia amedrontada, por causa dos crimes contra o patrimônio, aqui, conforme o primeiro e o segundo enunciados do bloco acima, temos "situação de risco" e "área de risco" articulada para crianças e jovens que vivem nas favelas. Ou seja, o risco aqui é mais urbano, articulado com a questão da pobreza, da favela insalubre. A favela é área de risco de doença, mas não para todos os moradores, o risco restringe-se à

preocupação com as crianças e os jovens. Ou seja, novas gerações que ainda podem ser modificadas antes de se transformarem em "favelados".

A memória da ordem se mantém, é preciso resolver o problema da favela insalubre, retomando-se não só o projeto do governo federal, como relembrando o Favela-Bairro, no qual o próprio nome já significa que é preciso um certo progresso para que o ambiente da favela seja transformado em lugar de bairro. O nome sintomatiza o urbano. A favela não é a cidade, ela precisa se integrar, melhorar.

Então risco aqui não se limita à violência ao local onde o crime pode acontecer contra o patrimônio, como estava articulado lá atrás. Enquanto em Benedita havia a articulação de favela com segurança pública. Agora, no início do governo Rosinha, além de termos sua política pública ausente deste discurso, jogando-se luz no projeto do governo federal, temos um deslocamento, relacionando-se a favela com a questão do urbanismo, local que precisa de higienização, ordem urbana, recuperação no espaço onde há miseráveis.

Enquanto Rosinha Garotinho é apagada, por outro lado, há uma retranca com um projeto do prefeito do Rio, Cesar Maia. Nos enunciados, os sentidos de favela já postos são reforçados e encontramos a formação discursiva dos subúrbios problemáticos, "quando se chama atenção para os 'territórios dos pobres', estigmatizados como sendo locais perigosos e violentos por natureza." (COIMBRA, 2001, p. 44)

Temos a situação da pobreza no Rio e em São Paulo valorizada e diferenciada em relação à pobreza do restante do país. Viver na favela é ainda pior do que viver na pobreza, porque, se no país há pobres, no Rio e em São Paulo há uma "metrópole de favelados". O discurso é de que eles serão recuperados. Ou seja, segue-se a formação discursiva da doença. Eles têm cura, serão recuperados desta situação de favelado.

O projeto é visto como salvação e como a esperança da entrada do estado naquele território já que, pagando IPTU, as pessoas poderão exigir mais. Este enunciado também confirma que o estado, ao contrário do que se diz, já está presente na favela, já que o que está dito não é que eles começarão a exigir algo do poder público, mas vão ser mais exigentes nas cobranças. No penúltimo enunciado acima, temos a formação da favela como "melhor lugar do mundo, apesar de tudo". Este apesar de tudo pode ser interpretado de muitas maneiras: apesar dos crimes, dos traficantes, da falta de água, de luz, das violências em geral. A moradora do Vidigal, porém, diz que só sai de lá para o São João Batista, ou seja, quando morrer. Nesta frase, abre-se para outros significados

de favela. O lugar onde, “apesar de tudo”, as pessoas querem permanecer por motivos os quais são silenciados pelo jornal.

Neste vai e vem do que é a favela, finalmente, no último enunciado do bloco acima, o jornal reforça que favela é lugar de bandido ao dizer que existe uma que é diferente disso, onde não se vê “pessoas armadas circulando”. Ou seja, o enunciado traz o clássico diferente que confirma a regra. Portanto, há uma estigmatização e um olhar criminalizante para este lugar e para as pessoas que ali vivem, pessoas que são criminalizadas pelo que são e não pelo que fazem. A favela que apresenta outras características “nem parece favela”.

Quanto a ser vista como área que precisa ser recuperada e regularizada**,** Valladares (2005) lembra que “a descoberta da favela foi logo seguida por sua designação como problema a ser resolvido” (VALLADARES, 2005, p. 36). E a autora continua:

> O que fazer da favela? Debate estabelecido a partir do início do século, que já nos anos 1920 desencadeia a primeira grande campanha de denúncia contra a ‘lepra da esthetica’ (PIMENTA, 1926), retomada nos anos 1930 através do Plano Agache para remodelação e embelezamento da cidade do Rio, seguindo pelo Código da Construção em 1937. (idem)

Mais recentemente, as políticas e os programas de regularização urbanística e fundiária nas favelas são retomados em 1992, com o Plano Diretor Decenal. Depois, a partir de 1994, tem início o Favela-Bairro, dentro do Programa de Urbanização de Assentamentos Populares (Proap). Antes desse, os programas caminhavam no sentido de remoção das famílias das áreas consideradas de risco e ocupadas. Tais políticas de regularização se apresentam como uma das portas de entrada da favela na conjuntura da cidade, inclusive com cobranças de taxas e impostos pelo estado. Apesar disso, sempre há formas de se culpabilizar a favela pelos problemas e de tentar segregá-la ao invés de uni-la à toda a massa urbana. É o que veremos a partir de 2004.

Logo no início desta etapa, encontramos enunciados que reforçam a imagem da cidade partida. De um lado, temos o município das coberturas de prédios luxuosos que, estando ilegais, vão ganhar o perdão do poder público. De outro, não se pode expandir as favelas, que precisarão ser contidas com muros, o que representa uma violência.

Orlandi (2004, p. 88) lembra que, em uma sociedade deflagrada como a nossa, há três momentos face à violência: o da sua constituição, o da sua manutenção e o de seu desencadeamento. O da constituição é parte da maneira como o capitalismo produz

e reproduz suas relações na sociedade. No da manutenção, um agravante é a polícia, chamada para exercer o papel repressivo, quando poderia ter o papel formador. Já no momento do desencadeamento da violência, Orlandi exemplifica com o fazer o muro, atitude que libera uma enorme hostilidade social:

> imaginariamente, de um lado, nós, os corretos, os legítimos, os que têm direitos, bens, educação, etc, do outro, o que agride, hostilizado, com um aumento de agressividade proporcional ao nosso gesto de categorização. No meio, um muro (ORLANDI, 2004, p. 88)

Então, quando esgota-se o discurso sobre a remoção de determinadas áreas já consolidadas, é hora de alterar os argumentos e de buscar as cercanias como alternativa. Vejamos os enunciados:

> Para acabar com a guerra pelo controle do tráfico na Favela da Rocinha, que (...) já deixou oito mortos, o governo do estado anunciou ontem que **vai cercar parte do morro com um muro de três metros de altura.** Além da Rocinha, também serão parcialmente muradas as favelas do Vidigal; do Parque da Cidade, na Gávea; e da Chácara do Céu, no Leblon. O anúncio foi feito pelo vice-governador e secretário estadual do Meio Ambiente, Luiz Paulo Conde. (**Limite da violência, Editoria Rio, p. 8, 12/04/2004)**
>
> A governadora e o secretário aprovaram. **Vamos evitar com isso que as favelas continuem a se expandir, destruindo uma Área de Proteção Ambiental (APA) e ainda que os traficantes** usem a mata como caminho para suas incursões. (**Limite da violência. Editoria Rio, p. 8, 12/04/2004)**
>
> Para a professora da UFRJ Leonarda Musumeci, pesquisadora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, o muro não é um bom símbolo: - Ele **lembra separação, apartheid. Simboliza ainda a falência do estado**. Embora não conheça o **projeto de Conde**, tenho dúvidas sobre a sua eficiência: com as armas modernas usadas pelos bandidos, não é difícil furar um muro de concreto – afirmou Leonarda. (**Limite da violência. Editoria Rio, p. 8, 12/04/2004)**
>
> O presidente da Associação de Moradores da Rocinha, Willian de Oliveira, quer que a comunidade seja ouvida antes de o estado começar a construir o muro, embora pessoalmente nada tenha contra a ideia: - Queremos conhecer o projeto. A princípio, tudo o que puder ser feito para melhorar a segurança da comunidade é importante. Além disso, o muro poderia evitar que a mata continuasse a ser invadida – disse Willian. (**Limite da violência. Editoria Rio, p. 8, 12/04/2004)**

Mais pessoas morreram no Rio, então a instância jornalística divide a cidade onde se morre de tiro e outras violências sem que isso seja notícia daquela onde se quer viver. Faça-se um muro. De um lado, os cidadãos de bem, de outro, aqueles que merecem morrer. É este o discurso acima, já que a proposta de se murar a Rocinha vem a reboque de mais tantas mortes ocorridas no Rio de Janeiro. A proposta não é de Rosinha, mas de seu vice, Luiz Paulo Conde, que também é secretário estadual de Meio Ambiente. A governadora aparece, no segundo enunciado, sem nome explícito, como alguém que aprova a medida. Portanto, assim como Benedita, Rosinha também é preterida em vários assuntos ligados à segurança pública.

No segundo enunciado, usa-se o argumento ambiental para justificar a segregação social. Mas quando diz que vai conter a favela com muros por causa das questões ambientais e ainda para evitar que os traficantes usem a mata, na verdade, o discurso é: assim vamos dificultar a fuga dos bandidos dali, que poderão ser mais facilmente presos, controlados e vigiados.

> A cidade despe-se da natureza para vestir-se da técnica. Com essa frase, Milton Santos (1997) canalizava as preocupações com relação à globalização na dinâmica das cidades. Para ele, a evolução das cidades seria empreendida por um cumulativo de desenvolvimento e expansão da tecnologia urbana que se reflete sobre a infraestrutura, obras públicas, etc. Essa formulação sugere uma tensão entre o modo de vida urbano e o espaço da natureza. Reconhecer essa tensão não significa considerar técnica e natureza ou cidade e natureza como domínios excludentes e incompatíveis. A natureza também figura como um importante valor para a população urbana de uma metrópole como o Rio de Janeiro. “Preservar a natureza” assume contornos cada vez mais moralizantes e ganha, como um slogan fácil, a simpatia do público, principalmente das classes médias urbanas. (CAMARGO, 2012)

No enunciado em que está dito que o problema do Rio é o problema do Brasil, também há uma naturalização da favela, mais uma vez, como lugar de bandido, já que o argumento é de que, para conter estes bandidos, que estão no território a ser murado, são necessários recursos. Para esconder estas pessoas em um lugar murado, são necessários recursos. Mas no lugar disso argumenta-se em cima da questão ambiental. Afinal, é mais fácil convencer quando se coloca um “argumento” em que a maioria pode concordar. A alegação já foi diversa em outros momentos históricos, por exemplo, a necessidade de circundar a favela para permitir a passagem de serviços como o da coleta de lixo, da ambulância, dentre outros.

A fala do perito aparece nestes enunciados analisados agora de duas maneiras. De um lado, o arquiteto que reforça o argumento do muro como convincente e aceitável e do outro a pesquisadora que diz que o muro não é um bom símbolo, mas ela diz não conhecer o projeto de Conde, o que, de certa forma, a desqualifica. É ela a única a falar de apartheid, numa referência ao que ocorreu na África onde a população branca vivia separada da população negra e também a falar na corrente da favela como apartheid social

> Essa ideia de um apartheid social (Buarque, 1993) difundiu-se rapidamente no pensamento sociológico brasileiro, apoiado no argumento da dualidade e da polarização favela/asfalto [...] Nesta representação, as favelas passam a ser consideradas como o lugar por excelência da exclusão social moderna. Às tradicionais imagens depreciativas inspiradas pela favela e sua população no tempo da teoria da marginalidade, acrescentou-se agora um novo estigma ligado às consequências sociais e políticas negativas da globalização (VALLADARES, 2005, p. 143)

Para reforçar a construção do discurso, o próprio representante da comunidade diz que tudo que é feito para melhorar a segurança deve ser adotado, mas há um silêncio com relação ao que diz a própria comunidade. O representante da favela, neste caso, faria o papel do mediador, aquele que, muitas vezes, acaba confirmando o discurso dominante, como neste caso, apesar de ele ter dito que a comunidade precisaria ser consultada. Portanto, teríamos a orquestração de mais uma voz, que confirma a questão da segurança, quando, na verdade, quer dizer "violência" simbólica.

Enquanto Rocinha, Vidigal e outras favelas da Zona Sul do Rio estão na iminência de serem contidas com muro por determinação de uma nova política pública, além de haver vários discursos com críticas a prédios e outras construções nas favelas, as coberturas ilegais erguidas no lado do asfalto da cidade serão regularizadas e ampliadas. Vejamos os enunciados:

> As regras para a construção de coberturas podem mudar no Rio. O prefeito Cesar Maia anunciou ao Globo que vai encaminhar ainda este ano à Câmara de Vereadores um projeto de lei que permitirá ampliar a área construída desses imóveis. A proposta valeria não só para novos projetos, como **permitiria regularizar os acréscimos feitos em boa parte das coberturas do Rio, desrespeitando as regras urbanísticas.** [...] É necessária uma revisão das regras para ocupação das coberturas. Isso permitiria uma **regularização enorme na cidade**. (**Nova lei para as coberturas. Editoria Rio, página 8, 11/10/2004**)

> Na **avaliação do mercado imobiliário**, a **alteração da legislação seria benéfica para aqueles que estão em situação irregular**, principalmente moradores do Jardim Oceânico (Barra) e Recreio dos Bandeirantes. Pelo menos 90% dos prédios desses bairros estão em situação irregular. Como a legalização não é possível hoje, isso faz com que essas coberturas tenham no mercado um valor de 15% a 20% inferior ao real - disse Paulo Sampaio, presidente da Bolsa de Imóveis da Barra da Tijuca, Recreio e Jacarepaguá. (**Nova lei para as coberturas. Editoria Rio, página 8, 11/10/2004**)

> Cesar argumenta que a flexibilização terá o objetivo de modernizar a legislação, elaborada numa época em que a parte superior dos edifícios, além de ser menos valorizada, tinha um pequeno espaço para residência do porteiro. (...) Independentemente de qual projeto for aprovado primeiro, o engenheiro civil Luiz Kutwak, morador do Recreio, acredita que a alteração vai **corrigir uma injustiça**. (**Nova lei para as coberturas. Editoria Rio, página 8, 11/10/2004**)

Encontramos neste bloco de enunciados a formação discursiva de morro x asfalto. A questão das coberturas ilegais nos remete às favelas, afinal, quando se pensa em ilegal numa cidade, imagina-se que venha do morro e não do asfalto. Logo depois, imagina-se "Favela, ilegal, e daí?, que virou série do jornal ainda neste ano de 2005. No entanto, neste discurso envolvendo as coberturas, o ilegal não é e daí? Mas sim, é ilegal, e o estado vai legalizar a qualquer custo, porque aqui, mais do que tolerar e mais do que uma necessidade habitacional, é preciso lembrar que o mercado imobiliário precisa movimentar este setor, que move milhões e, portanto, não tem como deixar na ilegalidade. Portanto, no primeiro enunciado temos a comemoração de que a mudança na lei irá permitir uma "regularização enorme na cidade", sendo necessária a revisão das regras urbanísticas para beneficiar todos aqueles que as estão desrespeitando. Aqui até a ordem urbana está à mercê dos ricos donos de coberturas da cidade. Portanto, enquanto temos ordem-medo, quando se fala em urbanizar regiões para evitar o crime praticado pelas camadas mais baixas, aqui temos o desurbanizar igual a ordem para estas camadas.

Finalmente, no último enunciado deste grupo, temos o discurso dos injustiçados. Aqueles que pagam altos impostos para morar bem e não podem se sentir prejudicados por isso. Aqui a cidade como produto do capitalismo fala mais alto. Neste ponto, rememoramos a questão do fluxo de capital necessário na cidade moderna.

Talvez seja possível fazer também uma leitura da complexidade da cidade, já que o ilegal não está onde mais se espera, mas onde menos se imagina. Portanto, a

cidade é mais complexa e mais contraditória do que os discursos sobre ela e, portanto, é mais do que preveem as políticas para o ordenamento urbano.

2.3.2 O Rio decadente das violências e favelas

Ao ser reeleito em 2004 para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro pela terceira vez, Cesar Maia é entrevistado pelo jornal o *Globo*. Entre as questões centrais da entrevista, está a identidade da cidade, chamada decadente. Dois motivos centrais para a tal decadência reforçados pelo discurso do jornal são a violência e a favela. A favela, como o *locus* do problema, está em franco crescimento. Com isso, o restante da cidade estaria sofrendo as consequências negativas.

> O senhor acha que **o Rio é uma cidade decadente**? Cesar: Do ponto de vista social e cultural, é uma cidade ascendente. Os indicadores sócio-culturais são espetaculares. (‘**O problema das favelas é a taxa de fertilidade’, Editoria Rio, p. 18, 10/10/2004**).
>
> Novo governo: Prefeito reeleito quer aprovar lei para **permitir condomínios de classe média nas encostas** do Alto da Boa Vista. (‘**O problema das favelas é a taxa de fertilidade’, Editoria Rio, p.18, 10/10/2004**).
>
> Para **conter a favelização,** a lista inclui a proposta de liberar a construção de condomínios no Alto da Boa Vista. As favelas, reconhece, **tendem a continuar a se expandir e uma das razões é a taxa de natalidade**. Embora não comente, ele enfrenta outra dificuldade: a vitória de Nadinho, eleito vereador pelo PFL do prefeito. Nadinho é líder comunitário de Rio das Pedras, em Jacarepaguá, uma das favelas que mais crescem no Rio. (‘**O problema das favelas é a taxa de fertilidade’, Editoria Rio, p. 18, 10/10/2004**).
>
> A sensação do carioca é de que **as favelas crescem, de que a cidade está perdendo espaços urbanos...** Cesar: Há **dois problemas de percepção. Um dele é a violência, que cria a sensação de decadência, de pânico. Por outro lado, o Rio é uma cidade que só é percebida pelos intelectuais no corredor da Zona Sul e por meio de intervenções focalizadas.** Eles conhecem Vigário Geral, a Mangueira. Não conhecem boa parte da Zona Norte e a Zona Oeste. (‘**O problema das favelas é a taxa de fertilidade’, Editoria Rio, p.18, 10/10/2004**
>
> O senhor tem algum projeto para **impedir a expansão das favelas?** Cesar: **O grande problema** do crescimento das favelas, a partir dos anos 80, **é a taxa de fertilidade da favela**, superior **à da não favela**. (‘**O problema das favelas é a taxa de fertilidade’, Editoria Rio, p.18, 10/10/2004)**

> Há um projeto da prefeitura de permitir condomínios de classe média em encostas para **impedir a favelização**. O senhor pretende implementá-lo? Cesar: Houve resistência em algumas áreas. Então, suprimi Santa Teresa e Gávea. Fiquei com o Alto da Boa Vista. Neste fim de ano, decidi me empenhar para tentar aprovar o projeto de lei flexibilizando a construção no Alto. Flexibilizar não é conceder em gabarito. É inviável ter uma casa no meio de um grande terreno. Queremos permitir a construção de condomínios. (‘**O problema das favelas é a taxa de fertilidade’, Editoria Rio, p.18, 10/10/2004)**
>
> **A proporção de adolescentes grávidas nas favelas é elevada**. O senhor desautorizou um programa de distribuição de preservativos para adolescentes. Poderia rever essa decisão? Cesar: Não é tão simples. Há uma proporção muito elevada de partos de jovens pobres com menos de 19 anos, 20% mais ou menos. Mas ter um filho é um momento sublime para a mulher. Para uma mulher pobre, esse é o momento da vida dela. (...) Então, é uma questão de intervenção em nível cultural. (‘**O problema das favelas é a taxa de fertilidade’, Editoria Rio, p., 18, 10/10/2004)**

O *Globo* vai questionar o prefeito reeleito do Rio: “O senhor acha que o Rio é uma cidade decadente?” Ele não está perguntando, mas, já na própria questão, afirma. Parte-se, assim, do pressuposto de que ele não está ascendente. A questão da segurança pública é um dos motivos desta decadência. É a violência que cria a sensação de decadência do Rio, conforme o quarto enunciado da série acima e esta violência tem origem: a favela, outro motivo desta situação de sensação de decadência da metrópole. Violência, decadência e favela precisam ser combatidas de alguma forma: reduzir o número de pessoas que nascem nesse local indesejável, que só produz bandidos. Esta violência traduzida em crime-medo aqui ganha ainda o componente eliminação. É preciso eliminar estes moradores da favela, evitar que nasçam. Por que o prefeito não está entregando preservativos para os jovens da favela?

A própria frase destacada no título “O problema das favelas é a taxa de fertilidade” mostra o discurso higienista e do preconceito de um jornal que alerta para o mal que é o crescimento das favelas. Esse discurso é reforçado ainda quando se diz que a proporção de adolescentes grávidas na favela é elevada, transformando uma questão polêmica e mais ampla e social, que envolve aspectos religiosos, sexuais, econômicos e de poder, em um problema direcionado às favelas. Em geral, trabalhadores cuja taxa de natalidade se quer controlar são tratados como objetos e não sujeitos.

Se já tivemos antes o discurso de que é preciso frear a favela por conta da necessidade de se proteger o meio ambiente, agora, veremos que, para evitar a favela

nas encostas, será permitida a construção de condomínios luxuosos no Alto da Boa Vista. Portanto, a preocupação não era ambiental, mas sim em evitar a favelização.

Todo este bloco de enunciado revela o preconceito com o outro e até mesmo o desrespeito às questões constitucionais, mostrando que as leis e os direitos são construídos de acordo com a posição social e o lugar que o morador da cidade ocupa. Esta cidade, que quer ser civilizada e cosmopolita, cai por terra diante dos problemas da criminalidade e das favelas. Ocupar, vigiar, tomar conta, de um lado. Permitir e governar *para* de outro. Ainda que o perfil social da favela esteja mudando, conforme quer argumentar Cesar Maia, ou seja, não são só pobres que moram lá agora, tem classe média também, gente que merece nosso respeito. *O Globo* pressiona, quer o Cesar Maia fiscal e sizudo, mas já sabendo que, entre os novos aliados de Cesar Maia, está Nadinho, líder comunitário de Rio das Pedras, favela em expansão e lugar de muitos votos.

Estamos então nos aproximando de um outro discurso. Se não se pode contar mais com este aliado, se o estado, na figura de Cesar Maia, vai permitir a bandalha, é hora de o *Globo* assumir ainda mais sua posição de fiscalizador, denunciador e defensor do cidadão carioca "de bem".

2.3.3 O Estado não faz. O Globo denuncia e fiscaliza

Em 2005, O *Globo* inicia a série "Ilegal. E daí?", slogan no qual usa de ironia para dizer que a ilegalidade está tomando conta do Rio com o apoio do Poder Público, que estaria inerte, sem condições de agir contra um mal que desce o morro, começa a tomar a entrada dos túneis e, aos poucos, vai estragando a cidade como um todo. Mas esta ilegalidade que incomoda não é das coberturas dos prédios luxuosos, mas a que vem dos pobres. O *Globo* começa a ver outras "falhas" pela cidade e, já que o estado não está presente, ele vai assumir o papel de vigiar. A ilegalidade tem parceiros que a estimulam e se vangloriam dela, enquanto o discurso do jornal é o lugar de dizer o que é correto, o que é o Rio legal. Neste ano de 2005, portanto, o bloco de análise avança no sentido de mostrar esta questão da ilegalidade.

A cidade que está perdendo a identidade, deixando de ser o Rio da boemia, que é decadente e agora ilegal, precisa voltar a ser o que era. Neste bloco, também vai se rememorar a questão da remoção das favelas ou pelo menos remoção de construções maiores e mais "perigosas" das favelas, os "espigões". Vejamos os enunciados.

> Depois de declarar que prefere espigões na favela do que na orla, agora Cesar Maia diz estar **engessado pela Lei Orgânica para demolir prédios erguidos em áreas carentes**. (...) apesar de ter maioria no Legislativo, não apresentará projeto de emenda à Constituição municipal, alegando que não tem garantia de que conseguirá os dois terços de votos necessários para aprová-lo. **(Ilegal. E daí? A prefeitura não pode agir. Editoria Rio, p. 19, 2/10/2005)**
>
> Solicite ao Viva Rio o destino do microcrédito que deram na Rocinha e que se jactaram pela alta taxa de adimplência. O dinheiro foi para a construção de lajes. **Viva Rio, BID, BNDES estão estimulando a verticalização**. **(Ilegal. E daí? A prefeitura não pode agir. Editoria Rio, p. 19, 2/10/2005)**
>
> **A prefeitura não deveria embargar obras como o espigão da Rocinha até para segurança das pessoas? (...)** Por que o Rio tem uma regra rígida para todos os moradores que pagam impostos e **nas favelas vale tudo? (Ilegal. E daí? A prefeitura não pode agir. Editoria Rio, p. 19, 2/10/2005)**
>
> **A remoção de favelas é uma possibilidade**? **Todos os dias** o Globo recebe cartas de leitores reivindicando esta solução. Cesar: Sempre que existir a concordância. Ficar na favela é um direito estabelecido na Constituição municipal **no auge do populismo no Rio**. **(Ilegal. E daí? A prefeitura não pode agir. Editoria Rio, p. 19, 2/10/2005)**
>
> A **remoção de parte das favelas, para a abertura de ruas é uma discussão viável**? Não acha que removendo ao menos 30% da Rocinha e do Vidigal, por exemplo, seria melhor para os próprios moradores e para a cidade também? **(...)** O senhor administra o Rio, direta ou indiretamente, desde 1992, há quase 15 anos. Neste período, **as favelas cresceram absurdamente**. **De quem é a culpa?** Da prefeitura, do governo do estado, da Justiça? **(Ilegal. E daí? A prefeitura não pode agir. Editoria Rio, p. 19, 2/10/2005)**
>
> **O prefeito de São Paulo, José Serra, com menos de um ano de governo desapropriou um bairro inteiro, a Cracolândia**, e vai fazer lá um polo tecnológico. Por que soluções como essa não são viáveis no Rio? **(Ilegal. E daí? A prefeitura não pode agir. Editoria Rio, p. 19, 2/10/2005)**
>
> Como a prefeitura vai enfrentar o controle das favelas pelo tráfico sem entendimento com o estado? **(Ilegal. E daí? A prefeitura não pode agir. Editoria Rio, p. 19, 2/10/2005)**

O discurso do jornal procura um culpado para a ilegalidade que diz tomar a favela. Cesar Maia já não se importaria mais com os espigões nestes lugares. O *Globo* pergunta: Por que o Rio tem uma regra rígida para todos os moradores que pagam impostos e nas favelas vale tudo? Este é um discurso solidificado no jornal e que mostra de que posição ele fala. As ilegalidades do asfalto são aceitas e, em muitos momentos,

justificáveis. Alteram-se as próprias normas para legalizar aquilo que se quer no asfalto, enquanto os prédios construídos em favelas são condenáveis, apelando-se até mesmo para a questão do risco que aquela construção ilegal representa e precisa ser embargada. Ora, vale tudo para os moradores da favela? O que seria este tudo? Um reforço dos estereótipos de que para eles vale até estar fora da lei.

Além disso, alguns enunciados mostram o instrumento discursivo de colocar os leitores de o *Globo* de um lado, enquanto os moradores da favela estão de outro. Em dispositivos acionados no texto, como as palavras "todos os dias" o jornal recebe cartas... , acentuam-se profundamente os sentidos do discurso.

A questão da remoção é defendida de maneira muito forte, porque não remover as favelas foi uma medida tomada no auge do populismo. Ou seja, o *Globo* não vê legitimidade na presença dos moradores nos locais onde vivem há anos e criaram raízes culturais e sociais. Pelo contrário, reforça a posição de que ali é um depósito de gente que pode ser mudado a qualquer tempo. Em 2005, esperava-se que este discurso da remoção não tivesse mais tanta força, já que vários movimentos sociais de favelas conquistaram seus espaços. No entanto, o periódico o rememora, inclusive sugerindo que as favelas da Zona Sul estão muito adensadas e pergunta se não haveria possibilidade de remover "ao menos 30% da Rocinha e do Vidigal?" E defende que isso seria melhor para a cidade e os próprios moradores. Agora, imaginemos este discurso em relação a Copacabana ou a Ipanema e Leblon. Será que o jornal faria esta sugestão para diminuir o adensamento nestes locais?

Relembrando que este momento histórico é diferente dos períodos em que antigas remoções foram feitas, como nos casos do afastamento dos centros urbanos e da construção de Vila Kenedy, Antares e Cidade de Deus. No sentido contrário à remoção, temos as políticas de urbanização, que tiveram, no Rio, seu marco nos morros do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho na década de 1980. Neste caso, pela primeira vez no estado, admitiu-se urbanizar sem remover. Ainda nesta década, foi criado o mutirão comunitário, que constituiu as bases para implantação do Programa Favela-Bairro.

Finalmente e ainda dentro deste discurso de remoção, que se casa com os ideais ditos de direita, temos a defesa da política adotada pelo governo de José Serra (PSDB), em São Paulo, ou seja, ele é que é um bom governante, porque, em um ano e meio no poder, desapropriou um bairro inteiro de usuários de crack, transformando a área em um parque tecnológico. Quando o discurso aponta "por que soluções como esta não são viáveis no Rio", quer dizer, porque São Paulo consegue deixar as ruas mais limpas, com

menos pobres, menos drogados, menos pessoas indesejáveis em um só lugar, enquanto o Rio os "tolera".

> Ao conceber que vícios e virtudes são, em grande parte, originários de ascendentes, o higienismo, aliado aos ideais eugênicos e à teoria da "degenerescência" de Morel, vai afirmar que aqueles advindos de "boas famílias" teriam naturalmente pendores para a virtude, ao contrário, aqueles que traziam "má herança" – leia-se os pobres – seriam portadores de "degenerescências". Dessa forma, justifica-se uma série de medidas contra a pobreza. Esta passa a ser identificada e tratada segundo o estágio em que se encontra. (COIMBRA, 2001, p. 90).

Em um dos enunciados acima, temos o termo "absurdamente" para se referir ao crescimento das favelas cariocas. Ao tocar na questão das remoções, que não estariam sendo realizadas nas favelas do Rio nem mesmo quando permitidas pela lei, o jornal reforça uma imagem, enquanto silencia sobre outras ilegalidades cometidas contra esta mesma população. Ressalta-se a ocupação irregular, mas cala-se sobre privações sofridas por esta parte da cidade, que enfrenta desde escassez de serviços públicos até desrespeito aos direitos humanos e à vida. O discurso baseia-se apenas na legislação, lembrando que esta medida de retirada dos moradores só poderia ocorrer caso estivessem ocupando uma área de risco, para usar o termo presente no discurso midiático, já que o artigo 429 da Lei Orgânica do Município, em vigor desde abril de 1990, impede a demolição de construções erguidas em áreas chamadas de carentes.

Abaixo veremos que a discussão central está em torno desta lei, não qualquer lei, mas aquela que foi debatida por longos períodos e foi considerada uma vitória dos movimentos sociais ao tentar impedir a remoção deliberada dos moradores das favelas de suas casas. No entanto, os discursos que veremos são contrários a esta legislação e ao que ela representa.

> **A solução nas mãos de Cesar.** Vereadores dizem que se prefeito enviar projeto, Câmara aprova demolições em favelas. (**Ilegal. E daí. A solução nas mãos de Cesar. Editoria Rio, p. 8, 3/10/2005**)
>
> Cesar Maia é prefeito desde 1993, mas só nesta última gestão **afrouxou o combate** ao crescimento irregular das favelas. A lei era a mesma, mas ele **combateu a favelização de forma incisiva nas suas primeiras gestões**. Há dificuldades, mas elas nunca foram empecilho para a remoção – lembrou o vereador. (**Ilegal. E daí. A solução nas mãos de Cesar. Editoria Rio, página 8, 3/10/2005**)

> - Ele diz que está engessado pela Lei Orgânica para fazer remoções como justificativa para o fato de não ter uma política habitacional. O artigo 429 impede que se repita a experiência feita na década de 60, quando pessoas foram escorraçadas de suas moradias. **Ele só tocou na Lei Orgânica depois que o Globo verificou o crescimento da Rocinha rumo ao céu** – disse Santos. (**Ilegal. E daí. A solução nas mãos de Cesar. Editoria Rio, página 8, 3/10/2005**)
>
> Para o presidente da Associação de Moradores e Amigos do Leblon, João Fontes, enquanto Cesar e a Câmara não se entendem, a cidade continua **sofrendo com o crescimento das favelas**. (**Ilegal. E daí. A solução nas mãos de Cesar. Editoria Rio, página 8, 3/10/2005**)
>
> Já para o empresário Roberto Kauffmann, presidente do Sindicato das Empresas de Construção Civil (Sinduscon – RJ) e membro da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi – RJ), a solução para o problema está longe dessa discussão. – De fato, a legislação engessa a remoção das favelas. Mas, para acabar com os problemas das ocupações ilegais, **você deve seduzir essas pessoas e não obrigá-las a sair** – disse. (**Ilegal. E daí. A solução nas mãos de Cesar. Editoria Rio, página 8, 3/10/2005**)

Há dificuldades, mas elas nunca foram empecilho para as remoções e demolições. Agora, o único empecilho é Cesar, como aparece no primeiro enunciado acima numa referência ao prefeito Cesar Maia, quando se quer compará-lo a Júlio César, o mais poderoso de todos os imperadores romanos, que, para alcançar seu poder, associava-se tanto às classes altas quanto às classes baixas da população. Portanto, está nas mãos de Cesar acabar com favelas indesejáveis. Mas agora, o prefeito, que em outras ocasiões teria sido responsável por remoções de moradores das classes mais baixas, teria se aliado a elas? "Afrouxou o combate." Não quer ter inimigos a serem combatidos na favela. Lembramos aqui que Cesar Maia viu no conservadorismo popular um filão de voto e, agora, pode não ser diferente. Também como o imperador romano, fica isolado em seus argumentos, já que os discursos reforçam que as decisões urbanísticas cabem a ele e não ao Legislativo.

Os enunciados se mantêm na família semântica do higienismo, sem, no entanto, dizer quais são estas dificuldades. Os discursos são todos no sentido de reforçar o que é melhor para o urbanismo e não para o social e para a população da favela. Se no primeiro grupo de enunciados analisados aqui quando Rosinha Garotinho assume o governo do Rio, enquanto Lula assume o governo federal, tínhamos a questão da favela como área de risco por conta da pobreza e da falta de higiene, aqui este problema se mantém, voltando a deslocar-se também para a favela como algo indesejável e que precisa ser removida e não recuperada. Portanto, os sentidos de favela voltam a ficar

instáveis, mostrando que não estão assentados e que elas não são aceitas em seus lugares, até porque a legislação que desaprova a remoção foi feita “no auge do populismo” .

Nos enunciados não temos os moradores da favela que sofrem com o problema, nem mesmo os que estariam construindo suas moradias, já que podem ser e são os maiores afetados. Ao “mudar” de posição, estando mais “frouxo” com a desordem, Cesar Maia também passará a ser criticado pelo *Globo*. Conforme o penúltimo enunciado, enquanto ele e o Legislativo não se entendem, quem sofre é a cidade. Ou seja, Cesar Maia agora também é sinônimo de desgoverno.

O argumento final é de que é preciso usar de convencimento para tirar esta população de seu lugar, esquecendo-se de que são pessoas que têm suas histórias ligadas àqueles lugares, que têm suas questões identitárias, e todas as outras que envolvem o lugar de origem. Os moradores da favela seriam ainda facilmente “seduzíveis”, ou seja, manipuláveis, provavelmente por serem vistos como pessoas de menos estudo, menos politizadas e com todas as características já estereotipadas de um habitante destas áreas. Esta forma de olhar para os mais pobres e para outras minorias, como negros e índios, é histórica, conforme lembra Borges (2009).

> Se no processo de formação, o colonizador branco europeu desprezou os índios e os negros por entender que estes representavam uma subcultura, no processo de formação da sociedade de classes, encontramos permanência dessa discriminação e uma crescente necessidade de superação do atraso, que aquelas ‘subculturas’ representavam. (BORGES, 2009, p. 193)

Se de um lado temos alguém que possa ser manipulado, de outro há um manipulador, que vai usar, geralmente, de desculpas para que o outro faça o que ele quer.

Passemos agora a mais uma cidade encontrada nos discursos de *O Globo*. Aquela que tem feito mal à saúde do carioca por causa da violência. Aquela onde não se está mais inseguro apenas nas ruas, mas também dentro de casa.

2.3.4 Casas: lugar de perigo diante do Estado inoperante. O Rio faz mal à saúde do carioca

Além da cidade na emergência, formação discursiva já encontrada em nossa análise, temos agora a violência que prejudica a saúde dos cariocas. Os moradores das

classes mais altas, segundo a instância jornalística, estariam sendo afetados psicologicamente por causa desta violência que aparece nos jornais, ou seja, os crimes contra o patrimônio, em especial os roubos. A violência que já tomou as ruas, agora adentra as casas dos homens de bem. Vejamos os enunciados.

> Não são apenas eletrodomésticos, celular e dinheiro que os ladrões levam quando invadem uma residência. Para algumas vítimas do Rio, **esse tipo de crime tem roubado também a sua saúde**. Psiquiatras e psicanalistas revelam que começaram a atender com mais frequência, no último ano, pacientes com o transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) após terem a casa invadida. (**Assalto a residência tira a saúde dos cariocas. Editoria Rio, p. 29, 13/11/2005**)
>
> **O TEPT começou a ser estudado em soldados que voltavam da guerra,** uma palavra que representa cada vez melhor a situação vivida por quem mora no Rio. (...) A psicoterapeuta Ana Maria Rodrigues Franqueira lembra que a **rua é considerada o local onde devemos estar preparados para a violência. Já a casa é o lugar de segurança,** onde a pessoa pode relaxar. Quando o lar é invadido, a tensão comum na rua passa para o lar, e a vítima não relaxa mais, vivendo em insegurança o tempo todo. (**Assalto a residência tira a saúde dos cariocas. Editoria Rio, p. 29, 13/11/2005**)
>
> Para o psicanalista Durval Pereira de Araújo, o Rio tem uma característica complicadora: - Aqui o limite entre fobia e realidade é tênue. A pessoa com muito medo pode nem chegar a ser fóbica, mas sim estar enjaulada mesmo.(**Assalto a residência tira a saúde dos cariocas. Editoria Rio, p. 29, 13/11/2005**)
>
> De acordo com as estatísticas da área de segurança pública publicadas no Diário Oficial do estado, **há três anos o número de assaltos a residência está estabilizado num patamar entre 1.700 a 1.900 anuais.** É o dobro do número de casos de 1998, ano em que houve menos registros desde 1991. Em 1993, foram três mil assaltos. (**Assalto a residência tira a saúde dos cariocas. Procura maior por firmas de vigilância. Editoria Rio, p. 29, 13/11/2005**)

As pessoas no Rio estão perdendo a saúde por causa da violência. É mais um prejuízo atrelado à questão da criminalidade. Ora, as pessoas estão sofrendo de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), um mal típico dos soldados. Mas as vítimas em questão são apenas as pessoas que moram em casas alvos de assaltantes. E, quanto aos demais moradores do Rio que convivem com invasões policiais em suas casas, com o medo de ser baleado nas ruas ou serem confundidos com criminosos pela polícia, estes, de que transtorno sofrem?

O primeiro enunciado diz que os psiquiatras e psicanalistas começaram a atender com mais frequência pessoas com estresse pós-traumático nos últimos anos. No entanto,

no último enunciado do bloco, a informação é de que o número de assaltos a residência no Rio está estabilizado nos últimos três anos. Portanto, o motivo de a procura ter aumentado pode não ser o apontado na matéria. O tipo de transtorno mencionado no discurso de *O Globo* também pode ser desencadeado por outros problemas, até mesmo um acidente.

Mas o discurso segue no sentido de buscar um causador único, o assalto a residência, e, assim, amedrontar, reforçando que os assaltos estão cada vez mais frequentes, o que é refutado no próprio discurso, com os números oficiais dizendo o contrário. O medo agora não está só na rua, nem só nas áreas traçadas como as de risco de crimes contra o patrimônio, está dentro de casa e faz mal à saúde. Enquanto fala do estresse dos cariocas das classes dominantes, o jornal silencia sobre os problemas enfrentados diariamente por quem está nas áreas que ele mesmo chama de conflito nesta "guerra". Mas a guerra utilizada nos enunciados acima, "como aquela que representa cada vez melhor a situação de quem mora no Rio" é a que tem como vítimas os moradores destas casas invadidas.

Enquanto estes moradores perdem a saúde, há um silenciamento sobre pessoas das classes baixas que, muitas vezes, não têm sequer serviços básicos, como escolas e postos de saúde. Aliás, encontramos ao longo de nossa análise, várias reportagens que apontam para o fechamento de escolas por causa da "guerra do tráfico", mas, em geral, os alunos foram apenas números e não vítimas da guerra. Se a cidade faz mal, seguimos para o discurso de que o carioca, cansado da violência e com medo, começa a deixar este Rio.

2.3.5 O carioca deixa a cidade por causa da violência

Mais uma vez, encontramos uma reportagem em que há o reforço textual da violência provocada sempre pelos mesmos sujeitos. O que deve ser lembrado guarda estreita relação com o projeto que está se desenvolvendo, conforme lembra Borges (2009, p. 120). Aqui já estamos em 2006, último ano do governo de Rosinha Garotinho, e há um desencanto com o Rio que se revela nas páginas analisadas de o *Globo*. Seguindo o fio condutor de nossa análise, não basta esvaziar as ruas, porque a insegurança também está dentro de casa, portanto, se nem nas residências as pessoas estão seguras, o êxodo é a alternativa contra a violência. As pessoas querem deixar ou deixam a cidade por causa desta violência denunciada incansavelmente.

> Mãe de duas meninas, de 2 e 9 anos, a securitária Suzana Madruga, de 42, **acumula experiências traumáticas quando o assunto é violência urbana. Já foi assaltada à mão armada, em ônibus e dentro de restaurante.** Também foi **vítima duas vezes de grupos de menores de rua** que perambulam por Copacabana, onde mora desde que nasceu. A filha mais velha também passou pelo susto de saber que a van que a levava ao colégio, em Ipanema, mudara de itinerário às pressas por causa de um **tiroteio**. Tudo isso somado fez com que Suzana começasse a pensar em deixar o Rio. (**O êxodo no rastro da violência. Editoria Rio, p. 18, 16/04/2006**)
>
> O **desencanto** de Suzana com o Rio não é uma exceção entre os cariocas. Um levantamento do Instituto Brasileiro de Pesquisa Social, realizado entre os dias 5 e 11 deste mês, mostra que 51% dos moradores do Rio, se tivessem oportunidade, mudariam de cidade por causa da violência. No estado, o índice cai para 47%. A pesquisa mostra que **52% dos cariocas se consideram inseguros nos bairros onde moram**, enquanto que o índice é de 43% no interior do estado. (**O êxodo no rastro da violência. Editoria Rio, p. 18, 16/04/2006**)
>
> Nunca pensei que pudesse querer ir embora do Rio, **que adoro**. Certa vez, passei uma temporada nos Estados Unidos e só pensava em voltar para a minha cidade. Mas a **situação agora está crítica** – desabafa a moradora de Copacabana. (**O êxodo no rastro da violência. Editoria Rio, p. 18, 16/04/2006**)
>
> No levantamento, o bairro onde vive Suzana e Caxias foram apontados como os lugares mais violentos do estado, em número de crimes relatados (por 7,4% dos entrevistados). Na terceira colocação (com 4,4%) vêm Olaria, Méier, Campo Grande, Oswaldo Cruz, Ilha do Governador, Penha e o município de Nova Iguaçu. (**O êxodo no rastro da violência. Editoria Rio, p. 18, 16/04/2006**)
>
> **A violência parece assustar mais os moradores da Zona Sul, pois 80% deles** (contra 73% da Zona Norte e 59% da Zona Oeste) **mudaram seus hábitos**. (**O êxodo no rastro da violência. Editoria Rio, p. 18, 16/04/2006**)
>
> Agora, 69,13% dos entrevistados disseram que a violência/criminalidade, em relação aos últimos seis meses, estava muito maior (33,31%) ou maior (35,82%). Em dezembro, o percentual foi maior, 74%. – **A presença do Exército nas ruas pode ter contribuído para que os entrevistados identificassem uma melhoria na segurança –** afirma o presidente do instituto Geraldo Monteiro. (**O êxodo no rastro da violência. Editoria Rio, p. 18, 16/04/2006**)

O texto é baseado na pesquisa que diz que metade da população do Rio deixaria a cidade por causa da violência se tivesse oportunidade. Todos os enunciados, porém, são construídos em cima dos argumentos da metade que deixaria o Rio por medo, enquanto não há nenhuma voz da outra metade. Em cima dos números da pesquisa, o discurso do jornal busca uma personagem concreta que já foi alvo de crimes e deixaria o

Rio, não sem sofrimento, já que "adora" sua cidade natal, da qual já ficou longe e não resistiu, mas agora o momento é crítico e há um desencanto daquele que mora na Zona Sul com a cidade, onde acontecem assaltos em ônibus e dentro de restaurante, além de tiroteio que obriga os carros a buscarem alternativas. Ela mora em um dos bairros onde as pessoas se sentem mais inseguras, que é Copacabana, de acordo com a pesquisa.

Neste Rio inseguro, porém, 96% das pessoas não foram vítimas de nenhum crime nos últimos 30 dias antes da pesquisa, ou seja, a maioria esmagadora dos habitantes do Estado do Rio de Janeiro. Mas quem sente mais a tal violência são os moradores da Zona Sul, afinal 80% mudaram seus hábitos por este motivo. Quanto à percepção de a violência ter reduzido nos últimos meses, isso só pode ser por causa do Exército nas ruas, o que reforça a defesa da vigilância como alternativa para um Rio seguro. Não qualquer vigilância, mas aquela feita pelas Forças Armadas, cujos homens são isentos de desconfiança, estão acima do bem e do mal, já que a pesquisa feita não toca sequer nesta instituição, enquanto tantas outras foram desaprovadas pela população. Se não se consegue expulsar o mal para fora dos limites da cidade do Rio de Janeiro, as pessoas de bem resolvem sair. É mais uma situação em que a força autoritária-repressiva das Forças Armadas é conclamada pelo jornal. Com este bloco, fechamos o período da governadora Rosinha Garotinho.

2.4 O RIO DA INCIVILIDADE. HORA DE REAÇÃO: PERÍODO SÉRGIO CABRAL

A partir de 2007, temos o governo de Sérgio Cabral, iniciando, assim, nossa última parte da análise deste capítulo, que irá culminar em um Rio de Janeiro ainda pré-pacificação. Entendemos que, até chegar aqui, a imagem da Cidade Maravilhosa em *O Globo* está amplamente desgastada tendo, na criminalidade, um de seus problemas mais agudos. Pelo caminho traçado, alguns sujeitos foram mais marcantes, assim como pontos destacados e outros apagados.

Entre os protagonistas, está o prefeito Cesar Maia, o que nos faz crer que, apesar de a questão da segurança pública ser responsabilidade do governo estadual, o olhar de *O Globo* está mais voltado para a capital fluminense e, portanto, às questões que também envolvem o poder municipal. Agora, porém, temos um novo governador e, como ocorre em inícios de administrações públicas, há uma expectativa midiática maior para que este governo se apresente e coloque seus posicionamentos.

Mesmo sabendo que os meios de comunicação são apenas uma das forças vigentes e dominantes na sociedade, entendemos que o discurso deste meio tem sido central na cidade contemporânea e que tem sido determinante na colocação de temas que passam a ser preocupação nas mentes dos cidadãos.

O discurso do estado ausente é um dos que vamos encontrar neste Rio que analisaremos daqui em diante. Não o estado ausente nas áreas mais pobres, mas também e cada vez mais na cidade onde não se encontra a segurança pública. Um dos exemplos destacados será a narrativa da ausência do estado para proteger determinados setores das classes altas e médias, como o comércio, que precisa recorrer a seguranças particulares.

Ainda nos primeiros meses de Cabral, temos um Rio refém da barbárie, conforme também vimos em Benedita. No entanto, a prática discursiva jornalística sobre a barbárie chega aos extremos com a morte do menino João Hélio, garoto que, em fevereiro de 2007, foi arrastado por cerca de sete quilômetros por dois assaltantes de carro, um deles menor de idade, de 16 anos, e o outro de 18, que levaram o veículo da família de João. O garoto ficou preso pelo cinto, sendo puxado pelo carro conduzido por um dos assaltantes. Apesar de termos evitado analisar casos de grande repercussão para entender que Rio é narrado pelo *Globo*, compreendemos que este episódio será importante para a costura de nossa tese.

Portanto, Cabral assume o governo deste Rio que chega ao extremo de barbarizar uma criança. Aliás, Rio que é verbalizado como se tivesse corpo, alma e coração. Para contra-atacar a incivilidade, o discurso será o da defesa do uso da força com todos os atributos que podem a acompanhar, ou seja, aumento da vigilância, do rigor, intolerância com o outro.

Agindo assim, fortalece-se o mesmo pensamento da burguesia carioca, que quer vigilância acima de tudo. Isso será o bastante para que haja avanço na imagem do Rio decadente, vazio, que perde a identidade para a violência, que está doente e que adoece o carioca? Veremos a partir das nossas próximas análises.

2.4.1 O estado ausente leva ao caos

A ausência do estado vai evoluir para o seu ápice, quando passamos a analisar o caso da morte do menino João Hélio Fernandes Vientes, de 6 anos de idade. Como a morte da criança teve repercussão nacional, há uma ampla cobertura de O *Globo*, que se estenderá por edições de vários dias. Nossa análise, porém, será apenas sobre o primeiro

dia de cobertura, com cinco páginas na Editoria Rio. Primeiramente, neste caso, o fator emocional se resvala pelos enunciados de forma mais explícita que no geral. O fato já é por si só singular, por envolver a morte de uma criança com um *modus operandi* praticamente impensável. Mas a dramaticidade da morte foi explorada incessantemente pelo discurso jornalístico.

Crime bárbaro, cenas chocantes e tragédia são alguns dos termos usados para contar o episódio. De acordo com o jornal, João Hélio foi arrastado, pendurado do lado de fora do carro pelas ruas de quatro bairros, com o veículo percorrendo sete quilômetros entre Oswaldo Cruz e Cascadura, durante cerca de dez minutos. Concordamos que o fato foi da mais sórdida crueza, no entanto, ele é explorado pelo jornal trazendo à tona tantas outras questões e memórias discursivas, que revelam, mais uma vez, a posição do periódico de que é preciso agir com o rigor dos fortes contra aqueles que trazem a incivilidade para o Rio, e as primeiras ideias de solução são a partir das mudanças da lei.

> O **crime bárbaro** que matou João Hélio Fernandes Vientes, que completaria 7 anos em 18 de março, destruiu uma família e partiu o coração da cidade e até do país. Nas ruas, no velório e no sepultamento do menino só havia espaço para **comoção e revolta. (A cidade chora por João, Editoria Rio, páginas 11, 12, 13. 9/02/2007)**
>
> No velório, a comerciante Andréia Tavares, prima do menino, desabafou: - É revoltante uma situação dessas. **Não adianta prender.** A cada dia piora a violência nesta cidade. É muito difícil. A polícia está trabalhando, mas parece que não adianta. **Eles (os bandidos) se reproduzem como carrapatos. Não destruíram o Joãozinho, destruíram uma família.** (**A cidade chora por João, Editoria Rio, páginas 11, 12, 13. 9/02/2007**)
>
> Maria Cecília Cury, diretora da escola Crianças e Cia, na Abolição, onde João estudava, defendeu **ações urgentes para conter a violência: - O que estamos vendo no Rio é a progressão da violência, a banalização da vida**. (**A cidade chora por João, Editoria Rio, páginas 11, 12, 13. 9/02/2007**)
>
> O que vão dizer os nossos senhores da justiça e da legislação **(...)? O que dizer de uma legislação que protege criminosos cruéis menores de idade** (...)? O que dizer mais uma vez? Andrelli Marcelli Oliveira – em mensagem para o Globo Online. (**A cidade chora por João, Editoria Rio, páginas 11, 12, 13. 9/02/2007**)
>
> Pensem bem: essa mãe, por cumprir a lei (...), foi massacrada. **Espero que agora a lei exista para ser modificada** (...) As nossas leis são do tempo que os bandidos roubavam mariola. Ederval Gonçalves Santos – em mensagem para o Globo Online. (**A cidade chora por João, Editoria Rio, páginas 11, 12, 13, 14, 15. 9/02/2007**)

> Só podemos falar do João com muita alegria, porque era uma criança muito feliz. Era hiperativo e fazia natação e futebol para tentar aliviar um pouco a ansiedade. Na quarta-feira, o pai dele foi à aulinha de futebol, e ele marcou o primeiro gol, estava super feliz. O Joãozinho cantava música em inglês, decorava gibis da Mônica e do Cebolinha para contar à família, contou Marcos (tio do menino). (**A cidade chora por João, Editoria Rio, páginas 11, 12, 13, 14, 15. 9/02/2007**)
>
> **Esses seres abomináveis** ainda terão direito a banho de sol, futebol e visitas íntimas, isso se ficarem presos, não fugindo logo depois. (...). Em mensagem para o Globo Online. (**A cidade chora por João. Menino foi arrastado pelas ruas de quatro bairros. Editoria Rio, páginas 11, 12, 13, 14, 15. 9/02/2007**)
>
> **Só há uma saída para as barbaridades que assolam o Rio. Pena de morte. Para bárbaros, só com penalidade máxima**. (...) Sônia Duarte. Em mensagem para O Globo Online. (**A cidade chora por João. Menino foi arrastado pelas ruas de quatro bairros. Editoria Rio, páginas 11, 12, 13, 14, 15. 9/02/2007**)
>
> Diego Nascimento da Silva, de 18 anos, e um menor, de 16 anos, foram **encontrados na favela** São José da Pedra, em Madureira. Eles responderão por latrocínio (roubo seguido de morte). A pena para Diego varia entre 20 e 30 anos. O menor, no entanto, **só poderá ficar detido** no máximo 3 anos, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o que **reforça a sensação de impunidade nas pessoas que ficaram horrorizadas com o crime**. (**A cidade chora por João. Menor acusado deve ficar detido só por 3 anos. Editoria Rio, páginas 11, 12, 13, 14, 15. 9/02/2007**)
>
> Segundo a madrasta, Diego mora nos fundos da casa por causa de desentendimentos com a família: - Ele não falava comigo e **já arrumou problemas.** Uma vez foi trazido algemado por PMs, mas não foi preso. (**A cidade chora por João. Menor acusado deve ficar detido só por 3 anos. Editoria Rio, páginas 11, 12, 13, 14, 15. 9/02/2007**)

O crime bárbaro partiu o coração da cidade e do país, ou seja, a urbe volta a ser humanizada diante de um ato que não é visto como humano. A cidade volta a ter sentimentos com a morte do menino, e a solução apresentada para o crime é combatê-lo da mesma moeda. Ou seja, olho por olho, dente por dente, defendendo-se a Lei de Talião, o que consiste na rigorosa reciprocidade do crime e da pena. Já que não adianta prender, o caminho é a pena de morte.

Os efeitos de sentido nesta reportagem podem ser observados a partir de palavras-chave que se repetem e constroem significações reforçadas. Entre estas palavras estão as que qualificam os criminosos versus a vítima. Ainda podemos dizer a ação (crime) versus a sua qualificação (bárbaro). Ao separar frases de leitores que

enviaram seus comentários sobre o crime para o *Globo* on-line, o jornal também reforça o seu próprio lugar de fala e constrói a narrativa de maneira a contrapor o bem e mal. João Hélio é o anjo que teve a infância ceifada, o menino super feliz, que cantava músicas em inglês, decorava gibis, etc, enquanto os dois criminosos são abomináveis.

O sentido de risco e de incapacidade do controle social ganha destaque. A reportagem argumenta que a morte do menino não pode ter sido em vão, é preciso que ela seja usada como lição. Como já ocorrido com outros casos de morte e repercussão no país, a legislação também é considerada conivente com os assaltantes e, portanto, é preciso mudá-la, endurecê-la.

O discurso da proteção ao adolescente que pratica ato infracional ganha corpo em um dos enunciados destacados, e o caso pode ser usado como bandeira para a mudança da lei da redução da maioridade penal no Brasil. "O que dizer de uma legislação que protege criminosos cruéis menores de idade", diz um dos enunciados. Outro aponta que a lei existe para ser modificada.

Todo o texto é construído com marcas de verdade que levam o leitor a entender que os dois assaltantes, chamados de seres abomináveis, sabiam muito bem que estavam arrastando o menino. É a madrasta quem diz que Diego, um dos criminosos, é mesmo um jovem problemático. A ideia é caracterizar e realçar a maldade do criminoso. O efeito de sentido é de que o jovem que agora comete este crime já deveria estar preso por outro delito, mas o poder público não o prendeu, deixando à solta um monstro, ou seja alguém que sai do caráter humano, e que agora amedronta a toda a cidade. Foucault nos traz a noção de monstro:

> A noção de monstro é essencialmente uma noção jurídica – jurídica, claro, no sentido lato do termo, pois o que define o monstro é o fato de que ele constitui em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza. Ele é, num registro duplo, infração às leis em sua existência mesma. O campo de aparecimento do monstro é, portanto, um domínio que podemos dizer 'jurídico-biológico'. Por outro lado, nesse espaço, o monstro aparece como um fenômeno ao mesmo tempo extremo e extremamente raro. Ele é o limite, o ponto de inflexão da lei e é, ao mesmo tempo, a exceção que só se encontra em casos extremos, precisamente. Digamos que o monstro é o que combina o impossível com o proibido. (FOUCAULT, 2001, p. 69-70)

Seres não humanos, ou seja, os monstros, para o discurso do jornal e do senso comum, não merecem ser tratados com os direitos humanos. São monstros que moram

na favela, onde foram encontrados pela polícia. Em toda a reportagem, não se levanta a hipótese de o menino ter sido arrastado sem que os assaltantes tenham visto, todo o ato é descrito como barbárie e como se o fato tivesse sido premeditado pelos assaltantes-monstros.

Em resumo, o discurso é o representativo do medo coletivo que se abateu sobre o Rio. Além de ser um discurso que busca respostas e culpas. As cenas chocantes narradas servem para revelar a realidade de um Rio de Janeiro inteiro. Não importa em que lugar aconteceu, a tragédia é do Rio. O ódio ao outro é destilado em vários enunciados ao longo da matéria.

Pelo nosso fio condutor, teríamos neste ponto da análise o ápice da violência tratada pelo jornal e, a partir de agora, é preciso virar este jogo, ganhar a batalha, recuperar o Rio. Para isso, não será admitida mais a política que vê o "criminoso" a partir da ótica dos direitos humanos. Isso será visto como leniência com o crime, conforme analisaremos a seguir.

2.4.2 Anos de leniência com o crime

Feita a análise do Caso João Hélio, vamos encontrar a seguir a cristalização do Rio de Janeiro que tem sido leniente com seus crimes e criminosos enquanto existe a expectativa de risco iminente. O discurso nos enunciados abaixo reforça o que foi sendo levado ao imaginário do leitor nos últimos anos. Aqui temos a consolidação da memória ideológica do Rio bárbaro, que agora precisa definir entre continuar na barbárie ou voltar à civilização. As medidas são urgentes, afinal o primeiro desafio são os Jogos Pan-americanos de 2007, que acontecem em julho daquele ano. Quando se fala em cristalização de uma formação discursiva, ela já está estendida para o conjunto da sociedade. Entendemos assim que materializa a crença da burguesia carioca que quer força e ordem contra a barbárie.

> **Civilização ou selvageria.** É entre estas duas escolhas que o governador Sérgio Cabral acredita estar a sociedade fluminense neste momento. Ao completar seis meses de governo, ele diz que não muda sua decisão **de devolver níveis civilizatórios a toda a cidade**, usando da força necessária para acabar com o que chama de "musculatura do tráfico". (**Estresse para todos. Editoria Rio, p. 17, 1º/07/2007)**

> - Por que demorou tanto uma operação planejada como a que foi feita quarta-feira? – Cabral: Porque, infelizmente, **ao longo das últimas décadas – talvez com um pequeno interregno na época do general Cerqueira e do Hélio Luz (secretário de Segurança e chefe de**

> **Polícia no governo Marcello Alencar) – houve um fortalecimento do crime organizado no Rio. O crime ganhou musculatura,** maior presença das comunidades. Há 20 anos, quando pela primeira vez os **marginais** da Rocinha pegaram metralhadoras e deram tiros para o alto, a sociedade ficou chocada. Nos últimos anos isso ficou banal. (**Estresse para todos. Editoria Rio, p. 17, 1º/07/2007)**
>
> O senhor está repetindo o que o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, falou: que **houve leniência no combate ao crime nos últimos anos.** Cabral: - Eu tenho tanto trabalho a fazer no meu horizonte que não boto retrovisor. Quero olhar para frente e resolver os problemas. (**Estresse para todos. Editoria Rio, p. 17, 1º/07/2007)**
>
> O escritor Zuenir Ventura cunhou a expressão "cidade partida". No caso da Rocinha, ela é bem clara. Se houver uma operação semelhante à do Alemão, a parte do asfalto se sentirá muito mais incomodada do que na operação atual. O senhor continuará apoiando se houver reclamações? – Cabral**: Se tem que passar por estresse, vamos passar. Todos têm que entender o custo disso**. Vale para o morador de Bonsucesso, São Conrado, Leblon, Ipanema ou qualquer área nobre. O custo do estresse tem que ser compreendido por todos. (**Estresse para todos. Editoria Rio, p. 17, 1º/07/2007)**
>
> O bandido tem que ter medo da polícia. **A vida não é mais mansa para a bandidagem** e nem vai ser. (**Estresse para todos. Editoria Rio, p. 17, 1º/07/2007**)

Ao longo dos enunciados, vemos que há uma consolidação do discurso de que houve tolerância, leniência dos governos anteriores com aquilo que o *Globo* enxerga como criminalidade. Desta forma, o Rio chegou à selvageria, e é o novo governador que vai acabar com isso. Cabral não responde, portanto reforça o discurso, já que quem cala consente. Mas em outro momento, volta no assunto e diz que a "vida não é mais mansa para a bandidagem e nem vai ser". Assim, entendemos, se a vida não é "mais" mansa é porque ela, até então, era, ou seja, havia leniência. O único período ao que se refere, quando houve um interregno na leniência foi o do governador Marcello Alencar. É bom lembrar que, naquela ocasião, entre os anos de 1995 e 1998, mais do que a força, a morte de "bandidos" em confrontos era premiada. Os policiais recebiam o que ficou conhecido como "gratificação faroeste", valor adicional pago por mortes em confrontos.

Quando Cabral diz que o "crime ganhou musculatura" podemos entender que ele quer dizer que houve tempo e espaço para isso. Quando o corpo ganha músculos é porque houve estímulo e não se ganha músculo com o trabalho de apenas um dia.

Nestes enunciados, temos a memória do uso da força contra os mesmos tipos de violência e o esquecimento contra tantos outras. Ou seja, contra o crime é preciso a força.

Há uma simplificação do complexo mundo da cidade, um binarismo, típico do discurso jornalístico. Dentro desta linha, revelam-se ainda as questões de classe desta "cidade partida", a classe/Zona Sul que se sentirá "incomodada" com as ações para combater os crimes, enquanto a outra, que será invadida, ocupada, interrompida, não terá direito a lamentações pelos incômodos. Por estes enunciados, temos evidências de que

> [...] os meios de comunicação têm se revelado 'senhores da memória (mas também do esquecimento) à medida que tiram o foco de aspectos essenciais de nossa história, oferecendo explicações (a partir do que é lembrado e de como deve ser lembrado) simplificadas sobre o fenômeno social: a criminalidade existe porque existe pobreza, por exemplo. (BORGES, 2009, p. 120)

E também acrescentamos, a criminalidade existe porque o tráfico de drogas existe. O Rio enfrenta uma guerra, portanto existe um inimigo, quando todos sofrem com uma situação de conflito.

2.4.3 O Rio precisa fazer o dever de casa – acabar com a violência

Após o primeiro ano de governo de Sérgio Cabral, em que o discurso de *O Globo* mostra haver uma "boa vontade" por parte do executivo estadual no sentido de acabar com a criminalidade no Rio por meio da força, é hora de a cidade fazer o seu "dever de casa" e ir junto nesta corrente contra o mal, afinal o Rio, pela primeira vez, estará entre as finalistas na concorrência para sediar os Jogos Olímpicos de 2016.

Conforme veremos, a situação da segurança é apenas um dos pontos analisados nas cidades concorrentes a sede dos jogos e não o único, mas *O Globo*, em seu discurso, vai colocar como se este fosse "o problema" central, deixando em segundo plano outras questões também pertinentes. Vejamos os enunciados:

> Depois de duas tentativas, o Rio chegou ontem mais próximo do que nunca de sediar uma edição dos Jogos Olímpicos. (...) **Segurança entre os pontos fracos.** O COI analisou as perspectivas das cidades candidatas em 11 itens. Para cada um deles, foi aplicada uma faixa de notas (...). Os destaques do Rio foram "suporte governamental e apoio da opinião pública" (faixa de 7,3 a 8,8) e "experiência em eventos esportivos" (6,6 até 7,9). Os principais deveres de casa para serem resolvidos também foram apontados: segurança (4,6 até 7); infraestrutura de transportes (5,3 até 7,2) e rede hoteleira (5,5 até 6,4) são os principais pontos negativos. (**O sonho olímpico não acabou, p. 12, 5/6/2008**)

> Segundo o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, Alfredo Lopes, hoje são apenas 28 mil quartos no município, quando deveriam ser 46 mil. (...) Para tentar resolver os problemas de transporte público e de meio ambiente, o COB prevê que serão precisos investimentos de R$ 5 bilhões. (**O sonho olímpico não acabou, p. 12, 5/6/2008**)

> No capítulo segurança, o relatório entregue pelo Rio ao COI prevê que a responsabilidade ficaria a cargo do governo federal. Há a previsão de **uma brigada antiterrorista** e **programas de engajamento comunitário em áreas carentes, com a formação de seis mil pessoas destas áreas em guias cívicos para ajudar em primeiros socorros, defesa civil e bombeiros.**(**O sonho olímpico não acabou, p. 12, 5/6/2008**)

Apesar de não ser a única, a questão da segurança foi destacada na matéria, que lista os outros problemas. Inclusive a rede hoteleira ficou com a média mais baixa entre todas apresentadas, alcançando um máximo de 6,4 na nota. Portanto, poderia ter sido destacada como o maior empecilho no lugar da "violência". A chave de leitura que fazemos é que esta é mais uma matéria no sentido de o carioca entender que o Rio não pode ser mais a cidade do crime praticado por aqueles que vivem na favela, onde conforme vimos no bloco anterior, vivem os monstros. Para controlar estas pessoas que vivem "em áreas carentes", conforme o último bloco, será feita uma "formação", com guias cívicos, para que elas ajudem os próprios agentes da saúde e da ordem.

É uma maneira de convencimento de que, da forma como está "violenta", com pessoas que precisam ser formadas, a cidade não vencerá esta disputa.

Ressaltando que, neste período, não há itens negativos lembrados no fato de uma cidade ser sede dos Jogos Olímpicos. O discurso predominante é que precisamos mostrar para o mundo que o Rio é capaz e o que importa é apenas reprimir a criminalidade, vigiá-la e retê-la, custe o que custar, e que seja rápido.

Menos de um mês após a reportagem que traz um Rio de esperança, que é aquele do sonho olímpico, que ainda precisa vencer a violência, temos um indício no discurso de *O Globo* de que a criminalidade começa a ceder. Encontramos um deslocamento nesta reportagem, já que, até então, os casos de maior destaque nas páginas do jornal eram os relacionados aos crimes contra o patrimônio.

Outro detalhe é que, apesar do tom positivo, de que os homicídios dolosos começam a ter uma queda no estado, na reportagem, mostra-se que o número de mortes durante os confrontos com a polícia continua aumentando. Ou seja, aqueles que merecem morrer porque perturbam a ordem social continuam morrendo, mas este é

apenas um detalhe para o jornal. Nos recortes abaixo, fizemos uma seleção de fragmentos da reportagem que mostra ainda a diferença de tratamento para as mortes das pessoas que o jornal considera "de bem" para aquelas que morrem em confrontos com a polícia que não estão nem mesmo contabilizadas de forma clara na matéria.

> **O número de homicídios dolosos – quando há intenção de matar – no Estado do Rio vem caindo nos últimos meses** e, em abril, registrou uma redução de 18,7% em relação a abril do ano passado. A diminuição no número de casos, que representou menos 107 vítimas, é um dos destaques do balanço dos registros de criminalidade de abril divulgado ontem pelo Instituto de Segurança Pública (ISP). Especialistas disseram que qualquer queda no número de homicídios significa vidas salvas e **é necessário comemorar**. Mas, segundo eles, é preciso um tempo maior de análise para saber se há uma tendência de queda consistente. (**Cai o número de homicídios, Editoria Rio, p. 11, 2/07/2008**)
>
> Em abril de 2007, foram 572 mortos e, em abril deste ano, 465. Ainda segundo a análise do ISP, **em toda a série histórica, desde 1991, o menor número de mortes no mês de abril foi registrado este ano.** No acumulado de quatro meses, houve uma redução de 8,7% em relação ao mesmo período do ano passado. (**Cai o número de homicídios, Editoria Rio, p. 11, 2/07/2008**)
>
> - Temos entre cinco mil e seis mil homicídios por ano no Rio. Uma queda de 5% são 300 vidas humanas. **É para comemorar.** Mas, quando você tem um mês com redução de quatro, outro com 18 e outro com aumento, não há ainda um padrão - afirmou Gláucio Soares, pesquisador do Iuperj – Do início do governo Garotinho (1999) até agora, os homicídios oscilaram num patamar alto, mas pouco.(**Cai o número de homicídios, Ed. Rio, p. 11, 2/07/2008**)
>
> Mesmo com a redução de casos, os números de homicídios são altos. Entre os 572 mortos em abril, está o **empresário português Abel Tavares Pereira, de 67 anos, assassinado com um tiro próximo à saída sete da Linha Amarela, na altura de Bonsucesso**. O empresário era sócio da empresa Pinheiro Tintas, uma das maiores do ramo, que detém 11 lojas em todo o Rio. Ou ainda o caso do **cabeleireiro flamenguista** Luzivânio de Freitas Antônio, que foi espancado por integrantes da sua própria torcida no dia 12 de abril no Maracanã e morreu 12 dias depois no Hospital Souza Aguiar. E ainda o caso do **sargento da Polícia Militar** Edgard de Freitas Navarro, de 39 anos, que foi assassinado a tiros ao reagir a um assalto em Cascadura. A execução foi testemunhada pelo filho e pelo neto do policial. (**Cai o número de homicídios, Ed. Rio, p. 11, 2/07/2008**)
>
> **Já o número de autos de resistência (mortes em confronto com a polícia) continua aumentando**. Foram 12% mais casos na comparação de janeiro a abril de 2007 contra o mesmo período de 2008. (...) Em abril, houve aumento de 9,9% em relação ao mesmo mês de 2007. No acumulado deste ano ocorreram 502 casos, enquanto nos quatro primeiros meses de 2007 foram 449, um aumento de 11,8%, mais 53 mortes. (**Cai o número de homicídios, Editoria Rio, p. 11, 2/07/2008**)

Ao analisarmos alguns enunciados acima, percebemos um deslocamento em relação à forma de olhar para a violência do Rio de Janeiro. Agora, "já se pode comemorar". Para sustentar esta comemoração, a instância jornalística diz que "especialistas disseram que qualquer queda no número de homicídios são vidas salvas". Lembrando que, muitas vezes, os mortos não são as pessoas que o jornal considera cidadãos de bem. Mesmo que os especialistas ouvidos, cujos nomes não são divulgados no enunciado, afirmem que é preciso fazer uma avaliação de um maior período histórico, o discurso do jornal é em tom mais ameno. Além disso, não há contraponto inicial a respeito de outros crimes que tiveram aumento.

O jornal lembra algumas pessoas que perderam a vida e que merecem ser rememoradas. Os exemplos usados não são aleatórios, já que o discurso jornalístico atua na institucionalização social dos sentidos, buscando promover consensos. Para isso, usa um caráter didático, pontuando seus argumentos com exemplos. Não só isso, mas os exemplos são de mortes de cidadãos que considera "do bem". É o que quer dizer *O Globo*, ao lamentar, por exemplo, a morte do empresário sócio de uma empresa que tinha 11 lojas no Rio, ou seja, não era "qualquer um". Mortes de pessoas que têm nome, idade e uma história e, não por acaso, nenhuma destas mortes ocorreu no território das favelas. Configura-se o discurso de que todos somos vítimas de crimes que aconteceram em locais públicos e pontos turísticos, como o Maracanã, ou então crimes que, mesmo ocorrendo em subúrbios, como Cascadura, chocaram a população pelas características da barbárie, como a vítima morta na frente do filho e do neto. Não qualquer vítima, mas um policial militar. Ao reforçar esta memória, o jornal quer que este Rio fique para trás, seja esquecido. Este Rio precisa ser vencido, para que, aí sim, a comemoração seja com consistência. Configura-se um sítio de significância em que este processo do eu x outro se fortalece enquanto se apagam outros.

A questão do aumento das mortes nos confrontos com a polícia, também lembrada, pode ser indício de que a política de enfrentamento está sendo usada no Rio. No entanto, se isto é secundário para o *O Globo*, é mais do que uma pista da política valorizada pelo discurso do jornal e pelo novo governo, de Sérgio Cabral.

2.4.4 O Estado não faz. O Globo denuncia e fiscaliza. O Estado faz.

Em 2008, a série "Ilegal. E daí?", iniciada no ano de 2005, retorna às páginas de *O Globo*, mas com o deslocamento do próprio nome, que ganha a palavra "mesmo" no meio: "Ilegal mesmo. E daí?". O "mesmo" traz um sentido de reafirmação do que já

havia sido dito. Portanto, a situação que já era ilegal e não se resolveu, agora será ainda pior. É bom ressaltar que, apesar de estarmos no governo Sérgio Cabral, onde já entendemos haver uma virada para a imagem mais positiva do Rio, esta série teve como foco principal a Prefeitura do Rio, portanto, o prefeito Cesar Maia. Ele seria o principal responsável, neste momento, pela dispersão da ilegalidade pelo Rio. É preciso lembrar, também, que estamos em ano de eleições municipais. Desta forma, as notícias que circunscrevem a crítica e trazem uma imagem negativa estão relacionadas com as autoridades ligadas ao município. São problemas relacionados não só à favela, mas aos estacionamentos proibidos, aos avanços de sinais, à ação de flanelinhas

Algumas chaves de leitura vêm se firmando na nossa leitura, e ilegal x legal é uma destas formas de o periódico olhar para o Rio de Janeiro. A matéria rememoriza o discurso de 2005 e reforça que não houve mudanças em algumas denúncias feitas. Abaixo, temos os enunciados recortados da reportagem.

> Uma foto da Favela Vila Parque da Cidade, na Gávea, tirada há menos de três anos, já parece velha. Comparada com o cenário atual, a imagem, que ilustrou reportagem da série "Ilegal. E daí?" em 6 de outubro de 2005, ganhou acréscimos que mudaram a paisagem. **Por falta de ação do poder público e pelo mau comportamento de muitos cariocas, casos de desordem urbana denunciados na série continuam atualíssimos.**(**Ilegal Mesmo. E daí?. O tempo passa, a desordem não. Editoria Rio, p. 16, 20/07/2008**)
>
> **As ilegalidades estão por toda parte.** Na Rua Sá Ferreira, em Copacabana, o estacionamento em fila dupla, com vaga marcada no chão – denunciado em 30 de setembro de 2005 – ainda desafia a lei. Na tarde da última segunda-feira, dois carros estavam parados na segunda fila formada em frente ao prédio número 132. (**Ilegal Mesmo. E daí?. O tempo passa, a desordem não. Editoria Rio, p. 16, 20/07/2008**)
>
> Na Avenida Atlântica, veículos de serviço continuam parando na faixa da direita, ao lado da ciclovia, para descarregar mercadorias. Por volta das **17h30m de segunda-feira, o caminhão LXP 3459, que entregava sorvetes Nestlé**, estava estacionado irregularmente em frente a um quiosque. (**Ilegal Mesmo. E daí?. O tempo passa, a desordem não. Editoria Rio, p. 16, 20/07/2008**)
>
> Na Rua Pinheiro Guimarães, em Botafogo, **a ilegalidade parece ter chegado para ficar.** Na tarde de terça-feira, dez carros estavam estacionados sobre a calçada em frente à subestação Humaitá da Light. Os fradinhos de ferro que poderiam impedir a infração foram arrancados, serrados ou quebrados. (**Ilegal Mesmo. E daí?. O tempo passa, a desordem não. Editoria Rio, p. 16, 20/07/2008**)

> A **presença de flanelinhas** abordando motoristas nas imediações da estação do trenzinho do Corcovado, no Cosme Velho, também não parece ter mudado em relação à situação retratada em 18 de junho de 2007. (**Ilegal Mesmo. E daí?. O tempo passa, a desordem não. Editoria Rio, p. 16, 20/07/2008**)

O papel de polícia ou de denunciador, aliado às questões burguesas e neoliberais, é adotado pelo jornal, que revela o aumento indiscriminado da favela, a placa do caminhão infrator, o nome da empresa e o horário em que a infração ocorreu. Ou seja, o poder público só não age ou multa porque não quer, porque a situação de infração e ilegalidade está ali para todos verem. A ilegalidade que incomoda está na Gávea, em Copacabana, na Avenida Atlântica, em Botafogo e, finalmente, no Cosme Velho, próximo ao bondinho, de acordo com as citações em cada um dos enunciados acima. De onde veio a ilegalidade que chegou para ficar? Por que ela não foi contida?

O tom crítico é adotado para mostrar que as questões infracionais perduram por anos, mesmo já tendo sido denunciadas pelo jornal. A imagem de uma fotografia da favela é o flagrante daquilo que se alastra sem ser contido pelo poder público. No mesmo fio condutor, estão os moradores da favela, os flanelinhas, os infratores do trânsito. Os flanelinhas incomodam não em qualquer lugar, mas nas imediações de um cartão postal do Rio, o Corcovado, o que é inadmissível para a instância jornalística.

Misturam-se várias questões, que são jogadas no "balaio" da ilegalidade, ao invés de se cobrar soluções a longo prazo e mudanças sociais. Por meio de um discurso de defesa da legalidade social, cobra-se emergência punitiva aos culpados pela desordem nos pontos que interessam da Zona Sul como se fosse a solução para todos os conflitos. Pouco importa toda a complexidade da cidade.

Ainda em 2008, a questão da ilegalidade na favela ganha um deslocamento. Depois do "Ilegal mesmo. E daí?", é a vez de uma nova série sobre a favela. Este território será aquele que não pode ser ignorado, já que abriga milhões de habitantes, que estão vivendo no seu mundo "paralelo".

As favelas são vistas como um grande filão do mercado. É neste momento que o periódico cria a série "Favela S/A.", em que condena a expansão dos negócios na favela de forma desorganizada, naquilo que chama de "capitalismo sem lei, selvagem e à margem do Estado". Vamos aos enunciados.

> Pelo menos um em cada quatro moradores do Rio vive num capitalismo sem leis, selvagem, à margem do Estado. Esse mercado paralelo, que ferve em favelas da cidade, gerou negócios que aumentaram tanto sua cotação nos últimos anos que, numa bolsa de

valores imaginária, suas ações disputariam hoje os gritos mais ensurdecedores de um pregão**. Longe das leis vigentes no asfalto, pulsa um mercado rico, dinâmico e, em alguns aspectos, caótico, que fatura mais de R$ 3 bilhões por ano**. Brigando por um naco dessa fortuna pouco conhecida estão atividades formais, informais e ilegais, num ambiente heterogêneo que agrega de biroscas a bancos, das "firmas" do tráfico a milícias. (**Favela S/A – Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem. Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008**)

Os moradores formam uma **massa de potenciais consumidores** estimada entre 1,3 milhão e dois milhões de pessoas, com renda anual que pode chegar a algo entre R$ 5 bilhões e R$ 10 bilhões. Números que, a despeito de divergências estatísticas, fazem tinir cifrões nos olhos de qualquer empresário. Seja no varejo ou no atacado, no oficial ou no paralelo, **a holding Favela S/A** enriquece poucos, explora milhares e dá calote no Estado. (**Favela S/A – Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem. Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008**)

A radiografia mostra que, **ao contrário do Estado, que ainda não se fez presentes de forma efetiva,** o mercado se apropriou da dinâmica das favelas e as transformou numa potente máquina de gerar riquezas. (**Favela S/A – Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem. Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008**)

Hoje as favelas concentram de um quarto a um terço da população da capital e, contrariando suposições que acabaram virando verdades, **elas não são mais reduto de miseráveis**. (**Favela S/A – Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem. Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008**)

Sem liberdade para se manifestar politicamente e sob constante ameaça, (...) moradores dessas áreas também não têm liberdade plena para usufruir do crescimento da economia local e de suas rendas. É comum criminosos se apoderarem de negócios, exigirem pedágios e ágio. Por outro lado, com a informalidade, a maior parte dos empresários e moradores não tem gastos que teria na cidade formal com impostos e taxas de serviços, como água e luz. (**Favela S/A – Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem. Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008**)

- São áreas em que há muito empreendedorismo, mas o tráfico e a milícia atuam como agentes econômicos predadores. (**Favela S/A – Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem. Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008**)

As favelas são muito diferentes entre si. Enquanto algumas poucas ainda são, como no passado, minicidades-dormitório, a Rocinha já tem três agências bancárias – (...) – restaurantes, academias, lojinhas, lojões, lan houses, botequins, biroscas, mini e supermercados. Em Rio das Pedras (Jacarepaguá), uma empresa de factoring troca créditos futuros por dinheiro, como qualquer outra do mercado financeiro. Mas com uma vantagem competitiva: o pagamento é garantido pelo braço forte da milícia, em que a inadimplência representa risco de morte. No Complexo do Alemão, lojas de grandes empresas estão a poucos

> metros da boca de fumo. (**Favela S/A – Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem. Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008**)

> Mas como explicar um mercado pulsante em áreas violentas, com infraestrutura precária e esquecidas pelo Estado? A pista pode ser a frase dita pelo marqueteiro James Carville, em 1992, tentando convencer o então candidato à presidência dos Estados Unidos Bill Clinton sobre o que faria ganhar a eleição: - **É a economia, seu estúpido.** (**Favela S/A – Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem. Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008**)

O *Globo* quer deslocar a imagem de favela, mas mantendo os dogmas de que antes a favela era igual e homogênea, lugar de miseráveis, e agora, não é mais. O olhar sobre os moradores continua sendo o de massa, o de pessoas que vivem sob o jugo do tráfico e das milícias, que seriam os predadores econômicos. Mas por mais que se diga que o poderio econômico está sob as mãos da ilegalidade e do tráfico e que se vitimize os moradores nesta história, é certo que há um outro olhar sobre estes territórios que leva o jornal a sair da cobertura apenas da presença do aparato policial e dos conflitos com o tráfico nestes locais e criar uma série sobre aquele espaço. A economia pulsa forte ali e os sentidos sobre ela começam a se abrir. Tanto é que o jornal passou a olhar para os recursos que correm ali, ainda que mantenha o discurso da presença do tráfico. Ou seja, a favela está produzindo outros acontecimentos que merecem a cobertura midiática. Lamentável, porém, admitir que os moradores da favela não são vistos mais como pessoas evitáveis por serem eles integrantes de um importante nicho de consumo.

Ao falar sobre ruína discursiva, Mendonça (2010, p. 3) chama atenção para a forma como a instância jornalística trata das questões do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST). Ele alerta para o fato de o analista não olhar para o veículo midiático apenas vilanizando sua cobertura, enquanto, de outro, olhar o MST como vítima passiva das coberturas jornalísticas. Desta forma,

> os textos, a diagramação, as fotos, as condições de produção e demais elementos que compõem o discurso de um determinado veículo de comunicação devem ser percebidas como (desde sempre) um produto do confronto entre a instância midiática e os atores sociais retratados nas reportagens. (MENDONÇA, 2010, p. 4)

Mesmo querendo homogeneizar o *locus* favela, a própria matéria lembra que as favelas são muito diferentes entre si. São diferentes porque umas têm mais negócios, como a Rocinha, que não pode ser vista como antes, afinal nela existem hoje três

agências bancárias, negócios e comércios. Ou seja, algumas delas deixaram de ser espaços indesejáveis para se tornarem espaços desejáveis. O tom, mesmo com todos os poréns, é de que o morador da favela vai conseguir se libertar do tráfico e dos "donos" do morro, afinal, agora, eles são consumidores e não podem ser ignorados.

Nota-se nos enunciados ainda um agendamento, uma memória do futuro, do que poderá vir a acontecer com estas massas de *potenciais* consumidores. Também nesta chave de leitura temos o uso do verbo no futuro do pretérito, formulando hipóteses do que aconteceria se... Como no enunciado que aponta que "numa bolsa de valores imaginária suas ações (da favela) *disputariam* hoje os gritos mais ensurdecedores". Também estão presentes os campos antagonistas do bem e do mal. O antigo sistema do mal, que é representado pela "ditadura" do tráfico está agonizando para dar lugar a uma nova favela, do comércio, do bem. Lembrando que também estão em lados opostos a cidade formal x a cidade informal. Termo que nesta reportagem substitui o legal x o ilegal.

A série também coloca a favela como se fosse o único elemento econômico que estivesse pujante no país nesta época, quando, na verdade, há programas sociais do Governo federal, principalmente, que permitem uma ascensão ao consumo de toda a classe C, independentemente de os moradores serem ou não da favela. Estamos falando de um período do segundo mandato do presidente Lula, em que o país ainda não vive indícios de que enfrentaria uma crise econômica.

A partir desta série, há um discurso para levar a favela dos negócios para o mundo da formalidade e, se até a favela está buscando sair desta informalidade, se há a predominância deste discurso para legalizar toda a cidade, este cenário vai se fortalecer a partir de 2009, com a entrada de um novo personagem em cena, o prefeito eleito Eduardo Paes, do PMDB.

Eduardo Paes vence as eleições ocorridas em 2008 tendo esta questão do choque de ordem, respaldada principalmente pela grande mídia, como uma de suas principais pautas. Tanto é que uma de suas primeiras medidas foi a criação da Secretaria Municipal de Ordem Pública. É preciso dar um passo atrás, lembrando que, em 2 de setembro de 2008, o *Globo* divulgou reportagem intitulada "Candidatos prometem fiscalização e plano de habitação para conter favelas". A matéria revela a pressão do discurso do jornal pela política de remoção, não a remoção das favelas que estão assentadas e cuja população pode trazer lucro para o mundo dos negócios, mas daquelas que ainda são indesejáveis e representam mais os "miseráveis" do que aqueles que

merecem estar na formalidade por já fazerem parte da classe média. Então, logo após o discurso da instância jornalística se abrir e enxergar um pouco mais do que a favela violenta, este discurso volta a se fechar, dissimulado sobre a justificativa ambiental e da segurança pública. Portanto, quando se esperava um plano de habitação em prol da população de baixa renda, o que se tem são mais políticas de acirramento. Assim o novo prefeito assume a administração com o compromisso de conduzir uma política de repressão sobre a expansão das áreas das favelas.

Também é a partir deste ano que o Rio de Janeiro vive um período maior de intervenção em seus territórios mais carentes. Naturalmente, estas ações do Poder Público, que têm sua maior evidência nas UPPs, estarão reverberadas nos relatos jornalísticos, que vão referendar ou não estas ações. Vejamos então os enunciados, partindo da visão da cidade e seu choque de ordem em janeiro. Lembrando que o choque de ordem fará novamente um resgate da memória do "Ilegal. E daí?", conforme veremos nos enunciados abaixo, no qual a "ilegalidade vai ao chão".

> O **choque de ordem prometido** pelo prefeito Eduardo Paes começou ontem pela manhã em oito bairros. Em um deles, o Recreio dos Bandeirantes, representou também um desafio às milícias e **à indústria da construção irregular nas favelas.** Trinta e quatro imóveis – entre casas, lojas, uma igreja evangélica e até uma cobertura com piscina, sauna e hidromassagem – que ocupavam irregularmente um terreno público à beira-mar foram demolidos na entrada do Terreirão. (**Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 6/01/2009**)

> O prefeito Eduardo Paes se referiu ontem à operação como uma ação simbólica dos novos tempos na prefeitura: - **Não é admissível que existam áreas da cidade onde o poder público não seja soberano,** não tenha o comando. Os proprietários não são pessoas pobres que necessitam de assistência, mas picaretas que ocupam áreas públicas. (**Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 6/01/2009**)

> - Isso é um absurdo. Como a prefeitura chega aqui de madrugada e derruba tudo sem notificar primeiro? Estou sendo vítima de perseguição política. A discussão sobre a posse da área ainda está na Justiça e por isso a demolição não poderia ocorrer, ainda mais sem comunicação prévia. (**Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 6/01/2009**)

> **Novo prefeito, antigas medidas**. O primeiro dia útil do governo Eduardo Paes lembrou a gestão do seu **ex-padrinho político**, Cesar Maia. Há oito anos, quando assumiu o segundo mandato, Cesar também realizou a**ções de choque de ordem** na cidade. (**Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 6/01/2009**)

> A **população de rua também foi alvo da operação.** Em quatro horas nas avenidas Nossa Senhora de Copacabana e Atlântica, cinco menores foram recolhidos e cinco adultos, levados para a Fundação Leão XIII. (**Novo prefeito. Choque de ordem sem trégua. Editoria Rio, p. 10, 7/01/2009**)

Os enunciados acima reforçam que, após tantos discursos de cobrança feitos pelo jornal, agora o estado está fazendo seu papel e é soberano. Com o choque de ordem, mostra-se que é assim que se entra em todos os territórios. Os moradores das áreas são chamados de picaretas e, por isso, não há nem mesmo a preocupação com a remoção, mas agora a ordem é jogar ao chão o que está ilegal e acabar com a desordem.

Os enunciados revelam que os moradores de rua e os menores de idade que estão em situação de rua também estão incluídos na operação. Ou seja, assim como outdoors irregulares e carros estacionados sobre a calçada, estes moradores de rua também são tratados como coisas que não podem ficar "atrapalhando" e "sujando" as ruas da Zona Sul do Rio de Janeiro.

Nestes enunciados temos, ainda de maneira mais clara, a retomada do Rio voltado para o turista, do Rio que se embeleza e que, aos poucos, vai voltando a ser aquele que pode ser frequentado pela população. Apesar de o choque de ordem ter à frente o chefe do Executivo municipal é um indício de que a vigilância virá por aí em todos os níveis, envolvendo também as questões de segurança pública, ligadas ao governo estadual. O velho Cesar Maia, dos primeiros governos, é relembrado com saudade pelo jornal, que manda seu recado para que Paes não faça o mesmo que o seu ex-padrinho político fez, ou seja, não se alie aos favelados.

O próprio *Globo* rememora nesta operação Choque de Ordem, o "Ilegal. E daí?"

> A instalação de outdoors em desacordo com a legislação da cidade **deu origem à série "Ilegal. E daí?",** do Globo. A primeira reportagem, publicada em 19 de setembro de 2005, denunciava o fato de a prefeitura não ter retirado seis outdoors localizados na saída do Túnel do Joá, na Barra, e ainda ter permitido a fixação de mais um, elevando para sete o número de peças publicitárias instaladas irregularmente na área. **Depois das reportagens que cobravam providências do município, os painéis foram retirados.** (**Poluição visual inspirou a série 'Ilegal. E daí?", Editoria Rio, p. 10, 07/01/2009**)
>
> A série "Ilegal. E daí?", que também abordou temas como estacionamento irregular, construções ilegais, favelização e população de rua, **inspirou o nome de uma CPI na Câmara dos Vereadores para investigar a desordem urbana**. Na última eleição para prefeito,

> a **expressão foi usada também por Eduardo Paes**, que afirmou que acabaria com a era do "Ilegal. E daí?" no Rio. (**Poluição visual inspirou a série 'Ilegal. E daí?", Editoria Rio, p. 10, 07/01/2009**)
>
> Paes prometeu também, durante a campanha, implantar no Rio o projeto **Cidade Limpa**, adotado com sucesso em São Paulo, onde a prefeitura proibiu outdoors e regulamentou o tamanho da publicidade nas fachadas de imóveis. A promessa de Paes é uma das 83 listadas pelo Globo em sua edição do dia 27 de outubro do ano passado, logo após a eleição do peemedebista. (**Poluição visual inspirou a série 'Ilegal. E daí?", Editoria Rio, p. 10, 07/01/2009**)

Nos enunciados, fica evidente que poder público e discurso jornalístico estão em sintonia, até mesmo com o uso do nome da série "Ilegal. E daí?" pelo prefeito recém-empossado durante a campanha. Ou seja, muitas vezes, um acaba pautando o outro. Além disso, o jornal reforça o seu poder de vigilância quando afirma que listou as promessas dos candidatos à prefeitura do Rio.

O reforço do jornalismo como discurso central na atualidade é provado aqui por meio da informação de que uma CPI foi criada na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro a partir da série "Ilegal. E daí?" que traz denúncias de várias irregularidades no município. Ou seja, o jornal assume, de fato, uma autoridade alinhado ao Ministério Público, à Justiça e aos políticos.

A partir da operação desencadeada por Eduardo Paes, cria-se um mapa da desordem no Rio. Obviamente que, além da Zona Sul, outros bairros nobres e tradicionais do Rio, como a Tijuca, serão priorizados neste mapeamento. Os desordeiros continuam sendo os pobres, na figura de camelôs, moradores de rua, adolescentes que se prostituem e moradores da favela. Esta desordem não será atrelada em nenhum momento à falta de eficiência do estado.

Observemos os enunciados:

> Informações reunidas desde junho de 2007 por uma comissão parlamentar de inquérito da Câmara de Vereadores – conhecida como a **"CPI do Ilegal. E daí?", baseada na série de reportagem do Globo** – aliadas a ferramentas tecnológicas relativamente simples produziram o mapa da desordem urbana na Grande Tijuca. Graças ao georreferenciamento das denúncias, é possível visualizar o local exato em que cada tipo de irregularidade acontece. [...] O objetivo é fazer com que **o combate à desordem seja mais efetivo**. (**O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009**)

> Para a secretaria da Ordem Pública, o comércio irregular e a população de rua estão entre os principais problemas da região. Moradores relatam grandes transtornos na região. (**O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009**)
> Na Avenida Presidente Castelo Branco, próximo ao acesso da Avenida Marechal Rondon, na altura da Mangueira, **ambulantes ocupam a calçada**. Há prédios de quatro andares. As ocupações na encosta da Grajaú-Jacarepaguá, **muitas em áreas de risco,** também preocupam. (**O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009**)
>
> Começamos pela Grande Tijuca por ser uma **área nobre** e que tem uma **estrutura urbana poderosa**. (**O mapa da desordem na Tijuca, Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009**)

A operação limpeza começa a se desenhar em relação a este Rio de Janeiro desejável. Neste Rio onde o estado faz, após as denúncias da mídia, seguem-se as pressões em relação a ambulantes, comércio irregular, população de rua, encostas e áreas de risco. O combate a esta desordem não será mais por operações, mas de forma efetiva e constante. "Quem vai dar jeito nisso?", perguntava o *Globo* às vésperas das eleições municipais de 2008, em reportagem publicada no dia 5 de agosto. No subtítulo, aparecia "Favelização, trânsito caótico, desordem urbana e conservação de ruas são desafios para novo prefeito." Agora, Eduardo Paes, que já havia criado no ano anterior a Secretaria Municipal de Ordem Pública, dá a resposta solicitada dentro da argumentação criada pelo *O Globo* da desordem. E assim, estamos no *ethos* da exclusão, no qual há um discurso que reforça aqueles que devem ser excluídos, aqueles que são vistos como refugo humano, já que também há um silenciamento, na maioria das vezes, do que será feito daqueles que estão sendo expulsos das ruas com seu ganha pão ou com o espaço que lhe serve de moradia. Ressaltando que, nesta visão do jornal, o grupo que causa a desordem é o próprio responsável por ela, que nada teria a ver com a ausência de garantia, por parte do próprio estado, de direitos como trabalho, moradia, escola pública em tempo integral, entre outros.

Dentro da chave de leitura de legalização e oficialização, encontramos em 2009 mais uma série de reportagens que será analisada. Agora com o deslocamento de olhar para o território da favela não como um lugar da ilegalidade, mas como um espaço que também será legal e democrático. Curiosamente esta democracia virá por meio da vigilância para o discurso deste jornal. É a partir de 2009 que as favelas começam a aparecer no discurso jornalístico desta forma, por conta da instalação das UPPs e obras

do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), conforme veremos na série "Democracia nas favelas", iniciada em agosto de 2009 em *O Globo*.

Neste período, o projeto de ocupação armada permanente já havia entrado nas favelas, sendo considerado a grande salvação desta população. É como se a vigilância policial trouxesse a libertação, o fim da censura, o direito de ir e vir, de falar ao celular e trará todos os outros direitos ceifados da vida desta população de uma hora para outro. Como se apenas a troca de fuzil direcionado para a favela fosse a solução esperada. As reportagens feitas por quatro jornalistas e um editor foram realizadas em comunidades como Dona Marta (Botafogo), Batan (Realengo), Cidade de Deus (Jacarepaguá), Chapéu Mangueira e Babilônia (Leme), todas ocupadas por UPPs, além da Favela Tavares Bastos, no Catete, onde fica a sede do Bope.

É certo que, durante esta série, o jornal apresenta discursos isolados de crítica, reclamações de moradores diante novamente de mais proibições a manifestações culturais, como o funk. No entanto, o discurso é de apoio à ação policial, como no enunciado abaixo.

> Moradores de cinco favelas vivem uma experiência histórica, que pode mudar o Rio. São as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que prometem expulsar o tráfico, resgatar o papel do Estado e garantir segurança 24h.

Os termos pacificação e ocupação são naturalizados, mesmo sendo conflitivos com democracia, por fazerem referência ao estado de guerra. Pacificar, como lembrou Vera Malaguti, seria o sufocamento dos movimentos sociais, enquanto a ocupação é algo realizado em territórios que vivem em constante tensão diante da guerra iminente. Enquanto a polícia ocupa um território, *o Globo* diz que este mesmo território está sendo tardiamente democratizado em relação ao restante do país, referindo-se à ditadura militar. Além disso, a experiência nas favelas vai mudar o Rio. Ou seja, vigiando-se a favela, todo o Rio respira aliviado, seguro 24 horas.

Em artigo no site "A nova democracia", Marcelo Salles (2009)[5] traz o que a autora Vera Malaguti explicita sobre esta série de *O Globo* e ainda sobre o fato de o jornal ter dedicado uma manchete para dizer que seria possível policiar todas as favelas do Rio, com R$ 340 milhões. O mesmo tema irá voltar mais tarde, em 2010, logo após a

[5] http://anovademocracia.com.br/no-57/2420-ode-aos-campos-de-concentracao

tomada do Complexo do Alemão, como veremos no último capítulo desta tese. Diz Malaguti:

> - É o sonho do capitalismo. Pegar a mão de obra e ter o controle total. Meter a vida dela no campo de concentração. Enquanto isso, liberdade para os ricos. Esses podem andar livremente e concentrar a riqueza sem correr nenhum risco porque a conflitividade social, a luta de classes está controlada o tempo todo. Então, todos esses projetos que têm o grande capital por trás, onde o Rio está sendo vendido, como disse o governador em entrevista ao Globo, buscam um controle absoluto sobre a pobreza. O sonho é fazer isso com todas as favelas.

"Não há solução para o Rio de Janeiro sem que haja solução para as favelas do Rio de Janeiro", diz Paulo Motta, editor executivo de *O Globo* ao comentar, em entrevista no "Memória Globo"[6], sobre esta série Democracia nas favelas e outras duas séries do jornal: Os brasileiros que ainda vivem na ditadura e Favela S.A., ambas também analisadas nesta tese.

A série começa no dia 9 e busca revelar um contraste de visão a respeito do que era o território da favela e o que é hoje com as UPPs instaladas. A UPP é apresentada como um programa vitorioso. É importante ressaltar que ela começa um ano depois da série "Favela S.A.", que já analisamos anteriormente e que mostrava o potencial econômico destes espaços. Portanto, não é um espaço que poderia continuar sendo negligenciado pelos poderes estabelecidos na sociedade.

Para reforçar a imagem da favela como algo positivo na série "Democracia nas favelas", o jornal usa a letra do "Rap da Felicidade", como um slogan da primeira matéria, recurso que vai se repetir ao longo de todas as reportagens da semana, com letras diferentes de músicas. A letra de Cidinho e Doca, de 1993, diz: "Eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci. E poder me orgulhar, e ter a consciência que o pobre tem seu lugar." Além disso, o nome da série "Democracia nas favelas" é grafado como se fosse uma pichação no muro de alvenaria das casas sem pintura. Ou seja, até mesmo a pichação ganha nova conotação no discurso do veículo. Ela não é mais sinônimo de desordem e vandalismo.

Em contraste com a maioria das representações feitas até então das favelas como local do crime e de criminosos, agora o discurso é o da cidadania dos habitantes. No entanto, esta mudança de discurso não tem sua origem explicitada. Não se dá crédito

[6] http://memoria.oglobo.globo.com/jornalismo/premios-jornalisticos/haacute-democracia-nas-favelas-9216055. Acesso em 2 de março de 2016.

neste discurso do jornal há mais de uma década de trabalho de organizações da sociedade civil, com foco nos direitos dos moradores de favelas.

> O dia era 5 de outubro de 1988. Embalada por discursos emocionados – Ulysses Guimarães foi 54 vezes interrompido por aplausos -, nascia a nova Constituição brasileira. Mais um importante passo para a redemocratização, que começara a engatinhar três anos antes, com a saída do último general do poder. O país fez festa. **Mas nem todos foram convidados. Somente no Rio, 1,5 milhão de habitantes de áreas dominadas pelo tráfico ou por milícias permaneceram excluídos dos seus direitos fundamentais. Agora, com 24 anos de atraso, moradores de cinco favelas vivem uma experiência histórica, que pode mudar o Rio. São as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que prometem expulsar o tráfico, resgatar o papel do Estado e garantir segurança 24h.** O desafio é tão grande quanto foi o dos anos que se seguiram ao fim da ditadura militar instituída em 64. (**Democracia nas favelas. Cidadania Lenta e Gradual, Editoria Rio, p. 16, 9/08/2009**)
>
> **É como se estivéssemos num avião em turbulência. As pessoas temem um desastre, mas não temos outra saída.** A frase de um morador da Favela Jardim Batam, em Realengo, resume o estado de espírito da população das comunidades que atravessam um período de mudanças com a chegada das UPPs. (**Democracia nas favelas. Cidadania Lenta e Gradual, Editoria Rio, p. 16, 9/08/2009**)
>
> Há **o risco de o estado paralelo ser substituído por um estado policial.** Some-se a isso o medo ainda presente. A maioria dos moradores ainda prefere falar sob anonimato, tem a volta dos bandidos, o fracasso do Estado e se pergunta: esse modelo de segurança poderá algum dia garantir os direitos fundamentais do cidadão? A resposta pode estar nos grandes investimentos que estão sendo feitos paralelamente à ocupação policial. (**Democracia nas favelas. Cidadania Lenta e Gradual, Editoria Rio, p. 16, 9/08/2009**)
>
> As **bocas de fumo foram desativadas. É um fenômeno novo** e importante, segundo especialistas, em que o Estado retoma o monopólio da força. **A queda de braço entre governo e crime organizado, contudo, continua** em algumas das favelas, como Cidade de Deus, Chapéu Mangueira e Babilônia, onde a venda de drogas é mantida por "esticas". (**Democracia nas favelas. Cidadania Lenta e Gradual, Editoria Rio, p. 16, 9/08/2009**)
>
> **Sem o tribunal do tráfico, que era a autoridade máxima e inquestionável, moradores e policiais enfrentam, agora, a difícil tarefa de construir novas formas de convivência**. Uma simples discussão entre marido e mulher, que antes era resolvida por traficantes, passa a fazer parte do cotidiano das delegacias próximas. (**Democracia nas favelas. Cidadania Lenta e Gradual, Editoria Rio, p. 16, 9/08/2009**)

O texto de abertura trabalha com o argumento de que a democracia chega nas favelas com 24 anos de atraso em relação à Constituição de 1988. Temos a exaltação da entrada do estado neste território e as possíveis melhorias que isso vai trazer. O nascimento da Constituição para os moradores é emblemático, já que a comparação é a mesma com a da ditadura no Brasil. A Constituição Brasileira de 1988 foi resultado do processo de democratização do país após a ditadura militar. E agora, a Constituição na favela é resultado do fim da ditadura dos traficantes e, em alguns casos, dos milicianos. Portanto, estamos na transição traficante-estado. A presença da vigilância armada na favela é chamada de entrada da Constituição e da democracia na favela. Mesmo falando em democracia, reforça-se a favela como o local do conflito, rememorando, no último enunciado, que estes eram resolvidos por traficantes e que agora serão solucionados na delegacia. Estes moradores, que vivem no local da incivilidade, conforme temos visto até aqui, terão "a difícil tarefa" de construir novas formas de convivência.

Há uma abertura de sentidos quando o enunciado mostra o temor de que o que o jornal chama de estado paralelo seja substituído pelo estado policial. E a insegurança de alguns diante da ação dos agentes de segurança que começará a ser implantada.

Também publicada no mesmo dia, em sequência à "Liberdade vigiada", está a matéria "A Resistência dos donos dos morros – Bandidos expulsos do Leme intimidam policiais." A matéria quer mostrar que a pacificação não foi tão simples assim e que houve disparos de tiro contra a quarta UPP instalada no Rio na Babilônia e no Chapéu Mangueira. Apesar de o texto falar da resistência, o tom positivo e de crença na política pública adotada é preponderante, com o abre da matéria encerrando-se da seguinte maneira:

> Aos poucos, depois dos sustos com os tiroteios, as famílias estão voltando a frequentar as ruas das favelas à noite. E o bar de Maria do Socorro Bernardo, diretora da Associação de Moradores, na entrada da Babilônia, já retomou a posição de *point*. (**Democracia nas favelas. A resistência dos donos do morro. Editoria Rio, p. 13, 14/08/2009).**
>
> As feijoadas que acontecem na laje de Rubens Zerbinato, o Pituco, de 27 anos, na Babilônia, começam a ganhar fama. Aos sábados, elas já estão reunindo mais de 40 pessoas. Até um grupo de estudantes da Universidade de Washington, que visitava o morro, deu uma passadinha por lá. (**Democracia nas favelas. Venda de imóveis a pleno vapor. O sonho de um charmoso restaurante francês. Editoria Rio, p. 13, 11/08/2009**)
>
> - Essa favela é uma fábrica de dinheiro. Fiz curso de gastronomia na quadra do Chapéu Mangueira, o que tem me ajudado bastante.

(**Democracia nas favelas. Venda de imóveis a pleno vapor. O sonho de um charmoso restaurante francês. Editoria Rio, p. 13, 11/08/2009**)

A série encerra-se no dia 16 de agosto de 2009, e as últimas matérias trazem um viés de esperança, que pode ser compreendido pela própria letra da estrofe da música que acompanha uma das matérias finais. A estrofe é da música "O morro não tem vez", de Vinícius de Moraes e Tom Jobim, de 1963: "O morro não tem vez e o que ele fez já foi demais, mas olhem bem vocês, quando derem vez ao morro toda a cidade vai cantar." A questão econômica volta ao centro da discussão, tanto no que diz respeito aos gastos dos cofres públicos com as UPPs como o ganho no PIB da cidade com o choque de ordem nas favelas. Especialistas preveem ondas de crescimento e um aumento de R$ 90 milhões no caixa do município, no que começa a ser chamado de "círculo virtuoso" do Rio.

Ao procurar a palavra "pacificação" no Acervo de *O Globo* a partir da década de 2000, as primeiras ligações do termo aos morros cariocas aparecem justamente a partir da série "Democracia nas favelas". É por meio do editorial do jornal que o termo é usado com a conotação de levar a paz a um lugar que antes estava em guerra, no dia 18 de agosto de 2009. Sob o título "Efeito pacificador", *O Globo* discorre sobre o esvaziamento econômico no Rio, dizendo que "a desordem urbana e a violência" seriam fortes obstáculos para a recuperação da região metropolitana. E o jornal afirma: "No entanto, essa revitalização do Rio certamente se acelerará se for bem-sucedido o atual programa de **pacificação** das favelas, pois inseri-las na cidade formal poderá fomentar a economia do município e da região metropolitana."

As questões de cidadania, democracia e direitos humanos, portanto, são secundárias diante de um fator maior, que é o econômico. Assim, dão lugar a um tema já recorrente em 2008, quando a favela do morro Dona Marta foi ocupada pela polícia. É a questão da valorização dos imóveis, conforme mostra a reportagem do dia 11 de agosto de 2009 da série "Democracia nas favelas". A questão do turista estrangeiro também é recorrente. Assim como no ano anterior, agora, novamente o jornal destaca, em meio à série sobre a favela, a presença de estudantes americanos da Universidade de Washington que foram a uma feijoada no Morro da Babilônia, no Leme. Ou seja, a favela voltando a ser o lugar que atrai pelo exótico, pelo samba, pelo romantismo e por uma tradição gastronômica do Rio: a feijoada.

Dentro ainda desta questão envolvendo a favela e as violências, em 2010, o Globo lança a série "Favela Livre". A série é construída após a ocupação do Morro do Alemão. Por sua ligação com a questão da chamada A Guerra do Rio, esta série será analisada no último capítulo desta tese.

2.4.5 O resgate da identidade do Rio. *O Globo* denuncia e cumpre seu papel

Apesar de já termos passado pelo processo de valorização e democracia nas favelas, não há como este espaço ser integrado à cidade, a não ser que seja reconstruído da forma como o sujeito "nós" entende a cidade. Esta cidade da favela precisa se adequar e até se extinguir para que a ideal exista e se construa. Para isso, o discurso de *O Globo* vai continuar nesta luta, e o leitor será o defensor desta cidade ideal.

Neste caminho da cidade ideal, encontramos, também em 2010, o "Ilegal. E daí?". Só que agora, claramente, como uma campanha oficial do jornal e não mais apenas como reportagens. *O Globo* convoca os moradores da cidade a participarem e denunciarem, por meio do Twitter, as "irregularidades" pelas ruas. O jornal passa a ser o fiscalizador e os olhos da legalidade. Ou seja, faz o papel do Legislativo e do Judiciário, fiscaliza e denuncia, cobrando melhorias e justiça do poder Executivo. A reportagem foi encontrada no Jornal de Bairros "Zona Oeste". Ou seja, aqui temos mais um deslocamento. Enquanto a série "Ilegal. E daí?" esteve presente na Editoria Rio, a convocação dos moradores para participar da fiscalização está no encarte dos bairros, com circulação restrita ao Rio de Janeiro. Além disso, aparece como parceria entre os jornais *O Globo* e *Extra*, do mesmo grupo de comunicação. Vejamos os enunciados:

> Carros estacionados em calçadas, flanelinhas, ocupações irregulares, camelôs, **favelização... Essas e outras ilegalidades que caracterizam a desordem urbana poderão ser denunciadas a partir da próxima segunda-feira no Twitter.** Inspirado na série de reportagens do Globo de mesmo nome, o perfil "Ilegal. E daí?" aportará no microblog com a proposta de criar um canal para as queixas da população em relação à desobediência sistemática de leis, normas e posturas no Estado do Rio. (**'Ilegal. E daí?' chega ao Twitter. Jornais de Bairro, p. 5, 16/10/2010**)

> Com as reclamações mostradas na mídia social, será possível **aumentar a pressão sobre o poder público**. Quem quiser colaborar, deve enviar para o @ILEGALEDAI pequenos textos e fotos sobre problemas que atrapalham o dia a dia de cariocas e fluminenses. (**'Ilegal. E daí?' chega ao Twitter. Jornais de Bairro, p. 5, 16/10/2010**)

> A função dos jornalistas será encaminhar as reclamações para os órgãos responsáveis, cobrar soluções, interagir com os seguidores e produzir reportagens para o site do Globo e o jornal impresso, divulgando, assim, as denúncias mais relevantes. – O "Ilegal. E daí?" traduz **tudo que O Globo pensa sobre jornalismo:** proximidade com o leitor, independência editorial, serviço à comunidade e pressão nas autoridades. A série já trouxe **enormes benefícios** ao Rio de Janeiro – afirma o diretor de redação, Rodolfo Fernandes, idealizador da série de reportagens. (**'Ilegal. E daí?' chega ao Twitter. Jornais de Bairro, p. 5, 16/10/2010**)
>
> Até mesmo o prefeito Eduardo Paes adotou a expressão, prometendo, durante a campanha eleitoral de 2008, acabar com a desordem urbana. (**'Ilegal. E daí?' chega ao Twitter. Jornais de Bairro, p. 5, 16/10/2010**)
>
> Segundo o chefe da editoria Rio, Paulo Motta, a chegada do "Ilegal. E daí?" ao Twitter deve ser comparada a uma ferramenta capaz de **transformar a voz de uma pessoa em um grito,** atraindo mais atenção para os problemas do estado. – A ideia é tornar o perfil um ponto de encontro de **pessoas que querem um Rio melhor**. A democracia é o império das leis, o que pressupõe direitos e deveres. Não quer dizer que todas as leis sejam boas; elas podem ser mudadas, mas não desrespeitadas. É isso que faz a boa convivência entre as pessoas – explica o editor. (**'Ilegal. E daí?' chega ao Twitter. Jornais de Bairro, p. 5, 16/10/2010**)

Nos enunciados acima, aparecem todos os itens contra os quais o *Globo* vem lutando nos últimos anos e contra as quais cria uma ferramenta para evitar sua dissipação. O jornal diz que, ao fazer isso, está prestando um "serviço à comunidade". Ou seja, temos o serviço, a ordem social contra os mesmos grupos. Este procedimento de se mostrar "amigo" do povo, de dar voz ao povo é, na verdade, uma forma de mascarar a violência estrutural contra toda uma cidade que não se quer. Afinal, o espaço do *Globo* é o espaço da voz e do olhar de determinado tipo de leitor, cuja origem é a cidade e não a favela, a área nobre e não as regiões carentes, o comerciante e não o camelô, o estacionamento pago ao estado e não ao flanelinha...

Enquanto reforça as ilegalidades que quer denunciar, o *Globo* silencia sobre tantas outras e sobre a cidade mais múltipla e mais heterogênea, defendendo, mais uma vez, a cidade homogênea, ideal. Temos neste caso a oposição entre aqueles que têm seus empregos oficiais e aqueles que vivem à deriva, mas tentam sobreviver como flanelinhas e camelôs. É um texto que quer manter fronteiras e espaços separados: o do nós e o dos outros, além de manter a estrutura de poder.

É o *Globo* quem vai organizar a cidade ideal e mostrar ao poder público onde deve agir e onde não deve, conforme vemos em matéria no dia 14 de novembro de

2010. O jornal anuncia a segunda etapa da operação Choque de Ordem, de Eduardo Paes, mas também mostra que o prefeito segue diariamente as denúncias feitas no twitter sobre as "ilegalidades" pela cidade. Cidade esta que já encontrou o caminho para combater a violência, por meio das UPPs nos morros, e que, agora, terá as UOPs (Unidades de Ordem Pública), em paralelo e seguindo o modelo das primeiras. Vejamos o último bloco de enunciado deste capítulo, que encerra a análise deste Rio de Janeiro traçado pelo Globo entre os anos de 2002 e 2010.

> A política de combate à desordem na cidade vai mudar. O prefeito Eduardo Paes anuncia para 2011 **o início do Choque de Ordem 2, que ele define como uma corrente elétrica**, ou seja, como algo permanente. As atuais operações vão continuar. (**Alta voltagem contra a desordem. Editoria Rio, p. 17, 14/11/2010**)
>
> O prefeito também faz questão de deixar claro que não haverá exageros: - O Rio não é Zurique ou Genebra. A cidade vai ter seus espaços públicos, suas áreas de lazer. **A gente quer regra de civilidade sem perder o jeito carioca. Não quero todo mundo marchando nas ruas da minha cidade.** Bom senso é fundamental. (**Alta voltagem contra a desordem. Editoria Rio, p. 17, 14/11/2010**)
>
> Além da UOP, o Choque de Ordem 2 prevê a criação de um **sistema de gestão** por resultados, que permitirá mapear as "manchas da desordem", ou seja, os locais onde deverão ser colocados mais guardas. (**Alta voltagem contra a desordem. Editoria Rio, p. 17, 14/11/2010**)
>
> Nem bem o dia clareia e Eduardo Paes já está conectado ao seu computador pessoal. Além de disparar e-mails para seu primeiro escalão por volta das 5h, o prefeito lê o jornal antes mesmo de o entregador chegar. Além disso, usa um programa para acompanhar as últimas notícias das principais publicações e os tweets mais recentes do @ILEGALeDAÍ do Globo. Ele acompanha no Twitter não apenas as reclamações dos cariocas, mas também as respostas dadas pelas secretarias. – O Twitter do @ILEGALeDAÍ é super importante. A gente não pode gerar a expectativa de que a prefeitura vai dar solução para tudo. Mas ter acesso à informação do cidadão, com um canal como o Globo organizando isso para gente, é bom – disse o prefeito. (**Paes promete acabar com o 'E daí?' do ilegal. Editoria Rio, p. 28, 14/11/2010**)
>
> Paes quer que **sua gestão** tenha como **marca o combate às ilegalidades.** Por isso ele cobra respostas às queixas apresentadas pelo @ILEGALe DAÍ. – A mensagem está clara em meu governo: em nenhum momento nossa atitude foi do "Ilegal. E daí?". **Estamos muito ligados no ilegal para combatê-lo**. Não teremos o "E daí?" - enfatizou. (**Paes promete acabar com o 'E daí?' do ilegal. Editoria Rio, p. 28, 14/11/2010**)

O choque de ordem vem junto e a reboque do choque de ordem e vigilância nas favelas. Não qualquer choque de ordem, mas aquele idealizado por uma "gestão". O termo administração é trocado pelo gestão, que se aplicaria a uma empresa e não a um governo. Portanto, governo igual a empresa é uma boa imagem para a cidade que busca uma produção de sentido de um modelo neoliberal a ser seguido. O discurso gestionário carrega eficiência no combate às ilegalidades. É a gestão que vai colocar ordem na cidade, portanto um deslizamento de Estado para Gestão, como se toda a cidade fosse uma empresa a ser administrada. Há finalmente uma substantivação da campanha "Ilegal. E daí" e um atravessamento: "Estamos muito ligados no ilegal", como está no enunciado acima. Paes também sabe que terá que combater ilegalidades, mas ele não quer mudar o jeito carioca, com isso volta à memória discursiva. Qual o sentido e porque o "também" está aí. No não dito está: a cultura também vale para a gente. A cultura não é constitutiva do modo de governar, mas também vale para a gente. Finalmente, há o discurso gerencial e o discurso crítico do choque da ordem: "Não quero soldadinho."

Chegamos ao final deste período de análise passando por uma cidade que vai da violência, ao medo, ao terror e à guerra. Passando por uma cidade que agora tem uma gestão e não um governo, portanto a lógica de uma cidade empresarial e não voltada para as pessoas.

Para acabar com este Rio da bandalha, da incivilidade e da barbárie, este Rio do improviso que não combina com a rotina empresarial conserta-se e vigia-se a favela com as UPPs e evita-se a ilegalidade no asfalto com as UOPs (Unidades de Ordem Pública). Rememoramos com o choque de ordem de Eduardo Paes não só os primeiros anos de governo de Cesar Maia, mas o choque de ordem de Pereira Passos no início do século XX.

> Os vendedores ambulantes, os condutores de transporte de tração animal, os vendedores de quiosques, os engraxates, os carroceiros e outros foram expulsos das vias públicas nas áreas reurbanizadas por Pereira Passos, gerando a ideia de que a miséria e a desigualdade social haviam deixado de existir [...] (JOSEPHSON, S.C. p. 19 apud COIMBRA, p. 98)

Para isso, o *Globo* é o caminho e faz, aqui, o papel de "estado paralelo". Já que o estado sozinho não resolve, o jornal dá o apoio e aponta os erros, não qualquer erro, mas

os erros vistos por aqueles com os quais o *Globo* tem um contrato de leitura. Iniciativa que é acatada pelo prefeito, conforme o discurso de *O Globo*.

Esta ilegalidade está sendo vigiada pelo jornal, que tem a sua argumentação reforçada a partir do momento em que o prefeito é um dos principais leitores do "Ilegal. E daí?" e vai lutar para que este "e daí?" não se consolide.

Finalmente, ele reforça a cultura tradicional do carioca. Neste enunciado, relembra-se que o Rio de Janeiro, afinal, é um lugar onde a cultura não combina com a ordem total. Então, há coisas que ficarão despercebidas mesmo, porque "fazem parte da cultura" e, implicitamente, do jeitinho carioca. Mas isso não é retomado de forma negativa, porque recompõe-se, assim, a referência do Rio descolado, sem medo, boêmio, de ruas cheias e até do "algumas infrações são permitidas, por que não?". Afinal, este "relaxamento" do carioca estava sendo perdido nos últimos anos e deixando a cidade menos maravilhosa e sem identidade. E agora, quem diria, a identidade é resgatada pela mão forte do estado nas favelas e nas ruas. Então, vigie-se, fiscalize-se este Rio ilegal para que desfrute-se este Rio maravilha, sem violência, sem perigo, sem tumulto, sem classes perigosas. Este Rio que precisa desta identidade para ajudá-la no projeto de cidade global, mas, ao mesmo tempo, única. Na produção de sentidos sobre este Rio de Janeiro, o *Globo* tem papel central para ajudar a trabalhar a "marca" desta cidade que, afinal, representa não só a identidade de uma cidade, mas a identidade brasileira.

3 – A CONSTRUÇÃO DOS SUJEITOS NO ORDENAMENTO DA CIDADE

Neste capítulo, iremos tratar de uma questão importante para nossa análise, que diz respeito ao sujeito. Lembrando que estamos tentando compreender este sujeito que habita a cidade onde o discurso da ordem, das violências e do medo é central. Como se constrói este sujeito no Rio de Janeiro?

Vamos nos valer de uma análise interpretativa do *corpus*, com inspiração no referencial da Análise do Discurso para perceber os processos de produção de sentido. O sujeito se constitui por fala de outros sujeitos, sendo resultante da interação de várias vozes e da relação com o sócio-ideológico. É o sujeito da língua e da ideologia, estando submetido *a*, abaixo de certas condições. Para Pêcheux, o discurso produzido por um sujeito (A) pressupõe um destinatário (B). E este destinatário se encontra em um lugar determinado na estrutura de uma formação social. "Tais lugares estão representados nos processos discursivos a partir de uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem mutuamente, ou seja, a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro." (INDURSKY, 2013, p. 67)

Por estar inserido em determinado lugar e tempo, o sujeito é essencialmente histórico e ideológico, e os indivíduos tornam-se sujeitos somente se estão posicionados em um discurso, em uma formação discursiva. "O sujeito é, desde sempre, um indivíduo interpelado em sujeito" (PECHÊUX, 1997). Isto quer dizer que, para se significar como sujeito, todo indivíduo sofre o processo de interpelação.

Pensando a relação do sujeito com a linguagem enquanto parte de sua relação com o mundo, compreende-se o estabelecimento e a transformação do estatuto do sujeito como correspondente ao estabelecimento (e transformação) das formas de individualização do sujeito em relação ao Estado. É Orlandi quem traz estas definições, conforme os estudos de Michel Foucault.

> Em um novo movimento em relação aos processos identitários e de subjetivação, é agora o Estado, com suas instituições e as relações materializadas pela formação social que lhe corresponde, que individualiza a forma sujeito histórica, produzindo diferentes efeitos nos processos de identificação, leia-se de individualização do sujeito na produção dos sentidos". (ORLANDI, 1999)

Assim, Orlandi ressalta que, neste sentido, o indivíduo não é a unidade de origem, mas o resultado de um processo, um construto, referido pelo Estado. E este, por

sua vez, é o único agente legitimado para criar as leis e enquadrar as formas de relações sociais que vão se impondo. Para Orlandi, é o indivíduo, produzido por esse modo de individuação, que vai se inserir/identificar com esta ou aquela formação discursiva, constituindo-se em uma posição-sujeito específica na formação social.

Os analistas de discurso franceses ressaltam que o sujeito trafega por vários universos, assumindo os discursos institucionais possíveis de acordo com esta posição. Este processo de adaptação é chamado de assujeitamento. Termo cunhado por Althusser, do qual Pêcheux se apropria e que depende basicamente da luta de classes. Neste caso, o sujeito apropria-se de discursos preexistentes, fazendo uso deles. Assim, supõem-se que não há discursos originais ou textos individuais. Orlandi defende que a produção discursiva de um falante vai ser sempre atravessada por uma série de discursos preexistentes.

A cidade vai significar no espaço urbano formulações possíveis para os sujeitos ligados às questões da criminalidade, medo e violência. Entre os sujeitos estão vários atores da sociedade civil organizada: autoridades policiais, representantes das esferas do governo, vítimas, especialistas em segurança, representantes de ONGs, além de traficantes, milicianos e os moradores das favelas.

Vamos recortar as nomeações formuladas pela mídia, dando mais destaque para algumas vozes mais evidentes no período analisado, entre os anos de 2002 e 2010. Ao fazer as escolhas do material de análise, buscamos os discursos relatados, os discursos diretos e os discursos que utilizam "segundo x, de acordo com y" para nossa verificação. O discurso relatado é aquele que sofre a interferência do locutor, enquanto o direto é aquele que vem entre aspas, não havendo ruptura sintática.

Para Authier-Revuz (2004, p. 218), as palavras aspeadas são aquelas mantidas a distância. Esta operação de distanciamento tem basicamente duas funções: 1) suspensão da responsabilidade do locutor, questionando-se o caráter apropriado da palavra no discurso e 2) a distinção, mostrando que a palavra é um corpo estranho, pertencente a um outro discurso, ou seja, será apropriada ao receptor, mas não ao locutor, e vice-versa. O jornal vai trabalhar ainda com outros operadores de distanciamento, como as expressões "na opinião dele", "de acordo com", "segundo fulano".

O discurso dos sujeitos é constituído por vozes contraditórias e conflitantes sustentadas por diferentes filiações discursivas. Iremos verificar o embate das vozes na construção das imagens dos sujeitos e, por consequência, na imagem do Rio. Vamos

acompanhar as várias posições, lembrando do questionamento: quem é tal sujeito para falar de tal maneira, que posição ele ocupa?

Vamos acompanhar várias vozes e atores sociais, todos envolvidos com as questões das violências no Rio de Janeiro, e procurar entender se houve ressignificação e deslizamentos de cada um no período de quase uma década. Como são apresentadas estas vozes no jornal e o que isso significa? Quais as relações existentes entre elas?

Mendonça lembra, ao analisar as estratégias de interação discursiva no telejornalismo – mas entendemos também que cabe para o jornalismo impresso – que

> Há, por um lado, uma série de estratégias de interação discursiva que envolve a negociação de sentidos entre o veículo enunciador e os múltiplos estratos da audiência. Neste aspecto de interação, situamos a relação entre as estratégias de construções de efeitos de sentidos desejáveis pela emissora em relação a 'telespectadores ideais' a quem os discursos seriam, preferencialmente, direcionados. [...] Um segundo nível de interação discursiva deve ser levado em conta, por sua vez, pelo analista. Trata-se da tensão entre as expectativas dos jornalistas em relação ao que desejam que suas fontes façam (ou falem) e as tentativas destas mesmas fontes de, a partir de artimanhas, táticas ou linhas de fuga criativas, produzir subjetividades outras, através da visibilidade momentânea conquistada. (MENDONÇA, 2012, p. 265-266)

Ao analisar os sujeitos e suas vozes, é preciso lembrar que o comportamento dos falantes irá levar em consideração também o fato de estar em um veículo de comunicação, com suas regras e técnicas. É importante ressaltar ainda que a posição do jornalista e a do leitor já está dada, já foram constituídas a partir do lugar social que cada um dos sujeitos envolvidos na constituição deste discurso ocupa. Os enunciados foram escolhidos por meio de uma busca lexical no Acervo de *O Globo*, e, a partir daí, selecionamos alguns episódios que consideramos importantes para a nossa análise ao longo do período de 2002 a 2010.

3.1 O traficante como grande inimigo

Na narrativa da instância jornalística, o traficante tem o domínio das favelas cariocas, sendo considerado o grande responsável pela criminalidade no Rio de Janeiro nos últimos anos e ainda o problema para o desenvolvimento, o turismo, a insegurança e a maioria dos outros males que impedem o projeto de uma Cidade Maravilhosa, com uma imagem de bem-sucedida mundialmente. Como este sujeito se transformou no maior inimigo do Rio nos últimos anos será o nosso ponto de ataque.

Este traficante ganha outros itens lexicais. Por meio da metonímia, ele se transforma no próprio *tráfico,* tratado como sujeito, entidade, instituição que age de forma deliberada no Rio, e ainda *poder paralelo*, *crime organizado*, *criminosos*, *bandidos*, *facções*, *bandos opressores nas áreas pobres*, entre tantos outros.

Desta maneira, passa a ser um instrumento político, através do qual se mobilizam vários discursos sobre a cidade e não apenas o significado literal do dicionário, que afirma que traficante é a pessoa que pratica negócios ilegais ou clandestinos ou trabalha com este comércio ilegal. Enquanto a memória discursiva reforça este traficante, há um silenciamento sobre o traficante que age no asfalto, entregando a droga em apartamentos e coberturas luxuosas da Zona Sul, a entrada de armas pelos aeroportos do Rio, entre outras questões. Também há um silenciamento sobre o criminoso traficante comum, pouco glamourizado e sem nenhum domínio, que, envolvido com o tráfico, terá uma vida difícil e um risco maior de perder a vida ainda jovem.

No ano em que tem início nossa pesquisa, a reportagem escolhida como objeto para verificar como este sujeito será narrado e como se dão as relações de força e poder em relação a ele será sobre um motim ocorrido na Penitenciária de Segurança Máxima de Bangu I, em 11 de setembro de 2002. O traficante Fernandinho Beira-Mar estava preso em Brasília, mas acabou transferido para o Rio meses antes em uma operação que ganhou cobertura na imprensa nacional. A chacina em Bangu I, que teria sido comandada por Beira-Mar, termina com quatro mortos, feridos e com um anunciado clima de insegurança em vários locais do Rio de Janeiro, que tiveram o comércio fechado, aulas suspensas e postos de saúde sem atendimento. A partir deste episódio, Beira-Mar será chamado de liderança do poder paralelo no Rio, conforme a manchete de 12 de setembro de 2002: "Beira-Mar assume o comando do poder paralelo e aterroriza o Rio". Os mortos no motim foram Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, considerado o líder das facções ADA e Terceiro Comando, Wanderley Soares, o Orelha, cunhado de Uê, Carlos Alberto da Costa, o Robertinho do Adeus, e Marcelo Lucas da Silva, o Café, traficante do Morro do Andaraí.

Neste período, há três facções rivais que, supostamente, comandariam o tráfico de drogas no município: Comando Vermelho, Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando. Estas duas últimas, porém, estariam se unindo e trabalhando de forma conjunta. As ações de cada grupo seriam orquestradas no sentido de se organizar e eliminar adversários.

O Comando Vermelho (CV) é a facção mais antiga das três, tendo surgido na década de 1970, e terá como mito fundador a história de que seus criminosos aprenderam a atuar de forma organizada com presos políticos da época da ditadura militar no presídio de Ilha Grande, em Angra dos Reis, quando foi criado com o nome de Falange Vermelha. Sobre este mito, Daemon (2014, p. 2) não põe em questão se é verdadeiro ou não o encontro dos presos da Lei de Segurança Nacional com os presos políticos, mas a autora complexifica o encontro entre os presos "comuns" e os "ideológicos", "negando a versão de 'capacitação da malandragem' que se tornou hegemônica na historiografia recente do país." (DAEMON, p 2014, p. 2). A autora mostra que, ao contrário da tentativa de se culpar a esquerda por ajudar os criminosos a se organizarem, o exemplo pode ter vindo do que ela chama de "representantes de extrema direita" (idem, p. 10), como Esquadrão da Morte e Escuderia Le Coq, com suas ações de extermínio aos bandidos e de fazer justiça com as próprias mãos (linchamento, tortura e execução). Outra evidência de que as ações do tráfico não têm origens nas ações de esquerda é destacada por Daemon:

> uma síntese refinada entre uma retórica que trabalha argumentos ideológicos da 'esquerda' (como a evidência da exclusão social produtora de miséria e violência, por exemplo), e práticas cotidianas violentas de 'direita' como instrumento de manutenção do poder territorial da facção (como a execução sumária, a tortura, o justiçamento acima da lei etc). (DAEMON, 2014, p. 11)

Lembrando que o traficante da facção que historicamente teria aprendido a agir com a esquerda passará a ser problema no Rio a partir do final dos anos 1980. Mas apaga-se da memória que, até então, estas ações de tortura e justiçamento acima da lei eram práticas de grupos de extermínio. A própria cor, vermelha, que dá nome ao grupo também ficará na memória como aquela que é representante das lutas de esquerda.

A reportagem escolhida para análise joga luzes não só na forma como o traficante aparece no jornal, mas na teia de relações que se estabelece com o Rio. Além disso, serve como divisor de águas no processo da narrativa do jornal que, a partir da morte do jornalista Tim Lopes[7], da Rede Globo, tenta ganhar, no campo simbólico, esta "guerra" contra o tráfico, que fica evidente nos meses seguintes, principalmente a partir

[7] O jornalista Tim Lopes, da Rede Globo de Televisão, foi assassinado em junho de 2002 quando foi descoberto fazendo uma reportagem sobre abuso sexual de menores de idade e tráfico de drogas em um baile funk na Vila Cruzeiro. O crime foi atribuído ao traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, e ao seu grupo, que torturou, matou e queimou o corpo do jornalista.

de setembro, portanto próximo das eleições de outubro, as quais teriam Benedita como uma das candidatas.

Estamos falando de um período do governo de Benedita da Silva, iniciado em abril de 2002 e que duraria apenas até dezembro daquele ano, quando a governadora deixaria o cargo para sua sucessora Rosinha Garotinho. Benedita era vice-governadora na chapa liderada por Anthony Garotinho, que sai de seu posto para se candidatar à presidência da República. Ela será a primeira mulher negra e moradora da favela a assumir o governo do estado, trazendo consigo todo o simbolismo que isso representa. A reportagem tem uma representação emblemática por permitir observar os vários eixos que permeiam esta tese: a violência e o medo na cidade, o desejo de ordem, as relações políticas do jornal e a crise de governabilidade provocada pela violência.

O grande inimigo é aquele contra o qual o Governo de Benedita da Silva, um governo de esquerda, não terá armas à altura para lutar. Na chamada de capa, o jornal compara o motim a um "golpe de estado": "Ao estilo de um golpe de Estado e com o objetivo de assumir o comando do poder paralelo na cidade, o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, comandou um motim em Bangu I (...)"

A narrativa de *O Globo* é construída no sentido de mostrar o poder do inimigo dentro e fora da cadeia. Palavras como "*comandou", "eliminar" e "ordenar*" nos enunciados funcionam como significantes para mostrar quem é este sujeito. É como se o tráfico realmente criasse as leis e as regras, da mesma forma que o estado, com a mesma organização e com articulações por todos os setores da sociedade. Vejamos os enunciados

> **O traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira Mar, comandou** em Bangu I um **motim** que resultou na **chacina** de pelo menos quatro presos **das facções criminosas Terceiro Comando (TC) e Amigos dos Amigos (ADA). Os presos foram mortos por rivais do Comando Vermelho** dentro da Galeria D, onde estavam dez detentos. (O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/9/2002)
>
> **Com a posse das chaves de seis portões gradeados, Beira-Mar, preso na galeria A, fez oito reféns – cinco agentes penitenciários e três operários – e invadiu a galeria vizinha, onde matou Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê**. (O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/9/2002)
>
> Segundo agentes penitenciários, **Fernandinho e seus cúmplices teriam gritado: "Duas torres caíram"**, **numa referência ao ataque terrorista** às torres gêmeas de Nova York, no dia 11 de setembro do

> ano passado. (O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/9/2002)
>
> - Pelo telefone, **Beira-Mar teria dito à polícia que só deixaria a galeria D após terminar o serviço**. (O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/9/2002)
>
> Os assassinatos são, segundo o secretário de Segurança, Roberto Aguiar, **parte de uma ação nacional de unificação dos comandos do crime chefiada por Beira-Mar**. Para **Aguiar, o traficante não queria fugir de Bangu I, mas eliminar quem se opõe a esta unificação** que já teria feito vítimas em São Paulo, Bahia e Mato Grosso do Sul: - **Beira-Mar está agindo como se fosse um reizinho, um Luiz XIV que quer mandar no Rio**.
>
> Pelo telefone, o traficante Marcelo PQD, do TC, disse estar encurralado por bandidos rivais e chegou a pedir uma "marreta" para tentar sair do presídio com seus comparsas. Em outra ligação, Renato Gabriel Arruda da Silva, o Tico, da facção paulista Primeiro Comando da Capital (PCC), também preso em Bangu I, **mostrou estar orgulhoso do ataque**. Segundo ele, o objetivo principal era a morte de Uê. Demonstrando firmeza, sua voz contrastava com a fala de Marcelo PQD. **As duas ligações foram feitas de aparelhos celulares que entraram clandestinamente na penitenciária**. (O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/9/2002)
>
> - Já morreram seis. **Agora queremos que a polícia entre para negociar** – disse o preso, por volta das 11h. (O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/9/2002)
>
> A rebelião com mortes em Bangu I ultrapassou os muros do presídio e interferiu no cotidiano de moradores de nove bairros do Rio. **Numa demonstração de força, traficantes ordenaram o fechamento do comércio** nessas áreas em sinal de luto pelos bandidos mortos. **Escolas ficaram fechadas e quatro delas foram metralhadas em Bonsucesso e Ramos.** (Tráfico fecha comércio e escolas em 9 bairros, Editoria Rio, p. 16, 12/9/2002)
>
> Desde as primeiras horas da manhã de ontem, quando começou a rebelião em Bangu I, **o clima de medo tomou conta da cidade**. (Tráfico fecha comércio e escolas em 9 bairros, Editoria Rio, p. 16, 12/9/2002)

No bloco de enunciados acima, chama atenção, primeiramente, o fato de o título fazer menção ao 11 de setembro do ano anterior, quando milhares de pessoas morreram vítimas de um atentado terrorista nos Estados Unidos. O compromisso desse dizer está na memória do terrorismo. Este inimigo responsável pelo 11 de setembro do Rio ganha nome e sobrenome: Fernandinho Beira-Mar.

Para Batista (2003), o foco em Beira-Mar é estratégico

> [...] porque tinha a utilidade de ser uma espécie de elo perdido entre o político e a droga. Por causa da passagem dele pela Colômbia, ele seria esse elo político fundamental para compactar os discursos de droga e os discursos de repressão à guerrilha colombiana, que domina 40% do território e, portanto, é uma questão política, um estado de guerra civil (BATISTA, 2003, p. 7)

Ao narrar este motim, reforça-se o estereótipo do agente produtor da violência na capital fluminense. Busca-se ainda confirmar a tese do poder paralelo do traficante e do clima de medo generalizado diante deste poder. Entre os enunciados acima, estes exemplos podem ser vistos quando afirma-se que Beira-Mar "comandou motim", teria dado ordem para fechamento de instituições de ensino, que teria dito à polícia que só deixaria a galeria D após terminar o serviço e ainda quando estipula o momento em que a polícia poderia entrar na prisão. Se ele comandou o motim é porque outros participaram, mas há um não dito a este respeito. Entre estes outros, podem estar agentes penitenciários e outras instâncias do poder, que também não são mencionadas. Ou seja, há uma extensa e complexa malha por trás do tráfico que vai criar na cidade uma demanda por mais militarização, mas este circuito, que começa nas fronteiras brasileiras não é percorrido, demonizando-se apenas uma figura. Esta malha, como lembram Pires, Queiroz e Kant de Lima (2010) envolve grupos e setores ligados ao Estado e às instituições privadas:

> (...) essas malhas operam, não apenas à margem da legalidade, mas nas entranhas do aparelho estatal, reproduzindo e sustentando esse mercado. Isso ocorre aqui no Brasil, bem como em outros países capitalistas desenvolvidos, cujos "colarinhos brancos" são sujeitos ativos do processo de produção e reprodução desse mercado e de suas mercadorias. (PIRES; QUEIROZ; KANT DE LIMA, 2010)

Os autores lembram ainda que estas redes que permitem o desenvolvimento do tráfico vão possibilitar a diversificação desse mercado, uma oportunidade de negócios e até a criação das variadas facções.

Enquanto mostra-se o poder de facções do tráfico, revela-se uma cidade que estaria sem governo para combatê-las. Esta parece assistir a tudo sem comando, à espera de ser tomada. As marcas de verdade são reforçadas no texto, com reproduções de falas que o jornal não presenciou e que, mesmo assim, são aspeadas, como, por exemplo, no enunciado: "Já morreram seis. **Agora queremos que a polícia entre para negociar** – disse o preso, por volta das 11h." Este recurso do discurso direto para o traficante, ainda

visto no ano de 2002, será quase inexistente na análise, já que a voz direta deste sujeito não encontra espaço no jornal, principalmente nos anos à frente.

O Globo aproveita a coincidência de datas a respeito do 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos e faz comparação carregada de sensacionalismos e metáforas, referindo-se, por exemplo, diretamente às Torres Gêmeas. As falas dos presos são fundamentais para indicar como aquele conflito se deu, mesmo que não tenham sido presenciadas pela instituição jornalística.

Ao longo da análise, o discurso do medo evolui para o pânico, a narrativa coloca o Rio na iminência de uma guerra, onde "bandidos" andariam armados com medo de outros bandidos. Apesar de registros de manifestações terem ocorrido em nove bairros, conforme é mostrado acima, amplia-se o fato, incluindo toda a cidade como passível de ser subjugada ao poder das facções.

Ao reforçar este sentido, o *Globo* intensifica também a posição de que é preciso mais punição e rigor para lidar com a desordem espalhada pelos traficantes, até mesmo para o sistema penitenciário, que precisa de vigilância redobrada. E se o problema deve ser resolvido com medidas repressoras, apaga-se o entendimento de que este quadro da violência vai além de um problema criminal. Desta maneira, o fator desordem está presente nos enunciados. Fazendo-se uma clivagem: para lidar com a desordem, é preciso colocar-se ordem, combatendo o inimigo com a força. Não por quem está no comando, mas por um outro tipo de governo. É como se fosse possível viver numa cidade sem conflitos. É Simmel quem lembra que pensar a sociedade como destituída de conflito seria pensá-la de "modo superficial". "A sociedade, para alcançar uma determinada configuração, precisa de quantidades proporcionais de harmonia e desarmonia, de associação e competição, de tendências favoráveis e desfavoráveis (SIMMEL, 1983, p. 124)."

Assim, nesta sociedade sem conflitos, o inimigo materializado na figura do traficante é demonizado, legitimando-se, muitas vezes, a violência estatal contra aqueles que se colocam do lado do tráfico. Desta forma, vão se apagando do discurso inimigos outros e problemas urbanos, como se a retirada do traficante solucionasse as desigualdades, a pobreza, as mortes violentas que têm origem em outros fatores, a heterogeneidade da cidade, enquanto reforça-se a necessidade de opressão ao outro.

Apaga-se também que a grande massa de traficantes presa não é como Beira-Mar. É, na verdade, como ensina Zaccone, uma grande quantidade de homens e mulheres extremamente pobres, com baixa escolaridade e detidos com drogas.

(ZACCONE, 2007). São mulas, esticas, aviões, que, quando entram na prisão, podem virar traficantes, narcotraficantes na instância jornalística.

> O fato de a imprensa e de as autoridades públicas darem grande destaque às prisões dos chamados 'chefes' do tráfico, dedicando as primeiras páginas dos jornais e muitos esforços à captura dos 'donos' do negócio relativo ao comércio de drogas, demonstra, por si só, a existência de um escalonamento. De um lado 'grandes' traficantes, como Fernandinho Beira-Mar, e pouco mais de uma dezena de nomes considerados delinquentes de alta periculosidade, para os quais são reservadas algumas celas nos presídios de segurança máxima; do outro, milhares de 'fogueteiros', 'endoladores' e 'esticas' que, junto dos 'soldados' – única categoria armada e responsável pela segurança do negócio – assemelham-se mais à estrutura de uma empresa do que a de um exército, lotando as carceragens do estado. (ZACCONE, 2007)

Conforme ressalta Zaccone, o sentimento de medo na imprensa será personificado no sujeito traficante de grande porte. Sendo assim, as demandas por controle da criminalidade são justificadas por este medo que, em parte, irá afetar as populações das favelas. Portanto, quando a mídia e uma certa camada da sociedade dão visibilidade a um ator ou a alguns autores responsáveis pela violência, é solidificado este tipo de violência como único.

De todo o cenário discursivo do tráfico no período analisado, a figura de Fernandinho Beira-Mar é emblemática. Ele será retratado como um bandido acima da média, capaz de levar o Rio a este estado de "terror". De sua posição discursiva, *O Globo* ajuda a construir a imagem poderosa de Beira-Mar, aquele traficante que será comparado ao próprio Estado, na figura de Luiz XIV, o monarca francês apelidado de Rei Sol. Símbolo máximo do poder absolutista. A ele é atribuída a célebre frase: "L'Etat c'est moi' (em francês, O Estado sou eu), ou seja, todo o poder residia em sua figura.

Enquanto cola a imagem do tráfico ao da violência, apaga-se a do Estado atual como violento no mesmo sentido, trazendo à memória, porém, um outro período quando este mesmo Estado agia utilizando a tortura como método.

Depois de ser comparado ao Rei Sol, ele agora se aproxima dos terroristas mais procurados do mundo. Apesar de ser figura central em matérias sobre o tráfico de drogas no *Globo*, pouco se fala de seu envolvimento com policiais, políticos e empresários que têm relação com o tráfico internacional de drogas e de armas.

Além de o traficante ser temido dentro do sistema prisional e provocar medo e insegurança na sociedade, encontramos ainda o que mata inocentes como forma de

vingança, o que traz nova escala de violência para o Rio de Janeiro, a partir de reportagem publicada em 1º de dezembro de 2005. Esta reportagem, já no período do governo de Rosinha Garotinho, mostra o incêndio em um ônibus em Brás de Pina, que terminou com a morte de cinco passageiros, entre eles um bebê de 1 ano de idade. Segundo a narrativa, o episódio escreve um novo capítulo na história da violência no Rio.

> **Cinco pessoas inocentes**, entre elas Wânia e sua filha Vitória, de 1 ano e um mês, que ela tentou em vão salvar, **foram queimadas vivas por um grupo de 12 traficantes** por volta das 22h30, em Brás de Pina. Há ainda 14 pessoas feridas, duas delas correndo risco de morrer. (**O que eles tinham com isso? Editoria Rio, p. 17, 1/12/2005**)
>
> **Para vingar a morte de um bandido pela PM** ocorrida no mesmo bairro no final da tarde daquele dia, o bando interceptou o ônibus que levava para casa estudantes e trabalhadores, jogou gasolina e ateou fogo. (**O que eles tinham com isso? Editoria Rio, p. 17, 1/12/2005**)
>
> **O ato covarde dos bandidos causou indignação em todos**. Até então, a morte de civis em confrontos urbanos acontecia, frequentemente, em consequência de balas perdidas [...] **O episódio de ontem escreveu um novo capítulo na história da violência da cidade**. (**O que eles tinham com isso? Editoria Rio, p. 17, 1/12/2005**)

Neste caso, os traficantes não são nomeados, mas, sim, culpabilizados pela atrocidade ocorrida na rua. Após este ato, considerado inédito no Rio de Janeiro, o papel do inimigo ganha novos contornos. Jornalisticamente, este caso foi escolhido para análise porque rompe, em termos de memória discursiva, com os sentidos estabilizados sobre ações do tráfico. O tráfico, agora, não mata apenas aqueles que se atrevem diante de seus desmandos, mas ataca e queima vivos os inocentes para mostrar que não há aparelho de repressão que o freie. O papel da opinião pública será fundamental para expressar o que é consenso e o que não é sobre as medidas que o Estado precisa tomar contra este inimigo. O tráfico mata pessoas inocentes, que são queimadas vivas, como está no primeiro enunciado do bloco. No segundo enunciado, reforça-se, ainda, que eles estão vingando uma morte de um bandido pela PM. Ou seja, justifica-se, mais uma vez, a ação de matar da polícia, que não teria feito mais do que a obrigação ao eliminar um "bandido".

O traficante de drogas morador da favela seria o grande ator da desordem social nas páginas dos jornais cariocas. Luiz Antônio Machado da Silva fortalece esta hipótese quando afirma que (...) "o ator típico tem sido identificado com os traficantes de drogas, uma vez que, nas interpretações correntes, a expansão do tráfico tem sido a grande responsável pelas mudanças que afetam a continuidade das rotinas cotidianas" (2008, p. 37).

Estas regularidades persistem em relação ao tráfico como grande inimigo do Rio, que, pela instância jornal, terá nas Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) a grande missão de extirpá-lo das comunidades. Os sentidos acionados são de que o Rio de Janeiro não será uma cidade que pode ser vista como uma grande capital aos olhos estrangeiros se estiver sob o domínio deste tráfico. O fuzil como inimigo do tráfico, porém, será substituído pela vigilância e pelas armas da Polícia Militar. Nesta rede do tráfico, outro sujeito presente é o usuário de drogas, que ganha contornos diversos ao longo da narrativa analisada, conforme veremos no próximo item.

3.2 – Os usuários de drogas

A presença de reportagens envolvendo os usuários de drogas é constante no período analisado em *O Globo*. Como aparece este sujeito no jornal, ressaltando que ele também faz parte do tráfico de drogas, já que o tráfico é o comércio, que, naturalmente tem o vendedor e o comprador do produto?

Encontramos alguns sentidos possíveis para este sujeito, com exceção do termo tráfico, que nunca envolve o usuário. Entre as denominações estão: o dependente e viciado, o que precisa se tratar, o principal responsável e mantenedor do tráfico no Rio de Janeiro, aquele que não tem ciência do mal que causa à cidade, principalmente se ele for um morador da Zona Sul carioca. Quando toma conhecimento disso, procura se tratar porque quer estar do lado do bem. Em períodos em que há crimes bárbaros atrelados ao tráfico, o discurso de *O Globo* é de peso contra o usuário, que também seria responsável por alimentar a rede do tráfico. Em outros momentos, o usuário é tratado como dependente e há debates sobre a descriminação das drogas.

Algumas matérias, ao longo do período, trazem como pano de fundo esta defesa da descriminação das drogas, em especial da maconha. Apesar de outros fatores serem citados nas reportagens, como a conivência de políticos e policiais, o peso maior é dado a este usuário, havendo um silenciamento em relação a outros responsáveis por esta rede que, como lembra o próprio discurso do jornal, movimenta milhões de reais por ano.

Ao longo da análise, foram raros os momentos em que encontramos o discurso direto dos usuários de drogas. Ele não chega a ser silenciado, mas há mais discursos sobre ele do que do próprio usuário, em sua posição de sujeito que consome drogas, do que comentários de outras vozes a seu respeito. Diante disso, optamos por utilizar enunciados também nos quais a questão do usuário é retratada.

Vejamos a primeira série de enunciados recortados a partir do ano de 2002.

> **A escalada da violência** no Rio, com o brutal assassinato do jornalista Tim Lopes por traficantes, traz à tona uma discussão na cidade: **a responsabilidade social do usuário de drogas, que acaba financiando o tráfico e todos os crimes a ele ligados**. (Usuários de drogas: vítimas ou aliados do crime? Editoria Rio: Série O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? P. 18, junho de 2002)

> A inspetora Marina Maggessi, chefe do setor de investigação da Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), observa que **quem fuma maconha ou cheira cocaína, ainda que ocasionalmente, ajuda a manter um verdadeiro exército do crime, que dispõe de armas de guerra para defender seus territórios e praticar assaltos, assassinatos e sequestros.** - Em 300 morros da Região Metropolitana existe um arsenal de 1.500 fuzis, maior do que qualquer guerrilha no mundo. E isso é financiado por aquele cara que dá o seu dinheiro para fazer paz e amor fumando maconha. **É com o dinheiro dele que os criminosos matam crianças e ferem inocentes em assaltos e com balas perdidas** – diz Marina. (Usuários de drogas: vítimas ou aliados do crime? Editoria Rio: Série O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? P. 18, junho de 2002)

Em 2002, logo após a morte do jornalista Tim Lopes, conforme já dissemos em outros momentos, temos um discurso mais ácido e ferino em relação ao tráfico de drogas e suas consequências, numa tentativa de criminalizar todo e qualquer indivíduo que esteja na cadeia das drogas, inclusive os usuários. Se em outros momentos à frente, teremos outros sentidos para o usuário, mais próximo de uma imagem de vítima e de dependência, aqui ele é aquele que tem responsabilidade social e financia o tráfico e ainda aquele que, em última instância, será responsável por outros tipos de violências praticados nas ruas, como os assaltos, os sequestros e os assassinatos de pessoas inocentes. Como nem sempre este sujeito se encaixa "no tipo social cujo caráter é socialmente considerado como 'propenso a cometer um crime'" (MISSE, 2008, p. 13), nem sempre ele estará suscetível a ser visto como um criminoso.

Sobre esta questão, recorremos a Misse (2008) quando vai explicar a construção social do crime. De acordo com este autor, o crime possui sua construção social

compreendida após o entendimento dos significados de alguns níveis analíticos interligados: a criminalização, a criminação, a incriminação e a sujeição criminal. A criminalização seria uma ação tipicamente definida como crime. A criminação de um acontecimento é possível pelas sucessivas interpretações que encaixam um curso de ação local e singular na classificação criminalizadora. Já a incriminação ocorre por meio de testemunhas e evidências do ato infracional, enquanto a sujeição criminal é a seleção preventiva dos supostos sujeitos que vão compor um tipo social cujo caráter é socialmente considerado como 'propenso a cometer um crime'. Queremos tratar especificamente da sujeição criminal como operador discursivo. Entre estas pessoas propensas ao crime estão as chamadas classes perigosas, foco das punições e da vigilância policial, enquanto os demais são vistos de outra maneira.

Um exemplo tradicional no meio policial é que o integrante das classes perigosas que é encontrado portando certa quantidade de droga, em geral, será enquadrado como traficante, enquanto os demais, com o mesmo tanto, são vistos como usuários. Para exemplificar esta situação, Malaguti Batista (2003) afirma que, na legislação brasileira, não existe uma quantidade específica para determinar se a quantidade de droga portada pelo sujeito irá determinar se ele é usuário ou traficante. Assim a questão de classe social será definitiva na hora do enquadramento do infrator.

> Um aluno nosso de mestrado contou que era delegado em Jacarepaguá, zona oeste, vetor de crescimento da cidade, onde estão os pobres, porque pobre não pode morar na Barra da Tijuca. E aí ele fazia todo dia registro de ocorrência de artigo 12, que é tráfico. Depois ele foi transferido para a Barra da Tijuca. E ele percebeu que, na Barra da Tijuca, ele nunca fazia um registro de 12. Será que não tem traficantes na Barra da Tijuca ou será que na Barra da Tijuca não tem pobres?! (MALAGUTI BATISTA, 2003, p. 8)

Em outro momento, o usuários de drogas das classes pobres, mesmo que não tenham relação direta com o tráfico, serão vistos como criminosos por incomodarem nas ruas. Nestas ocasiões estes usuários serão responsabilizados por outros tipos de crime: os furtos e roubos a pedestres. Em 2007, encontramos este tipo de usuários de drogas retratados pelo *O Globo*. Aqueles que se juntam nas ruas e, por atacado, fazem uso de entorpecentes em áreas públicas e, ao contrário do bloco acima em que são co-responsáveis pelo crime, aqui são usuários que cometem crimes. Geralmente, são adolescentes que usam drogas em locais já marginalizados. Neste caso, os usuários se misturam com os traficantes e também amedrontam, sendo capazes de praticar assaltos

e arrastões. Eles, em geral, se "confundem" com moradores da favela e permanecem em territórios degradados, onde o tráfico é livre. Não encontramos nenhum discurso direto com a voz destes sujeitos durante a análise.

> Estação do Jacarezinho, 15h de uma segunda-feira: em pleno horário escolar, um grupo de adolescentes percorre a linha do trem se equilibrando nos trilhos. Num canto próximo à estação, usam uma folha de papel fino para preparar um cigarro de maconha. **Parecem aflitos, ávidos para iniciar o consumo. O cigarro agora aceso passa a circular de mão em mão**. (Nos trilhos do pó, Editoria Rio, página 18, 15/04/2007)
>
> Outros grupos, formados igualmente por crianças e adolescentes, ocupam outros trechos da linha. Naquele **território livre do tráfico**, nada parece incomodá-los. **Observados por traficantes armados, usuários de todas as idades descem do trem para comprar e cheirar cocaína e fumar maconha e crack, uma droga cada vez mais presente nas favelas do Rio**. (Nos trilhos do pó, Editoria Rio, página 18, 15/04/2007)
>
> Durante as últimas três semanas, O Globo percorreu de trem os ramais da Central do Brasil, constatando que **o tráfico e a violência estão presentes em mais da metade das 52 estações** localizadas no município do Rio. Em cinco delas, localizadas no interior das favelas do Jacarezinho, de Manguinhos, Vigário Geral, Parada de Lucas e Senador Camará, **o consumo de drogas e a presença de bandidos armados tornam a situação grave e de constante perigo para a massa de trabalhadores** que utiliza os ramais da Central todos os dias. (Nos trilhos do pó, Editoria Rio, página 18, 15/04/2007)

Com este conjunto de enunciados, percebemos que o jornal oscila ao tratar deste usuário de drogas, diferenciando-o de acordo com o território e o momento, ora criminalizando-o, ora tratando-o como vítima. Este último usuário também insere-se na narrativa do medo, sendo, em alguns momentos, vítima da cadeia do tráfico, e, em outros, uma das engrenagens. Em pleno horário escolar, como aparece no primeiro enunciado, estão nas ruas. São estudantes, então, os que são criminalizados.

De uma maneira geral, as matérias na Editoria Rio mostram o que este usuário traz para a cidade, fomentando a violência, sendo associados ao perigo. As questões de políticas públicas para os usuários são tratadas em nível nacional, na editoria O País, principalmente quando, em 2004, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança o decreto que cria a política de proteção de danos à saúde por uso indevido de drogas. Mesmo assim, são matérias isoladas que não são capazes de trazer um discurso cristalizado que discorra sobre a falta de políticas públicas de inclusão destes usuários e de geração de

renda para os jovens de comunidades carentes. O resultado é uma narrativa que acirra ódio e preconceito entre os grupos sociais.

3.3 Os milicianos

Dando sequência ao capítulo, passemos aos milicianos, outro sujeito encontrado ao longo de nossa análise na cadeia das violências na capital fluminense, principalmente a partir de 2006, quando ganha destaque em reportagens do jornal ao ocupar comunidades e entrar em confronto com traficantes de várias regiões do Rio de Janeiro. A milícia é conhecida em sua origem como um grupo que atua, sobretudo, em loteamentos ilegais da periferia do Rio de Janeiro. A atuação no ramo começa nos anos de 1970, período em que as invasões de terrenos por grupos autônomos de sem-teto são substituídas por uma espécie de "empreendedor imobiliário".

> Estes grupos de ex-policiais constituem o mesmo fenômeno denominado grupo de extermínio nas décadas de 1960, 1970 e 1980 na Baixada Fluminense e na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, onde predominavam migrantes vindos de outros Estados. A novidade está apenas na ampliação dos negócios com a "venda" de produtos e serviços, por meio de extorsões apresentadas como proteção contra assaltos, que marcaram também o início da máfia italiana no século XIX e, posteriormente, das máfias estadunidenses. São os novos milionários da tragédia da segurança pública no Rio de Janeiro. São os subversores da disciplina e hierarquia militares, usadas como argumentos para justificar a permanência da estrutura militar na força policial brasileira. (ZALUAR, CONCEIÇÃO, 2007, p. 89)

Há relatos que apontam que a atuação começou em Rio das Pedras, maior favela da Zona Oeste do Rio em torno do caso de um açougueiro. Revoltado com o número de vezes em que seu comércio foi assaltado, ele teria organizado um grupo para garantir a segurança da comunidade. O grupo matava e espancava os ladrões e, com o tempo, passou a agir de maneira profissional e em vários pontos do Rio, expandindo suas atividades para o setor imobiliário. Este grupo não tolera uso e tráfico de drogas. Com estes princípios, passou a ocupar cada vez mais espaço nas favelas cariocas, "vendendo um modelo de urbanização, ainda que ilegal ou irregular, centrado na segurança e na moralidade, algo que, informalmente, vem seduzindo muitos moradores de favelas territorializadas pelo tráfico" (idem, *ibidem*).

Entre 2005 e 2006, de acordo com Relatório da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública, o número de comunidades dominadas pelos milicianos

passou de 42 para 92. Estes grupos são formados por agentes das forças de segurança do Estado, sejam da ativa ou reformados, vindos de polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e até das Forças Armadas. Entre as práticas impostas está a cobrança de 'mensalidades' dos moradores das áreas "protegidas" para remunerar a segurança privada. O argumento é de que estão entrando nos locais para estabelecer a ordem e a paz, livrando, desta forma, as comunidades do tráfico de drogas.

Em entrevista ao site Viomundo, o deputado estadual Marcelo Freixo (Psol) ressalta que, na prática, há uma percepção de que a milícia incomoda menos do que o tráfico, sendo, por isso, mais tolerada. Ela já foi, inclusive, considerada um movimento de "autodefesa comunitária", definição atribuída ao ex-prefeito Cesar Maia. Hoje não há mais este discurso. No entanto, permanece o discurso da ordem, porque a milícia é a polícia. A milícia é considerada o crime "verdadeiramente organizado dentro do Estado".

> O tráfico nunca transformou o seu domínio territorial em um domínio político, como fez a milícia. A milícia elege, frequenta palácios, tem projeto de poder. A milícia tem seus representantes; o tráfico, não. Pelo contrário: a relação que o tráfico tem com o Estado é na propina que paga ao policial para deixá-lo funcionar. A milícia, não: ela tem centro social, projeto de poder e é visitada por prefeito e governador. (FREIXO, 2014)[8]

No ano de 2005, não encontramos muitas reportagens que identificam a milícia como este grupo que representa o mal e que explora e mata à revelia da lei nas páginas de *O Globo*. De início, o termo ainda tem outros significados no jornal, estando relacionado com aqueles que vão barrar as ilegalidades, ainda que seja fora dos padrões e não necessariamente no Rio de Janeiro. Em 2005, a palavra tem outra flutuação de sentido, ainda sem o valor histórico que terá futuramente na memória discursiva. A palavra vai ganhar nova materialidade linguística em anos posteriores, deslizando, porém, entre o legítimo, o legal e o ilegal ao longo da análise. Ressaltando que são policiais que serão chamados de milicianos e que, como lembra Pêcheux (1997), denominar não é um gesto aleatório, é uma interpretação no nível do simbólico. O que já traz um questionamento: a violência policial só é tratada como legítima quando

[8] http://www.contextolivre.com.br/2014/02/globo-e-socia-de-um-projeto-autoritario.html (entrevista de viomundo com Marcelo Freixo)

autorizada pelo Estado com o argumento de que seria para garantir paz, ordem e segurança.

Ainda em 2005, no dia 9 de abril, uma carta de um leitor publicada no jornal, na página 6, na Editoria Opinião, mostra que as milícias eram vistas como alternativa para fazer frente ao tráfico de drogas.

> Sobre as milícias, as famosas mineiras, o tema está sendo tratado com a simplicidade de quem desconhece o dia a dia das pessoas destas comunidades. **Conversei com conhecidos que me garantiram que preferem pagar cinco ou dez reais mensais por uma segurança particular, informal, do que sofrer violência e humilhação nas mãos de traficantes.** Um **morador contou-me que apoiou a ação do grupo de policiais porque há dois anos um traficante arrancou-lhe a filha de 15 anos das mãos, deu-lhe uma pancada na cabeça e só a devolveu no dia seguinte, deflorada.** Apesar de ilegais, e portanto condenáveis, estes grupos contam com o apoio da comunidade. Diante da incapacidade do Estado de impedir que estes moradores voltem a sofrer violências tão graves é preciso prudência ao combater e acabar com a única maneira que encontraram para se defender, do contrário estaremos prestando um desserviço a uma população sofrida e que busca um caminho, mesmo que arriscado, de se sentir protegida. Bartolomeu Paes leme (via Globo Online, 7/4, Rio) (**Editoria Opinião, 9/4/2005, p. 6**)

Neste caso, o sentido dado à milícia está relacionado com a moral. Suas ações são aceitas, ainda que ilegais, mas porque confrontam com a imoralidade do tráfico. De início, como vimos, "essas práticas foram apresentadas pelos meios de comunicação como um exemplo bem sucedido da postura cidadã em que cada um 'faz a sua parte' (MACHADO SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p. 26).

Ao dar espaço e destacar determinado texto, o jornal parece querer abordar o tema por uma ótica, ocultando tantas outras. A enunciação "Diante da incapacidade do Estado..." é atribuída ao leitor, mas traz uma memória discursiva muito presente em outros momentos no jornal. Em princípio, a milícia seria uma espécie de salvação contra o tráfico, não importando o fato de ser uma nova força dominadora nas favelas e na periferia carioca.

> Não por acaso, o apelo ao combate às quadrilhas de traficantes de drogas aliou-se à divulgação pela mídia do "sucesso" da repressão privada, agora "alternativa", de iniciativa dos moradores. São milícias constituídas na maior parte por ex-policiais, as chamadas "polícias mineiras", que geralmente contam com o apoio das forças regulares de segurança pública. (idem).

Veremos em nossa análise, que o sentido de milícia vai sendo atualizado no jornal até se tornar mais um grupo "inimigo" do Rio de Janeiro. Na reportagem que analisamos, o discurso é o mesmo de tantas outras: a milícia é ilegal, mas tenta nos proteger do mal maior, que é o tráfico. Por isso, ela é aceita nas comunidades.

> **A cada 12 dias, uma favela dominada pelo tráfico é tomada por milícias no Rio**. O fenômeno cresce em proporção geométrica e tem como **alicerce estruturas do próprio poder público**. Os **atores envolvidos são provenientes das forças de segurança, políticos e líderes comunitários**, como diagnostica relatório elaborado há dois meses pelo Gabinete Militar da prefeitura do Rio. (**A polícia paralela, Editoria Rio, p. 19, 10/12/2006**)
>
> Formadas por policiais e ex-policiais militares, bombeiros, vigilantes, agentes penitenciários e militares, **muitos deles moradores das comunidades**, essas milícias passaram a empregar **a estrutura do estado como base para suas ocupações**. (**A polícia paralela, Editoria Rio, p. 19, 10/12/2006**)
>
> [...] **a expansão desses grupos só é possível com apoio da população local** e a participação informal de parcela das unidades policiais dessas regiões. (**A polícia paralela, Editoria Rio, p. 19, 10/12/2006**)
>
> Um menor flagrado com maconha pelo PM fardado é preso em flagrante, conduzido à DP, assume o compromisso de comparecer posteriormente em juízo, ganha liberdade imediata e retorna à favela, onde reincidirá no crime. **Já o menor flagrado com maconha por integrantes da "mineira" recebe imediatamente um corretivo físico e psíquico**. É encaminhado à presença dos pais e ameaçado de morte caso volte a reincidir. **O Estado tem que agir dentro da legalidade, enquanto que a milícia, não**. (**A polícia paralela, Editoria Rio, p. 19, 10/12/2006**)
>
> **Eu não estou defendendo milícia, mas é preciso analisar esse fenômeno pela ótica do morador da favela. [...] o morador da favela também quer ter segurança**. (**A polícia paralela, Editoria Rio, p. 19, 10/12/2006**)

Primeiramente, é preciso ressaltar o que significa o título da matéria que, no lugar de "poder" ou "estado" paralelo, usa o termo "polícia paralela". Que sentidos outros podem ser entendidos deste termo criado pelo jornal? Se a polícia (de Rosinha, assim como a de Benedita) não resolve, existe uma polícia paralela que, estando acima da lei, irá resolver os problemas nos territórios dominados mais rápido do que a burocracia e lentidão da corporação estatal e também dentro das suas próprias leis, já que esta tem sido a única alternativa a se seguir.

No primeiro enunciado deste bloco, o relatório aponta o crescimento da ação das milícias que estariam dominando comunidades. A partir deste enunciado e de outros neste bloco, percebemos como o processo de evidências sobre a milícia está relacionado com o espaço da favela. Se são comunidades dominadas, não estariam de acordo com esta ação. Pelo menos, percebemos uma dissonância de vozes em relação aos moradores. No entanto, em outros enunciados do bloco, o *Globo* parece sugerir por mais de uma vez que a ação tem o apoio destes moradores e que seria benéfica para as comunidades que teriam, neste grupo, um modelo de segurança, já que o Estado só serve aos "ricos". "A segurança do pobre é a milícia". Mais que isso, a milícia seria aquela que dá o corretivo e pune em um país em que o discurso da impunidade, tipicamente da direita, é crescente, principalmente, provocada pelas leis "protetoras" do estado. Desta forma, a rede de filiação desta milícia é a da punição, apesar de o termo usado ter sido o corretivo "físico e psíquico", quando evita-se usar o termo tortura.

É a crítica velada à forma paternalista como o estado trataria os adolescentes pegos em situação de infração, enquanto a milícia seria mais célere e trataria os casos com a mão forte que é necessária, ainda que fora das regras legais.

Também encontramos moradores iguais a policiais quando se diz que eles também vivem nas favelas e se sentem subjugados. Desta maneira, justifica-se a ação dos milicianos, que, por sua vez, são policiais. Aqui neste início da análise ainda há um silenciamento sobre a "venda de segurança" imposta por este grupo, ou então, conforme visto na opinião do leitor acima, este fato é minimizado e até aceito, já que seria por uma causa maior.

A partir do momento que ganha expressão na mídia, o termo passa a ser reconhecido da comunidade como um todo, aquele sentido permanece, quando ganha novo valor histórico. Vai funcionar na memória discursiva do brasileiro como o ato de grupos que buscam o próprio poder, subjugam moradores das favelas e querem tomar as favelas do tráfico. A palavra ganha nova historicidade, nova materialidade linguística. O verbete era um termo rarefeito, não dizia respeito apenas às milícias do Rio. O sentido que vai reativar na memória a partir daí é o de milícia do Rio.

Desta maneira, o discurso de *O Globo* sobre os milicianos sofrerá deslizamentos ao longo dos anos. Daquele grupo que aparece como alternativa ao tráfico e como "polícia paralela" em 2005 e 2006, teremos, em 2007, já no primeiro ano do governo Sérgio Cabral, as milícias na mira do Governo, as milícias que avançam pelo corredor do PAN 2007, portanto já são vistas como ameaça em um momento em que o Rio estará

em maior evidência por conta dos Jogos Panamericanos. A narrativa mostra que a ação de milicianos corrói as forças de segurança, onde estariam entranhados. Em alguns casos, o grupo, antes chamado de "mineira" ou "milícia", agora é "paramilitar".

Em 2008, chegamos em uma milícia formada por PMs matadores, momento em que também se compara ao inimigo, quando temos Milícia x Poder Público. Uma condição de produção que explica parte deste deslocamento de sentido na instância jornalística é o episódio de tortura a uma equipe de jornalistas do jornal "O Dia", que foi descoberta na favela do Batan, em Realengo, dominada pela milícia, onde fazia uma reportagem. A equipe, formada por repórter, fotógrafo e motorista, estava morando disfarçada há duas semanas na favela, preparando uma reportagem sobre o cotidiano de quem vivia no local. Depois de horas de tortura, a equipe foi libertada na Avenida Brasil.

> Descobertos pelos bandidos, no último dia 14, **os três foram torturados por sete horas e meia, com choques elétricos, socos e pontapés**. A Secretaria de Segurança informou, ontem, ter determinado a abertura de uma investigação para apurar o **sequestro e a tortura**. (Jornalistas são torturados por milicianos. Editoria Rio, 1 de junho de 2008, página 31)

> Durante o espancamento, a repórter foi submetida a uma 'roleta-russa' e viu um marginal rodar o tambor do revólver e apertar por duas vezes o gatilho da arma, apontada em sua direção. **Os milicianos, que tiveram o apoio de policiais militares**, enfiaram ainda um saco plástico na cabeça da jornalista. (Jornalistas são torturados por milicianos. Editoria Rio, 1 de junho de 2008, página 31)

> **Amanhã, um dos casos de violência contra jornalistas que mais chocou o país completa seis anos. Tim Lopes, repórter da TV Globo, foi morto a mando do traficante Elias Maluco** quando fazia uma reportagem sobre bailes funk na Vila Cruzeiro, favela do Complexo do Alemão. (Seis anos da morte de Tim Lopes. Editoria Rio, 1 de junho de 2008, página 31)

> - **Entidades dizem que caso acabará com mito de que milícia protege favelas. [...] – Vai ser uma bomba que vai estourar no colo deles e desmoralizar as milícias**. (Um atentado à liberdade de informação. Editoria Rio, 1 de junho de 2008, página 31,)

De polícia paralela, no bloco anterior, aqui as milícias passam a ser chamadas de "bandidos", conforme aparece no primeiro enunciado acima. O termo tortura, também antes evitado, agora também passa a ser utilizado pela instância jornalística. O fato foi

definitivo para a abertura da CPI das Milícias[9] na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), um ano e meio após ter sido solicitada pelo deputado estadual Marcelo Freixo (Psol), revelando, mais uma vez, que os acontecimentos de grande repercussão midiática acabam reverberando, muitas vezes, de forma imediata no campo político. No documento da Alerj, inclusive, consta o fato ocorrido como justificativa para abertura da comissão:

> A instauração da Comissão Parlamentar de Inquérito foi requerida pelo Deputado Marcelo Freixo em fevereiro de 2007, em decorrência da extrema gravidade da situação das milícias em comunidades no Estado do Rio de Janeiro, com fortes indícios de envolvimento de policiais, civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários. Essa situação extremamente grave exigiu do poder público, em 2008, uma resposta imediata, a partir do sequestro e tortura dos repórteres do jornal - O DIA - em uma favela do Rio de Janeiro.

O momento também é o de trazer à memória outros casos de tortura, como o da morte do jornalista Tim Lopes, que havia ocorrido seis anos antes.

Em 2008, as matérias sobre os milicianos não circulam apenas nas páginas da Editoria Rio, mas também na editoria "Eleições 2008", mostrando que, ao contrário da forma como o discurso do tráfico de drogas aparece, as milícias estão enfronhadas no poder oficial constituído. Vejamos os enunciados abaixo:

> Dois candidatos a vereador acusados de envolvimento com milicianos na Zona Oeste do Rio afirmaram ontem na CPI das Milícias que o deputado federal Marcelo Itagiba (PMDB), ex-secretário de Segurança e presidente da CPI dos Grampos no Congresso, pediu votos em áreas dominadas por grupos armados. Josinaldo Francisco da Cruz (DEM), o Nadinho de Rio das Pedras, e Cristiano Girão (PMN) **disseram que desconheciam qualquer ação do setor de segurança pública no combate às milícias realizado pelo governo passado.** (**Suspeitos de milícia tentam envolver deputados. O País. Eleições 2008, 10/09/2008, p. 8**)
>
> Os dois acrescentaram que a inspetora e policial licenciada e atual deputada federal Marina Maggessi (PPS) também fez campanha em áreas dominadas por milicianos, que exploram serviço clandestino de TV a cabo, venda de gás e transporte alternativo. (**Suspeitos de milícia tentam envolver deputados. O País. Eleições 2008, 10/09/2008, p. 8**)
>
> [...] **Em nota, Itagiba disse que foi o responsável pela instauração do primeiro inquérito para apurar ação de milícias no estado em**

[9] http://www.nepp-dh.ufrj.br/relatorio_milicia.pdf

> **2005. [...] Marina negou ligação com as milícias. [...] Nadinho, que admitiu a existência de milícias em Rio das Pedras, negou integrar o grupo**. [...] No depoimento, Girão, que também negou ser miliciano, disse que faz apenas prisões de ladrões e usuários de drogas em Gardênia Azul. **O candidato do PMN, que é bombeiro, acrescentou que foi assessor especial do governo Rosinha Garotinho, em 2005.** Ele afirmou que foi indicado pelo atual subsecretário de governo, Rodrigo Bethlem. Em resposta, o governo disse, em nota, que combate as milícias. (**Suspeitos de milícia tentam envolver deputados. O País. Eleições 2008, 10/09/2008, p. 8**)

Ao buscar nomes de dentro da instituição policial como integrantes de uma milícia, a instância jornalística recobre, de certa maneira, a violência policial, dando um outro nome para aquele que pratica esta ação. Ao mesmo tempo, é o lugar do policial que vai sustentar o sentido de milícia, tendo sua prática associada ainda a outros grupos "criminosos", entre eles esta categoria formada por "políticos".

Ao longo da análise, percebemos que os sentidos deslizam, se movimentam, se significam e ressignificam. Ao mesmo tempo em que nomeiam e renomeiam o grupo, há um explícito silêncio em relação àqueles que sofrem a ação dos milicianos, ou seja os moradores das áreas afetadas. Também há um silenciamento ao longo das matérias a respeito de onde estão as bases eleitorais desses milicianos eleitos. Outros sentidos para este silêncio são o de que os favores e benesses atribuídos à milícia seriam "comuns" no mundo político. Há uma tentativa de atrelar o nome do governo que sai, de Rosinha Garotinho, a políticos milicianos, enquanto o novo governo será aquele que vai combater "o problema". "José Mariano prometeu combater estes grupos".

Enquanto temos visto em nossa análise até aqui uma caracterização do que é ilegal no Rio de Janeiro, os milicianos não são qualificados desta maneira, são, no máximo, um grupo irregular, mas que age em um território ilegal, o da favela, área que, mesmo com os programas políticos, como o Favela-Bairro, ainda se mantém como *locus* de ocupações e construções erguidas fora dos preceitos da lei. Portanto, há uma relação de forças neste espaço.

> O ilegal tem a ver diretamente com o rompimento do princípio básico do poder legislativo, dizer ilegal é dizer contrário à Lei e, portanto, ao Estado. *Irregular*, por sua vez, direciona, com contornos menos visíveis e puníveis, os sentidos em movimento na relação com o Estado, com a favela, com o favelado, com a própria milícia. Isso tem consequências na produção de evidências, no jogo de representações sociais, no processo de interpelação e individuação dos sujeitos, em nossa formação social. Visto sob outro prisma, *irregular* ainda nos leva a refletir se a milícia rompe com o Estado. (COSTA, 2011, p. 27)

Desta maneira, Costa ressalta que a milícia vai colocar o estado em uma outra relação com a territorialidade e ainda com as instituições consolidadas e com aquilo que diz respeito à função do estado como articulador simbólico político no processo de individuação dos sujeitos.

É interessante ressaltar que a ação corrupta dos milicianos será retratada no filme Tropa de Elite 2, no ano de 2010, último ano desta análise, portanto influenciará ainda mais na recepção das reportagens sobre a milícia. Naquele ano, o protagonista do crime no Rio de Janeiro deixa de ser os traficantes e passa a ser os milicianos, conforme ressalta Luiz Eduardo Soares, em entrevista à Revista Época: "A milícia coloca o policial como protagonista do crime. É o maior problema de segurança no Rio de Janeiro, hoje", diz Luiz Eduardo[10]. O filme teve uma das maiores bilheterias da história do cinema brasileiro.

Este protagonismo dos milicianos aparece momentaneamente no jornal, período em que a narrativa aponta para o arrefecimento do tráfico, sob a alegação de que a venda de drogas nas favelas estaria sob controle, principalmente, naqueles territórios onde já estavam instaladas as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs).

> **O mapeamento das 250 maiores favelas do Rio revela que as milícias atuam em 105 delas. Com isso, já superam a maior facção do tráfico, que domina 66 comunidades.** A comparação do poder dos milicianos é feita ainda com o de duas outras facções do tráfico, que controlam respectivamente 35 e 31 favelas. **A análise indica que, enquanto a maior quadrilha de traficantes perdeu terreno com a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em comunidades nas zonas Sul e Norte, milicianos vêm estendendo sua área de influência ao asfalto.** Esse tipo de movimentação tem sido denunciado por moradores de Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Ilha do Governador. Nesses bairros, grupos paramilitares oferecem "segurança patrimonial", cobrando, por meio de cartas deixadas em casas e prédios, taxas diárias que chegam a R$ 2,20 por domicílio. (**O avanço das milícias. Editoria Rio, 7/11/2010, p. 32**)

> **Com o enfraquecimento das facções ligadas ao tráfico, há uma tendência de os milicianos continuarem a expandir o domínio territorial, o que representa maior poder político** e aumento de arrecadação com a cobrança de taxas de segurança e ágio (na venda de produtos como bujões de gás) – diz Storani. (**O avanço das milícias. Editoria Rio, 7/11/2010, p. 32**)

[10] http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI176445-15228,00.html. Acesso em 20/01/2015

> Como a maioria desses grupos é integrada por agentes da lei, a expansão em territórios antes dominados pelas quadrilhas de venda de drogas **conta, em muitos casos, com a simpatia de uma parcela dos moradores**. (**O avanço das milícias. Editoria Rio, 7/11/2010, p. 32**)
>
> [...] **a tendência para a próxima década é que o tráfico fique cada vez mais enfraquecido, perdendo poder territorial**. Em compensação, os grupos paramilitares tendem a ganhar espaço. (**O avanço das milícias. Editoria Rio, 7/11/2010, p. 32**)

Estes enunciados sobre a milícia mantêm relação com outros e também com este momento histórico de apostas no programa de UPP implantado pelo governo Cabral. Portanto, está ligado a um contexto que envolve políticas de segurança pública, a cidade, a favela e outros sujeitos, como o traficante, o morador da favela, da cidade, autoridades, políticos, entre outros. Mas se aparentemente começa a se resolver o problema com um inimigo, o traficante, o discurso de medo continua, e "o inimigo agora é outro", mas a sensação de medo continua prevalecendo em *O Globo*.

Mais uma vez, a narrativa do domínio, da violência e do subjugo dos moradores será a predominante em relação à favela, onde os milicianos fazem a "segurança patrimonial", conforme aparece no primeiro enunciado do bloco acima. Porém, depois de, em 2008, termos os milicianos que matam, aqui aparece novamente uma reacomodação desse sujeito. Enquanto parte dos moradores da favela vai denunciá-lo, outra parte será "simpática" à presença deles, ou seja, continua-se associando a pobreza ao ilícito, justificando, assim, a necessidade de controlá-los.

Portanto, mesmo que a milícia tenha se transformado em "o inimigo", assim como o antigo traficante da favela, ela volta e meia tem a simpatia dos moradores também das favelas e vai ganhando espaço ancorada em um discurso de enfrentamento da criminalidade:

> A pretexto de impedir o controle dos bandos de traficantes sobre as favelas, as milícias constituem-se como verdadeiras empresas, típicas do capitalismo aventureiro mencionado por Max Weber: além de cobrar proteção como as máfias, monopolizam algumas importantes atividades econômicas locais (transporte alternativo, comércio de botijões de gás, distribuição de sinal roubado de televisão a cabo etc). MACHADO DA SILVA, 2008, P. 25)

De maneira geral, da mesma forma que há sentidos estabilizados que naturalizam as ações dos milicianos de condenar, punir e executar, tendo o apoio de autoridades do setor de segurança pública e moradores, conforme vimos nos

enunciados, por outro lado, há sentidos que são deslocados, principalmente na última parte da análise, que relacionam a milícia com extermínio, insegurança e arbitrariedade, comparando-a já com facções do tráfico, portanto inimigo ao qual é preciso temer. Mesmo assim, há enunciados que voltam a desestabilizar esta visão, mostrando que os grupos de milicianos mantêm a simpatia em vários territórios, o que significaria dizer que são mais bem-vindos do que o tráfico. De qualquer maneira, como ressalta Costa, a milícia não se configura como um poder paralelo. Ao contrário, é um desdobramento da polícia, que se forma e atua à sombra do estado. Em última instância, seria um sujeito que ajudaria a colocar ordem nas favelas e até entrando em pontos onde o estado deixa serviços a desejar. O incômodo viria a partir do momento em que ela irá disputar território não mais com o tráfico, mas com o estado instalado nas comunidades por meio das UPPs.

Finalmente, no último enunciado do bloco, aposta-se na promessa utópica de enfraquecimento do tráfico ao longo dos anos, o que seria possível com a milagrosa política pública das UPPs, que terão, obviamente, que agir também contra os milicianos.

3.4 Os agentes de segurança: policiais

Outro sujeito presente em nossa análise que se torna importante para entender os discursos do jornalismo sobre as violências no Rio de Janeiro são os agentes de segurança, em especial as polícias Civil e Militar, que ora aparecem como fontes das reportagens, principalmente quando se tratam dos policiais militares de alta patente, delegados e inspetores, enquanto, em outros momentos, apresentam-se de maneira generalizada, com o nome “policiais” e que, em geral, estão atrelados a reportagens sobre operações nas ruas, casos de corrupção e mortes ou vítimas fatais de confrontos. Para o jornalismo, muitas vezes, os agentes e os registros policiais (boletins de ocorrência) são as fontes oficiais das reportagens, são eles que informam, por exemplo, quais crimes estão ocorrendo na cidade e quais seriam os assuntos de “maior destaque”, enquanto outros, por exemplo, aqueles que envolvem abusos de autoridades e crimes cometidos no exercício da profissão, são conhecidos apenas quando denunciados por outras vozes.

De acordo com Ramos e Paiva (2007), a escolha das fontes é realizada com base naqueles que os jornalistas julgam ser atores qualificados. No caso da cobertura das violências na grande mídia, a principal fonte de informação das matérias são os

policiais. A informação é da pesquisa feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC) em 2004 e 2006.

É interessante também como se dá o direcionamento de sentidos em relação a estes agentes. Em todo o período analisado, há clamores para que haja mais policiamento nas ruas, principalmente em momentos em que há coberturas mais amplas do assunto, ocasiões em que há tiroteios, mortes em ruas da Zona Sul, algum acontecimento que irrompe e desencadeia uma série de matérias a respeito. Nestes casos, mais uma forma-sujeito aparece como a salvadora do Rio: os agentes das Forças Armadas, que muitas vozes presentes na instância jornalística consideram a força ideal para combater inimigos, como o traficante.

O número de pessoas mortas pelas polícias no Rio de Janeiro é considerado alto, o que fica evidente ao longo de algumas reportagens. No entanto, se o clamor é por mais policiamento, é secundária a preocupação com aqueles que morrem nos confrontos com a polícia. Ou seja, imagina-se que a maioria dos mortos em confrontos seja de bandidos e, por isso não importa se será uma vida perdida, formação discursiva de direita que defende que "bandido bom é bandido morto", condicionando os dizeres a partir desta fala com a qual o político Sivuca, ex-integrante dos "Homem de Ouro"[11], se elegera deputado estadual. (MACHADO DA SILVA; LEITE, FRIDMAN, 2005, p. 13).

Em relação a estes agentes, chegamos ao governo Benedita tendo um cenário conturbado de muitas experimentações recentes e mudanças de modelos de atuação, sempre vinculados à política governamental vigente. O partido da governadora, o PT, havia feito aliança nas eleições de 1998 com o PDT de Anthony Garotinho. Com a vitória da chapa, Luiz Eduardo Soares, ligado ao PT, assume a Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria de Segurança Pública, onde permanece por 500 dias e tenta implantar uma política de "civilizar" a polícia (MACHADO DA SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p.17): "sintetizado nos temas de sua reforma (moral), de seu reaparelhamento (técnico) e de sua modernização (associação de técnicas investigativas e de pesquisas científicas, monitoramento e prevenção). A chamada "inflexão civilizatória" das corporações não deu certo, e a Secretaria de Segurança Pública retomaria o endurecimento contra o crime.

[11] Homens de Ouro é o nome dado aos integrantes deste grupo, criado na década de 1960, que teria licença para matar a despeito das implicações legais sobre a execução.

> A saída de Garotinho do governo estadual para disputar as eleições presidenciais, em 2002, e sua substituição pela vice-governadora, Benedita da Silva, criou uma situação que foi interpretada por ela e por seu partido, o PT, como a oportunidade de "fazer diferença no Rio de Janeiro" – o que certamente só produziria impacto desde que focada na atuação policial. (MACHADO DA SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005, p.17)

Apesar deste trabalho em relação à mudança de atuação das corporações, estas medidas não repercutem na mídia, que, por todo o período Benedita, vai continuar mostrando a ineficácia e a corrupção dos agentes em meio ao sentimento de insegurança da população.

De maneira geral, encontramos, nos enunciados, neste período, a polícia corrupta, que investiga mal e que, com isso, permite que os criminosos fiquem soltos. Ao reforçar a visão de sua incompetência, o jornal aumenta a descrença nesta instituição, ao mesmo tempo em que cria um paradoxo, no qual a população clama, sempre, por mais vigilância feita por esta corporação.

Frequentemente há comparações do modo de atuação das polícias militares e civis do país, apontando os pontos negativos e positivos que apresentam em relação a corporações de outros estados. Na primeira reportagem escolhida para análise, de 2002, encontramos a relação da polícia com a corrupção.

> **A polícia do Rio é a que mais recebe denúncias de corrupção**; a do Pará é a mais violenta; a mineira a que mais abusa da autoridade; e a paulista comete mais infrações disciplinares. Essas são algumas das conclusões de uma pesquisa feita pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, da Universidade Cândido Mendes, que traça o perfil das polícias Civil e Militar do Rio de Janeiro, Pará, de Minas Gerais, de São Paulo e Rio Grande do Sul, a partir das denúncias recebidas pelas cinco ouvidorias do país, instituídas nesses estados. (**Policiais do Rio são os mais denunciados por crime de corrupção. Editoria Rio, 17/09/2002, p. 14, terça-feira**)
>
> No Rio, 30% das denúncias contra policiais são de corrupção, contra 20% em São Paulo e menos de 10% nos outros estados. O número de pessoas mortas pela Polícia Militar no Rio de Janeiro e em São Paulo é altíssimo, segundo os pesquisadores. **No Rio, 3.895 pessoas foram mortas por PMs de 1995 a 2001.** Em São Paulo, foram 3.747 no mesmo período. (**Policiais do Rio são os mais denunciados por crime de corrupção. Editoria Rio, 17/09/2002, p. 14, terça-feira**)
>
> **O Rio de Janeiro é o estado que apresenta o menor índice de punições a policiais denunciados**. Apenas 7,4% das denúncias encaminhadas pela Ouvidoria às Corregedorias da Polícia Civil e da Polícia Militar resultam em punições. Em São Paulo, o índice de punições é de 26%. No Rio Grande do Sul, é de 19,8%. No Pará é de

> 19,6% e, em Minas Gerais, é de 13,2%. (**Policiais do Rio são os mais denunciados por crime de corrupção. Editoria Rio, 17/09/2002, p. 14, terça-feira**)
>
> **O Rio de Janeiro é o estado onde as pessoas se sentem mais desprotegidas.** Segundo a pesquisa, 75,8% das denúncias contra policiais são anônimas. (**Policiais do Rio são os mais denunciados por crime de corrupção. Editoria Rio, 17/09/2002, p. 14, terça-feira**)

Nos enunciados acima, percebemos como se chama a atenção para a corrupção policial no Rio de Janeiro por meio de uma pesquisa que diz respeito a anos e governos anteriores. Esta polícia chamada de ineficaz pela instância jornalística seria aquela que não estaria agindo nas ruas para proteger os cidadãos de bem.

A terceira via proposta por Luiz Eduardo Soares, que se referia à compatibilização entre eficiência policial e respeito aos direitos humanos, não encontra reverberação nas próprias instituições e tão pouco na instância jornalística em um momento crucial, às vésperas de uma eleição para governador, que ocorreria em outubro. O jornal vai mostrar também que a polícia do Rio é ineficiente, que as pessoas continuam se sentindo desprotegidas e que a PM do Rio é aquela que matou quase 4 mil pessoas, ou seja, matou mais do que os policiais em São Paulo. Esta constatação também se mostra contrária à polícia proposta por Luiz Eduardo, de redução da violência destas corporações em confrontos. Confundem-se direitos humanos com proteção a bandidos.

Apesar de, nos enunciados acima, a pesquisa ser restrita a cinco estados, o discurso dá a entender que a polícia carioca é a mais corrupta do país, característica própria do jornalismo, que busca generalizar e ampliar as causas, quando, muitas vezes, a realidade é muito mais heterogênea. Além disso, os números são decorrentes de denúncias que chegam até as ouvidorias, portanto, é apenas um recorte muito restrito da realidade, que vai ajudar a consolidar um discurso fechado sobre a polícia carioca.

Com a derrota do PT nas urnas, sai a política da inflexão civilizatória e retorna aquela da intolerância com o crime com a eleição de Rosinha Garotinho. A morte de supostos bandidos praticada pelos agentes volta a ser comemorada, por exemplo, quando Anthony Garotinho assume a Secretaria de Segurança Pública.

> A partir de maio de 2003, o ex-governador Anthony Garotinho assumiu a Secretaria de Segurança Pública do estado. Na transição entre ele e seu antecessor, Josias Quintal, e em meio à pressão por uma nova intervenção federal, foi decretada a operação “Rio Seguro”.

> Nos primeiros quinze dias no cargo, Garotinho se vangloriava de a ação da Polícia ter produzido 100 mortes (todas de bandidos, afirmava na época).(BORGES, 2009, p. 30)

Neste período, escolhemos um bloco de enunciados que vai mostrar um outro tipo de agente, mas cujo teor passará longe de modificar práticas policiais, como se as práticas negativas estivessem restritas a um grupo de maus policiais e não à corporação, que continuará sendo solicitada na mídia como salvação para reduzir a criminalidade.

Mas este agente, que é multifacetado na cobertura de *O Globo*, na maioria das vezes, é responsabilizado por "sobrarem crimes" no Rio e pelos criminosos continuarem nas ruas. A alegação é reforçada pela Justiça, que, nos enunciados abaixo, critica o trabalho da Polícia Civil, que não consegue reunir provas para que os criminosos fiquem nas cadeias. Este seria um indício de que, mesmo sem crimes materializados, esta polícia age de forma distorcida. No entanto, o discurso que vai prevalecer é o de que vivemos no país da impunidade e de que as leis protegem os criminosos. O jornal, porém, vai utilizar de exemplos de criminosos "conhecidos" para reforçar esta tese da impunidade e das "benesses" para aqueles que foram presos.

> Quatro meses antes de levar o terror à Avenida Niemeyer, em São Conrado, em abril, Eduíno Eustáquio de Araújo Filho, o Dudu da Rocinha, de 33 anos, saiu da cadeia **beneficiado** pela visita periódica ao lar. Não voltou à prisão. Márcio Batista da Silva, o Dinho Porquinho, de 28 anos, foi libertado **graças a um habeas corpus**, em outubro. Três semanas depois, a Justiça decretou sua prisão preventiva por triplo homicídio qualificado. Polêmicas, essas decisões judiciais são fundamentadas na lei, mas reforçam **a tese de que a polícia prende e a Justiça solta**. O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Miguel Pachá, **afirma que o problema está na Polícia Civil, que não fundamenta os processos nem reúne provas para condenar ou manter presas pessoas** como Dinho Porquinho. (**Sobram crimes, faltam provas e até acusados. Editoria Rio, 5/12/2004, p. 38, domingo**)

> [...] **Apesar das críticas de que a polícia prende e a Justiça solta**, Pachá diz que as estatísticas internas do Judiciário **demonstram o contrário**: - Este ano já tivemos 8.051 condenações e 2.500 absolvições. Absolver ou condenar para nós é indiferente. Para absolver é preciso que não haja prova para condenar. **A autoridade policial não tem trazido provas.** (**Sobram crimes, faltam provas e até acusados. Editoria Rio, 5/12/2004, p. 38, domingo**)

> Para o desembargador Jorge Uchôa de Mendonça, da Seção Criminal do Tribunal de Justiça que decidiu soltar Márcio Batista, **a polícia**, às vezes, **cria perigosos bandidos**. – **Eles vão lhe dizer que é o poderoso Chiquinho, traficante. A sociedade lê na imprensa e**

> **aguarda que ele seja condenado. Quando vai ver o processo, cadê as provas? Não tem**. (**Sobram crimes, faltam provas e até acusados. Editoria Rio, 5/12/2004, p. 38, domingo**)
>
> Sobre a falta de provas nos inquéritos, Itagiba disse que **a polícia está sobrecarregada**: - O volume de trabalho é grande para as polícias. (**Sobram crimes, faltam provas e até acusados. Editoria Rio, 5/12/2004, p. 38, domingo**)

O jornal simplifica uma realidade nos enunciados acima, reforçando a ideia de que a polícia prende e a justiça solta. Há um silenciamento com relação à Justiça, aos delegados e a autoridades policiais e o modo como atuam. Também há um silenciamento sobre o complexo sistema policial e judicial brasileiro, com a existência de uma polícia que ao mesmo tempo investiga e faz a vigilância, como é o caso da Polícia Civil, responsável pelo inquérito policial. Kant de Lima, ao comparar o modelo policial brasileiro com o de outros países, mostra a ambiguidade existente no Brasil, principalmente porque a atuação da polícia se aproxima de um modelo inquisitorial, onde o poder de decisão está concentrado nela, impedindo o funcionamento do modelo acusatorial, no qual prevalecem as disposições constitucionais.

> Em uma cidade como o Rio de Janeiro, onde a Polícia Civil investiga e faz ronda, abre inquéritos policiais e tem Delegacias de Vigilância, a contaminação desses diversos e aparentemente contraditórios princípios é inevitável: previne-se com métodos inquisitoriais e prende-se com critérios de vigilância. Primeiro encontra-se o ladrão, depois obtém-se sua confissão, e então realiza-se a investigação formal. (KANT DE LIMA, 1989)

Estes métodos inquisitoriais são naturalizados pelas polícias, que só conseguiriam obter informações sobre o crime com emprego da "violência física e de exploração do medo" (BENEVIDES, 1983, p. 78). O emprego de ações fora da lei, como a tortura, também cumpriria a função de punir e dar o exemplo.

A informação de um dos enunciados acima sobre o alto índice de absolvição também passa sem maiores comentários na reportagem. Foram 2.500 absolvições em um ano, ou seja, pessoas que foram presas e que, contra elas, não foram encontrados crimes. Além de Benevides, acionar Misse (2008) pode ser importante neste momento, já que o autor lembra que a acusação terá um processo permeado de filtros até chegar ao tribunal. Neste ponto, a polícia tem um papel fundamental, porque irá mostrar a ordem dos acontecimentos. Acontece que esta denúncia, muitas vezes, chega por meio de

confissão, que foi conseguida após agressão física ou moral contra o acusado. Assim, esta polícia passa a ser vista como cruel e com certo distanciamento social.

Além disso, a acusação pode estar não sobre a transgressão, mas sobre o sujeito da transgressão, "fazendo dele e de sua subjetividade, o ponto de ancoragem da acusação (MISSE, 2008, p. 2)". Desta forma, serão sujeitos perseguidos, muitas vezes, pela própria violência policial, que irá tentar enquadrá-lo como transgressor, tentando encaixar as ações praticadas por ele nos dispositivos de crime. No entanto, na fase judicial dos processos, isto nem sempre cola, e estes "transgressores" voltarão às ruas, porque foram absolvidos, não sem antes terem sido "fichados" como criminosos.

Quando a instância jornalística reforça o discurso de que a justiça comum nem sempre vai funcionar, uma das consequências poderá ser a de que legitima a "justiça privada".

> São punições da polícia o fichamento na instituição, a prisão e tortura. As punições mais graves são empregadas quando crimes julgados mais graves são identificados. Nestes casos; a polícia pune "assaltantes", "estupradores" e "traficantes" com a morte. São métodos de investigação da polícia o sigilo de suas investigações, o interrogatório e a coação para a obtenção da informação que elucidará o caso; seu procedimento só se satisfaz com a confissão (cf. Thompson, 1983; Barandier, 1985; Kant de Lima, 1986; Paixão, 1988). (KANT DE LIMA, 1989)

Mas também pode ocorrer que indivíduos notoriamente culpados acabem absolvidos diante da discrepância entre aquilo que a polícia sabe e o que poderá provar judicialmente, segundo lembra também Kant de Lima. "Ocorre, então, muitas vezes; que a polícia torna a prendê-los, vindo eventualmente a torturá-los e matá-los. Fazendo isso, ela atua contra a lei, e os policiais são eventualmente julgados e condenados pelo seu comportamento ilegal." (idem)

As contradições sobre os agentes da ordem continuam. Nesta proximidade com o mundo do crime, onde prevalece a postura da punição, estes policiais também morrem de forma violenta em confrontos no Rio de Janeiro, conforme veremos no bloco de enunciados abaixo.

> **O mês de janeiro registrou um novo recorde de violência contra policiais militares**. Pelo menos 11 morreram e dez ficaram feridos, um deles gravemente, em confrontos, emboscadas e assaltos no Rio. **O número é quase três vezes maior do que o de janeiro de 2004, quando foram registradas quatro mortes, uma delas em serviço**. No ano passado, 133 PMs foram assassinados, destes 52 morreram em

> serviço. (**Mortes de PMs batem novo recorde em janeiro. Editoria Rio, 1/02/2005, p. 17, terça-feira**)
>
> A preocupação com o recrudescimento da violência contra policiais, **principalmente fora do horário de trabalho**, levou a Associação de Militares Auxiliares e Especialistas a elaborar um dossiê que será enviado ao Ministro da Defesa, solicitando mudanças na norma que impede um policial de comprar armas de calibre 40 para uso pessoal. [...] em muitos dos casos, os policiais reagiram a tentativas de assalto, errando o alvo e morrendo. (**Mortes de PMs batem novo recorde em janeiro. Editoria Rio, 1/02/2005, p. 17, terça-feira**)
>
> Sabemos que **morrem mais policiais de folga do que em serviço. Isto porque são obrigados a reagir a assaltos e, muitas vezes, não estão de fato preparados** – afirmou Melquisedec Nascimento. (**Mortes de PMs batem novo recorde em janeiro. Editoria Rio, 1/02/2005, p. 17, terça-feira**)

Aparentemente, se as mortes de policiais estão batendo recorde é porque eles estão sendo assassinados em confrontos como policiais. Caso contrário, seriam contabilizadas apenas como mortes violentas de cidadãos no espaço urbano. No entanto, ao longo da matéria, percebe-se que as mortes acontecem principalmente fora do horário de trabalho, então, podem estar ou não relacionadas com a profissão da vítima. Mais uma vez, o discurso construído é o do medo, ou seja, o medo de que os soldados desta guerra contra o tráfico estejam perdendo a batalha. Mas se o inimigo mata, deve pagar com a mesma moeda, ou seja, morrendo também. É por isso que os policiais precisam se armar melhor. O discurso é o do incentivo à violência e não o da paz. Não há críticas ao fato de a Associação dos Militares querer autorização para que estes policiais, que em discursos anteriores eram mal treinados, quererem usar em sua defesa fora do trabalho uma arma de grosso calibre. Admite-se, porém, que são agentes mal preparados.

Diante destes enunciados, temos um aspecto constantemente silenciado nas coberturas jornalísticas a respeito do funcionamento das polícias, que é sua proximidade com os traficantes e, muitas vezes, as negociações e concessões feitas em troca de recebimento de propinas, o que acaba enredando os agentes da ordem e sua complexa presença, por exemplo, nas ocupações nas favelas.

Por outro lado, temos enunciados que apontam para uma polícia diferente, bem treinada, que é exemplo, que foi criada para o combate e que vai até capacitar os policiais da Força Nacional. Esta polícia, muitas vezes considerada modelo pela

instância jornalística, será o Batalhão de Operações Especiais (Bope), chamada de tropa de elite da PM.

> **Instrutores do Batalhão de Operações Especiais (Bope), tropa de elite da PM, treinarão integrantes da Força Nacional de Segurança**. As normas dos treinamentos foram definidas, na tarde de ontem, durante a reunião entre o secretário de Segurança Pública, Marcelo Itagiba, e o secretário nacional de Segurança, Luiz Fernando Correa. (**Bope vai treinar policiais da Força Nacional, Editoria Rio, 1/2/2005, p. 17, terça-feira**)
>
> Para Marcelo Itagiba, **a transferência da capacidade e dos conhecimentos adquiridos pelos policiais do Bope será muito importante para futuras ações integradas entre forças estaduais e federais**. (**Bope vai treinar policiais da Força Nacional, Editoria Rio, 1/2/2005, p. 17, terça-feira**)

Enquanto se valoriza o Bope como força exemplar, esquece-se que este braço de elite da PM do Rio é um dos mais violentos, principalmente em suas incursões nas favelas. O grupo tem como emblema duas pistolas na frente de um crânio espetado por uma faca. Além disso, em suas sessões de treinamento, são comuns os homens cantarem músicas como: "Bandido favelado não se varre com vassoura, se varre com granada, com fuzil, metralhadora." Outro grande temor provocado pelo Bope nas favelas é a presença do caveirão – carro blindado, que intimida os moradores durante as incursões policiais e que demonstra a relação de desconfiança existente entre os dois lados: polícia e comunidade. Ao entrar no ambiente dos pobres, esta polícia está, de antemão, incluindo toda a população da localidade no que Kant de Lima chama de processo preliminar inquisitorial, ou seja, apurando e verificando a situação social daqueles de quem se suspeita, afinal caveirão não é usado no asfalto.

> A prática da vigilância requer o uso de *critérios policiais* para selecionar criminosos potenciais de cidadãos respeitadores da lei. No exercício de suas funções de vigilância e investigação, espera-se que a polícia previna e reprima a criminalidade e, mesmo, prenda criminosos. Como essas atividades são exercidas inquisitorialmente, a polícia e a população vigiada e investigada - particularmente as classes baixas - não desenvolvem relações de confiança recíproca e incondicional. (KANT DE LIMA, 1989)

Então, esta polícia, treinada para confrontos de guerra, é a que vai selecionar quem tem direitos constitucionais e quem não tem. É aquela polícia que vai olhar o criminoso como um inimigo e não como alguém que cometeu um crime e que precisa

responder de maneira adequada pelo que fez. O fato de esta polícia estar frequentemente nas favelas evidencia que o estado sempre esteve presente nestes territórios e, assim também, não há poder paralelo do tráfico se este estado se faz presente de alguma maneira, ainda que seja precário ou condizente com as forças criminais que nele atuam.

Em seguida, temos a polícia que mata inocentes de forma brutal. Este tipo de morte é aparentemente condenado no discurso de *O Globo*, que, no entanto, utiliza os argumentos policiais para justificar as mortes ocorridas nos confrontos. Por exemplo, quando um criminoso é morto, em seguida há uma afirmação de que ele estava também armado ou possuía uma granada, portanto, se não fosse morto, ele mataria, conforme veremos nos enunciados.

Desta forma, quase sempre justifica-se de forma legal as mortes ocorridas. A exceção acontece quando há divulgação de relatórios da Anistia Internacional, ou de outros órgãos, condenando as ações policiais no Rio, geralmente ações recentes com grande número de mortos de uma só vez.

Nestas ocasiões, o jornal abre manchetes, ouve vozes de especialistas, autoridades policiais e parentes de vítimas que morreram inocentemente pelas mãos de policiais.

> Uma análise feita pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República **nos laudos periciais dos 19 mortos durante uma megaoperação policial no Complexo do Alemão, em 27 de junho, concluiu que várias pessoas foram executadas sumária e arbitrariamente (sem chance de defesa). O relatório, de 15 páginas, divulgado ontem foi contestado pelo** secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, e por três peritas estaduais. O documento foi elaborado por um órgão do governo federal, **embora ministros e até o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenham elogiado as ações policiais no Rio.** (**Sinais de Execução, Editoria Rio, 2/11/2007, p. 16)**
>
> Beltrame, por e-mail, criticou o documento: "É preciso que fique claro que nenhum dos autores do relatório alternativo esteve no Rio de Janeiro para realizar qualquer diligência. Trabalharam única e exclusivamente interpretando o laudo realizado pela Polícia Técnica do Rio de Janeiro, o que o desqualifica sob a ótica da ciência da perícia técnica. (**Sinais de Execução, Editoria Rio, 2/11/2007, p. 16)**
>
> O ouvidor da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Pedro Montenegro, acusou o governo do estado de tentar desqualificar um trabalho técnico independente e sem ideologia. Ele citou **o uso da força desproporcional pela polícia e disse estar convencido de "execução sumária e arbitrária". Montenegro disse ainda que as investigações da causa das mortes foram "incompletas, falhas e**

> **insuficientes".** O estado alegou falta de segurança para periciar os corpos no local. (**Sinais de Execução, Editoria Rio, 2/11/2007, p. 16)**

A discussão passa para a questão política, em um embate entre o relatório realizado por um órgão do governo federal e as ações de agentes da ordem, subordinados ao governo estadual. Apesar dos questionamentos encontrados nos enunciados e das acusações de que a polícia age praticando execução sumária e arbitrária, não se aprofunda no tema a partir do momento que se silencia e não se questiona o auto de resistência policial, no qual o agente tem o direito de reagir de modo extremo a uma ameaça sem ser processado por seu ato. O texto em vigor a respeito deste ato diz que a autoridade responsável pode usar os meios necessários para vencer a resistência.

Nossa análise mostra, então, como há um silenciamento na instância jornalística a respeito de culpabilizar os agentes da ordem nos casos chamados de autos de resistência. Mas Misse (2011, p. 128) faz questão de chamar atenção para uma hipótese que mostra que há muitos outros atores sociais e instâncias que silenciam sobre o comportamento destes agentes da ordem.

> Formulamos a hipótese de que a política de manutenção da alta incidência de "autos de resistência" não poderia vigorar sem a cumplicidade de todas as instituições do Sistema de Justiça Criminal e ficou comprovada a baixa qualidade dos controles sobre a atuação dos policiais e da apuração dos homicídios por eles cometidos. É insuficiente atribuir a responsabilidade por estas mortes a uma "cultura policial", sendo imprescindível avaliar a eficácia dos controles legais externos às polícias sobre os casos desse tipo, em especial daqueles exercidos pelo Ministério Público e o Tribunal de Justiça. (MISSE, 2011, p. 128)

Todo este envolvimento possibilitou que a morte em confrontos estivesse protegida pela legislação. Segundo Misse, Grillo e Neri (2014, p. 49), o auto de resistência foi regulamentado durante a ditadura militar, em outubro de 1969, pela antiga Superintendência da Polícia Judiciária do Estado da Guanabara, através da ordem de serviço "N", número 83, na qual se dispensava a necessidade de prisão em flagrante dos policiais ou de inquérito nas circunstâncias previstas no artigo 292 do CPP. O conteúdo da ordem de serviço foi alterado no final de 1974 por uma portaria da Secretaria de Segurança Pública do Rio, estabelecendo que o policial não poderia ser preso em flagrante e nem mesmo indiciado por mortes ocorridas durante confrontos.

No ano de 2011, um plano de acompanhamento dos autos de resistência foi criado pela Polícia Militar, enquanto a Polícia Civil determinou que, nestes casos, os delegados deveriam acionar imediatamente uma equipe para isolar o local, pedir a perícia e apreender as armas usadas pelos policiais envolvidos. Esta mudança ocorreu depois da morte do menino Juan Moares, baleado em confronto naquele ano entre policiais militares e traficantes em Nova Iguaçu. Olhando para esta questão mais recentemente, é importante lembrar que o projeto de lei que determina a investigação imediata dos casos de auto de resistência tramita desde 2012 em Brasília, na Câmara dos Deputados, onde enfrenta resistência, principalmente da chamada Bancada da Bala[12]. Em contrapartida, em março de 2015, a Câmara aprovou aumento da pena para crimes cometidos contra policiais. Fazer este paralelo é importante diante do jogo de forças políticas que envolve a imprensa nesta questão.

Há muitas contradições na forma de retratar estes agentes, e o mesmo discurso que cobra menos violência policial é também aquele que incita o policial a se armar, a matar o inimigo para dar proteção. Portanto, as fronteiras entre o que é legal e ilegal continuam durante todo o percurso analisado.

Depois do acontecimento discursivo Unidade de Polícia Pacificadora parece surgir uma nova polícia no discurso de *O Globo*. A Polícia Militar, que terá o trabalho relacionado diretamente com a UPP, terá um índice de confiança diante de um projeto que será "um claro objeto de desejo" da população, conforme matéria do dia 12 de dezembro de 2010. O momento em que aparece este agente é pós ocupação do Complexo do Alemão, episódio que será melhor analisado na última etapa desta tese, quando vamos nos referir à militarização dos conflitos no Rio. O discurso é positivo, e analisam-se números de uma pesquisa de acordo com este sentimento de "esperança", ainda que os moradores que vivem nas favelas cariocas admitam nesta mesma pesquisa que tenham receio de se expressar livremente.

Um mês após a ocupação do Complexo do Alemão, a ação policial, antes criticada, muda diante deste acontecimento histórico no Rio. É neste momento que não se "pode" referir-se de maneira negativa às UPPs e policiais, afinal, como lembra o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame, a quem interessa falar mal e condenar as UPPs neste momento? Desta maneira, os jornais se deslocam também. Há uma

[12] Nome dado pela imprensa para se referir a um grupo de deputados federais financiados por indústrias de armas e munições, que defendem, entre outros projetos, a redução da maioridade penal, o aumento de penas e a revisão do Estatuto do Desarmamento.

mudança na organização das frases. A instância jornalística procura mostrar que uma nova polícia foi criada, aquela que se pode confiar e que vai resolver os problemas da favela.

> A **instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas até então controladas por traficantes e milicianos, melhora a segurança da população e também a própria relação dos moradores com a Polícia Militar**. Um estudo encomendado pelo Globo ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) mostra que as UPPs são amplamente aprovadas em favelas com e sem as unidades de pacificação (92% e 77%, respectivamente). Por outro lado, em locais com UPPs, a **confiança na PM é mais que o dobro da registrada em favelas ainda** não pacificadas (60% contra 28%). **(Um claro objeto de desejo, Editoria Rio, 12 de dezembro de 2010, p.** 16)
>
> **O percentual de pessoas que afirmam não confiar na PM é maior, por outro lado nas comunidades que não foram beneficiadas pelas UPPs** (28% contra 13% das que contam com as unidades de polícia). **(Um claro objeto de desejo, Editoria Rio, 12 de dezembro de 2010, p.16)**
>
> **Outra resposta da pesquisa indica que os moradores ainda têm receio de expressar livremente suas opiniões**. A diferença entre favelas com e sem UPP não foi tão expressiva: (46% com UPP, contra 36% sem UPP). **(Um claro objeto de desejo, Editoria Rio, 12 de dezembro de 2010, p.16)**

Entre os sentidos está o de tentar levar o leitor a acreditar no surgimento de uma nova corporação policial junto com a criação do projeto das UPPs. De inimiga da comunidade, a polícia, para a instância jornalística, passa a ser aquela que vai manter a segurança dos moradores, instalando a paz nas favelas e, consequentemente, nos bairros do entorno. O discurso da ocupação policial como solução para a criminalidade tem respaldo no jornalismo de *O Globo*. Na tentativa de tentar costurar um tecido social que pareça mais homogêneo, a saída é a vigilância 24 horas nas favelas, com policiamento em todas as entradas e onde o direito de ir e vir é constantemente aviltado. Assim, apesar de a fala ser a de uma nova polícia, a ação das UPPs mostra que os policiais militares continuam sendo utilizados como instrumentos para controle das classes mais baixas, como sempre ocorreu, desde a criação da corporação.

> No Brasil, a vocação da polícia em resolver problemas que não necessariamente diziam respeito à esfera da segurança pública encontra seus ecos na criação da primeira Guarda Real de Polícia, em 1809, no Rio de Janeiro. O então intendente Paulo Fernandes Viana implementou obras de calçamento de ruas, aterrou pântanos, regularizou o fornecimento de água, construiu pontes, chafarizes e o

> cais do Valongo, sempre contando com a mão de obra oriunda dos quadros da polícia. Dessa forma, a atividade policial ligava-se a outras mais relativas ao próprio ato de governar, ao menos enquanto instrumento eficaz de gestão do espaço público urbano. (SANTOS, 2005, p. 66).

A polícia era a instituição por meio da qual se dava o contato do Estado com as camadas mais baixas da população. Ela seria o organismo de vigilância das chamadas classes perigosas e, ao mesmo tempo, de proteção das demais classes. Era ela quem, em princípio, controlava e disciplinarizava os hábitos e costumes das cidades, não só as questões criminais, mas também, como lembra Santos (2005), questões que referiam-se "às esferas da salubridade, da higiene e da gestão da vida urbana" (SANTOS, 2005, p. 64), que tratavam-se sobretudo da noção de fazer civilizar-se a população.

A polícia é um dos instrumentos por meio do qual o estado detém o chamado monopólio da violência legítima, com o objetivo de conter a violência praticada pelos sujeitos. Para possibilitar a vigilância, nada como considerar a rua como o lugar perigoso. Ora, para exercer o controle, principalmente da chamada população "desocupada", são criados os ambientes de tensão e hostilidade permanentes entre a polícia e os demais que se sentiam e ainda se sentem constantemente vigiados e que precisam comprovar sua honestidade e enquadrar seu comportamento. Portanto, chegamos ao ponto atual que colocaria, de um lado, os policiais e, de outro, a população economicamente mais pobre. De um lado, aqueles que vão defender os interesses dos governantes e das classes dominantes e, de outro, aqueles que precisam ser "invisíveis".

Misse (2008) fala sobre a difícil relação de policiais e classes subalternas, inclusive com o temor dos jovens pertencentes aos segmentos subalternos do Rio em relação aos chamados agentes da ordem. Então, como trabalhar logo primeiramente em uma ação desta maneira. Para a maioria dos moradores da favela,

> Toda a corporação policial parece ter sido atingida pela desconfiança e, segundo a mesma lógica de produção da sujeição criminal, foi tornada 'estrangeira': os policiais viraram os 'alemão', os inimigos mortais, representados como cruéis, arbitrários, desleais, corruptos, servis em relação aos 'bacanas', enfim, como covardes (MISSE, 2008, p. 30).

Por outro lado, as vítimas seriam os moradores do asfalto e da Zona Sul, os que sempre sofrem com as ações praticadas pelo outro. Ao analisarmos as formas-sujeitos, veremos esta dicotomia do morador da cidade e do morador das favelas em *O Globo*.

Nesta cidade planejada, o risco do perigo vai ser calculado e administrado. O futuro é antecipado no ordenamento da cidade. É preciso administrar os problemas e não erradicá-los. A administração das ameaças vai se dar "pelo espaço", combinando ações policiais e urbanismo. Quando há o aprofundamento da desigualdade e uma democracia frágil, a violência se impõe, enquanto a polícia irá atuar com vigilância para conter os pobres em determinados espaços onde eles ainda são permitidos.

3.5 As vozes oficiais

O discurso do sujeito governador e de outras autoridades ligadas às questões da segurança pública será tratado neste item. Como estas vozes oficiais significam em torno das discursividades sobre as violências? Primeiramente, traremos alguns enunciados destes políticos no momento em que assumem o governo do Rio de Janeiro, mostrando como estas vozes são retratadas no jornal e tentando compreender o funcionamento dos discursos, a atualização de memórias e a produção de deslocamentos, lembrando que as vozes que falam na mídia reverberam dizeres que vêm de outros lugares da sociedade. Nos três casos são sujeitos que terão suas vozes destacadas no sentido de falar sobre uma cidade idealizada pelo discurso jornalístico. Entre estes discursos está o da segurança pública, o da resolução dos problemas das violências no Rio de Janeiro, levando mais paz aos destinatários que estão lendo o jornal. Falando de outra maneira, são sujeitos que vão sintetizar vontades de verdade de uma parcela da sociedade para que se encontre a cidade ideal, próxima de uma cidade empresa. Afinal com que violências querem acabar e sobre quais outras há sempre o não dito. Aqui é inevitável lembrar de Orlandi (2001 b).

A autora define como o discurso sobre a cidade aquele que suprime várias vozes, prismas e nuances, em nome de uma cidade que se deleita com o crescimento das metrópoles, mas que quer uniformizar seus ocupantes como sujeitos-modelo. Uma cidade que é heterogênea e polissêmica, mas onde os discursos institucionais apresentam-se como os verdadeiros e ganham legitimidade e adesão pelo controle dos saberes e poderes. Os discursos desta cidade se definem pela produção de sentidos e pelos jogos de poder. Mas mesmo com as instituições dando visibilidade a um lado da cidade, não se consegue apagar o que está do outro lado.

Necessariamente, como não houve governo que conseguisse a proeza de acabar com o que esta mídia corporativa denomina de violências - questões centrais nas plataformas eleitorais -, as falas destes sujeitos são de que, ao assumirem o cargo público, saberão fazer diferente do administrador anterior e vão agir realmente contra o crime e por esta cidade modelo.

Vamos mostrar as vozes atribuídas a Benedita da Silva, Rosinha Garotinho e Sérgio Cabral e também acrescentar outras vozes oficiais de seus governos que aparecem com certa regularidade no período analisado. Através da leitura de Machado da Silva (2008), compreendemos que, de maneira geral, encontramos enunciados relacionados a estas vozes que vão explicar a violência urbana de uma mesma maneira, seja por meio da metáfora da guerra, seja por meio de mitos, como "cidade legal x cidade ilegal, Estado dentro do Estado, conivência dos moradores de favelas com os criminosos, banalização da violência etc" (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 49). Assim, este discurso público dominante será importante para estruturar a forma como as vozes oficiais vão trabalhar no combate à criminalidade x segurança pública.

Ao assumir o poder, Benedita da Silva, apresentada como uma mulher que veio da favela, oriunda de um partido tradicionalmente de esquerda, tem sua postura colocada em xeque pelo *O Globo* em diversos momentos. Ou seja, não acredita-se que ela será uma autoridade séria para combater, por exemplo, os traficantes.

Esta questão presente no momento de sua posse será rememorada em vários outros textos em *O Globo*, principalmente por tratar-se de ano de eleição, no qual ela é candidata à reeleição. No primeiro enunciado destacado, Benedita é apresentada como aquela que não sabe responder sobre a questão da segurança pública.

> (...) sobre a questão do aumento da violência no estado, a governadora não quer adiantar seus planos e foi lacônica: - Como eu vou enfrentar a questão da segurança pública? Com muita segurança – disse ela, provocando risos de colaboradores e militantes do PT. (**6 de abril de 2002, Editoria Rio**)

Ao destacar esta frase, *O Globo* ridiculariza a imagem de uma governadora que provoca risos até mesmo entre os seus correligionários diante de um tema que precisa ser tratado com seriedade. Ela foi lacônica, ou seja, simples, resumida, não soube dizer a que veio, a sua fala é quase desconsiderada. Ao recortar este dizer, o jornalista produz um gesto de interpretação sobre a governadora, reforçando o senso comum de que é preciso entender de um certo tipo de violência, aquela que o jornal diz que está

aumentando no estado, para saber como combatê-la. Fora isso, há grande curiosidade em saber como um governo de esquerda irá lidar com esta questão. Certamente, outras vozes vão aparecer com mais destaque, como sujeitos e especialistas no tema criminalidade durante seu governo.

Em alguns episódios, autoridades cobram ações sérias e uma postura para se resolver o problema do tráfico. O efeito de sentido que se mostra é o de Benedita se apresentando de forma encurralada, como aquela governadora incapaz de tomar uma decisão no quesito segurança pública e que precisa de uma autorização superior para se posicionar. No caso, esta autoridade a quem ela consulta é o presidente Fernando Henrique Cardoso. Mais que isso, os erros de Benedita estariam mais expostos no jornal, já que, em apenas dois meses de seu mandato, ela trocou duas vezes o comando de Bangu I, não sendo capaz de acertar nas peças, o que pode ter sido uma das causas da rebelião da qual já falamos anteriormente no item sobre o sujeito traficante.

> A governadora Benedita da Silva autorizou na tarde de ontem a invasão do presídio. (**Conivência possibilitou mortes em Bangu, Editoria Rio, pág. 15, 12/09/2002**)
>
> **No fim da tarde, a governadora Benedita da Silva conversou por telefone com o presidente Fernando Henrique Cardoso sobre o motim em Bangu I. Segundo a assessoria da governadora, após conversa, Benedita autorizou a invasão policial no presídio, mas integrantes do sindicato dos agentes penitenciários tentavam impedir a ação na porta, bloqueando a entrada da polícia.** (**Conivência possibilitou mortes em Bangu, Editoria Rio, pág. 15, 12/09/2002**)
>
> Em consequência do motim, a governadora Benedita da Silva exonerou o diretor de Bangu I, Ricardo Couto, e doze agentes que estavam no plantão da véspera. **É a segunda troca de comando da unidade de segurança máxima em apenas dois meses**. (**Conivência possibilitou mortes em Bangu, Editoria Rio, pág. 15, 12/09/2002**)

No mesmo dia da matéria sobre o motim em Bangu I, o jornal publica na Editoria O País, Eleições, a reportagem "Candidatura de Benedita enfrenta crise – Depois do mau desempenho nas pesquisas, petistas do Rio ganham mais um problema: o motim e as mortes na penitenciária de segurança máxima Bangu I". Note-se que não é o Governo de Benedita que enfrenta a crise, mas a sua candidatura. Aí mistura-se a posição sujeito governadora com a posição sujeito candidata, destinando todo o peso dos problemas de segurança para uma personagem do poder público e não para todo um momento histórico que não teve início necessariamente neste ano de governo. O texto

orienta para a conclusão: o motim e as mortes na penitenciária de segurança máxima de Bangu I demonstram que Benedita, que já está mal nas pesquisas, não tem mesmo como continuar governando a partir do próximo ano.

Ainda nos primeiros meses da administração de Benedita como governadora, uma das principais vozes a falar sobre a questão da segurança pública em *O Globo* é a de Luiz Eduardo Soares, sociólogo e articulador dos projetos na área de segurança pública deste governo, que já havia participado como subsecretário de Segurança Pública do governo de Anthony Garotinho por um período de 500 dias. Contraditoriamente, enquanto mostra em Benedita uma política com certo desconhecimento da causa, o discurso do jornal valoriza o saber especializado de Soares na área de segurança pública. No caso de Benedita, é preciso lembrar que ela foi militante na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro, portanto seria, sim, conhecedora da causa das violências sofridas por estes moradores. Assim há valores diferentes sendo atribuídos a estes sujeitos, ainda que ambos sejam representantes de um mesmo governo. Além dele, outras autoridades ganham espaço para explicar as "prioridades" do governo para agir contra o crime, que serão chamadas de "plano emergencial" no início da administração. Vejamos os enunciados.

> O plano emergencial de segurança pública do PT que será implantado no governo de Benedita da Silva tem dez pontos cruciais. São medidas que vão desde **ações imediatas de reforço do policiamento em áreas de risco ao uso de tecnologia com a utilização de barreiras eletrônicas e o geoprocessamento** do crime. (**Benedita assume com plano de emergência para segurança. Editoria Rio, 7 de abril de 2002, p. 14**)
>
> No Rio de Janeiro, **a barreira eletrônica será instalada nas quatro principais saídas da cidade, consideradas o principal foco de roubos e furtos de veículos de todo o estado**: a Ponte Rio-Niterói, a Rodovia Washington Luiz (Rio-Petrópolis), a Presidente Dutra e a Rio Santos. **(Benedita assume com plano de emergência para segurança. Editoria Rio, 7 de abril de 2002, p. 14**)
>
> - Um outro dado fundamental no Rio é que **50% dos assassinatos ocorrem nas jurisdições de apenas 10% das delegacias distritais do estado.** São 12 delegacias situadas na Zona Oeste e na Baixada Fluminense. **(Benedita assume com plano de emergência para segurança. Editoria Rio, 7 de abril de 2002, p. 14**)
>
> - Temos 16 homicídios por dia no Rio. **Se tivermos quatro unidades móveis, vamos nos aproximar da possibilidade de tratar adequadamente esses casos**. A taxa de esclarecimentos é catastrófica, não chega a 10%. Além da delegacia legal, temos que instrumentalizar

> a polícia – afirmou Luiz Eduardo. **(Benedita assume com plano de emergência para segurança. Editoria Rio, 7 de abril de 2002, p. 14**)

No bloco de enunciados acima, os destaques para as prioridades do plano na área de segurança que será implantado no Governo são escolhidos pelo jornal, que fala em dez pontos cruciais a partir da lógica do reforço do policiamento nas tradicionais áreas chamadas de risco, mas mantém a preocupação com os crimes contra o patrimônio, enquanto os homicídios estão incluídos em "outro dado fundamental". Ao falar de pontos cruciais, porém, esconde-se que há regiões que mereçam estar, por exemplo, 24 horas policiadas, enquanto outras não terão o mesmo destino.

Ou seja, mesmo que as prioridades deste governo sejam outras, o primeiro problema midiático a ser destacado continua sendo os enfrentados pela população vítima de roubos e assaltos nas áreas em que o uso da tecnologia deverá proteger as pessoas. Tanto é que as quatro saídas da cidade são consideradas os principais focos de furtos e roubos de veículos, provavelmente pelo próprio jornal, já que há uma ausência da fala de um sujeito com relação a esta marca de verdade.

Os enunciados que vão destoar dos demais são o penúltimo e o último, que chamam atenção para o número de mortes violentas diárias no Rio, em contraposição à baixa taxa de esclarecimentos destes crimes. No penúltimo, apesar do dito, há um silenciamento, uma incompletude por traz dos números. Metade das mortes se dá em 10% das delegacias, mas apenas as regiões são mencionadas. Mesmo assim, no último enunciado do bloco, apaga-se a memória da violência policial contra os pobres e favelados e que estes são as principais vítimas de policiais em confrontos e usa-se as unidades móveis policiais na vigilância para reduzir os homicídios.

A questão das mortes ganha destaque por meio da fala de Luiz Eduardo Soares, enquanto, de maneira geral, mantém-se o foco central na segurança utilitária para uma parte da população em detrimento de outra, que se preocupa com a vida de pessoas que são mortas diariamente no Rio. É sintomático que tenha sido publicada a fala de Soares em que se destaca ainda o assunto corporação policial. Ele fala em instrumentalizar a polícia, o que, naturalmente, não pode ser feito da noite para o dia. A discussão de reestruturação das corporações, que vigiam parte da cidade e levam medo à outra, não ganha espaço.

De maneira geral, o que se vê nestas narrativas é o constante desejo de colocar fim no problema da criminalidade de uma maneira mágica. Haverá, no entanto, algum

deslocamento nos enunciados. Enquanto Luiz Eduardo fala em "tratar adequadamente" os casos de mortes, outras autoridades vão manter o discurso contra o tráfico nos morros e lembrar que haverá, sim, rigor para combatê-lo.

> **Sem violência, mas com energia**. É assim que o novo secretário de Segurança, Roberto Aguiar, define como será a forma de ocupação das áreas onde há conflito de traficantes. – **A atuação será com rigor contra a guerra do tráfico, com ocupação e conflito se for preciso**. Mas é preciso agir com força e saber os limites. **Temos que combater os bandidos e respeitar os cidadãos. Quem disser que nós não vamos enfrentar os bandidos está falando mentira** – disse Aguiar. (Editoria Rio, 9 de abril de 2002, p. 11)
>
> Segundo o novo secretário, **os policiais deverão agir sob um novo paradigma, priorizando a defesa do cidadão**. **Ele não quer mais ver cenas em que policiais atiram contra bandidos em meio a multidões**. – A melhor arma de um policial é a cabeça. Quanto mais inteligência, menos violência. Endurecer não significa dar mais tiros. É trabalhar com inteligência para chegar à origem do problema e não ficar pegando peixe pequeno – disse Aguiar. (Editoria Rio, 9 de abril, p. 11)
>
> O novo chefe da Polícia Civil, Zaqueu Teixeira, **anunciou ontem que a investigação de homicídios será sua maior prioridade**. Segundo Zaqueu, o estado deverá fazer convênios com a Coordenadoria de Programas de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ (Coppe) e com a Secretaria de Ciências e Tecnologia, para reequipar a polícia técnica e reduzir o número de assassinatos, que chega a quase seis mil por ano no estado. Segundo dados da Justiça, apenas 1% desses homicídios é esclarecido (Homicídio, a prioridade do novo chefe, Editoria Rio, 9 de abril, p. 11)

Há uma preocupação em se reafirmar que não haverá tolerância com os traficantes, que haverá energia contra a criminalidade, mas sem "violência". Ora energia é sinônimo de força, vigor, intensidade. Seria um eufemismo para evitar a palavra "violência policial". No mesmo enunciado, admite-se o "conflito" se for preciso. O discurso de cidadãos x bandidos também é mantido.

Quando reproduz a frase: "Quem disser que nós não vamos enfrentar os bandidos está falando mentira", o enunciado trabalha com o interdiscurso, com a memória anterior, com a dúvida se haverá realmente enfrentamento aos "bandidos" neste governo de Benedita, com a vontade de verdade a respeito das ações contra os considerados criminosos. Aqui há uma fala que reafirma o modo histórico de o estado tratar a periferia, da qual a governadora é uma representante, já que foi moradora da favela. Será que este governo realmente vai enfrentar os "bandidos" que lá estão?

No segundo enunciado do bloco, mais uma vez, há uma voz que busca na memória os dizeres anteriores. Agora será priorizada a defesa do cidadão, o policial vai saber defendê-lo. Mas o bandido continuará sob a mira, afinal os policiais só não devem atirar neles em meio à multidão. Os tiros não serão cessados, mas dados de forma "inteligente". Fala-se em buscar pegar os peixes grandes, mas o foco continua sendo o medo de parte da população.

O pedido de policiamento nas ruas, em corredores de tráfego e nas áreas turísticas terá continuidade no *Globo* antes mesmo do início do governo de Rosinha Garotinho, em dezembro de 2002. É como se, a cada novo governo, o jornal quisesse reordenar, por meio das vozes destes sujeitos que assumem novos cargos, os sentidos da cidade. Esta cidade não para a cada novo governo, a vida urbana continua, mas há uma ruptura no discurso jornalístico e, ao mesmo tempo, uma retomada.

Na iminência de um novo governo, o de Rosinha Garotinho, também é priorizada na reportagem a criação de uma secretaria voltada para o sistema prisional, saída que pode abafar a existência dos comandos nos presídios, mas que não é mencionada no grupo de enunciados abaixo. O centro do discurso obviamente não é a preocupação com os direitos humanos ou a superlotação nas cadeias, mas o medo que os presos traficantes provocam na população. A questão da criação da secretaria específica para o sistema prisional pode significar uma resposta a episódios ocorridos no ano de 2002, como o motim chefiado por Fernandinho Beira Mar, conforme já retratado neste capítulo. Além disso, no discurso do periódico, o presídio de segurança máxima passa a ser chamado de "Escritório do Crime" em várias ocasiões.

> (...) os presídios de segurança máxima, em Bangu, terão atenção especial. Ela (Rosinha) acha que o traficante Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, não deveria estar preso no Rio. – **O lugar dele não é aqui.** Ele deveria estar em Minas Gerais, onde tem mais penas a cumprir – disse a governadora eleita. **(Uma secretaria só para os presos. Editora Rio, p. 12, 26/12/2002)**

> - Rosinha disse ainda que orientou o futuro secretário de Segurança, Josias Quintal, **a reforçar o policiamento nas ruas não só com o efetivo dos batalhões, mas principalmente, com uma atuação mais eficaz do Grupamento Especial Tático-Móvel (Getam da PM**). Ela acha que o recente **envolvimento de PMs do Getam com traficantes da Cidade de Deus não prejudica o programa de segurança**. – A extorsão foi praticada por pessoas, e pessoas podem ser afastadas. Isso não abala o programa dos boinas azuis, que vão voltar às ruas – prometeu. **(Uma secretaria só para os presos. Editora Rio, p. 12, 26/12/2002)**

> Rosinha disse que também **está preocupada com a segurança da Linha Amarela e da Linha Vermelha**, que foram fechadas várias vezes nos últimos meses por causa de confrontos entre traficantes de drogas e policiais: - O estado vai concluir as obras do Batalhão da Maré, junto à Linha Vermelha. O batalhão será uma unidade voltada para a **segurança das vias expressas**. **(Uma secretaria só para os presos. Editora Rio, p. 12, 26/12/2002)**
>
> Na primeira reunião com a equipe de segurança, Rosinha vai recomendar maior atenção com o policiamento **nas áreas turísticas do estado**. **(Uma secretaria só para os presos. Editora Rio, p. 12, 26/12/2002)**

Os enunciados apresentam uma certa constância nos relatos jornalísticos na passagem de um governo para o outro no que diz respeito às violências, mantendo o texto polarizador de vigilância nos locais de risco e silenciando-se sobre a violência como problema de caráter social. Obviamente que o discurso produzido pelos sujeitos "políticos" pressupõe o destinatário. No primeiro enunciado do bloco fica evidente a forma como busca-se tratar o tráfico e o traficante que amedronta o Rio, encaminhando-o para fora do estado. Pode-se dizer que estas frases estão ligadas à memória da limpeza do Rio. Retirando-se o traficante maior e transferindo o problema para outro estado, livra-se a Cidade Maravilhosa de uma dor de cabeça.

Apesar de o policial ser um dos pilares do discurso, a voz oficial não fala, por exemplo, nos problemas enfrentados por este representante da "ordem" ou provocados por ele, mesmo que o assunto seja o reforço do policiamento nas ruas, nem que são um dos responsáveis pelo alto índice de homicídios no Rio, com indicadores de ser a polícia mais letal do país e com raros paralelos fora do Brasil[13]. Encontrar reportagens sobre policiais que atiram nas favelas ou se envolvem com o tráfico é frequente, porém, são, em geral, homens tratados como exceção em alguns momentos, enquanto em outros representam a própria corporação. Não encontra-se respaldo em *O Globo* denúncias de crimes praticados por representantes oficiais da segurança contra as minorias pobres, negras e da favela, muitas vezes retratadas como as causadoras dos problemas de segurança do município. Como lembra Machado da Silva (2008, p. 51), "jovens favelados são alvos do tráfico e da polícia, constituindo as principais vítimas e algozes do crime violento, como demonstraram Soares et alii (1996)".

[13] Dados do Boletim Segurança e Cidadania. Violência e Política. Três Décadas de Políticas de Segurança no Rio de Janeiro, Sílvia Ramos, março de 2016. http://www.ucamcesec.com.br/wp-content/uploads/2016/03/boletim21violenciaepolicia.pdf . Acesso em 13/12/2016.

Apesar de haver deslizamentos e contrastes em alguns momentos do discurso jornalístico, nos inícios de cada governo, são estes homens da ordem que são solicitados. A fala da autoridade policial é sempre legitimada nas questões de segurança.

Outro sujeito que se destaca no período analisado, durante o governo Rosinha, é Anthony Garotinho, que assume a Secretaria de Segurança Pública em 23 de abril de 2003, portanto menos de quatro meses após a entrada da governadora no poder. No período de seu governo, Rosinha teria quatro secretários de Segurança Pública, mas destacaremos Garotinho exatamente pela visibilidade que ganhou na mídia no período. O primeiro secretário foi o coronel da Polícia Militar Josias Quintal de Oliveira, que ficou no cargo de 1º de janeiro de 2003 a 28 de abril do mesmo ano. O radialista Anthony Garotinho assumiu nesta data e permaneceu na secretaria até 27 de setembro de 2004. Em seguida, o posto foi ocupado pelo delegado da Polícia Federal, Marcelo Itagiba, que esteve à frente da Secretaria de Segurança Pública entre 27 de setembro de 2004 e 30 de março de 2006. Finalmente, desta data até o final do governo de Rosinha em dezembro de 2006, a secretaria foi destinada ao também delegado da Polícia Federal, Roberto Precioso Júnior.

> O ex-governador Anthony Garotinho vai voltar ao poder. **Depois de passar quatro meses resistindo a assumir cargos no governo da mulher**, Rosinha Matheus, e em meio a uma onda de violência no estado, o candidato derrotado do PSB à Presidência assume, na segunda-feira, **o comando da área mais conturbada da atual administração**: a Secretaria de Segurança Pública. (**O xerife Garotinho, Editoria Rio, 24 de abril de 2003, página 13**)
>
> O futuro secretário de Segurança fez um alerta a bandidos e maus policiais. Ele lembrou que, quando era governador, afastou policiais acusados de corrupção – medida, no entanto, revogada pela Justiça. **Num discurso duro, ele afirmou que não admitirá indisciplina, desobediência e conivência da polícia com o crime**. – Nenhum governador na história do Rio de Janeiro excluiu tanto os maus policiais como eu excluí. **Eu quero deixar claro que bandido tem que ser tratado como bandido.** (**O xerife Garotinho, Editoria Rio, 24 de abril de 2003, página 13**)
>
> **Garotinho mais uma vez responsabilizou os nove meses do governo Benedita da Silva pela situação da violência no estado**, por ter, segundo ele, interrompido a política de segurança que vinha sendo adotada. (**O xerife Garotinho, Editoria Rio, 24 de abril de 2003, página 13**)

Garotinho é colocado no cargo como um trunfo para tentar resolver a situação do recrudescimento do crime. Quando o político assume, o *Globo* o denomina "O xerife Garotinho". Como em outras ocasiões, fala-se em "endurecimento" contra a criminalidade, alinhando-se assim com o que pede a opinião pública. Bandido ser tratado como bandido quer dizer que não haverá uma política de segurança pública com respeito aos direitos humanos.

As promessas de mais segurança também terão continuidade com o governador Sérgio Cabral, que terá sua fala voltada para valorização do trabalho policial, mais policiamento, principalmente nas vias expressas, acordos com a Prefeitura para que haja mais vigilância nas ruas e pedido de apoio das Forças Armadas. A cada episódio midiático, os discursos destas vozes oficiais vão sendo de apoio a maior repressão e de uso de forças extras para reprimir estas mesmas violências.

Haverá ainda mais opressão em relação às mesmas violências, principalmente após episódios narrados pela mídia, ocasião em que Cabral diz que seu governo "é sério" e saberá enfrentar o tráfico com rigor. Obviamente neste enunciado há o não dito de que os últimos governos não teriam agido com seriedade, portanto a situação teria chegado a ônibus incendiados, delegacias metralhadas, arrastões nas ruas e o resultado de uma onda de terror que terminou com 18 mortos em várias partes da cidade.

> O governador Sérgio Cabral pediu que as tropas da Força Nacional de Segurança se desloquem imediatamente para o Rio, que vem sofrendo uma onda de ataques do tráfico desde quinta-feira passada. (...) **Com um discurso duro,** ele afirmou (...) que o seu governo não se intimidará. – **Esses facínoras, esses covardes terão a resposta de um governo sério, que defende a ordem** – disse. **(Editoria Rio, 2 de janeiro de 2007, página 18)**
>
> O governador disse que está disposto a pedir até a ajuda do Exército. Ele vai conversar com os comandos da Marinha, da Aeronáutica e do Exército no Rio, para que eles reforcem sua presença nos locais onde já atuam e têm quartéis. – A Aeronáutica, nos aeroportos. A Marinha, no Centro da cidade. O Exército, no subúrbio e na Zona Oeste – enumerou Cabral. **(Editoria Rio, 2 de janeiro de 2007, página 18)**
>
> A ordem pública se faz com polícia, prestigiando os nossos policiais, e combatendo aqueles que desonram a polícia – afirmou – O nosso governo não vai tergiversar para garantir tranquilidade e segurança ao povo do estado do Rio. **(Editoria Rio, 2 de janeiro de 2007, página 18)**
>
> O nosso governo vai ganhar a guerra contra esses criminosos, nós vamos dar segurança à nossa população. Não é uma figura de retórica. Vamos trabalhar de mãos dadas com o governo federal. Nosso

> governo não vacilará, porque ele não se vê diminuído por pedir o auxílio de forças federais para garantir a segurança do Rio – afirmou. **(Editoria Rio, 2 de janeiro de 2007, página 18)**

Os enunciados acima fazem parte dos primeiros discursos de Cabral como governador e foram destacados pelo periódico, que coloca a questão da segurança pública como assunto com maior espaço editorial em mais uma posse no estado. No bloco de enunciados, a estratégia de destacar falas que contrapõem os governantes anteriores também é mantida. A comparação é inevitável no enunciado em que se diz "um governo sério, que defende a ordem". Uma das leituras é: "um governo sério, que defende a ordem, *como o anterior não defendeu*." O último enunciado também é outro exemplo. Apesar do não dito, Cabral ressalta que não se vê diminuído por pedir auxílio às forças federais imediatamente ao assumir. Isso não foi o que ocorreu com Rosinha. Anteriormente, em seu primeiro ano de mandato, Rosinha havia resistido em aceitar este tipo de ajuda. No enunciado logo acima deste, Cabral também ataca a política de segurança desenvolvida até ali, ao dizer que não irá tergiversar, buscar subterfúgios e fazer rodeios para combater a violência que tanto incomoda os leitores de *O Globo*.

Aos poucos, também durante o governo Cabral, surge outra voz forte que passa a ser ouvida como o combatente do inimigo tráfico de drogas e torna-se a esperança de resolver as violências no Rio de Janeiro por meio de políticas públicas. Este nome será o do secretário de Segurança Pública e delegado da Polícia Federal, José Mariano Beltrame. Ao longo do período analisado, ele foi chamado de pacificador de favelas, maestro que não podia deixar a orquestra sair do tom, ídolo popular e xerife incorruptível. Também foi o secretário que deu o exemplo no combate à corrupção policial.

> Em sua posse ontem, o novo secretário de Segurança Pública do Rio, delegado da Polícia Federal José Mariano Beltrame, prometeu reforçar o policiamento, a partir de hoje, nas vias expressas. Segundo ele, a prioridade **será evitar o ataque de bandidos nas linhas Vermelha e Amarela, além da Avenida Brasil e da Perimetral**. **(Vias expressas mais seguras, 3 de janeiro de 2007, , Editoria Rio, página 12)**
>
> - O Estado precisa dar visibilidade de segurança. A visibilidade é a presença dos policiais e a intensificação do patrulhamento em pontos críticos – disse Beltrame. **(Vias expressas mais seguras, 3 de janeiro de 2007, Editoria Rio, página 12)**
>
> **E o exemplo partiu da própria Secretaria de Segurança: o novo secretário**, o delegado federal José Mariano Beltrame, de 49 anos, ao tomar posse no último dia 2, entregou ao governador Sérgio Cabral

> sua declaração de bens, onde constam uma casa financiada e um carro como patrimônio. Amparado por um regulamento interno da Secretaria de Segurança, que prevê a apresentação da declaração de bens de integrantes das polícias Civil e Militar, Beltrame pretende exigir o documento de todos os policiais, além de fazer o acompanhamento da evolução patrimonial deles. (**Cerco aos sinais de corrupção. Editoria Rio, 14 de janeiro de 2007, página 14**)

O discurso do jornal dá todo o aval para o novo secretário de Segurança Pública, que tem como prioridade evitar os ataques de bandidos e ainda será o paladino da moralidade, o incorruptível, que dá o exemplo entregando sua declaração de bens para o governador Cabral.

Em 2010, o nome de Beltrame se configura como o grande defensor da criminalidade, aquele que conseguiu apoio da população carioca para voltar a ter confiança na segurança do Rio de Janeiro contra o maior inimigo, o traficante que vive nas favelas cariocas. O ápice deste momento de Beltrame se dá após a invasão e tomada do Complexo do Alemão, em novembro de 2010. Nos enunciados abaixo, é possível perceber como o *Globo* quer significar este sujeito.

> Dos quatro anos em que está no cargo de secretário de Segurança, os três dias – de quinta para domingo- entre a invasão da Vila Cruzeiro e a ocupação do Complexo do Alemão foram os mais difíceis para José Mariano Beltrame. Como um maestro, ele teve que reger uma orquestra que não podia sair do tom: foram 2.700 homens sob a sua batuta. (**Alemão terá batalhões de campanha, Editoria Rio, 2 de dezembro de 2010, página 22**)

> Alguma coisa lhe chamou atenção na operação conjunta com as Forças Armadas? – Beltrame: O pessoal do Exército e da Marinha era do Rio. Praticamente todos os integrantes tinham uma história com o Alemão. **O falso poder dos bandidos de lá estava no imaginário dele e de todo mundo. Agora a casa do Alemão caiu**. (**Alemão terá batalhões de campanha, Editoria Rio, 2 de dezembro de 2010, página 22**)

> O que o senhor acha das denúncias de que policiais saquearam casas revistadas? – Beltrame: Temos que tomar cuidado. Alguns casos são verídicos. Por isso, pedimos às pessoas que procurassem a ouvidoria ou a Defensoria Pública. (**Alemão terá batalhões de campanha, Editoria Rio, 2 de dezembro de 2010, página 22**)

> A vitória foi da polícia? Beltrame: O grande ganho foi da sociedade. Sempre disse que a polícia do Rio vai a qualquer lugar em qualquer hora. Agora provamos que o estado é que manda no território. (**Alemão terá batalhões de campanha, Editoria Rio, 2 de dezembro de 2010, página 22**)

Em todas as vozes oficiais encontradas durante a pesquisa fica evidente que o carro chefe do tratamento do fenômeno das violências está direcionado para a repressão dirigida às camadas mais pobres e moradoras de "territórios" que são demarcados, em geral, favelas. Também são estas vozes oficiais que são acionadas para dar as explicações e as versões oficiais para o cotidiano. Muitas vezes, elas são até mesmo usadas no lugar de outras vozes envolvidas diretamente nos fatos, afinal são as vozes que vão contar a história dos vencedores.

3.6 Outros fora da lei: os adolescentes a serviço do crime

A temática do adolescente em conflito com a lei vem sendo debatida sistematicamente na sociedade, tendo a mídia como um dos fóruns centrais. Crianças e adolescentes convivem com a criminalidade de perto diariamente nos grandes centros. Mais que isso, tornam-se os próprios sujeitos do crime em um discurso cada vez mais fechado dos jornais, deixando de ter sua multiplicidade relatada pela mídia. O fato de ter o nome protegido nos jornais por determinação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) não muda em nada o discurso acusatório em relação a estes sujeitos. Eles não só não têm seus nomes divulgados, como pouco interessa se têm família, endereço, passado e tão pouco futuro. Não ganham voz em nenhum momento e são chamados de presos quando são acautelados e encaminhados para abrigos. São sujeitos silenciados ou invisíveis, não existem para além do ato infracional.

Não se sabe o que pensam ou por que entraram naquele mundo do crime. De maneira geral, são chamados de menores, apesar de o termo ser considerado inadequado pelo ECA, criado em 1990. De acordo com o glossário da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) – Comunicação e Direitos, desde que o ECA entrou em vigor, o termo menor é considerado inapropriado para designar crianças e adolescentes, pois tem sentido pejorativo. Esse termo reproduz e endossa de forma subjetiva discriminações arraigadas e uma postura de exclusão social que remete ao extinto Código de Menores. Ao manter o nome menor, o *Globo* desrespeita um estatuto e reforça de que posição está falando.

Portanto, tomamos como ponto de partida as designações deste sujeito e suas variações, assim como a produção de sentidos pelo já dito. No período analisado, é farta a cadeia parafrástica para se referir aos adolescentes em conflito com a lei como *menores infratores*, *desocupados*, *grupos incômodos*, *gangues*, *bandos*. Chama atenção o número de reportagens a este respeito logo após um grande acontecimento midiático,

como a morte do garoto João Hélio, em fevereiro de 2007, que teve como um dos envolvidos um adolescente. A partir dali, foram várias reportagens debatendo a questão da redução da maioridade penal. Esta torna-se pano de fundo na maior parte do período analisado, principalmente em casos chamados de crimes bárbaros nos quais jovens menores de 18 anos parecem ter envolvimento.

Este sujeito adolescente aparece quase sempre em reportagens de cunho negativo, chamando atenção o quanto têm sua imagem colada à dos traficantes, como são sujeitos indesejáveis e trazem risco para pedestres nas ruas, servem ao tráfico no morro, são usuários de drogas, vapores, aviões e traficantes. Assaltam, fazem arruaças, não são punidos. Ao longo do período, encontramos dezenas de reportagens nas editorias O País e Rio sobre estes adolescentes. Aqui eles são considerados um importante sujeito para o entendimento de nossa tese exatamente por serem tratados, principalmente, como sujeitos a serviço do tráfico.

O discurso predominante é o do crime sem castigo e o de que, mesmo quando vão para as instituições, tornam-se reincidentes quando voltam para as ruas. Por outro lado, na maioria dos discursos encontrados, há um silenciamento em relação a estes meninos e meninas como vítimas. Isto vai ocorrer apenas quando as discussões são feitas por meio de pesquisas e dados nacionais, quando se mostra, por exemplo, o problema da superlotação nos abrigos, mesmo assim é no sentido de ter um corretivo que os faça deixar de ser criminosos, como mágica, para que voltem às ruas domados e não como cidadãos que possuem direitos. Portanto, em geral, o discurso encontrado é aquele que legitima a necessidade de punir o adolescente que cometeu ato infracional, como uma maneira de resolver a situação.

Iniciemos a análise dos blocos de enunciado a respeito deste sujeito, tendo como ponto de ataque os adolescentes que cometem crimes e que, segundo o discurso de *O Globo*, acabam "protegidos" pelo ECA, estatuto que determina que todos sejam colocados em liberdade ao completarem 21 anos independentemente dos atos cometidos, e pela questão da redução da maioridade penal. Este tema extrapola o Rio e toma a editoria O País em muitos casos. No bloco de enunciados abaixo, destacamos a morte de uma socialite ocorrida em um sinal de trânsito do Leblon, bairro nobre da Zona Sul carioca, durante uma tentativa de assalto. O adolescente, chamado de X. pelo jornal, com 17 anos de idade, foi apreendido e confessou o assassinato. A mulher foi atingida com um tiro na cabeça.

> **Ao confessar, X. estaria se valendo dos benefícios instituídos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para infratores**. (...) se o menor for condenado a uma medida socioeducativa, ficará internado por um período de no máximo três anos. **(Crime sem castigo. Editoria Rio, página 16, 24/11/2006)**
>
> Para o delegado, **ECA é benevolente**. (...) o ECA é "extremamente benevolente com o menor infrator e que a medida sócio-educativa não ressocializa, visto que é grande o número de reincidentes. **(Crime sem castigo. Editoria Rio, página 16, 24/11/2006)**
>
> Em junho, um adolescente de 16 anos assumiu a responsabilidade pela morte do guitarrista da banda Detonautas, Rodrigo Netto, numa tentativa de assalto na Avenida Marechal Rondon, no Rocha. (...) **Ele, que desde os 12 anos esteve internado outras quatro vezes**, confessou ter dado quatro tiros contra o carro do músico. **(Crime sem castigo. Editoria Rio, página 16, 24/11/2006)**
>
> **O número de adolescentes nas ruas é cada vez maior. Os bandidos estão mais novos e mais despreparados.** (...)**(Crime sem castigo. Menor que teria matado socialite será solto em 3 anos; polícia acha que ele protege irmão mais velho. Editoria Rio, página 16, 24/11/2006)**

No primeiro enunciado do bloco acima, já aparece a condenação ao ECA, que estaria protegendo assassinos, cuja pena será muito branda. Todo o bloco é construído no sentido de reforçar o medo contra os adolescentes, que continuariam impunes nas ruas e reincidindo cada vez mais por causa das facilidades da lei.

> A promulgação do ECA em 1990 representou uma inflexão no discurso jurídico da doutrina da situação irregular para o da proteção integral, mas não deslocou a forte associação no imaginário social entre o adolescente pobre em conflito a lei e a violência urbana, tendo em verdade a intensificado, o que as constantes propostas de redução da maioridade penal estão a indicar.(TEIXEIRA; SALLA, 2015 p. 18)

Ao dizer que o adolescente será liberado automaticamente quando fizer 21 anos, a sensação que se passa ao leitor é de que a morte compensa diante da impunidade legalizada, diante de uma lei que é benevolente. Em outros enunciados, a ideia que se transmite é a de que os abrigos não ressocializam os jovens, que saem, entram e voltam a cometer crimes beneficiados pela lei. Não há preocupação com os direitos humanos, com as más condições dos locais, com a falta de recursos disponíveis para o setor. Pelo contrário, quando se fala em gastos, o discurso é de que se consome mais com estes adolescentes ou com os presos em geral do que com os alunos nas escolas.

Estes meninos deveriam ficar mais tempo fora do convívio social, já que, voltando para a rua, continuarão a cometer crimes. Afinal, são vistos como beneficiados, não como vítimas de um quadro social que os violenta diariamente. O argumento é coroado no último enunciado do bloco acima, que diz que o número de adolescentes é cada vez maior nas ruas. Note-se que não são adolescentes infratores, mas adolescentes nas ruas. Ao generalizar, coloca-se toda uma geração que vive nas ruas sob o olhar suspeito da sociedade, desde os tempos em que mendicância era considerada crime. O estereótipo e a ligação estreita com o tráfico são finalizados com a frase: "na maior parte das vezes, eles estão drogados, sem controle...". Há um silenciamento em relação ao número de homicídios praticados pelos adolescentes quando se comparado com os adultos.

Mais uma vez, as conclusões são feitas pelas autoridades, sem que se ouça os jovens ou pessoas que lidam com os processos de ressocialização. O sujeito adolescente infrator é construído por outras vozes, em geral, de autoridades policiais.

Passemos a mais um bloco de enunciados, no qual estes adolescentes são indesejáveis. Eles incomodam nas ruas e impedem o direito de ir e vir. Também comprometem o turismo e os pontos turísticos. Na série destacada, vamos mostrar dois pontos: uma gangue de adolescentes, que é desmantelada pela polícia porque agia em bairros da Zona Sul, atacando turistas, e um outro grupo de adolescentes que se reúne na Lapa para usar drogas e assaltar pedestres, de acordo com o discurso de *O Globo*.

> **Já virou rotina.** Todos os dias, **um grupo de menores** e desocupados se reúne no Largo da Lapa **para cheirar cola, fumar maconha e praticar roubos**, sempre ao final da tarde. **(Grupo de menores se reúne na Lapa para usar drogas e assaltar pedestres. Editoria Rio, Página 18, 13/7/2002)**
>
> Passar por ali é como fazer roleta-russa: o pedestre mais distraído **corre o risco** de ser assaltado. **(Grupo de menores se reúne na Lapa para usar drogas e assaltar pedestres. Editoria Rio, Página 18, 13/7/2002)**
>
> - **Os PMs são atuantes. Eles passam a toda hora no local**, mas, quando os marginais percebem a aproximação, eles se dispersam. **(...) Conviver com esses bandidos é uma coisa muito desagradável** – (...) Um advogado que trabalha na Rua Senador Dantas há 25 anos e que costuma almoçar no Cosmopolita quase diariamente **afirmou estar com medo**. **(Grupo de menores se reúne na Lapa para usar drogas e assaltar pedestres. Editoria Rio, Página 18, 13/7/2002)**

> **Os garotos de Ipanema**. Um menor de rua sai da galeria pluvial, que desemboca na Praia de Ipanema. (**Os garotos de Ipanema, Página 2, 16/03/2004**)
>
> **Em apenas uma noite**, policiais do 23º BPM (Leblon) detiveram 29 pessoas, sendo **24 menores acusados** de praticarem roubos a turistas e moradores da Zona Sul. **(Gangue vivia em subterrâneo de Ipanema, Editoria Rio, p. 15, 16/03/2004)**
>
> Entre os menores presos, um deles em especial chamou a atenção dos policiais: **com 10 anos presumíveis** (ele nunca diz a idade correta), X. não tem os dois braços. Ele conta entre os menores, segundo a polícia, que foi atropelado por um trem. **(Gangue vivia em subterrâneo de Ipanema, Editoria Rio, p. 15, 16/03/2004)**
>
> **O problema é que daqui a pouco todos estarão de volta** na mesma tubulação. **(Gangue vivia em subterrâneo de Ipanema, Editoria Rio, p. 15, 16/03/2004)**

Neste bloco, passamos dos meninos que são apenas beneficiados pelo ECA para aqueles que causam medo à sociedade, que representam o risco, que comprometem o turismo, que são bandidos, vão ser detidos e soltos. Mais uma vez prevalece o jogo de forças na luta contra o estatuto e seus "benefícios". Afinal, não são quaisquer garotos , mas meninos de até "10 anos presumíveis" e que, mesmo não tendo os dois braços apavoram.

Em uma referência implícita à música de Tom Jobim "Garota de Ipanema", os meninos que se escondem no subsolo são os chamados "Garotos de Ipanema". A que ponto este bairro nobre e um dos mais charmosos do Rio de Janeiro chegou? Os garotos de Ipanema tiram a poesia do bairro e, ao contrário, trazem medo. Impedem a tranquilidade dos turistas.

Mas a polícia age contra eles, nos dois casos, faz o que pode para manter este Rio limpo destes meninos, pena que eles poderão estar de volta nas ruas em pouco tempo. A questão do uso de droga como pano de fundo está presente, até mesmo quando usam solvente para tintas.

Mais uma vez neste bloco não encontramos a voz direta dos adolescentes. Por meio da polícia, ouve-se falar que o menino de 10 anos teria perdido os braços em um acidente de trem. Mesmo que a fragilidade de um garoto aos 10 anos seja evidente, o contexto é de que não importa a idade, nem as limitações, porque eles já são criminosos e merecem ser punidos.

Encontramos ainda no período analisado um outro viés para este sujeito no qual se inserem estes adolescentes, seguindo numa tentativa de fechamento de sentidos.

Aquele na qual eles são vítimas do tráfico e, muitas vezes, caminham até para sua própria morte por se envolverem com este inimigo maior. Nestas ocasiões, são chamados de meninos ou de jovens e não de menores. São meninos vítimas da guerra.

> Durante uma pesquisa do Observatório de Favelas com 230 adolescentes de 34 comunidades carentes do Rio, para traçar o perfil dos jovens envolvidos com o tráfico, 45 dos entrevistados (19,5%) morreram. O levantamento foi realizado entre abril de 2004 e maio de 2006. **(Meninos do tráfico que caminham para a morte. Editoria Rio, página 10, 24/11/2006)**
>
> Segundo o estudo, 19 deles **(42,2%) foram executados pela polícia; quatro (8,8%) morreram em confronto com policiais**; cinco durante assaltos (11,1%); e nove (19,9%) na guerra entre quadrilhas, sendo seis pelas mãos dos cúmplices e três por grupos rivais. Os outros 18% morreram em outras situações, como overdose, atropelamento durante fuga e acidente de carro. **(Meninos do tráfico que caminham para a morte. Editoria Rio, página 10, 24/11/2006)**
>
> Diferentemente do que acontecia nos anos 70, diz a pesquisa, hoje **adolescentes e jovens do tráfico exercem funções de "soldados" e "gerentes". "Nos anos 70, essa participação se dava por meio de pequenos serviços, tais como os de olheiros e aviõezinhos**. A permissividade para o exercício dessas funções dependia de quem vendia a droga, mas em nenhum caso **as crianças** eram armadas. Além disso, em vez de receberem salários, a prática mais comum era receber presentes como retribuição para os serviços prestados. **(Meninos do tráfico que caminham para a morte. Editoria Rio, página 10, 24/11/2006)**
>
> Tráfico oferece mais trabalho **a jovens** de 15 a 17 anos do que o mercado formal (**O primeiro e último emprego, Editoria Rio, 08/12/2002, página 20**)
>
> A necessidade de emprego somada à falta de oportunidades transformou **o tráfico de drogas no maior empregador de jovens do Rio.** Segundo dados do Instituto Brasileiro de Inovações em Saúde Social (Ibiss), 12.527 jovens de 8 a 18 anos trabalham hoje no tráfico de drogas em 232 favelas cariocas, sendo 5.773 com idades entre 15 e 17 anos. (...) **As crianças e jovens que acabam ingressando no tráfico estão entre as camadas mais pobres.** O estado não oferece alternativas, por isso que se tornam potenciais de mão de obra para o tráfico – afirmou Pedro Américo. (**O primeiro e último emprego, Editoria Rio, 08/12/2002, página 20**)

Neste bloco acima, entendemos haver um início de uma guinada discursiva, quando o menor de idade é tratado como vítima do tráfico, como aquele que não tem alternativa de emprego, como aquele abandonado pela própria sorte pelo estado e que, assim, acaba encontrando fonte de renda no tráfico. De qualquer forma, reforça-se o

sentido de que apenas a camada mais pobre busca alternativa no tráfico de drogas e de que o tráfico usa os adolescentes, que seriam protegidos pelo ECA. Mas o jornal também ampara o contraditório, ao dizer em um dos enunciados que estes mesmos estão tomando a frente do tráfico. Se antes eram apenas soldados e vapores do tráfico, agora, cada vez mais cedo, assumem papéis gerenciais.

Mesmo criticando a ausência do estado, *o Globo* se mantém ao lado dos agentes da ordem ao ressaltar que os meninos do tráfico caminham para a morte, silenciando, porém que são os policiais, portanto agentes públicos, os que mais matam os meninos. Segundo a mesma reportagem, 42,2% dos jovens que perderam a vida foram executados pela polícia. Somados a eles estão outros 8,8% que morreram durante confronto com policiais. Só aí, temos 51% das mortes, enquanto outros 18% morreram em situações diversas, como até mesmo atropelamento e acidente de carro.

3.7 Os moradores da favela

No discurso de *O Globo* as questões que envolvem as favelas são múltiplas e aparecem com grande frequência, principalmente nas relações com as violências. No entanto, nem sempre o sujeito morador está presente. Muitas vezes, ele é silenciado ou coisificado, e os discursos sobre este território são construídos por vozes de autoridades nacionais, locais, moradores do asfalto, sociólogos, entre outros.

A forma como a favela e o favelado serão narrados será com base no que Valladares (2005, p. 149) denuncia como dogmas, ao analisar como as comunidades são representadas nas pesquisas em ciências sociais, o que acaba por homogeneizar um território múltiplo e que está incluído na cidade, com uma realidade diversa, muitas vezes apagada. Estes dogmas tornam-se verdades universais quando o assunto é favela em qualquer meio, até mesmo no acadêmico. O primeiro trata da especificidade da favela. Ela "tem sido considerada, desde sempre, um espaço absolutamente específico e singular" por profissionais de diversas áreas, sejam os geógrafos, que enxergam, por exemplo, as ruas mal traçadas e a falta de serviços públicos, ou os organismos oficiais, que lembram, incessantemente, "que essa forma de ocupação do solo não está de acordo com as normas, que a favela é irregular e ilegal, fazendo-se necessário criar procedimentos específicos para resolver tal situação." (idem, p. 149). O segundo dogma, de acordo com Valladares, é que a favela é o "*locus* da pobreza, o território urbano dos pobres" (idem, p. 151). E, finalmente, o terceiro dogma afirma a "unidade da favela, quer seja na análise científica ou no plano político" (idem, p. 151).

O dogma da favela como lugar que precisa ser ocupado, retomado, reurbanizado, independente de suas especificidades, é reforçado pelos meios de comunicação. “Em suma, enquanto território da pobreza, a favela passou a simbolizar o território dos problemas sociais, numa associação do espaço físico ao tecido social” (VALLADARES, 2005, p. 151).

Entre os discursos mais contundentes na instância jornalística está aquele que criminaliza o morador da favela. Em reportagem de 7 de outubro de 2003, na qual relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) faz um estudo das favelas no mundo, este tipo de território é chamado pelo jornal de “bomba-relógio”. O relatório prevê que o número de pessoas vivendo em favelas no mundo irá dobrar até o ano de 2030, passando para dois bilhões. A reportagem “Uma bomba-relógio”, publicada na página 17, na Editoria de Economia, ressalta: “A falta de habitação, água, saneamento e emprego abrem caminho para a explosão da criminalidade.” Portanto, desta forma, *O Globo* encontra justificativa no científico para fechar o sentido da favela.

Quando ganham algum tipo de destaque, os moradores das favelas do Rio aparecem, de maneira geral, como aqueles que habitam um mundo que está sob o fogo cruzado e o medo, e que temem dar seus depoimentos para este tipo de imprensa por receio de represálias. Por isso, na maioria das reportagens observadas, os nomes dos entrevistados não são mencionados. Aparecem apenas identificados com a inicial, a profissão e a idade. Ora são reféns do tráfico, ora refugiados porque não podem entrar em suas casas quando as favelas estão em confrontos, ora coadunam com o tráfico por manterem a lei do silêncio. Também são reféns das milícias para quem têm que pagar propinas para ter “segurança”.

Estes moradores são sujeitos que vivem em moradias precárias, são chamados de invasores, quando constroem em áreas sem autorização do poder público. A visão sempre ligada a problemas transmite um discurso ora de culpa, ora de penalização, nunca como apenas morador do Rio, pessoas que enfrentam a rotina urbana, com problemas, vitórias e derrotas, com a falta de transporte, de saneamento, problemas com a polícia que não é identificada, muitas vezes, com a justiça. Em vários momentos, há reportagens que revelam que aqueles que lutam contra o tráfico de drogas pagam com a vida, por isso é preciso se calar e aceitar. A visão maniqueísta de que de um lado estão os moradores e de outro os homens da lei também é reforçada.

Entre a comunidade, a voz que se sobressai é a do representante da Associação de Moradores. Este ganha nome e sobrenome e comenta, muitas vezes, as violências

rotineiras enfrentadas ou a morte de algum morador. Em casos de problemas urbanos, a voz dos moradores é utilizada para reforçar a não presença do estado naquele território.

> [...] **Assustados com os constantes tiroteios, moradores dizem que vão se mudar para lugares mais seguros**. – Não aguento mais esses tiroteios todos os dias. Já aluguei uma casa em outro bairro para morar – disse uma moradora do Morro do Fallet. (**Tráfico volta a impor medo. Bandidos se enfrentam e deixam às escuras parte de Santa Teresa e Rio Comprido, Editoria Rio, 28/05/2002, p. 14**)

> Em Vila Isabel, **moradores do Morro dos Macacos continuam como refém do tráfico**. Desde sexta-feira, quando seis pessoas foram mortas durante a invasão do morro pela quadrilha rival do Morro São João, no Engenho Novo, **famílias estão deixando suas casas em busca de proteção.** (**Tráfico volta a impor medo. Bandidos se enfrentam e deixam às escuras parte de Santa Teresa e Rio Comprido, Editoria Rio, 28/05/2002, p. 14**)

Moradores que vivem em um território de guerra, que leva pânico a toda a cidade e que, assustados, não aguentam mais aquela realidade. Quando faz isso, o jornal rememora a favela indesejável e violenta, onde só cabem marginais porque as pessoas de bem estão em fuga e vão acabar expulsas.

Machado da Silva (2010) lembra que a histórica segregação espacial favorece que o tráfico tenha um de seus canais concentrados nas favelas, entre outras "periferias". Para ele, esta questão redefiniu, de maneira profunda, a imagem pública desses territórios, afetando o entendimento de seu lugar na organização urbana. No entanto,

> o fato de que os "territórios da pobreza", de uma maneira geral, tendem a ser, mundo afora (cf., por exemplo, Venkatesh, 2000), mais intensamente afetados pela violência policial e criminal associada ao comércio de drogas, não indica nenhuma dependência causal das disposições morais ou da conduta do conjunto dos moradores. Primeiro, porque as linhas de comando da cadeia produtiva estão fora dessas áreas e do próprio território nacional. Segundo, porque é sabido que a localização física do varejo está muito longe de restringir-se a esses espaços urbanos mais desfavorecidos, que respondem apenas pela maior visibilidade desse tipo de atividade. Finalmente, porque tanto a estratégia locacional quanto o pessoal nela ocupado dependem do tipo de droga transacionada. (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 1)

Ainda para o autor, como o controle e a proteção social são muito mais frágeis nas favelas, elas acabam sendo territórios de "base de operações do crime violento relacionado ao consumo final de maconha e cocaína (e, mais recentemente, de crack)". (idem).

Esta violência que se torna o centro das relações sociais é denominada por Machado da Silva como sociabilidade violenta. Ela vai se inserir nas rotinas cotidianas urbanas, que vêm se consolidando nas últimas décadas, expressando nova ordem de difícil controle.

> [...] na sociabilidade violenta como ordem instituída, não há luta, mas convivência de referências, conscientes ou pelo menos claramente 'monitoradas', há códigos normativos distintos e igualmente legitimados, que implicam a adoção de cursos de ação divergentes. (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 32)

Dentro da questão da chamada "sociabilidade violenta", Machado da Silva diz ainda que, ao menos no Rio de Janeiro, os "portadores" dela são tipicamente, apesar de não exclusivamente, os traficantes responsáveis pelas bocas de fumo que estão localizadas, em geral, nos "territórios da pobreza".

Aqueles que não estão "do lado" do tráfico não encontram espaço nas favelas e são chamados de "refugiados" porque vão buscar abrigo em outro lugar da cidade onde acreditam que há mais direitos, ordem e leis em vigor. Portanto, mesmo que as questões da segurança pública afetem a toda a população, elas serão mais sentidas nos territórios da pobreza. Isso porque, como afirma Machado da Silva (2010), "as camadas abastadas dispõem de mais recursos (materiais e simbólicos) para autoisolar-se, além de já viverem em regiões física e socialmente mais afastadas dos 'portadores' da 'sociabilidade violenta'". Vejamos os enunciados abaixo:

> Anoitecia no Morro dos Macacos ontem quando o **porteiro X**., de 24 anos, **abandonou** a favela com a filha de 8 meses, a mulher, o irmão e três sobrinhos. **Fugindo da guerra do tráfico que aterroriza a comunidade desde sexta-feira**, eles levavam colchonetes, sacolas de roupa e comida. No rosto, medo e incerteza. Como eles, dezenas de moradores deixaram suas casas – muitas ainda sem luz – e foram para abrigos. **São os refugiados do tráfico. – Moro aqui desde criança, mas esses últimos dias têm sido de muito sofrimento**. Tivemos até de nos esconder debaixo da cama – contou ele, que ia para um apartamento emprestado. (**Violência de bandidos gera os refugiados do tráfico. Moradores do Morro dos Macacos continuam em abrigos improvisados sem poder voltar para casa. Editoria Rio, 28/05/2002, p. 14**)

> Doméstica de 38 anos, **Y.** também deixou o morro. Acompanhada dos cinco filhos menores – com idades entre 3 e 14 anos – ela pegou duas mamadeiras, uma garrafa térmica com mingau de maisena, colchonetes e cobertores e foi passar a noite na quadra da escola de samba Unidos de Vila Isabel, na Avenida 28 de Setembro: - **Moço, mataram um homem debaixo de minha janela. Fiquei tão nervosa**

> que estou rouca. Y., que ganha R$ 240 por mês, tem faltado ao trabalho e teme perder o emprego. [...] – Depois de ter casa, estou aqui deitada sobre papelões, como uma mendiga. Mas é melhor passar frio e fome do que levar um tiro na cara. (**Violência de bandidos gera os refugiados do tráfico. Moradores do Morro dos Macacos continuam em abrigos improvisados sem poder voltar para casa. Editoria Rio, 28/05/2002, p. 14**)

> Moradora do Morro Pau da Bandeira (vizinho ao dos Macacos), **Z.**, de 22 anos, trocou o barraco pelo banco da Praça Barão de Drummond, em Vila Isabel. Com uma filha de 4 anos, ela disse que não pode deixar o morro de vez porque nem mesmo consegue vender o barraco: - Dormi na praça com minha filha e meu marido. **Queria me mudar do morro, mas com essa guerra ninguém quer comprar o meu barraco**. (**Violência de bandidos gera os refugiados do tráfico. Moradores do Morro dos Macacos continuam em abrigos improvisados sem poder voltar para casa. Editoria Rio, 28/05/2002, p. 14**)

Neste bloco de enunciados acima, predomina a temática do território dominado. As famílias vão abandonar tudo, deixar para trás os pertences e buscar outra vida. Apesar de milhares de pessoas terem permanecido no local, o foco é naqueles grupos que saíram e que se transformaram em sem-teto. Qualquer opção é melhor do que a favela neste momento de confronto. Quem sai seriam os moradores de bem, enquanto os outros seriam "coniventes", mas é Machado da Silva (2008) quem lembra que para a imensa maioria dos moradores de favelas tem sido doloroso e difícil ter que representar-se para provar que são moradores "do bem", honestos e confiáveis. A imensa maioria não é protagonista da violência, pelo contrário quer "livrar-se da pinça que os comprime, representada de um lado pela segregação territorial e de outro pelo estigma ligado à violência" (MACHADO DA SILVA, 2008, p.16-17).

No ano de 2003, encontramos uma reportagem que mostra que o Rio está se "favelizando", numa referência à ampliação da construção de barracos que fazem com que os bairros sejam "prejudicados".

> Quando se mudou para o bairro Sampaio, para um confortável apartamento de dois quartos, num prédio de classe média, **o barbeiro Pedro Motta** avistava de sua janela casas e edifícios de, no máximo, quatro andares. Essa paisagem, porém, é coisa do passado: hoje Pedro só enxerga, na Rua Paim Pamplona, **os barracos da favela** Dois de Maio, que surgiu há três décadas. (**Quando o bairro vira favela. Comunidades de baixa renda se estendem em direção ao asfalto na Zona Norte. Editoria Rio, 10/11/2003, p. 10**).

> **[...] A região está cada vez mais favelizada.** Fazem obras na comunidade, mas não impedem o surgimento de outros barracos nas ruas próximas, que acabam ficando parecidas com as favelas. (**Quando o bairro vira favela. Comunidades de baixa renda se estendem em direção ao asfalto na Zona Norte. Editoria Rio, 10/11/2003, p. 10)**
>
> Na Penha, cuja RA tem registradas 27 favelas**, moradores da Rua José Rucas, que tem imóveis de classe média, contam que a Favela Vila Cruzeiro agora toma conta do asfalto. – Meu avô construiu três casas para a família quando o morro era bem menor. Agora, a Rua José Rucas dá acesso à Vila Cruzeiro e sofremos todos os problemas da favela. Não fico até tarde na rua porque tem sempre gente armada passando. Enquanto a Prefeitura faz o Favela-Bairro, a gente vira o Bairro-Favela, protesta o morador Cláudio Júnior.** (**Quando o bairro vira favela. Comunidades de baixa renda se estendem em direção ao asfalto na Zona Norte. Editoria Rio, 10/11/2003, p. 10)**
>
> Mesmo sem estatísticas, Deuzimar da Costa, presidente da Federação de Favelas do Rio (Faf-Rio), diz que o crescimento das favelas para áreas urbanizadas é evidente. **Para ela, não adianta a prefeitura cuidar de certas áreas e esquecer outras**: - Antes, as comunidades cresciam nas encostas. Agora, a gente vê um terreno ao lado e ocupa. Onde tem lugar para crescer, a gente arruma espaço e constrói. **A prefeitura não tem uma política de habitação. Às vezes, o Favela-Bairro realoca as pessoas para lugares piores do que estavam antes**. (**Quando o bairro vira favela. Comunidades de baixa renda se estendem em direção ao asfalto na Zona Norte. Editoria Rio, 10/11/2003, p. 10)**

O que se sobrepõe nos enunciados não é uma narrativa que destaca a necessidade de uma política de habitação, mas de uma política de acabar com aquilo que só representaria o Rio do atraso. Desta forma, rememora-se as políticas antifavelas, que, como lembra Valladares (2005 p.144), foram massivas e fortemente divulgadas durante vários governos, como de Carlos Lacerda, Negrão de Lima e Chagas Freitas. No entanto, a crítica acaba sendo feita ao Favela-Bairro, "modo de intervenção que se tornou o referencial incontestável das políticas públicas" (idem). A crítica será feita por um representante de uma associação, sujeito esse que, como lembra Valladares, está incluído na forma dogmática como a favela é narrada. "Para garantir o auxílio de que, evidentemente, necessitam, as associações retomam, incessantemente, a imagem da 'comunidade carente'. (ibidem, p. 159)

A sobreposição de forças do urbano, como ressalta Orlandi, ao lembrar que o real da cidade é silenciado pelo discurso urbano (2004, p. 35), também está presente no bloco acima à medida em que o foco primeiro é o do morador do asfalto incomodado

com o crescimento dos barracos. Orlandi também chama atenção para a "verticalização das relações horizontais na cidade" (idem). O espaço urbano, horizontal e contíguo, torna-se hierarquizado.

Entendemos que mencionar a questão da política de habitação no Rio é um deslocamento do discurso até então presente no jornal, que, de maneira geral, irá tratar do assunto como desordem e ilegalidade. No entanto, nesse momento, busca-se um representante dos moradores para fazer a crítica a um programa, desenvolvido nos governos do prefeito Cesar Maia, entre 1994 e 2007, e que foi considerado modelo pelas Nações Unidas. "Esse modo de intervenção tornou-se hoje o referencial incontestável das políticas públicas (VALLADARES, 2005, p. 140)". É também um dos primeiros programas a reconhecer a espacialidade da favela, antes dada como anárquica e problemática. "O Programa Favela-Bairro comprova que erradicar e remover correspondem a políticas urbanas do passado, concordando todos quanto à necessidade de integrar as favelas ao tecido urbano" (idem, p. 120). Mas para conseguir respaldo à questão da desordem provocada pelos favelados, o jornal busca a voz de Deuzimar da Costa, sem mencionar, porém, que, neste ano de 2003, encontramos um Favela-Bairro com problemas relacionados a uma empreiteira que, por conta de falência, deixa várias obras inacabadas.[14] Possivelmente, esta dificuldade em levar adiante um projeto é um dos motivos para a insatisfação das comunidades, que estariam sendo "realocadas para lugares piores do que estavam antes".

Apesar de a visão sobre o morador da favela não sofrer grandes alterações a partir das UPPs, em 2010, alguns argumentos sobre este território sofrerão deslocamentos, mas para justificar as ações de ocupação armada que estão sendo feitas. Mendonça (2011) vai chamar atenção sobre isso no que diz respeito às falas dos moradores que começarão a ser acionadas pela instância jornalística.

Aqui estamos analisando a questão da falta de pluralidade de vozes dos moradores, ainda em 2010, logo depois do que o jornal vai chamar de Tomada do Complexo do Alemão. Neste sentido, predominam as vozes de moradores que procuram trazer a visão de que a favela é o lugar que eles não trocam por nenhum outro, porque têm muitas qualidades. Estas qualidades serão destacadas pelo sujeitos moradores da favela e presidentes das associações. Mendonça (idem) chama atenção para o fato de que, quando uma questão é silenciada, é preciso entender para quais posições nos jogos

[14] Informações retiradas do site Viva Favela. http://vivafavela.com.br/513-favela-bairro-20-anos-depois/ Acesso em 16 de fevereiro de 2017.

de poder tais silenciamentos apontam. “Em outras palavras, quem (ou que aspecto da complexidade das questões) está sendo silenciado quando apenas uma fonte (ou um ‘modelo’ de interpretação do real) está sendo autorizada a falar e a emitir opiniões.”

Mendonça (2012) lembra, referindo-se ao telejornalismo, que é questionável este recurso tradicional do jornalismo de usar aquelas declarações de populares nas reportagens que vão confirmar, em geral, a voz dominante. Porém, estes moradores ouvidos estarão presentes para confirmar o discurso dominante e para se dizer que o jornalista, assim, está cumprindo o seu papel, fazendo valer as técnicas do jornalismo e se mantendo isento ao ouvir todos os lados, inclusive a comunidade.

Para justificar o programa que “beneficiaria” a toda a favela, o jornal usa a estratégia de reforçar o discurso pró-UPP com estes dois sujeitos: moradores anônimos e presidentes de associações de bairro. Neste caso, os moradores voltam a ganhar nome e sobrenome, portanto, há indícios da passagem da favela como lugar indesejável para uma outra formação, em que há esperança de que este lugar seja o da mudança.

Em 12 de dezembro de 2010, o jornal divulga, dentro da série de reportagens “Favela Livre”, após a ocupação do Complexo do Alemão, ocorrida em novembro daquele ano, uma pesquisa encomendada por ele próprio ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS), na qual foram ouvidos por telefone 800 moradores de favelas, sendo 400 de áreas ocupadas e outros 400 de áreas onde ainda não existem UPPs. É a forma encontrada para atestar que os moradores da favela estão mudando. Que ali não moram só pessoas que são traficantes ou coadunam com o tráfico. O título da reportagem “Favela livre - Um claro objeto de desejo” e o subtítulo, que traz a questão da “alta aprovação” apontada pela pesquisa, dão sentido único para um fator que possui sentidos vários. De um lugar dominado e em guerra, agora a favela será o território livre. Apesar do apagamento de sentido no discurso hegemônico, questionamentos sobre sentidos outros vão aparecer em alguns enunciados que encontramos.

É também a partir de 12 de dezembro de 2010 que o jornal lança o blog “Favela Livre”, no qual se propõe a contar a história de moradores das favelas. A ideia é que contem seus sonhos, falem sobre a violência e revelem episódios vividos nos morros, como a dor de perder um filho para o tráfico. Apesar de dizer que estará dando voz aos moradores das favelas, as publicações só serão feitas após mediação dos jornalistas de *O Globo*. Jornalismo que arroga, mais uma vez, a posição de fazer o relato suficiente da realidade. Com esta iniciativa, a mídia age numa tentativa de tornar legível este acontecimento, produzindo uma narrativa que tente dar conta desta multiplicidade. Mais

que isso, sai de uma memória de moradores silenciados para aqueles que agora podem dizer. Vejamos os enunciados a este respeito.

> Favela livre. **Um claro objeto de desejo**. **(Favela livre. Um claro objeto de desejo. Editoria Rio, p. 16, 12/12/2010)**
>
> A instalação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em favelas **até então** controladas por traficantes e milicianos **melhora a segurança da população e também a própria relação dos moradores com a Polícia Militar.** Um estudo encomendado pelo Globo ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) mostra que as UPPs são amplamente aprovadas em favelas com e sem as unidades de pacificação (92% e 77%, respectivamente). **(Favela livre. Um claro objeto de desejo. Editoria Rio, p. 16, 12/12/2010)**
>
> Na opinião de William Silva, presidente da Associação de Moradores da Favela da Fazenda,que integra o Complexo do Alemão, a retomada da área pelo estado foi aprovada pela comunidade. Ele acrescenta que a população local espera a instalação da UPP, mas que a medida não será suficiente se outras ações complementares não forem feitas: Os moradores aprovaram a ação das forças de segurança e também são a favor das UPPs. **Afinal, quem é contra a paz?** Mas tudo isso precisa ocorrer juntamente com programas e ações sociais, caso contrário toda a parte de segurança será vista com desconfiança por moradores. **(Favela livre. Um claro objeto de desejo. Editoria Rio, p. 16, 12/12/2010)**
>
> Morador há um ano da Favela da Grota, no Alemão, Carlos Lopes da Silva **acredita que sua vida pode melhorar com a instalação da UPP**: - Fui ao Santa Marta e ao Pavão-Pavãozinho e vi que as coisas realmente mudaram. Aprovamos as medidas tomadas recentemente no Alemão, **mas** alguns policiais desrespeitaram os moradores. Queremos liberdade de opinião, **mas** também respeito na nossa comunidade. Acho que o policial de uma UPP é mais preparado – diz Silva. **(Favela livre. Um claro objeto de desejo. Editoria Rio, p. 16, 12/12/2010)**

As vozes dos moradores são retomadas de maneira parecida tanto em relação àquele que representa oficialmente a comunidade, que é o presidente da associação de moradores, quanto os demais. Ambos são posicionados pelas vozes orquestradas pelo jornal, apontando para a mudança na favela, mas há também um apontamento para questões outras como no enunciado em que o morador afirma ser preciso respeito à comunidade. E, se um policial de uma UPP é mais preparado, é porque também não havia respeito por parte da polícia até então. Portanto, este claro objeto de desejo precisa não repetir pontos do passado que não são mencionados no *Globo*, mas que emergem em um ou outro sujeito. Estes enunciados dos moradores fazem um diálogo direto com enunciados da esperança de uma vida melhor com a chegada da UPP, com ressalvas:

“Aprovamos as medidas tomadas recentemente no Alemão, mas alguns policiais desrespeitaram os moradores.”

> Escondida atrás da porta de sua casa, **Ana Maria** viu pela fresta a sessão de tortura, em plena luz do dia, que resultou na morte de Marcos. **Mas nunca tinha falado sobre esta ou sobre as outras atrocidades que presenciou** desde que chegou à comunidade. **(Rompendo o silêncio dos Inocentes. Página 18, Editoria Rio, 12/12/2010)**
>
> - A polícia vem aqui, mas come um bom dinheiro. Uma vez viram um sargento rolando no chão atrás de pó para cheirar. **Ainda assim acho que vale a pena que isso aqui seja ocupado**. **(Rompendo o silêncio dos Inocentes. Página 18, Editoria Rio, 12/12/2010)**
>
> **Vítima tanto de policiais quanto de bandidos, Joana diz, no entanto, temer pela integridade física dos moradores** já que não acredita em uma ação policial sem derramamento de sangue. **(Rompendo o silêncio dos Inocentes. Página 18, Editoria Rio, 12/12/2010)**
>
> Até os policiais, quando passam com o caveirão, gritam: **sai da rua, vagabundo; sai da rua, piranha**. E riem. Então, para mim, ninguém é bonzinho. São iguais. **(Rompendo o silêncio dos Inocentes. Página 18, Editoria Rio, 12/12/2010)**
>
> - (...) Mas apesar de tudo ainda sonho que a Rocinha vai mudar. Que vou poder trazer meus amigos para conhecer minha casa. **(Rompendo o silêncio dos Inocentes. Página 18, Editoria Rio, 12/12/2010)**
>
> Com um sentimento oposto, o **administrador Osvaldo**, de 35 anos, nascido na Favela da Maré, sempre quis sair de lá e nunca se viu como parte do lugar. **(Rompendo o silêncio dos Inocentes. Página 18, Editoria Rio, 12/12/2010)**
>
> Nos acostumamos a achar normal que mais de um milhão de pessoas ainda vivam fora da democracia, sem os direitos dos cidadãos do asfalto – diz o editor da Rio, Paulo Motta**. (Favela Livre. Projeto dá voz a morador de áreas dominadas, p. 19, Editoria Rio, 12/12/2010)**

Nestes enunciados, volta a prevalecer o dogma da favela como local onde não havia leis e direitos antes das UPPs e que só agora os moradores têm coragem de se pronunciar. Os enunciados querem demonstrar que está se rompendo com o silêncio, mas nem tanto, já que os moradores são identificados apenas pelo nome e que este nome é fictício. A vida que relatam é de que não havia sossego na favela, nem por parte de traficantes, que faziam atrocidades, nem por parte de policiais, que não tinham respeito por moradores, chamados de vagabundos e piranhas.

Há discursos outros, quando em um enunciado está presente a utopia da favela como o seu lugar de origem, da qual o morador tem orgulho e quer apresentar sua casa para os amigos, enquanto há uma voz destoante, de um morador que se sente como um peixe fora d'água na Maré, voltando ao significado de que a favela não é um lugar bom para se viver. Note-se que é o jornal, com o seu projeto Favela Livre, que diz possibilitar que estes moradores tenham voz. É *O Globo* que diz dar voz a todas estas pessoas. Volta-se à formação democracia x ditadura, presente em análises anteriores. Aqui, novamente, é o jornal, como locutor, que irá permitir este direito de voz, existente apenas nos territórios livres e democráticos. Este jornal que, como lembra Mendonça, vai aparecer como aquele que convencerá o leitor de que está apontando os problemas sociais e, assim, levará o estado a funcionar, quando, na verdade, está colaborando para deixar o estado precário.

3.8 Os silenciados

Em Análise do Discurso, o silêncio atravessa as palavras e significa. Orlandi (2007, p. 66) lembra que o não dito permanece silêncio e significa. Desta maneira, o sentido sempre pode ser outro ou aquilo que é o mais importante e nunca é dito. "Nós distinguimos silêncio e implícito, sendo que o silêncio não tem uma relação de dependência com o dizer para significar: o sentido do silêncio não deriva do sentido das palavras" (idem).

Se feito de forma intencional, pela política do silêncio, pode ser o silenciamento ou a censura, quando se produz um recorte entre o que se diz e o que não se diz. Dito de outra forma: o silenciamento é quando certas coisas são faladas para que outros sentidos não apareçam. É o não dito, quando se apagam os sentidos possíveis, mas que são indesejáveis e se quer evitar numa situação discursiva. Toda denominação vai apagar outros sentidos possíveis, portanto o dizer e o silenciamento são inseparáveis. Mas o sentido silenciado não vai desaparecer. Onde ele não pode significar, irá migrar para outros objetos simbólicos. "Se o silêncio não fala, mas significa, cabe-nos a missão de entender para quais posições nos jogos de poder tais silenciamentos apontam." (MENDONÇA, 2015, p. 47)

Quando olhamos para a narrativa da mídia hegemônica e estamos falando de violências, é difícil perceber as diferentes camadas existentes e todos os sujeitos envolvidos. Nessa cobertura, diversas realidades, vozes e discursos dos sujeitos são esquecidos, assim como no processo de produção da violência urbana também há vários

esquecimentos e naturalizações. No entanto, Foucault nos lembra que os "pontos de resistência estão presentes em toda a rede de poder." (1988, p. 91)

A mídia, baseada em técnicas e pressupostos do jornalismo, além de seus próprios interesses, possui as peculiaridades que a levam a cobrir determinadas realidades e não outras, calar sobre determinadas realidades e jogar luzes sobre outras. Neste caso, as favelas e periferias aparecem preferencialmente em casos relacionados com as violências, em fatos que apontam a falta de ordem e as ilegalidades. Pontos de vista diferenciados são raros.

Na instância jornalística, as favelas e, consequentemente seus moradores, são os produtores de violência, locais onde vivem criminosos e vagabundos. De tão naturalizada, as violências, quando restritas aos anônimos das favelas, dificilmente ganham destaque na mídia. Notícias sobre mortes e desaparecimentos de moradores comuns da favela são raros. Como se a vida do negro, pobre e morador da favela valesse menos do que a dos demais moradores do asfalto.

Quando se fala em desaparecimento do jornalista Tim Lopes, ocorrido na favela e amplamente coberto pela mídia nacional e internacional, quantos outros desaparecidos na favela são silenciados? Só para se ter uma noção, apesar de não estar dentro do nosso período de análise, quando o desaparecimento do pedreiro Amarildo Dias de Souza veio à tona, em julho de 2013, milhares de outras pessoas estavam na mesma situação. Segundo reportagem da Agência Pública, de 27 de fevereiro de 2014[15], o caso de Amarildo[16] foi o único a ganhar visibilidade entre os 6.034 desaparecimentos contabilizados pelo Instituto de Segurança Pública do Rio no período de novembro de 2012 a outubro de 2013. Ainda segundo a mesma reportagem, desde o primeiro ano do governo de Sérgio Cabral, as estatísticas do mesmo instituto apontam quase 40 mil desaparecidos. Muitos silenciados serão vistos como ameaça e não como parte da cidade. São destacados como perigo e também como um alerta para a sociedade, são sujeitos coisificados e, aqui, viraram apenas estatísticas. Pior que isso, o desaparecimento de corpos é prática típica dos regimes ditatoriais, que se mantêm por meio da prática do terror do estado.

[15] http://apublica.org/2014/02/desaparecidos-esquecidos/ Acesso no dia 2/01/2017

[16] Em julho de 2013, Elisabete Gomes, esposa do pedreiro Amarildo Dias de Souza, denuncia o seu desaparecimento na Favela da Rocinha. O caso ganhou apoio de vários movimentos sociais, e teve início a campanha Cadê o Amarildo?, já que havia suspeita de que ele teria sido morto por policiais militares da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Diante do clamor de várias comunidades, a imprensa também entrou no caso, havendo pressões para que o desaparecimento fosse investigado.

Aqueles sujeitos anônimos e pobres, adolescentes que praticam atos infracionais, familiares de pessoas condenadas, condenados, suspeitos de crimes, traficantes, entre outros chamados de ilegais, como camelôs e flanelinhas, estão entre os silenciados e, mesmo que suas vozes apareçam nos jornais, são por meio de sentidos e discursos outros. Muitas vezes, a criminalidade também é associada à pobreza de forma monocausal. Cometeu crime porque era pobre, por causa da desigualdade social.

Outras histórias da favela, o trabalho dos movimentos sociais para melhoria da qualidade de vida, a necessidade de creches e escolas, um outro tipo de vida, onde as pessoas têm uma rotina normal, de acordar, ir trabalhar, enfrentar o dia a dia da cidade, engarrafamentos no trânsito, chuva, alagamentos, dificuldades de acesso. Isso encontra pouco ou nenhum realce na história do jornal até o momento da chamada pacificação.

Alguns autores ressaltam sentidos outros para as narrativas sobre este território. Entre eles, está Valladares, Machado da Silva (2008), Misse (2008) e Mendonça (2015). Por exemplo, um ponto central para estes autores é o mito da ausência do estado nas favelas. Enquanto a instância jornalística fala da ausência, Mendonça ressalta que o estado sempre se fez presente nestes territórios ainda que de maneira precária. Ao falar, por exemplo, do silenciamento de lideranças históricas nas favelas cariocas durante o processo chamado de retomada do território pelo Poder Público com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), Mendonça (2015) lembra que "a própria presença constante, precária e contraditória do Estado nas localidades é, também, parte importante do problema das violências enfrentadas pela comunidade" (MENDONÇA, 2015, p.51).

Mendonça ressalta ainda que esta presença do estado nas favelas vai relegar as comunidades a uma dupla marginalidade: acesso precário a recursos e benefícios da cidadania e presença prioritária de armas e drogas traficadas para dentro de suas vielas. Desta forma, quando por ocasião da chegada das UPPs, diz-se que o estado está tomando o território, encobrindo-se, portanto, que ele sempre se fez presente ali.

Complementando este pensamento, usamos Misse para chamar atenção:

> é o tipo de "presença" do Estado (sob a forma de poder discricionário da polícia e de seus braços, os delatores, os alcaguetes, bem como das transações entre policiais e bandidos), e não na sua "ausência", que constitui um dos principais focos de enfrentamentos, violência e revolta nas favelas, conjuntos habitacionais e bairros pobres do Rio de Janeiro (MISSE, 2008, p. 30)

Outros autores, como Machado da Silva, criticam o exagero retórico nas menções a esta ausência: "são maciças as evidências da presença rotineira das mais variadas agências estatais em todos os rincões do território urbano. (MACHADO DA SILVA, 2004, p. 41). O autor reitera que, mesmo que traficantes e milícias estejam presentes nas favelas, e até subjuguem os moradores, eles não substituem o estado.

O ordenamento de sentidos em *O Globo* também silencia para um fator alertado por Machado da Silva. A realidade chamada de cidade partida está sendo simplificada, simplesmente porque é muito complexa. Nas favelas, por exemplo, a convivência em um mesmo local aproxima moradores e criminosos, muitas vezes vizinhos ou parentes, "todos compartilhariam a mesma subcultura" (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 20). Portanto, ao dizer que uns estão de um lado e outros de outro, silencia-se sobre a vida cotidiana e multifacetada das favelas.

> Entretanto, ainda que boa parte dos moradores possa ter crescido junto ou ser parente ou conhecido próximo de traficantes, não é verdade que eles sejam coniventes ou que protejam os bandos de criminosos. Eles lamentam e criticam a eventual participação de parentes e conhecidos nessas atividades, porém, não têm condições de evitar a convivência, que é forçada e não desejada. (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 20)

Não há bem ou mal naquele espaço, que precisa, no discurso da instância jornalística, ser removido, domado ou modificado para abrir lugar para a Cidade Maravilhosa. Aqui impõe-se a luta de classes nesta cidade, que é símbolo do Brasil. As favelas são um incômodo aos monumentos e belezas naturais, mas os arranha-céus e outras construções do asfalto tão ilegais quanto não atrapalham esta cidade turística. Vejamos os enunciados.

> Ensaio fotográfico reúne pontos turísticos e favelas num só quadro. Os cenários deslumbrantes que ajudaram a transformar o Rio em cidade maravilhosa agora dividem espaço com favelas. (**Postais de uma cidade partida. Editoria Rio, 9 de outubro de 2005, página 20**)

> **As favelas próximas aos pontos turísticos do Rio incomodam** o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (Abih), Alfredo Lopes. Ele diz que o crescimento das comunidades é visível também dos hotéis: - Do Sheraton e do Méridien, por exemplo, o turista percebe **o descontrole.** (...) Em outras partes do mundo, essas áreas são tombadas, o **esforço é de preservação absoluta do cenário.** (**Postais de uma cidade partida. Editoria Rio, 9 de outubro de 2005, página 20)**

> **O turismo de favela, porém, mostra um caminho diferente.** Marcelo Armstrong, da Operadora Favela Tur, diz que o estrangeiro visita comunidades carentes para perceber que o Rio não é feito apenas de paisagens deslumbrantes. – **As paisagens reais, mais duras, estão inseridas na cidade. (Postais de uma cidade partida. Editoria Rio, 9 de outubro de 2005, página 20)**

Os moradores não aparecem como atores nestes enunciados, mas apenas espectadores sem voz. Esta forma de ver a favela como problema e não como uma solução também silencia outras vozes, silencia que os cenários deslumbrantes também apresentam falhas e problemas se vistos de perto, no asfalto.

Apesar de tentativa de remoção e silenciamento para os sentidos múltiplos sobre a cidade, no último enunciado do bloco, esta cidade múltipla reaparece por meio de um ator social, que não é o morador da favela, mas aquele que sobrevive do turismo na favela, do turismo daqueles que buscam ver a "cidade de verdade". Aquele turista precisa conhecer as favelas, porque elas são da cidade real, ao contrário da outra, que é imaginária e irreal. Temos então a clivagem entre a cidade maravilha e a cidade democrática. Mas em ambas é silenciado o "direito à cidade" dos moradores de um lado da cidade. Duas utopias, uma relacionada à cidade que se quer vender e a outra, também ligada à disputa do capital, mas que quer parecer múltipla.

Mesmo silenciados, estes moradores da favela significam. Mesmo silenciados, estes moradores sempre estiveram "fortemente integrados à vida urbana através de sua inserção em diversos mercados: o mercado de trabalho, o mercado político e o mercado da cultura (em particular do Carnaval)", como lembra Valladares (p. 129), ao falar da crítica explícita à teoria da marginalidade social que começa a estar presente nas teses a partir dos anos 1960.

Em relação à circulação de recurso e atração da favela, não é só neste momento que irão aparecer, como o efeito de sentido que aparece na instância jornalística. A favela também é alvo de permanente disputa.

Sigamos agora para mais um bloco de enunciados, que também introduz esta questão de que há voz na favela contra tantos anos de silêncio e medo. A reportagem foi realizada a partir de uma pesquisa encomendada pela Central Única das Favelas (Cufa) ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS). Foram ouvidos, por telefone, 1.074 moradores de 101comunidades da cidade do Rio de Janeiro.

> Moradores de 101 comunidades carentes da capital rompem a lei do silêncio e ganham voz numa pesquisa que, entre outros resultados, quebra mitos – como o de que o veículo blindado da polícia, o caveirão, usado em operações nas favelas, não é bem aceito pela população. (...) **A grande surpresa foi a aprovação do blindado (por 48% dos moradores, enquanto 29% se disseram contrários à sua utilização). (A Voz da favela. Editoria Rio, 23 de março de 2008, página 17**)
>
> (...) o coordenador da Central Única das Favelas (Cufa), Celso Athayde, se surpreendeu com o alto índice de aprovação do caveirão. O veículo, usado pela polícia do Rio desde o início da década, **sofre forte rejeição dos movimentos de defesa dos direitos humanos.** – Foi uma grande surpresa. Acreditei que a condenação seria muito maior. No entanto, a partir dessa pesquisa, passei a acreditar que o problema não está no caveirão, que, lógico, tem que proteger a vida dos agentes da lei e da ordem. **O problema está em quem o conduz, quem está dentro dele. A questão central está na real intenção dos policiais na hora da incursão** – afirma Celso. **(A Voz da favela. Editoria Rio, 23 de março de 2008, página 17**)
>
> Morador há 38 anos de uma favela da Zona Oeste, Francisco (nome fictício), de 82 anos, **considera o caveirão a principal arma da polícia para impor a ordem nas comunidades dominadas pelo tráfico**: - Quando me mudei para cá, um apartamento valia R$ 30 mil. Há cerca de 20 anos, o tráfico se instalou e, a partir daí, os preços despencaram. Tinha gente que conseguia no máximo R$ 5 mil, quando não largava tudo para fugir dos bandidos. Hoje, com a entrada do caveirão, os imóveis voltaram a ser valorizados: um apartamento de três quartos custa R$ 10 mil. **(A Voz da favela. Editoria Rio, 23 de março de 2008, página 17**)
>
> A monitora Vânia Márcia Gomes da Silva, de 43 anos, que, em 24 de maio de 2006, aos gritos, conseguiu cessar o tiroteio entre policiais e traficantes, quando o ônibus escolar em que viajava ficou no meio de um fogo cruzado na Rocinha, discorda de Francisco. **Para ela, só os policiais ficam protegidos dentro dos blindados. – Sou contra o caveirão, pois a bala sempre sobra para o inocente. Eles atiram lá de dentro e a gente nem vê quem é o policial** – justifica Vânia. **(A Voz da favela. Editoria Rio, 23 de março de 2008, página 17**)
>
> O delegado Rodrigo Oliveira comemora os resultados do levantamento (...) **– O blindado é uma tendência mundial. Acabei de chegar do Haiti** e presenciei que é comum, nas operações em uma única favela, utilizarem de 25 a 33 blindados. **(A Voz da favela. Editoria Rio, 23 de março de 2008, página 17**)

Apesar de afirmar que está dando voz à favela, permanece o silenciamento sobre várias lideranças importantes ao longo dos anos para a formação das favelas. A afirmação de que a favela tem voz agora se dá por conta de uma pesquisa solicitada pela Cufa, mas os enunciados são construídos reafirmando apenas alguns itens e

transformando números parciais em verdades absolutas. Como o caveirão pode ser aprovado, se menos da metade dos ouvidos (48%) disseram que não se incomodam com o blindado? Além disso, transforma-se em verdade uma pesquisa feita com 1.074 pessoas em 101 comunidades e por telefone. São os números, as pessoas anônimas que opinam no lugar de outras lideranças que realmente lutam para que a realidade da favela seja construída. A voz anônima que aprova o caveirão, apesar de achar que o blindado traz mais segurança, não tem sua identidade divulgada. Não é dita sequer a favela no qual ele mora há 38 anos, apenas a região da cidade, o que confirma o complexo jogo de silenciamento em relação a este território e a sua completa homogeneização.

Mesmo a voz dissonante, que se apresenta contra o caveirão, tem justificativa para não aceitá-lo, porque esteve sob o fogo cruzado. E também porque não vê quem está lá dentro. A frase poderia ser completada assim: "não vê quem está lá dentro, *que pode fazer o que bem quiser com quem estiver aqui fora*." E, finalmente, o uso será avalizado por um agente da lei que aparece aqui como a voz perita que vai comparar o Rio com o Haiti, onde os blindados são usados nas ruas. Ou seja, confirma-se uma situação constante de guerra, já que o Haiti vive uma guerra civil, onde a rotina militar é ostensiva, inclusive com a presença de militares do Exército Brasileiro.

A voz de Celso Athayde, no segundo enunciado, aparece por meio da leitura distanciada, já que é feita em discurso direto, sobre o blindado. No discurso indireto, a informação é de que está surpreso, enquanto no direto encontra outra explicação para o resultado da pesquisa: o problema não é o caveirão, mas quem está dentro dele. Ao resumir a questão do caveirão a uma ou outra fala, o jornal apaga a memória de tudo o que a violência policial representa para estas comunidades e reafirma como um ato aceitável as velhas práticas de agentes da lei, muitas vezes condenável pelos direitos humanos.

Ao trazer esta "aceitação" do caveirão, os enunciados do jornal apagam também toda a luta e mobilização de movimentos sociais e Organizações Não-Governamentais (ONGs) que atuam contra a aplicação deste veículo nas favelas, considerado "um instrumento de terrorismo, inconstitucional e contrário aos direitos humanos. Segundo reportagem do site Brasil de fato[17], este tipo de veículo entra nas favelas do Rio de Janeiro com um alto-falante que faz ameaças aos moradores, com as seguintes frase: "Sai da rua"; "Vai dormir"; "Vim buscar sua alma".

[17] https://www.brasildefato.com.br/node/939/

Com os silenciamentos aqui encontrados, entendemos que torna-se mais difícil ao leitor de *O Globo* compreender os momentos históricos e as transformações contemporâneas de forma mais plural e complexa, principalmente em um tempo em que o discurso midiático é central.

Capítulo 4 – AS VIOLÊNCIAS DISCURSIVAS NO RIO E A MILITARIZAÇÃO DOS CONFLITOS

"Onde há guerra, não pode haver direito", Nilo Batista

As questões de violências tratadas nesta tese vão culminar, conforme temos visto até aqui, na narrativa do medo e no pedido de lei e ordem para o qual só haveria uma forma de combate: a eliminação do causador deste medo. Vimos até aqui que há violências discursivas no *Globo*, ou seja, ações que são amplamente condenadas durante todo o período analisado. Ações que o jornal escolhe como violentas, que colocam a narrativa sobre a cidade como se estivesse em permanente estado de insegurança e que precisam ser amplamente combatidas até que se chegue a esta guerra.

Para isso, seria preciso travar uma guerra contra tudo aquilo que representa o mal. Dentro deste cenário, qual a dinâmica produzida pelo jornal *O Globo* para evidenciar que o Rio vive sob uma guerra? E o quanto esta guerra está imersa em um jogo político, no qual a vigilância é a solução para a cidade que se almeja? E no qual a vigilância será usada como argumento para colocar fim a um tipo de cultura e território em favorecimento à cultura dominante.

Luiz Antônio Machado (2010) afirma que "a metáfora da guerra" seguiu uma trajetória longa e singular no Rio de Janeiro até se concretizar e ser transformada em política de segurança no governo de Sérgio Cabral. (MACHADO DA SILVA, 2010, p. 294). É parte desta trajetória que queremos acompanhar neste capítulo olhando para o jornal *O Globo*. Quando usa a metáfora bélica para tratar as violências, o jornal escolhe construir a realidade de uma maneira e não de outra, problematizando as questões de violência de determinado modo e levando ao esquecimento outros sentidos possíveis.

O discurso da metáfora bélica pode estar imbuído do discurso de força militar, do uso do aparato militar para manter pessoas sem liberdade, sem direito de ir e vir e sob a vigilância, sob novas maquiagens, mas fazendo-se valer do discurso de segurança e até mesmo censurando. Como lembra Coimbra (2001, p. 19), a nova doutrina, porém, está voltada para as classes miseráveis.

A metáfora na Análise de Discurso, que serve de base para nossa análise interpretativa, não é vista como figura de linguagem, mas caracteriza-se pela tomada de uma palavra pela outra, por meio de um mecanismo de transferência que vai estabelecer

como as palavras significam. Para Pêcheux, não há sentido sem metáfora porque ela se constitui no deslizamento de sentidos entre palavras e expressões.

Algumas metáforas são tão naturalizadas no interior de uma cultura que elas deixam de ser percebidas de tal forma e acabam presentes em textos, pensamentos e sendo determinantes para as ações concernentes a determinados assuntos. No caso do Rio, há mais do que um consentimento nos jornais a respeito desta guerra, tornando-se corriqueira a utilização de práticas e de vocábulos relacionados a ela, como *campo de batalha, granadas, arsenal, bunker, front, refugiados, toque de recolher*, entre tantas outras, que apontam para um consenso social de um espaço militarizado, onde o estado de guerra seria constante. Um breve exame de alguns enunciados jornalísticos mostra a recorrência destes vocábulos.

> [...] a quadrilha de traficantes do Complexo do Alemão é a mais bem armada da cidade. Tem um **arsenal** com mais de 250 fuzis [...]. (**Um arsenal de guerra no Alemão, Editoria Rio, 10 de junho de 2002, página 13**).
>
> O terror do tráfico impôs **toque de recolher** à luz do dia, ontem, em dois pontos da cidade. [...]. (**Tráfico muda a rotina de dois bairros num dia. Editoria Rio, 6 de junho de 2002, página 15**)
>
> As marcas da violência que havia transformado a favela durante toda a madrugada num **campo de batalha** podiam ser vistas em vários lugares [...]. (**Tráfico volta a atacar a PM. Editoria Rio, 28 de junho de 2002, página 13**)
>
> [...] No **front,** está, de um lado, um efetivo de 2.600 homens formados pelas tropas mais preparadas da polícia fluminense, além de militares das Forças Armadas. (**Negociação fracassa e Alemão será invadido. Caderno Especial, 28 de novembro de 2010, página 1**)

Essas palavras mostram como vivenciamos a metáfora da guerra em nossa cultura e como o sentido de favela é fechado a estas imagens e realidades. Muitos dos vocábulos empreendidos neste contexto acabam parecendo literais, por estarem enraizados em nossa linguagem cotidiana.

Como lembram Cano, Sento-Sé, Ribeiro e Souza (2004, p. 2), vários sintomas dos últimos anos na Cidade Maravilhosa são "assustadoramente parecidos com um contexto bélico", como a violência letal, o uso de armamento pesado e as consequências sofridas pela população civil. Este modelo de olhar para as violências no Rio, para estes autores, vai pautar a percepção e a reação das pessoas e das autoridades. Entre as

consequências, estará a acentuada militarização da segurança pública e a tolerância dos abusos dos direitos humanos.

Esta narrativa da guerra no Rio de Janeiro está presente nos meios de comunicação desde o final dos anos 1980, tendo se acirrado nos anos 2000, quando havia pressa de vencer a batalha para a preparação de um Rio sede de megaeventos. Até aquela época, a questão da violência não era central no debate político (CANO, SENTO-SÉ, RIBEIRO E SOUZA, 2004, p. 4). Isso provavelmente se dava porque os índices maiores de violências, extermínios, entre outros, ocorria de forma mais concentrada nas periferias. Além disso, havia a censura no período militar, na qual vários tipos de violências não podiam ser revelados pelos meios de comunicação. Um último aspecto seria o baixo poder de organização e a falta de recursos tecnológicos do mundo do crime, com exceções de alguns grupos.

Este cenário vai mudar com a entrada de grande quantidade de drogas e armamentos pesados no Rio a partir de meados dos anos 1980, período ainda em que há um aumento da taxa de letalidade violenta no município. Na cidade do Rio de Janeiro, a taxa de homicídios era de 38,88 por cem mil habitantes em 1980, saltando para 67,34 em 1990, e depois 59,87 em 2000, portanto houve uma queda, mas não a patamares anteriores. Outros indicadores que mostram a violência no Rio são o crescimento dos crimes contra o patrimônio e a grande quantidade de armas em circulação. É desta maneira que irá aumentar a percepção de que as violências estão mais próximas do carioca comum. Fato que também irá levar os meios de comunicação a focá-las de forma mais frequente e destacada, até o cenário passar a ser narrado como uma guerra, cujo inimigo precisa ser vencido e extirpado.

Esta forma de olhar para os conflitos no Rio de Janeiro revela uma complexidade de filiações discursivas, que inscrevem-se em espaços políticos mais amplos que o da segurança pública. Depois do primeiro governo de Leonel Brizola (1983 a 1986), em que houve uma tentativa de acabar com as incursões violentas das polícias nas favelas e de evitar a política do pé na porta (referente às invasões de moradias sem mandados de busca e apreensão por parte dos agentes da ordem), buscando a valorização dos direitos humanos, teve início o governo de Moreira Franco (1987-1991), "que assumiu uma clara perspectiva de conflito bélico com os traficantes de drogas e consolidou a visão da "guerra às drogas" (SOUZA, 2009, p. 25). Os governos seguintes, mesmo o segundo de Brizola, entre 1991 e 1994, não conseguiram reverter esta lógica da guerra, que vem perdurando desde então nas narrativas.

> Nesta produção de que vivemos em uma "guerra civil" vem sendo reiterada uma determinada concepção de segurança pública: a sua militarização por meio do apelo à lei e à ordem. Segundo Sento-Sé (1997 e 1998), desde 1980, no Rio de Janeiro, assiste-se à luta entre duas concepções de segurança pública. A primeira, iniciada no primeiro governo Brizola (1983-1986) incorporando o discurso dos direitos humanos implicava de forma contundente o debate crítico sobre a militarização da segurança pública, tão fortalecida durante o período da ditadura militar. Essa concepção manteve-se presente durante o segundo governo Brizola (1991-1994), quando, em seu final (período da "Operação Rio"), impõe-se a segunda visão de segurança pública. O apelo à militarização, justificado pelo crescimento da insegurança da população, já havia estado presente no governo de Moreira Franco (1987-1990) - que assumiu o cargo declarando que iria acabar com a criminalidade fluminense em cem dias. (Coimbra, 2001, p. 188-189)

Dentro desta representação de uma cidade em guerra aparece uma série de episódios violentos, que vão desde os assaltos nas ruas, passando por arrastões, chacinas, balas perdidas, rebeliões no sistema prisional, conflitos entre setores que lidam com ações infracionais, como as máquinas de caça-níqueis, ações corruptas de policiais, de milicianos, entre outras. Todos estes episódios vão provocar sentimento de insegurança na população, e o discurso preponderante nesta linha irá do medo, passando pela guerra até o terror. Neste cenário, cria-se um lado do bem e outro do mal, enquanto a imprensa fortalece o sentimento de insegurança, que ajuda a levar a população a exigir, cada vez mais, políticas públicas de vigilância e até mesmo aturar e consentir modelos de exceção. “O modelo de guerra, sofisticado com os elementos teóricos da segurança interna, certamente exclui os criminosos da imposição de pena através do devido processo legal; a lei acaba atrapalhando, sendo um estorvo para a ação policial.” (CERQUEIRA, 1996, p.165)

Com o aumento de episódios violentos no Rio e do poderio das facções, portanto, esta metáfora da guerra ganha força, em especial nas narrativas midiáticas. Por que e como os sentidos de guerra em relação ao Rio de Janeiro aparecem em *O Globo?* Para responder estes questionamentos, vamos nos debruçar sobre três momentos diferentes dos governos Benedita, Rosinha e Cabral a partir de três marcos temporais: a morte de Tim Lopes, desaparecido no dia 2 de junho de 2002, o assassinato de 18 pessoas em vias públicas em 27 dezembro de 2006, sendo sete delas em um ônibus incendiado, e a tomada da Vila Cruzeiro e posteriormente do Complexo do Alemão pela polícia nos dias 25 e 28 de novembro de 2010, respectivamente, para futura implantação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na região, que ficará durante 19 meses sob

a vigilância permanente do Exército. Depois de toda a análise do corpus, consideramos estes momentos importantes para entender os sentidos sobre as violências no Rio em três momentos históricos diferentes e que tiveram ampla repercussão nacional e internacional. Também detectamos ser estes três momentos que tiveram as maiores coberturas do jornal no período analisado, com criação de séries especiais a posteriori, além de um interminável número de suítes.

Não obstante, o termo guerra ganha frequentemente as páginas do jornal em vários conflitos, mas nestas ocasiões em que os episódios envolvem vias expressas, em que a vítima tem certo reconhecimento ou em que o fato aconteça em bairros nobres ou áreas turísticas, entre outras, acabam levando a uma repercussão maior, gerando vários dias de cobertura jornalística local e com repercussão até mesmo internacional. Nestas ocasiões, em geral, é a imagem do Rio, mais do que o carioca, é que está sob esta ameaça de guerra.

Estes fatores nos levaram à escolha destes momentos para a análise. No entanto, foram analisados ainda o período equivalente a um mês anterior e a um mês posterior ao acontecimento jornalístico considerado o ápice das narrativas. Desta maneira, poderemos ter uma melhor noção dos discursos antes, durante e depois de tais episódios, buscando na narrativa como os sentidos de guerra são tratados nestas ocasiões.

4.1 A NATURALIAÇÃO DO DISCURSO BÉLICO

A partir dos anos 1990 e até os dias atuais, um sentido de "guerra" se naturaliza e se sobrepõe na narrativa de *O Globo* sobre as violências no Rio. É aquele relacionado à ação dos traficantes que vivem nas favelas do Rio de Janeiro. Esta guerra acaba sendo também contra os moradores das comunidades, muitas vezes, vistos como "quase bandidos". Se os moradores da favela estão ao lado dos traficantes, eles serão pelo menos cúmplices do inimigo e, assim, não serão diferenciados no tratamento porque não serão vistos como "inocentes". Portanto, este sentido será definitivo para a produção de políticas públicas de vigilância no Rio de Janeiro, ainda que outras muitas guerras tenham sido encontradas ao longo da análise.

Com o passar das décadas, as favelas foram se significando e ressignificando até se transformarem em territórios de guerra. Estes sentidos foram definitivos não só para as coberturas midiáticas, mas para o tipo de ação implementada pelo estado.

Assim a favela acaba representada como território da não cidadania, da falta de ações do poder público, onde passa a valer a lei do tráfico e não a do poder instituído. A responsabilidade do estado neste local estaria diluída neste estado de exceção, nesta situação de guerra. Ao optar pela lei do tráfico, os moradores também precisariam arcar com os custos, como por exemplo, a falta de proteção quando uma família é expulsa de sua moradia por determinadas facções criminosas, sem que o estado faça intervenções.

Se por um lado o estado não intervém, por outro pode usar de força excessiva para proteger aqueles que estão fora do território da favela. Assim outra consequência é a de que a força utilizada contra este mal pode extrapolar o legal.

> Formulada no interior de um discurso que chamava a população a escolher um dos lados de uma cidade pensada como irremediavelmente "partida" (VENTURA, 1994), a metáfora da guerra foi reafirmada, ao longo das décadas seguintes, toda vez que se ampliou a percepção de agravamento da situação de violência no Rio de Janeiro, ou quando o tema era posto na agenda política pela disputa eleitoral para a prefeitura do município ou a governança do Estado (MACHADO DA SILVA; LEITE; FRIDMAN, 2005; LEITE, 2000). Essa perspectiva desdobrou-se em uma forte demanda por ordem pública, simultaneamente exigindo garantias do direito à vida e à segurança para as camadas médias e altas e tolerando a supressão de sua condição de prerrogativas fundamentais para os favelados. (LEITE, 2012, p. 379)

Portanto, esta tal guerra discursiva está relacionada a agravamento do que o jornal chama de violências no Rio e também à agenda política, o que vem sendo constatado nestes anos de pesquisa, quando a instância jornalística aumenta suas cobranças em períodos em que defende alteração nas demandas públicas e nas leis, por exemplo.

Esta guerra nos interessa por este modo de naturalização de combate ao outro, como se realmente fosse o inimigo que precisasse ser domesticado, vigiado e, finalmente pacificado. Porque, ao dizer que está pacificando um território, o jornal irá trabalhar de maneira a construir narrativas que vão aumentar a sensação de segurança de uma cidade. É esta guerra do Rio que será tratada de forma ampla na mídia corporativa, afetando corações e mentes, que irão olhar para esta cidade como aquela que realmente possui territórios onde não se pode ir, comparados a áreas do mundo que enfrentam guerras entre países. E, se estes territórios estiverem controlados, o Rio volta a ser maravilhoso. Diante disso, vamos observar como as políticas públicas, as leis, as

proibições vão ocorrendo, transformando-se numa constante violência simbólica contra todas as manifestações e rotinas que diferenciam as favelas das demais áreas da cidade.

Este referente discursivo "guerra" vai ser fartamente usado na cobertura de *O Globo*. Na maioria das vezes, esta guerra não terá sentidos negativos. Pelo contrário, será a ação contra aquilo que precisa ser extirpado do Rio. A guerra será sinônimo do mal nos momentos em que o jornal vai dizer que há mais um confronto nas favelas pela disputa de determinado território. Ou então quando envolve outros grupos de contraventores. Portanto, teríamos a má e a boa guerra, aquela que é sinônimo de conflito entre os maus que se matam nas favelas ou aqueles que escolheram viver na contravenção e aquela que é a luta do bem contra o mal. A boa guerra seria aquela usada para se conseguir a paz no asfalto, portanto ela seria o uso do combate e da força máxima para se buscar a cidade ideal.

Mesmo que esta guerra esteja constantemente nos jornais, há um silenciamento em relação a quem são as vítimas dizimadas nos territórios considerados perigosos do Rio, mesmo que se tenha matado nos últimos anos milhares de jovens negros, pobres e moradores das favelas. Este seria um indício de que, para a instância jornalística, estes seriam os soldados do lado do mal desta guerra a serem mortos.

Do outro lado, porém, em determinados momentos, cada vítima do asfalto é contabilizada como mais uma perda importante no confronto. Em geral, as guerras retratadas pelo periódico terão como vítimas pessoas das classes média e alta. Na guerra das favelas, as vítimas são, em geral, apenas números. Portanto, além da naturalização do discurso bélico e da necessidade de um maior policiamento, que sentidos esses discursos sobre estas vítimas das guerras vão desencadear? Não interessa quem esteja atrapalhando a imagem desse Rio que se quer. Estas pessoas precisam ser eliminadas, conforme o enunciado abaixo, encontrado no momento em que ocorre a operação envolvendo polícias e Forças Armadas na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, em novembro de 2010.

> "A vontade do povo é a vontade de Deus: 99,99% dos cidadãos estão exigindo que esses bandidos **sejam eliminados** de uma vez por todas" (Por e-mail, mensagens de revolta e apoio. A Guerra do Rio, Editoria Rio, 27 de novembro de 2010, página 34)

Em princípio, as vozes ouvidas por meio do discurso direto utilizam o termo "guerra", que depois acaba encampado pelo próprio *Globo*. No entanto, em relação aos

governantes, esse consenso estará explícito apenas em 2010, no governo de Sérgio Cabral quando todas as autoridades, sejam civis ou militares, vão tratar as violências registradas na cidade como "guerra". Não encontramos qualquer ocorrência de **guerra** para se referir às violências urbanas no Rio no domínio discursivo das governadoras Benedita da Silva e Rosinha Garotinho, enquanto ele está presente no discurso de Cabral, logo no primeiro dia de posse ao comentar os episódios de mortes e incêndios a veículos e ônibus registrados nas ruas, que levaram a 18 mortes nas ruas do Rio em dezembro de 2006. Tal presença já funciona como pista para a investigação dos três períodos.

> **"Nosso governo vai ganhar a guerra".** Falando de improviso, Cabral prometeu valorizar o trabalho do policial, mas fez alusão à participação de alguns nas milícias que passaram a disputar o poder com o tráfico de drogas em favelas do Rio. – A ordem pública se faz com polícia, prestigiando os nossos policiais e combatendo aqueles que desonram a polícia – afirmou – O nosso governo não vai tergiversar para garantir a tranquilidade e segurança ao povo do estado do Rio. Mais tarde, no Palácio das Laranjeiras, ao receber o cargo da ex-governadora Rosinha Garotinho, Cabral voltou a tocar no assunto da segurança. – **O nosso governo vai ganhar a guerra** contra esses criminosos, nós vamos dar segurança à nossa população. Não é uma figura de retórica. [...] (Ajuda federal na segurança. Novo Governo, Editoria Rio, página 18, 2 de janeiro de 2007)

Enquanto Cabral vai iniciar seu primeiro mandato tendo que enfrentar uma guerra, as outras duas governadoras não têm esta materialidade para ser analisada, mesmo que outras vozes tenham mencionado desta maneira, assim como o jornal. À primeira vista, este é um indício de que estas autoridades não reconheçam, não admitam a existência de um inimigo, mas de um grave problema a ser enfrentado. Da mesma maneira, como em ocasiões anteriores do Rio, este inimigo precisará ser enfrentado com o apoio das Forças Armadas nas ruas. Enquanto Cabral inicia seu mandato pedindo este apoio, em Benedita e Rosinha há uma relutância para que isso ocorra.

Mas nos momentos analisados nos três governos encontramos a metáfora da guerra no jornal tendo como campo inimigo a favela. Lembrando que foram tantas as configurações e reconfigurações dessa favela, que terá como último acontecimento discursivo em relação a este território aquele que quer pacificá-la, para que mude, deixe de ser o habitat do tráfico. Para isso, é preciso convencer todos os que ali vivem. Então, esta favela que já foi um ambiente rural, conforme Valladares, depois foi o ambiente sujo e indesejado, mais recentemente foi o território que se tentou expurgar, remover,

urbanizar e, por fim, haverá a tentativa de pacificar. Em todos os casos, porém, os sentidos são fechados e há uma tentativa de domesticação e apagamento deste território e de suas multiplicidades.

4.2. O RIO ESTÁ PERDENDO A GUERRA CONTRA O TRÁFICO?

Apesar de termos encontrados o termo guerra acionado para sentidos diversos no período analisado, até mesmo no que se refere à guerra contra a desordem nas ruas, por exemplo contra camelôs e flanelinhas, vamos nos ater a um tipo de guerra relacionado ao interesse de nossa pesquisa, que é aquele em que *O Globo* coloca o Rio de Janeiro no chamado "estado de guerra". Nestes momentos, que se seguem há um grande acontecimento jornalístico, percebemos um apagamento discursivo, mesmo que momentâneo, das demais guerras, para que se construa a Guerra do Rio contra o tráfico de drogas.

A chancela Guerra do Rio ainda não estará consolidada no jornal, como em outros momentos à frente, mas vai aparecer pela primeira vez em nosso *corpus* nos episódios relacionados com a morte do jornalista Tim Lopes, em junho de 2002, por meio da pergunta: "O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?". Nesta ocasião, encontramos dezenas de vozes e atores sociais acionados para reforçar esta construção, sendo poucas as vozes dissonantes que serão convocadas até mesmo por conta do que pode e do que deve ser dito neste momento histórico desta trágica morte. Será uma guerra que irá provocar um desejo coletivo de punição do inimigo ainda maior pela forma exacerbada como será narrada.

Mesmo que depois o termo volte a se ressignificar, neste período, ainda que retratados, os conflitos isolados, os tiroteios, entre outros, não ganham o nome guerra, a não ser que possam ser relacionados de alguma maneira à narrativa que chamaremos de principal por ocupar grande espaço no periódico e uma ampla cobertura durante um período extenso. O acontecimento discursivo precisa "perturbar a memória" (Pêcheux, 1999, p. 52). A morte de Tim Lopes desencadeou um deslocamento de sentido (o lugar do que é guerra), desestabilizando relações de poder, mexendo ainda mais com a relação poder do estado.

No período de Benedita da Silva, em junho de 2002, o desaparecimento e, uma semana depois, a confirmação da morte do jornalista Tim Lopes, da Rede Globo de

Televisão, ocorrida na Vila Cruzeiro, ganha cobertura diária no jornal *O Globo*. Há uma mobilização em torno do assunto, numa tentativa de buscar mais do que explicações, culpados para a morte e, posteriormente, soluções políticas para aquilo que será chamado Guerra do Rio. De acordo com a versão oficial, o jornalista estaria na favela para uma reportagem investigativa sobre os acontecimentos durante um baile funk.

Nesta cobertura jornalística, toda a guerra vai ressignificar, desde as letras garrafais usadas nos títulos, até os verbos e substantivos mais agressivos encontrados durante a cobertura, como veremos nos enunciados. Não será também apenas mais guerra ou guerra do tráfico, mas de todo o Rio.

Curiosamente, apesar de, em 2002, os nomes das facções criminosas ainda serem divulgados pelo *Globo*, conforme encontrado no jornal em matérias nos meses de março e setembro daquele ano, nenhum nome dos grupos foi verificado durante esta cobertura que tem como foco central a morte de Tim Lopes. A guerra será contra o tráfico de drogas, mas terá como inimigo não uma facção. Será uma caçada específica a um nome: Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, que será comparado a um monstro, e monstros não podem conviver em sociedade, precisam ser extirpados.

> **A caçada ao traficante Elias Pereira da Silva**, o Elias Maluco, acusado de assassinar, com requintes de crueldade, o jornalista Tim Lopes, está mobilizando **um exército de policiais de diversas delegacias e batalhões da Polícia Militar do Rio de Janeiro**. (Um exército de policiais caça Elias Maluco. Editoria Rio, 13 de junho de 2002, página 15)

Em princípio, a cobertura é tímida, até a confirmação de que o jornalista teria mesmo desaparecido após estar trabalhando em uma reportagem investigativa na favela. O caso especificamente não terá a guerra como marcador linguístico. Será tratado como uma barbárie, uma violência sem precedentes, uma ação praticada por aquilo que o jornal vai chamar de estado paralelo. As matérias sobre a procura do corpo de Tim, sobre as buscas de Elias Maluco e os lamentos de várias instituições do país e do mundo, inclusive, não serão chanceladas como Guerra no Rio. A maioria terá como barra de apoio as palavras "Poder paralelo" para retratar os fatos jornalísticos específicos daquele dia, chamados no jargão jornalístico de hard news, ou seja, os últimos acontecimentos. Na instância jornalística, este é um indício de que a situação de gravidade se alastrou e que o poder paralelo praticou várias ações devido a um cenário histórico, político e social, que assim o permitiu.

Um dia após a confirmação da morte do jornalista, *O Globo* cria, concomitantemente ao sobretítulo "Poder paralelo", a chancela "O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?", que, apesar de ser um questionamento, vem com a silenciosa e, ao mesmo tempo, sonora resposta "sim", diante do caminho que as reportagens irão indicar nos próximos dias de cobertura. A chancela estará presente nesta série de matérias especiais na qual busca-se a resposta para o que seria este início da perda de uma guerra a partir deste episódio jornalístico, que passa, então, a ser visto também como um acontecimento discursivo. Ao perguntar se a cidade como um todo está perdendo esta guerra, o jornal não só afirma a existência deste confronto, como lista os fatores que seriam os responsáveis por fortalecer o lado mau. A força desta série no período analisado foi o que motivou a escolha também deste nome para o item deste capítulo. Ele pode ser considerado a síntese do descrédito em relação à política de segurança no período Benedita, com uma desmoralização aberta do Executivo e também de autoridades ligadas à segurança pública. O enunciado trabalha de forma ambígua os sentidos, e o *Globo* parece seguir a linha de pensamento de que falta pouco para que o Rio seja entregue aos traficantes.

A partir de "O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?", o inimigo passa a estar em quase tudo o que é referente à favela, desde a população até seus gostos e hábitos, como o baile funk. Outros fatores alimentam esta guerra, como o usuário de drogas, a corrupção policial e a impunidade dos traficantes, que não cumprem suas penas por inteiro nas penitenciárias, sendo beneficiados por leis brandas. São matérias nas quais o jornal vai se colocar como aquele que abre os olhos do Governo e da sociedade para tudo o que culminou neste momento de guerra da capital fluminense. A série de matérias será publicada de 11 a 23 de junho com os seguintes títulos:

"As favelas no fio da espada", 11 de junho de 2002
"Funk: no batidão do tráfico?", 12 de junho de 2002
"Melhores, porém mais violentas", 13 de junho de 2002
"Usuários de drogas: vítimas ou aliados do crime?", 14 de junho de 2002
"Justiça cega até demais", 15 de junho de 2002

Caderno especial em 16 de junho de 2002: *"Polícia Federal descobre que bandidos globalizaram o tráfico de drogas no Rio"; "Narcoditadura, o poder cada vez menos paralelo no Rio"; "Bandidos usam baile funk para levar drogas e armas para a Vila Cruzeiro"; "O confronto entre o poder do estado e do crime"; "A década sofrida*"

"Violência mata mais cedo", 17 de junho de 2002

"Violência faz a família rediscutir o seu papel", 18 de junho de 2002

"Presídio ou escritório central do crime?", 19 de junho de 2002

Especialistas discutem se baixos salários levam policiais para o crime, 20 de junho de 2002

Estudo mostra que Rio tem perdas de R$ 8 bi por ano por causa da violência, 21 de junho de 2002

Iniciativas mantêm jovens longe das drogas, 22 de junho de 2002

Um confronto de opiniões quase empatado, 23 de junho de 2002

Diante do grande número de textos sobre o assunto, analisaremos alguns deles aqui. A primeira matéria sob a chancela O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?, em 11 de junho, troca a palavra "navalha" por "espada", fazendo uma referência à arma com a qual o traficante Elias Maluco e seu grupo teriam matado Tim Lopes. Estar no fio da espada é colocar toda a favela sob o medo. A matéria traz os líderes comunitários confirmando a situação de medo narrada pela instância jornalística dentro destes territórios.

Haverá, no dia seguinte, uma criminalização daquilo que faz parte do cotidiano do morador da favela, seus gostos e hábitos de lazer, sendo o carro chefe a acusação ao funk. A crítica é explícita a este tipo de música, que estaria exaltando a violência e o tráfico no lugar de ser usado como protesto social dos excluídos. A reportagem defende como correta a lei que proíbe os bailes e utiliza de atores sociais para justificar que o que falta é a presença do estado para fazer valer a proibição destes eventos.

> - O que fizemos foi dar voz a centenas de famílias que perdiam seus filhos nos bailes de corredor da morte. **O que eles diziam que é cultura não era cultura nada. Era violência pura**. Infelizmente, não houve um trabalho para levar cultura a estes jovens, **mesmo que fosse funk mesmo** – disse Romero (promotor Romero Lira, que coordenou as investigações que geraram a CPI do funk na Alerj, no ano 2000). (Funk no batidão do tráfico? Editoria Rio, página 20, 12 de junho de 2002).

A fala do promotor Romero Lira no enunciado acima revela que esta guerra vai muito além do campo da segurança pública, deixando transparecer como são tratadas as manifestações nas favelas, que são deslegitimadas e atreladas ao crime constantemente. A fala deste promotor especificamente é fundamental para indicar ao leitor que o funk

seria mesmo um dos culpados pela violência, afinal ele coordenou as investigações que levaram à CPI do funk na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro dois anos antes. Esta voz dá ênfase e credibilidade ao dito que se quer defender.

> Ao criminalizarem o funk, e o estilo de vida daqueles que se identificam como funkeiros, os que hoje defendem sua proibição são os herdeiros históricos daqueles que perseguiam os batuques nas senzalas, nos fazendo ver, de modo contraditório, as potencialidades rebeldes do ritmo que vem das favelas. (FACINA, 2009, p. 1)

Esta criminalização, como também lembra Facina, é resultado de uma série de discursos que se cristalizam ao longo dos anos e que serão lembrados a partir do momento em que a mídia, um dos atores sociais, acusa os bailes funks de lugares de arrastões e de venda de drogas, lugares de violência ocorrida dentro e fora dos clubes, pontos de confrontos de galeras. Isso ocorre, principalmente, a partir do momento em que este ritmo começa a interessar também os jovens "do asfalto". No entanto, a mesma mídia não vai mostrar que há iniciativas outras ligadas ao funk, como os festivais de galeras, que canalizavam os jovens para ricas iniciativas: "Entre suas várias etapas que se assemelhavam às gincanas, os festivais passaram a incluir a etapa dos raps, músicas que deveriam falar sobre as comunidades de origem das galeras e também pedir paz nos bailes." (idem, p. 4)

No terceiro dia da série, há contradições no discurso sobre as causas da guerra. Enquanto cobra-se a presença do estado em várias reportagens, colocando a falta dele como um dos motivos para o crescimento do poder paralelo, no dia 13 de junho, a reportagem vai dizer que, mesmo que as favelas estejam melhores, com mais investimento de recursos públicos, o que significa a presença do estado, ainda assim, elas, de uma maneira geral, estarão mais violentas. Toda a culpa da violência vai recair sobre as favelas, mesmo que o poder público esteja presente nestes territórios. Vejamos:

> O tráfico de drogas no Rio não desafia apenas seus moradores: **põe em xeque também a velha máxima de que o investimento no social é a melhor arma contra a violência.** De 1995 para cá, **somente as secretarias de Habitação e de Esportes do município investiram R$ 1,8 bilhão em projetos de urbanização, saneamento e lazer nas favelas cariocas.** Isto sem contar os investimentos do estado, do governo federal, de ONGs e de empresas privadas. (Melhores, porém, mais violentas. O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? Editoria Rio, dia 13 de junho de 2002, página 14)

Ao questionar que a violência persiste nas favelas, mesmo com obras e investimentos do estado, fecham-se os sentidos não só para a multiplicidade de culturas lá existentes, como para o fato de que aqueles territórios fazem parte da cidade e, assim como em outras ocasiões, continuam recebendo recursos públicos. Se não é do social que a favela precisa, então é do rigor e da punição.

No quarto dia da série, que pergunta se o Rio está perdendo a guerra contra o tráfico, o foco está voltado para o usuário de drogas. Se até então há um silenciamento em relação a este personagem, aqui ele aparece como mais um soldado do lado do mal. Já no quinto dia da série, o apelo será para a justiça chamada de cega, que "deixa" os traficantes serem beneficiados pela progressão de regime e muitos deles acabam sendo soltos e voltando a praticar barbaridades, como a que resultou na execução de Tim Lopes. Em última instância, a própria justiça seria responsável pela morte do jornalista, já que Elias Maluco estaria solto por conta de manobras jurídicas que o beneficiaram, assim como beneficiaram a outros que acabaram soltos, mesmo estando do lado mal desta guerra. Aqui a velha máxima de que a justiça tarda, mas não falta ou de que a justiça é cega serão substituídas pela justiça cega até demais.

> Traficante e distribuidor de armas, Romildo Souza da Costa, o Miltinho do Dendê, condenado a oito anos e seis meses de prisão por associação ao tráfico e receptação, cumpriu cinco anos e sete meses em Bangu I e ganhou livramento condicional em junho de 2001. Sua ficha disciplinar mostra que ele teve "comportamento excepcional" enquanto esteve preso – **apesar de ter continuado comandando o tráfico de dentro da prisão** [...] Robson André da Silva, o Robinho Pinta, apontado pela polícia como distribuidor de drogas, preso numa mansão em São Paulo em março deste ano pela Delegacia de Repressão a Entorpecentes do Rio, **só passou 28 dias na cadeia**. O benefício foi concedido pela 6ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio – a mesma que pôs em liberdade o traficante Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, suspeito de ter executado o jornalista Tim Lopes, **após manobras jurídicas**. (**Justiça cega até demais**. Editoria Rio, 15 de junho de 2002, página 16)

Depois de cinco dias de cobertura, em que a questão central do tráfico tem a favela e os traficantes como centros nervosos do problema da guerra, o caderno especial, com dez páginas, O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? será publicado no dia 16 de junho de 2002, e vai ampliar o assunto, chegando ao asfalto como parte integrante desta grande guerra do Rio.

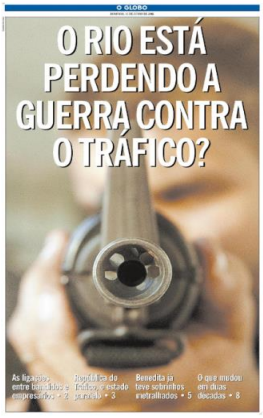

Imagem O Globo, (16/6/2002), Caderno Especial

Apesar de trazer questões como a ligação entre o traficante do morro e o empresário do asfalto, o caderno vai reforçar o sentido de cidade partida, o que fica evidente por meio do infográfico que mostra os dois lados da chamada guerra, nas páginas centrais. De um lado, o sentido de população do Rio, que fica sob o poder oficial, de outro, sentidos outros para a população da favela, que está sob o jugo do tráfico. Nesta guerra, um lado vive sob a democracia, enquanto o outro, na narcoditadura. De um lado, o Rio se apresenta como uma das 27 unidades da federação, enquanto, de outro, nas favelas, está a "República do Tráfico", onde o sistema é "tribal: caracterizado pela imposição da liderança, pela força e pela falta de organização institucional". De um lado, a população da capital fluminense, no asfalto, é de 4.759.131 habitantes, o que corresponde a 81,4% do total. De outro lado, 1.092.783 moradores nas 605 favelas do Rio, o que corresponde a 18,6% do total.

Ao fazer o questionamento que dá título à série e criar esta realidade do estado paralelo, um dos sentidos que encontramos é a desmoralização do poder público, do estado no período de Benedita, que chega ao nível de ser comparado com o crime. Ridicularizada, a governadora é comparada como a autoridade política de parte do Rio, o lado oficial, enquanto o governante do estado paralelo seria Fernandinho Beira-Mar. Outros personagens são colocados em posição de equivalência hierárquica, como o secretário de Segurança Pública, Roberto Aguiar, de um lado, e o traficante Linho, do outro.

Imagem O Globo, (16/6/2002), Caderno Especial

Neste infográfico, a questão da violência no Rio transcende a área da segurança pública e afeta toda a estrutura governamental, passa a ser uma afronta à constituição do estado. Se o estado não funciona, alguém terá o sagrado direito de assumir o seu lugar. A posição de organização do crime deixa de ser apenas na fala abstrata, para ganhar nomes, estrutura, mapeamento da cidade e comparação ao poder instituído. Desta forma, o jornal estabiliza esta guerra, entre bandidos e homens de bem, e a favela se constitui em oposição a este estado. Assim, o estado passa a ser convocado para se posicionar, para assumir para si esta guerra, que até então não assumiu. Temos a partir daqui o Poder Paralelo x o Poder Público.

Se esta guerra não é assumida claramente por Benedita e nem será por Rosinha, conforme mostramos acima, Cabral assume para si o que ele vai chamar de guerra lá no conflito do final de dezembro de 2006, de acordo com o que veremos também adiante. Nesta guerra que se cria, esta hierarquização de ambos os lados embaralham os sentidos até mesmo do jornalismo que se propõe o narrador do real e do objetivo. Jornalismo cujos limites vão sendo quebrados desde a cobertura proposta para contar a morte de Tim Lopes até todos os episódios daquilo que se transforma nesta guerra da Cidade Maravilhosa.

Até porque, no caso Tim Lopes, uma das chaves de leitura é de que as organizações Globo, especificamente a TV Globo, haviam assumido uma função que o estado não estava cumprindo já que o repórter teria sido convocado por um morador da Penha pra mostrar os abusos do baile funk, como sexo, prostituição e uso e venda de drogas, não sendo denunciado o caso à polícia.

> Ao recorrer à Globo e não à polícia, o morador do bairro da Penha, com o gesto, simbolizou a incapacidade do poder público de debelar a maior crise de segurança enfrentada pelo Rio em mais de meio milênio de história. Liga-se para uma redação, não para a polícia. (O bom combate. Opinião, 10 de junho de 2002, página 6)

Não podemos esquecer também o contexto histórico daquele ano de 2002. Estamos falando de um ano de eleições, no qual Benedita será candidata novamente ao governo deste Rio de Janeiro que está perdendo a guerra contra o tráfico. A imagem do Rio também tem reflexos por todo o país, e o candidato do PT à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na dianteira das pesquisas, terá como nome para traçar os projetos na segurança pública o sociólogo Luiz Eduardo Soares, que também está por trás da política de Benedita. Pela primeira vez, existe um "risco real" de um partido de esquerda, com propostas mais voltadas para as camadas populares, chegar ao poder nacional.

Nos dias subsequentes ao caderno especial, a série continua, com o jornal traçando o que seriam as consequências desta guerra, como as mortes de jovens cada vez mais cedo, a desestrutura da família como uma das causadoras das infrações cometidas por adolescentes, a impunidade nos presídios, os baixos salários dos policiais como responsáveis pela corrupção e ainda o quanto a criminalidade é a responsável pelas bilionárias perdas econômicas do Rio, silenciando-se sobre outras variáveis.

Chama atenção o fato de uma matéria sobre as mortes violentas em geral estar relacionada ao tráfico, já que elas são provenientes de toda natureza e ocorrem em todo o estado do Rio. São homicídios, balas perdidas, latrocínio, que podem ter como autores inclusive os chamados agentes da ordem. No entanto, a culpa pelos casos fica sob a chancela do inimigo tráfico. Além desta questão, a própria matéria vai mostrar que as taxas de homicídios entre jovens no Rio já foi pior do que naquele momento específico.

> O Mapa da violência mostra que a taxa de homicídios entre jovens já foi pior. Chegou a 120 por cem mil em 1995, e começou a cair a partir daquele ano. No entanto, voltou a subir um pouco em 2000. **A explicação seria o aumento das ações sociais feitas nas favelas. No entanto, o muito que se faz ainda é pouco para ganhar a guerra nos morros**. (**Violência mata mais cedo. Editoria Rio, 17 de junho de 2002, página 11**)

Encontramos aí mais uma questão em relação a outra matéria anterior da série, apesar da tentativa de se buscar uma explicação apenas. Enquanto no dia 13 de junho, o

jornal diz que as favelas estão melhores por conta de programas sociais, mas mais violentas, aqui a explicação para a redução das mortes está justamente nas ações sociais ocorridas nas favelas. Tal deslize aponta para a necessidade que o jornal encontra de dar sentido único a vários acontecimentos históricos no Rio, esquecendo sentidos outros e buscando preferencialmente um viés negativo, sob esta chancela de culpar o tráfico e de levar ao entendimento de que a cidade vive mesmo esta guerra. Naquele ano, o país havia voltado a enfrentar uma forte crise econômica, com o dólar chegando à casa dos R$ 3, e o mercado tenso até mesmo por conta das eleições.

O jornal também vai continuar a série com orientações ao que deveria ser o trabalho do estado e ainda aconselhar, até mesmo de forma pueril, esta sociedade da desestrutura e da desordem. Para colocar fim a esta guerra, é preciso, por exemplo, formar bons cidadãos, que venham de famílias de boa índole.

> Não é só o dinheiro fácil que arrasta os jovens para o mundo do crime. A negligência da família também. A experiência de pessoas que lidam com adolescentes infratores mostra que os pais têm papel fundamental para manter os filhos longe do uso e do tráfico de drogas. Famílias desestruturadas onde não existe diálogo abrem a porta de casa para a violência, constata o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Guaraci Vianna. – A família precisa ser mais cuidadosa, saber aonde o filho vai, ficar atenta a mudanças de comportamento e ter uma conversa franca. Está faltando atenção e diálogo aberto. (**Violência faz a família rediscutir o seu papel. Editoria Rio, 18 de junho de 2002, página 17)**

Ainda na construção deste Rio da paz, os presídios cheios serão mais um problema, já que, das celas, os criminosos continuam mandando na criminalidade do lado de fora. Fala-se na supermax, uma prisão americana, na qual os presos são mantidos em isolamento e não veem a luz do sol. Fala-se ainda que, contra a guerra, é preciso acabar com a corrupção, já que hoje o que os presos têm são regalias. No entanto, há um silenciamento em relação ao tamanho da população carcerária do Rio e do país, na falta de assistência jurídica para milhares deles, entre outras carências que impedem a ressocialização.

Já no dia 20, a questão do policiamento ganha espaço no periódico. A matéria vai mostrar que os baixos salários dos policiais são mais um motivo para a guerra ter se instalado, por conivência e corrupção destes agentes. No entanto, não será discutida a eficiência policial como corporação prestadora de serviço e próxima da comunidade, mas aquela que veio para reprimir, prender, apreender e que, estando próxima do crime,

acaba por se corromper. Da mesma maneira, não se vê os delitos como fatos sociais, mas como práticas entre o bem e o mal.

> Entre 1998 e 2001, **249 policiais militares do Rio foram expulsos da corporação – uma média de um policial a cada quatro dias**. Só no ano passado, 285 novos inquéritos e sindicâncias foram instaurados pela Corregedoria Geral da PM, para apurar crimes cometidos por policiais. No Rio, um policial em início de carreira recebe em média R$ 1.200. Seria o baixo salário responsável pelo envolvimento de policiais com o crime? Seria um problema de má-formação?(**Especialistas discutem se baixos salários levam policiais para o crime. Editoria Rio, página 16, 20 de junho de 2002**)

A questão econômica também será influenciada por esta guerra do tráfico. O mercado de drogas é uma das principais razões das violências no Rio, mas não é a única. Na reportagem do dia 21 de junho de 2002, é atribuído a ele as perdas de R$ 8 bilhões na economia carioca, já que a matéria também está na chancela da guerra contra o tráfico. Não se fala quanto o tráfico movimenta e nem toca-se na discussão de legalização ou não de algum dos tipos de drogas, mas volta-se a criminalizar a favela, já que, em regiões onde ela é crescente, a indústria seria decrescente. E uma região sem indústrias é uma região decadente.

> A **violência deixa anualmente um rastro de prejuízos da ordem de R$ 8 bilhões no Estado do Rio**, o equivalente à metade dos gastos do país com educação. São gastos do setor privado com pagamento de seguros, blindagem de asas e veículos, falências no comércio e na indústria. O valor representa 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do estado, que é de R$ 80 bilhões, e 44% do orçamento, hoje em torno de R$ 18 bilhões. (**Setor privado do Rio tem perdas de R$ 8 bi por ano por causa da violência, 21 de junho de 2002, 21 de junho de 2002, página 17**)
>
> - **A decadência da Zona Norte, hoje rodeada de favelas,** fez com que muitas indústrias deixassem o Rio. (**Setor privado do Rio tem perdas de R$ 8 bi por ano por causa da violência, 21 de junho de 2002, 21 de junho de 2002, página 17)**

Para encerrar a série, nada como uma cobertura trazendo o espírito de esperança, como mostrar iniciativas que estão dando certo com as novas gerações de jovens pobres mantidos longe do tráfico. Agora não é só o estado que está ausente. Para a instância jornalística, ele continua ausente, sim, mesmo com várias iniciativas narradas pelo próprio jornal mostrando o contrário, mas é preciso que cada um assuma sua

responsabilidade nesta guerra. Cada carioca seja o soldado da guerra limpa contra o inimigo da guerra suja. Ainda não está tudo perdido.

> **Nem tudo está perdido. Iniciativas do Estado e da sociedade civil organizada vêm ajudando adolescentes e crianças de morros e favelas cariocas a encontrar um destino diferente do muitas vezes inevitável envolvimento com o tráfico de drogas**. Os ganhos sociais são muitos, a começar pela redução dos índices de violência nas comunidades contempladas. **O Grupo Afro-Reggae** é um exemplo de luta pelo resgate da cidadania. (**Iniciativas mantêm jovens longe das drogas. Editoria Rio, 22 de junho de 2002, página 18)**
>
> O Espaço **Criança Esperança**, no complexo Cantagalo, Pavão-Pavãozinho, em Copacabana e Ipanema, começou há seis meses e seus coordenadores também já veem os efeitos surtirem. – É impressionante como em pouco tempo vemos as crianças mudarem de comportamento. Elas aprendem não apenas dança, teatro e esporte, **como também a se socializar**. Damos **aula de cidadania e resgatamos a autoestima** não só dos jovens como também das famílias – diz Ana Paula Souza, coordenadora geral do espaço, que atende 1.800 pessoas entre jovens, crianças, adultos e idosos. (**Iniciativas mantêm jovens longe das drogas. Editoria Rio, 22 de junho de 2002, página 18**)
>
> Precisamos entender que **não é só o estado que está ausente** – afirma Zeca Borges, superintendente do Movimento Rio de Combate ao Crime. [...] – Nós temos que entender que, para esses jovens de favelas, quem dá oportunidade é o tráfico. **O que nós precisamos fazer, é criar também oportunidades e quebrar esse ciclo de miséria e desemprego a que esses jovens são submetidos. Precisamos criar a cultura da indignação.** Perguntar: o que eu posso fazer? Esse trabalho formiguinha gera um movimento – atesta Rodrigo Baggio, fundador do Comitê para Democratização da Informática [...](**Iniciativas mantêm jovens longe das drogas. Editoria Rio, 22 de junho de 2002, página 18**)

Finalmente, em 23 de junho de 2002, o *Globo* convoca 63 pessoas do Rio de Janeiro para responder ao questionamento O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? A reportagem com o título "Um confronto de opiniões quase empatado" tem como barra de apoio a frase: "De 63 formadores de opinião ouvidos pelo Globo, 29 acham que o estado não perdeu a batalha contra o crime".

> Os **sem-esperança são minoria, mas não tão minoria assim.** E aqueles que têm esperança, contudo, acham que isto pode acontecer muito em breve. Depois de 12 dias publicando reportagens com o tema "O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?", O Globo fez a pergunta para 63 cariocas formadores de opinião. **Desses, 29 responderam não, 23 sim e outros dez preferiram dizer que ainda**

> **não**. Foram escolhidos autoridades, artistas, empresários, pesquisadores e representantes de moradores, entre outros para responder à pergunta. Em comum, as respostas mostram que **a cidade está numa situação-limite** e que é preciso uma **reação de toda a sociedade**. **(Um confronto de opiniões quase empatado. O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? Editoria Rio, dia 23 de junho de 2002, página 22)**
>
> - Estamos no limite. Acho que nos últimos dias está havendo uma mobilização para tentar resolver este problema. Infelizmente, precisou da morte do repórter Tim Lopes para isso. **Mas acho que é uma situação que não depende das autoridades apenas, mas de toda a sociedade resolver** – disse o jogador de futebol Yan, que acredita que a guerra ainda não foi perdida.
>
> Outro ponto comum nas respostas **é que a ausência do Estado nas áreas dominadas pelos traficantes é a responsável pelo fortalecimento do poder paralelo na cidade**. **(Um confronto de opiniões quase empatado. O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? Editoria Rio, dia 23 de junho de 2002, página 22)**
>
> Marilse Guimarães, presidente da Associação de Moradores e Amigos do Cosme Velho, acredita que a guerra ainda não foi perdida e que o Rio ainda pode não virar uma Colômbia. – É preciso pôr forças policiais, por exemplo, no controle das fronteiras, dos aeroportos importante e também dos portos. **(Um confronto de opiniões quase empatado. O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? Editoria Rio, dia 23 de junho de 2002, página 22**)
>
> O socialite Jorginho Guinle acha contudo que **o problema vem de muito mais longe: - No meu tempo de garoto, nos anos 30, já se falava que as favelas desceriam e tomariam conta de tudo**. A violência só mudou de intensidade – disse ele. **(Um confronto de opiniões quase empatado. O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? Editoria Rio, dia 23 de junho de 2002, página 22)**

Ao mesmo tempo que terá um tom de otimismo, a reportagem mantém o medo como fio condutor, já que, mesmo os esperançosos, sabem que a cidade está numa situação limite. A maioria dos ouvidos enquadra-se no perfil de leitores do jornal, portanto classe média, além de autoridades e personalidades, que, como o próprio *Globo* afirma, são formadores de opinião. A maioria também irá concordar sobre a ausência do estado e sobre a necessidade de cada um fazer a sua parte.

Não faltam comparações que justifiquem a guerra e também o temor de que o Rio de Janeiro seja transformado em uma Colômbia, país que enfrenta décadas de guerra civil. O último enunciado, porém, é sintomático de tudo o que foi falado a respeito desta guerra, que vinha há muito sendo anunciada: "o problema vem de muito mais longe: - No meu tempo de garoto, nos anos 30, já se falava que as favelas desceriam e tomariam conta de tudo". Sem que seja dada voz a moradores das áreas

mais críticas, mas garantindo espaço à elite, a voz que encerra a reportagem é de um legítimo representante da sociedade tradicional do Rio. Uma chave de leitura para este enunciado é a de que o problema para que a paz se instale são os pobres da favela que um dia desceriam e ocupariam a Cidade Maravilhosa.

Na mesma reportagem, apenas uma voz é dissonante em relação a não enxergar os conflitos urbanos como uma guerra:

> O ex-coordenador de Segurança Pública do estado coronel PM Jorge da Silva chega a perguntar: **"Guerra contra quem?" – O Rio ainda não perdeu a guerra para o tráfico até porque não existe uma guerra civil**. E segundo porque existem várias experiências em vários países de áreas supostamente "perdidas" que foram recuperadas. Um exemplo é o policiamento comunitário em Pavão-Pavãozinho e Cantagalo [...] **(Um confronto de opiniões quase empatado. O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? Editoria Rio, dia 23 de junho, página 22)**

Mesmo que o enunciado traga este outro ponto e que, desta maneira, evidencie-se que, na cúpula da polícia, haja um afinamento com o estado de direito e com outras formas de se enxergar as violências urbanas, o ciclo de vingança está na base das corporações e é ele que vai continuar agravando a violência e as percepções coletivas em setores de todas as classes sociais de que bandido bom é bandido morto ou de que é preciso endurecer ainda mais a ordem e a lei para lidar com esta situação. Dentro desta lógica, silencia-se, por exemplo, que muitos dos criminosos são filhos de trabalhadores de baixa renda, que não tiveram oportunidade e que acabaram envolvidos com o tráfico.

Curiosamente, mas mantendo a lógica do *Globo*, mesmo que não estivesse entre os figurões que opinam sobre o futuro do Rio, há uma completa ausência da voz dos moradores da comunidade que têm uma trajetória de trabalhos e ações culturais e sociais nestes territórios. Eles não são chamados a falar se o Rio está ou não perdendo a guerra contra o tráfico. Esta ausência pode significar muito. Ela mostra que a figura do morador da favela permanece relegada a uma representação anônima e restrita aos momentos de conflitos.

Paralelamente a esta série, vários acontecimentos políticos vão sendo noticiados, não relacionados diretamente com o que o jornal chama de guerra, mas à forma como as narrativas dos crimes vão sendo feitas acabam sendo definitivas para as decisões administrativas, políticas e mudanças nas legislações estadual e federal. As decisões públicas vão sendo tomadas a partir das cobranças feitas, muitas delas cobranças

impostas pela própria mídia, como a criminalização do baile funk e o endurecimento de leis.

> A prefeitura vai dificultar a autorização para bailes funk. Em portaria publicada hoje no Diário Oficial, que regulamenta a lei estadual 3.410/200, o coordenador de Licenciamento e Fiscalização do município, Luiz Felipe Gomes, **condiciona as licenças para os bailes à aprovação dos comandantes dos batalhões da Polícia Militar das áreas onde as festas estiverem programadas**. (...) Outra exigência para que sejam dadas as autorizações é de que os organizadores se comprometam a usar **detectores de metais para revistar todos os frequentadores na portaria**. (**Prefeitura só dará autorização para bailes com aval da PM, Editoria Rio, 12 de junho de 2002, página 21)**

Durante a repercussão do caso Tim Lopes, por exemplo, o Senado aprovou pena maior para o tráfico de drogas, conforme foi noticiado pelo jornal no dia 12 de junho de 2002. Estrategicamente, a matéria não está na Editoria O País, apesar de a aprovação ter ocorrido em Brasília, mas a reportagem está na Editoria Rio, em meio à cobertura do Caso Tim Lopes, o que mostra a relação do caso com as leis votadas e aprovadas no Congresso Nacional. Na reportagem, há um deslizamento da guerra do Rio como justificativa para aprovação do fechamento do cerco ao tráfico. O estado de guerra não é mais apenas do Rio, mas do país:

> O Senado Federal aprovou ontem, em segundo turno, a proposta de reforma do Código de Processo Penal que reduz o número de recursos contra sentenças de juízes, dificultando que criminosos recorram várias vezes e sejam colocados em liberdade com facilidade. Os senadores aprovaram também o aumento de penas para crimes de tráfico de drogas [...] (**Senado aprova pena maior para crimes do tráfico. Editoria Rio, 12 de junho de 2002, página 22**)

> O líder do Governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), que foi o vice-presidente da Comissão, disse **que o país vive um estado de guerra**. Para o senador Artur da Távola, o assassinato do jornalista Tim Lopes, no Rio de Janeiro, comprova que **o país vive uma excepcionalidade**. (**Senado aprova pena maior para crimes do tráfico. Editoria Rio, 12 de junho de 2002, página 22**)

A importância simbólica do Rio e o seu significado para o país são reforçados nos enunciados acima. Desta maneira, o clima de medo e ódio ao tráfico se amplia e se estende a toda nação. Antes e depois da série sobre a guerra do Rio, apesar de tantas questões terem sido colocadas, passado este momento, as coberturas vão continuar

lidando com as mortes de jovens, com a corrupção policial, com o usuário de drogas da mesma maneira, resumindo as violências a meras narrativas dos fatos, deixando de causar indignação se o desaparecido e morto não é um Tim Lopes.

No entanto, a construção de que a cidade vive sob uma guerra e o ódio ao outro serão permanentes e crescentes, mas as mortes voltarão a ser diluídas no noticiário cotidiano, até que novo grande acontecimento jornalístico, digno de espetáculos e plateia apareça. O tráfico será visto como o inimigo, aquele que desvirtua famílias, principalmente as moradoras da parte pobre da cidade. No entanto, com uma exceção ou outra, que confirmam a regra, continuará o silenciamento sobre os milhões que esta guerra movimenta economicamente para o Rio de Janeiro e mais que isso continuaria o silenciamento sobre as milhares de vidas que se perdem a cada ano com a manutenção da forma de olhar para o problema como se fosse uma guerra e por fim com um conformismo sobre as pobres vidas que se perdem e sobre os territórios penalizados das favelas. Perpetua-se esta sociedade sem solidariedade com a dor dos outros.

4.3. A INCESSANTE GUERRA DO RIO – o lado do bem x o lado do mal

Em dezembro de 2006, mais uma guerra vai ganhar as páginas do jornal *O Globo*, no entanto, em uma nova conjuntura sócio-histórica, o que implica que os sentidos sejam outros. Enquanto na guerra do Rio anterior há uma necessidade de desmoralização do estado vigente, diante de uma eleição que se avizinha e que tem Luiz Inácio Lula da Silva (PT) como candidato a presidente da República e Benedita, governadora, candidata à reeleição, aqui temos Sérgio Cabral já eleito, enquanto Rosinha Garotinho encerra seu ciclo de quatro anos em que não conseguiu colocar em prática a tão sonhada paz e o fim da insegurança crescente no Rio. Cabral é eleito tendo a questão da segurança pública como ponto chave na lei e na ordem. Além disso, há uma nova variável, que é o crescimento das milícias, ainda não vistas de maneira tão negativa pela opinião pública, já que fazem frente ao maior inimigo, o tráfico de drogas. A solidariedade às milícias é inclusive "flagrada" pela cobertura jornalística em uma radiopatrulha da PM.

> Poucos minutos depois da virada do ano, policiais militares usaram os rádios das patrulhas para **manifestar solidariedade aos integrantes das milícias**, **que estão expulsando os traficantes dos morros e favela do Rio**. Contrariando todas as normas da polícia, eles

> parabenizaram e **desejaram "sucesso e feliz ano novo a todos os integrantes das milícias**, inclusive aos que estão no morro do Chapadão". (**Pelo rádio, PM faz homenagem às milícias. A Guerra do Rio. Página 20, dia 1 de janeiro de 2007**)

Portanto, com este novo objeto, temos um deslizamento desta guerra, já que o tráfico teria como inimigo palpável a milícia e não mais apenas o Poder Público como no período anterior. Neste cenário, um dos sentidos dados ao *Globo* a Rosinha é o mesmo de Benedita. Aquela que não admite a existência da guerra e nem mesmo o apoio das Forças Armadas, enquanto Cabral estará alinhado com uma realidade costurada sobre a narrativa da guerra. Assim todo o dizer de Cabral irá se estruturando nas famílias parafrásticas que dão continuidade ao enfrentamento da guerra. Para isso, é preciso não apenas o policiamento tradicional, mas colocar mais "soldados", "todo mundo" nas ruas:

> - Eu não estou vendo a polícia na rua. Cadê a polícia, meu Deus? – perguntou Cabral a um assessor, que respondeu: - Mas governador, os carros estão todos quebrados. – **Num momento como esse não se pode pensar em uma coisa dessas. Tem que chamar todo mundo, colocar todo mundo na rua –** retrucou Cabral. (**Rosinha descarta ajuda do Governo federal. Editoria Rio, 29 de dezembro de 2006, Página 16)**

> A quatro dias de deixar o cargo e diante de um dos ataques mais violentos do estado, a governadora Rosinha Garotinho disse ontem que não vê motivos para aceitar a ajuda da Força Nacional de Segurança. Segundo ela, os bandidos não estão conseguindo fazer no Rio o que fizeram em São Paulo. **Ela afirma que os presídios estão sob controle e a polícia está nas ruas.** (**Rosinha descarta ajuda do Governo federal. Editoria Rio, 29 de dezembro de 2006, Página 16**)

É dentro deste enquadramento de guerra entre os próprios governantes (o atual e o eleito) que, às vésperas da virada do ano, irrompem vários episódios que terminam em mortes no Rio que, de imediato, serão colocados sob uma chancela com uma tarja preta e o nome A Guerra do Rio.

> Em contagem regressiva para o Ano Novo, quando em todo o mundo se renovam as esperanças, o Rio viu o medo bater às portas de 2007. **Em vez de se despedir do ano que acaba em paz, ainda que sem muito motivo para nostalgia, os cariocas tiveram o desgosto de assistir a uma onda de ataques violentos.** Por toda a cidade, ruas vazias, clausura voluntária – entre sair e ficar em casa, a opção foi não se arriscar no mundo cão – **e, sim, muita indignação contra as**

> **autoridades públicas**. (**Medo da violência bate às portas de 2007, A Guerra do Rio. Editoria Rio, página 17**)

É o momento de se dar um basta, de cobrar das autoridades públicas, com as quais há "muita indignação", aproveitando também a chegada de um novo governo. Aliás, como lembram Pires, Queiroz Ribeiro e Kant de Lima (2010), há uma curiosa coincidência de estes enfrentamentos de criminosos e policiais ocorrerem próximo a passagens de governos estaduais (Benedita-Rosinha (2002); Rosinha-Cabral (2006); Cabral-Cabral (2010). Também em todos os casos foi pedida a integração de forças policiais e solicitado o apoio das forças armadas.

Várias páginas terão a vinheta e virão com enunciados que vão mostrar um Rio de Janeiro aterrorizado de Norte a Sul, sob a manchete de capa "Facções se unem contra milícias e levam terror ao Rio. Ataques por toda a cidade deixam 18 pessoas mortas e 32 feridas a quatro dias do réveillon".

A hipótese de que a guerra se dá por meio da união dos traficantes contra as milícias não encontra respaldo em todas as fontes. Também não há materialidade que confirme a cara e a presença deste inimigo nos enunciados, mas este será o fio condutor das narrativas para que se mantenha em curso o mito de mais uma guerra, usando de todas as marcas de verdade possíveis, como a soma do número de mortes e de ataques ocorridos em um curto período de tempo. Assim, ressignifica-se o mito da guerra urbana, aumentando o ódio contra o inimigo tráfico que estará mais forte para lidar com as milícias, um mal menor que está incomodando o poderio dos líderes nas favelas e periferias fluminenses.

Mesmo havendo várias possibilidades para que a violência chegue às ruas, como a transferência de presos do presídio de Frei Caneca, que será desativado, o início de um novo governo, a ação de outros grupos de infratores, como os proprietários de caça-níqueis, há um fechamento de sentidos para os episódios violentos ocorridos nas ruas do Rio. Todos os casos, como incêndio a veículos e ônibus nas ruas, disparos de armas de fogo, entre outros, estarão tematizados no entorno de um ataque do tráfico diante da força crescente das milícias. Há, assim, uma combinação de elementos para a construção desta realidade.

> **Uma inédita união entre facções criminosas contra a atuação de milícias de policiais nos territórios dominados pelo tráfico pode ter desencadeado a violenta onda de ataques que aterroriza o Rio, da Zona Norte à Zona Sul,** desde a madrugada de ontem. Até às 21h

de ontem, pelo **menos 15 ataques criminosos contra ônibus, comércio e alvos policiais eram computados, com 18 mortos e 32 feridos**, inclusive civis. Numa contagem extraoficial, no entanto, o número de atentados pode passar de 26. (**Ataques por causa de milícias. Editoria Rio, 29 de dezembro de 2006, página 10)**

O secretário de Administração Penitenciária, Astério Pereira dos Santos, **disse que as milícias estão fazendo as quadrilhas de traficantes se unirem.** (...) Já o secretário de Segurança Pública, Roberto Precioso, preferiu atribuir **a onda de violência à mudança de governo**. – **Esse assunto de milícias é uma grande besteira** – disse Precioso. (**Ataques por causa de milícias, Editoria Rio, 29 de dezembro de 2006, página 10)**

Chefes das duas polícias se calam. A ousadia dos bandidos e o fato de a ação das milícias estar por trás dos ataques irritaram o chefe de Polícia Civil, Ricardo Hallak. Ele perdeu a paciência quando perguntado sobre as causas de tanta violência. – **Não tem cabimento eu achar alguma coisa. Seria como um médico achar alguma coisa sobre um paciente. Para isto existe inquérito policial, para apurar autoria, materialidade e motivação do crime** – disse Hallack, acrescentando que há inquéritos nas delegacias a Penha, de Jacarepaguá, Tijuca e Botafogo. (**Ataques por causa de milícias, Editoria Rio, 29 de dezembro de 2006, página 10**)

Autoridades encarregadas das investigações **não descartaram a possibilidade de a onda de terror ter origem também na transferência de presos do Complexo a Frei Caneca**, no Centro. **Ao todo, 1901 detentos foram levados, contra a vontade, para presídios em Água Santa; em Japeri, na Baixada Fluminense, e Gericinó**. (Ataques por causa de milícias, Editoria Rio, 29 de dezembro de 2006, página 10)

A **união de facções para combater as milícias é motivo de preocupação entre os especialistas em segurança pública**. Eles destacam que o **episódio de ontem é mais um exemplo de como o estado perdeu o controle da segurança pública por trabalhar sem planejamento e com seus órgãos de inteligência desarticulados**. Alguns interpretam também o ataque como **um possível recado para o futuro governador Sérgio Cabral por conta da expectativa da mudança da política de segurança**, com uma maior integração entre os órgãos responsáveis pela repressão ao crime organizado. (**Para especialistas, falta coordenação. A Guerra do Rio. Editoria Rio, página 17, 29 de dezembro de 2006.)**

Notemos que, no primeiro bloco do enunciado, as milícias são chamadas de "milícias de policiais". Ou seja, é a polícia agindo contra o tráfico que está causando indignação aos criminosos. Apesar de o próprio relato de o *Globo* abrir para vários sentidos, com as vozes dando "explicações" diferenciadas para aquele momento, a leitura de que os ataques foram provocados pelos traficantes por causa das milícias é o

núcleo de maior visibilidade, ainda que não haja como comprová-lo. Fora isso, assim como no período anterior, aqui também há um desdém em relação ao Governo, conforme o enunciado que ressalta que o estado perdeu o controle da segurança por trabalhar sem planejamento e com os órgãos de inteligência desarticulados.

A instância jornalística chama de inédita a união de facções do tráfico neste momento. A identidade reivindicada para este confronto é única, assim como a valorização do jornalismo para aquilo que é considerado raro, novo e inédito, mesmo que não o seja. *O Globo* já havia feito reportagens anteriores que seriam um prenúncio desta guerra, cujos nomes do mal não são revelados. Nesta ocasião, o jornal já não divulga mais os nomes das facções criminosas do Rio de Janeiro. A regra vale para todos os veículos das Organizações Globo, que entendem que a divulgação dos nomes traria publicidade a eles e poderia caracterizar uma espécie de valorização das ações do crime. Ao fazer isso, o jornal se coloca como importante disseminador de ideias e de seguidores. Mas jornalisticamente o que significa não mencionar o nome das facções? Significa deixar de dar informações para o leitor, privar o leitor de saber quem, uma das perguntas centrais a serem respondidas no lead (o que, quem, como, onde e por quê), o que não é prática comum.

Em 12 de dezembro de 2006, o jornal havia dado o enquadramento de que, a cada 12 dias daquele ano, uma favela dominada pelo tráfico tinha sido tomada pelas milícias. A matéria informava também que o relatório da Subsecretaria de Inteligência da Secretaria de Segurança Pública indicava que o número de comunidades dominadas por estes grupos havia subido de 42 para 92 entre os anos de 2005 e 2006. Diante deste domínio, a chave de leitura é de que o tráfico não iria ficar acuado e iria agir, levando o que o jornal chama de terror para o asfalto.

Neste campo de luta pelos sentidos, todos os atos violentos ocorridos em várias horas do dia e em pontos diversos da cidade estarão mais uma vez sendo narrados como se fossem um só. E, mesmo diante da negativa das autoridades ouvidas, o inimigo agora não é a milícia, mas novamente o tráfico capaz de cometer novas barbaridades às vésperas de um novo governo, que precisará reagir diante da violenta onda de ataques que aterroriza o Rio e já atinge civis, pessoas que nada têm com este conflito, que naturalmente é das favelas, por isso a resposta imediata é invadir, fazer ações no máximo de favelas em que for possível. Mesmo sendo antigas, estas milícias vão ganhar, a partir de episódios narrados como estes, uma maior visibilidade no debate

público, com um destaque que nunca obteve, tendo até mesmo seu significado social alterado, conforme analisa Mesquita (2008, p.227)

Não só o governo, mas se a guerra é contra as milícias – braço paralelo da polícia -, que elas revidem com a mesma moeda, afinal, na guerra, é dado o direito para se matar o inimigo. Os objetos "guerra" e "tráfico" deslocam-se aqui a partir do sentido de milícia, transformando-se em mais esta complexa Guerra do Rio. Há um esquecimento de que toda guerra tem dois lados, não havendo menções sobre o que a milícia teria feito ou se também seria responsável por algum dos ataques.

> A **sucessão de ataques** dos bandidos começou logo depois da meia-noite e se estendeu pela madrugada e pelo dia de ontem, em diferentes pontos do Rio. **A polícia foi o principal alvo dos criminosos**, já que a ação **focou delegacias e cabines da PM**. O **ataque mais brutal** foi contra um ônibus da empresa Itapemirim, na **Avenida Brasil**, próximo a Cordovil. **Cerca de 15 bandidos incendiaram o veículo, que transportava 28 passageiros. Sete pessoas morreram carbonizadas e pelo menos quatro continuam internadas. No mesmo local, outro ônibus foi incendiado, mas sem vítimas. Os bandidos trocaram tiros com policiais, o que causou pânico a quem trafegava pela via**. O motorista de um Fiat Uno acabou baleado no pescoço, e um carro da PM foi incendiado. Um ônibus da Viação 1001, da linha Rio-SP, foi atingido nas janelas por tiros de metralhadora quando passava pela Avenida Brasil, mas ninguém ficou ferido. (**Em 20 horas, 15 ataques, 18 mortos e 23 feridos. Terror que começou de madrugada se estende pelo dia, com ônibus queimados e cabines da PM e delegacias metralhadas. Página 12, 29 de dezembro de 2006**)
>
> **Os ataques foram simultâneos na madrugada**. Na Avenida Epitácio Pessoa, **na Lagoa**, o PM Robson Padilha Fernandes, do 23º BPM (Leblon), foi atingido por 12 tiros. Chegou a ser levado ao Hospital Miguel Couto, mas não resistiu. **Na Barra da Tijuca**, um PM morreu e outro ficou ferido na Avenida Ayrton Senna, quando pelo menos seis bandidos dispararam várias vezes contra a cabine onde os policiais estavam de plantão. O cabo Marcelo da Silva Oliveira morreu no local. O soldado Alan Marques do Vale reagiu e matou um **bandido, que seria morador da Cidade de Deus**. Ferido no braço, Alan foi para o Hospital Lourenço Jorge. Por rádios-transmissores e pelo serviço de comunicação, os **policiais alertavam colegas sobre os ataques**. (Em 20 horas, 15 ataques, 18 mortos e 23 feridos. Terror que começou de madrugada se estende pelo dia, com ônibus queimados e cabines da PM e delegacias metralhadas. Página 12, 29 de dezembro de 2006)

Nestes enunciados acima, a tematização filia-se a uma afronta à polícia, o que justificaria ser uma guerra do tráfico contra a milícia. Se a guerra é de tráfico x milícia e se o ataque foi aos postos policiais, a milícia, neste momento, é a polícia, e portanto, o estado, havendo, desta maneira, também uma afronta a este estado. Tem-se ainda uma

afronta à sociedade, já que nem os civis foram poupados, tendo sofrido o ataque mais brutal no ônibus incendiado. E finalmente um mapeamento da cidade, com ataques na Avenida Brasil, na Lagoa, na Barra da Tijuca, com um bandido "que seria" morador da favela Cidade de Deus.

Passa-se despercebido nas narrativas o fato de que não houve naquele momento nenhuma retomada de território ou confrontos dentro das favelas que estariam dominadas pelas milícias, o que seria natural se fosse a guerra que o jornal diz estar ocorrendo entre tráfico x milícia. No entanto, os ataques foram, principalmente, a delegacias e cabines da PM.

Mas a construção das marcas de verdade segue com a presença nos enunciados de mocinhos, bandidos e heróis anônimos ou não. Ao trazer estas histórias, esta filiação vai provocar um efeito de constrangimento ao estado, que não pôde proteger seus cidadãos e, ao mesmo tempo, sentimentos de ódio e de insegurança na cidade, onde as pessoas se sentem prisioneiras nas ruas. Aqui há um deslizamento em relação à guerra de 2002, quando havia o medo da barbárie, da incivilidade do traficante, mas ainda não havia a materialidade de tantas vítimas ao mesmo tempo no asfalto.

> **Graças à coragem de sua mãe, a ambulante Sônia Maria de Souza, de 33 anos, Gabriel, de 6, por pouco não se transformou em mais uma vítima dos ataques de ontem.** Sueli morreu baleada durante a madrugada, na Praia de Botafogo, **após se jogar sobre o corpo do filho para protegê-lo.** Eles voltavam para casa, na mesma rua, quando cinco bandidos armados atiraram contra uma cabine da PM que fica próxima ao Botafogo Praia Shopping. Os policiais reagiram (um deles foi atingido), e os bandidos fugiram. Segundo testemunhas, a ambulante empurrou o filho para o chão quando ouviu os primeiros tiros. Gabriel foi atingido de raspão na cabeça e levado para o Hospital Miguel Couto, na Gávea, onde passa bem. (...) **O ato heroico da ambulante, que vendia sacolés na mesma calçada em que foi baleada, não foi surpresa para os parentes da paraense,** há dez anos no Rio. – Ela era uma super mãe. O Gabriel disse que "a minha mãe me abraçou, mandou eu abaixar e desmaiou". (...) Hoje **nós é que somos os prisioneiros** – disse, entre lágrimas, a cunhada de Sueli, Antônia Braga, durante o enterro. (**Em ato heroico, mãe salva filho, mas morre. Sônia e Gabriel voltavam para casa quando os bandidos atiraram contra cabine da PM. Editoria Rio, página 15, 29 de dezembro de 2006**)

> **Trabalhador. Assim amigos e parentes definiram Luiz Carlos Moreira da Silva, de 48 anos, morto com um tiro de fuzil na cabeça quando saía da 28ª DP** (Campinho), na madrugada de quinta-feira. (...) Ele era o filho mais velho de Maria do Carmo, 68 anos, e o segundo que ela perde para a violência da cidade. (É justo uma mãe enterrar os seus filhos? Editoria Rio, página 13, 30 de dezembro de 2006)

Notemos que não haverá nem mesmo preocupação com a identidade da vítima, cujo nome Sônia será alterado para Sueli, repetido duas vezes, ao longo da reportagem.

Da mesma maneira que a guerra precisa estar filiada à existência dos heróis, também é preciso saber quem é o vilão. Assim como em 2002, quando o inimigo maior era Elias Maluco, responsável pela morte de Tim Lopes, aqui busca-se o inimigo responsável por espalhar o terror, ainda que as facções sejam as responsabilizadas. Este inimigo será Marcinho VP, do Comando Vermelho, ainda que faltem meios de atestar a veracidade dos fatos.

> O **medo de perder o controle do Complexo do Alemão, na Zona Norte, para milícias fez com que o traficante Marcinho VP partisse para o contra-ataque ordenando o banho de sangue que atingiu o Rio** na madrugada de quinta-feira passada. Os grupos formados por policiais e bombeiros expulsaram traficantes de pelo menos 56 favelas no Rio, nos últimos anos, entre elas a favela do Quitungo e o Morro do Adeus, comunidades vizinhas ao Alemão, maior reduto do traficante, preso desde 1997 em Bangu I. (**Traficante preso ordenou os ataques. A Guerra do Rio. Editoria Rio, página 25, 30 de dezembro ded 2006**).

É possível perceber na construção dos enunciados o realce das qualidades das vítimas, enquanto há um silenciamento sobre aquele que representa o mal. Mesmo preso, o jornal diz que Marcinho VP ordenou o banho de sangue nas ruas do Rio, mas não há detalhes sobre como isso aconteceu. Assim se constitui uma política de sentido, apagando outros possíveis sentidos, que são colocados de lado.

Neste cenário de guerra construída, as mortes dos criminosos não causam espanto, porque já fazem parte do cotidiano da cidade, não são novidade. Assim, conforme veremos no enunciado a seguir, com a baixa entre os bandidos, o saldo não foi tão ruim assim. E se é a polícia quem está reagindo, foi ela quem matou o inimigo. Por estes mortos, não há comoção nas páginas do jornal.

> Segundo o chefe de Polícia Civil, **sete das 19 pessoas mortas desde o início dos atentados, no dia 28, seriam bandidos.** Ele não quis detalhar como a polícia chegou a esta conclusão: - **Só sei que não existiu este banho de sangue que todo mundo está dizendo.** A polícia está reagindo – disse Ricardo Hallak.

Declarada a guerra, retratados todos os cenários sensacionais, começam a ser construídas as narrativas das perdas provocadas. Mais uma vez, a função autor do *Globo* se faz muito forte por causa de suas escolhas temáticas, retornando não apenas para os fatos jornalísticos e os acontecimentos violentos nas ruas, mas para o lugar que ele quer que vá. Assim como no período Benedita, agora será mostrado o quanto o turismo perde

com as violências, o despreparo das polícias, a falta de estrutura das corporações, a necessidade de mais policiais nas ruas, a corrupção dos agentes, o medo da população de sair de casa e ser baleada e morta.

> O sentimento predominante era o de estar **numa encruzilhada, sem soluções aparentes**. – A gente está **dominado pelo pavor**. Pensei em dormir no Rio e voltar para casa amanhã (hoje de manhã), mas uma amiga lembrou que **a maior parte dos ataques** acontece de madrugada ou de manhã. Não há estratégia possível, todas as horas são perigosas criticou a jornalista Vera Marina da Cruz e Silva, que mora em Petrópolis e trabalha no Flamengo. (**Medo da violência bate às portas de 2007, A Guerra do Rio. Editoria Rio, página 17, 30 de dezembro ded 2006**)

> O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), Alfredo Lopes, disse ontem temer os efeitos da madrugada de terror para o turismo carioca. **Segundo ele, cerca de 70% dos visitantes do réveillon vêm dos estados de São Paulo e Minas Gerais, um mercado, que segundo ele, é mais sensível ao noticiário sobre violência**. Os estrangeiros, de acordo com ele, planejam a viagem com mais antecedência e, além disso, estão menos expostos à repercussão do caso. Lopes disse também que ainda é cedo para dimensionar o impacto da violência no réveillon, um dos principais eventos do calendário turístico do Rio. (**Setor hoteleiro teme prejuízo no réveillon, A Guerra do Rio, Editoria Rio, página 19, 30 de dezembro de 2006)**

Passado os principais estragos da guerra e as mortes, sobra o medo excessivo, que só poderá ser sanado com a vigilância por todos os cantos, mas falta estrutura e pessoal para fazer as barreiras que evitem a chegada do mal nesta cidade que se quer modelo.

A falta de estrutura que permite a chegada das drogas nas favelas cariocas e, por consequência, é uma das causas da Guerra do Rio, está presente em várias corporações e também na Polícia Rodoviária Federal, que aparece pela primeira vez no *corpus*. Sem barreiras que interrompam o fluxo dos entorpecentes, 90% deles chegam pela Rodovia Presidente Dutra, onde um patrulheiro solitário não terá como vencer o gigante tráfico. Mas a chegada da Força Nacional de Segurança para patrulhar a via será considerada como uma alternativa.

> Sentado à mesa, **o patrulheiro observa, solitário, o vaivém de veículos** à frente do posto da Polícia Rodoviária Federal (PRF) em Itatiaia. O pequeno prédio, com infiltrações nas paredes, fica a 22 quilômetros da divisa com São Paulo, na Rodovia Presidente Dutra. Pela estrada, passam 90% das drogas, armas e munição que abastecem as favelas do Rio. **Apesar da importância estratégica do posto, a**

> **fiscalização é precária**. **Sem o auxílio de cães farejadores**, os policiais fazem do nervosismo dos suspeitos um aliado. – Muitos carregamentos de drogas e armas são descobertos graças à reação dos suspeitos, que ficam tensos e acabam se entregando – admitiu um dos inspetores. (**Na Polícia Rodoviária, uma rotina de precariedade. A Guerra do Rio, Editoria Rio, 14 de janeiro de 2007, página 16**)

> A região figura entre os 19 pontos nas divisas do Rio com os estados do Sudeste que **vão receber, a partir de hoje, integrantes da Força Nacional de Segurança**. (Na Polícia Rodoviária, uma rotina de precariedade. A Guerra do Rio, Editoria Rio, 14 de janeiro de 2007, página 16)

A construção desta guerra vai sendo criada neste sentido, mostrando as barbáries cometidas apenas por um lado, sem haver repreensão ao outro. Neste período analisado, pouco ou nada se fala das imposições das milícias aos milhares de moradores de favelas. Pelo contrário, as milícias têm "libertado" as favelas do tráfico. Os enunciados, em geral, se restringem a dizer que elas estariam expulsando o tráfico de várias favelas e já dominando vários territórios no Rio de Janeiro. No entanto, apesar disso, encontramos enunciados que abrem a produção de sentidos sobre a milícia neste momento, considerada um gueto dentro das polícias e que precisa ser combatida. Milícia, então, será chamada de "gueto', "ilegalidade", "poder paralelo", a não polícia, já que "é a polícia que vai tirar o traficante da favela, e não as milícias".

Se não se pode confiar nesta polícia repartida em guetos – aqui não se fala em corrupção - será necessário convocar outros soldados para reforçar a guerra e destruir todos, aí sim, visto como inimigos. Assim, convoca-se a Força Nacional de Segurança e pede-se o apoio para atuar no Rio. Entramos assim na Guerra do Rio contra todas as forças do mal, mesmo que seja de forma momentânea, para depois o mal se fechar novamente apenas no tráfico de drogas.

> Cabral ressaltou que seu governo vai combater **o avanço das milícias nas favelas, com a presença do estado**. A expansão territorial dos grupos de milicianos teria sido o pivô dos atentados, que já resultaram em 19 mortes. – **Chega dessa história de gueto**. **Vamos levar o estado para dentro das favelas, com posto de saúde, assistência social e polícia. A polícia é que vai tirar o traficante da favela, e não as milícias. Sou contra qualquer tipo de poder paralelo. Não há como controlar essas ações paralelas.** Não vamos permitir o avanço dessa ilegalidade – afirmou o governador eleito do Rio. (**Lula oferece ajuda, com informações e envio de agentes da Força Nacional. A Guerra do Rio. Editoria Rio, 31 de dezembro de 2006, página 25**)

> O governador eleito, Sérgio Cabral, no entanto, conversou ontem à tarde com o ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, para pedir apoio caso decida convocar a Força Nacional a partir de janeiro. Ele recebeu a garantia do ministro de que poderá ter **os soldados** no Rio se achar necessário. – Não terei a menor dúvida, caso necessário, de solicitar as forças de segurança do governo federal, qualquer força que possa nos ajudar – disse o governador eleito, ao ser perguntado se isso incluía o Exército. (**Rosinha descarta ajuda do Governo federal. Editoria Rio, 29 de dezembro de 2006, Página 16**)
>
> O coronel Milton Corrêa da Costa, estudioso na área de segurança, disse que **o remédio para cessar a onda dos ataques seria a decretação do estado de defesa. – É um quadro gravíssimo de comprometimento da ordem pública, o que justifica a decretação urgente,** pelo governo federal do estado de defesa. As tropas federais ocupariam os pontos críticos e as vias, enquanto a polícia estadual vasculharia redutos do tráfico. (**Especialista sugere até o estado de Defesa. A Guerra do Rio. Editoria Rio, página 18, 1 de janeiro de 2007**).

Finalmente, como no período de Benedita, a guerra discursiva só será resolvida a partir de mais punição para quem a comete. Além de aumentar a vigilância e da presença da Força Nacional de Segurança, outra solução seria o endurecimento ainda maior das leis nacionais. Como em outras ocasiões passadas, há uma pressão, da qual a instância jornalística faz parte, para convocar outras forças para atuar nas ruas.

> Desde o final do ciclo militar (1964-1985) - marcado por diversos pactos entre as elites, apesar do recrudescimento e fortalecimento dos chamados novos movimentos sociais, principalmente a partir da segunda metade dos anos 80, as Forças Armadas têm sido algumas vezes invocadas como "apoio" na luta contra os "perigosos". Elas seriam as guardiãs da ordem, diante das "ondas de violência" que assaltam as grandes cidades e, em especial, contra o "narcotráfico" construído como principal causador dessas violências urbanas a partir desses mesmos anos 80. (COIMBRA, 2001, p. 140)

Este pedido de reforço com o uso de militares nas ruas para combater este constante estado de guerra é recorrente, conforme poderemos ver em mais um bloco de enunciados, procurando observar se há deslocamentos ou estabilizações.

> Preocupado com a realização dos Jogos Pan-Americanos no ano que vem no Rio, **o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que o governo federal quer ajudar a resolver o problema da onda de violência na cidade.** Ele defendeu uma "combinação perfeita" entre prefeitura, governos do estado e federal, para garantir o êxito do Pan. (Lula oferece ajuda, com informações e envio de agentes da Força Nacional. A Guerra do Rio. Editoria Rio, página 25, dia 31 de dezembro de 2006.)

> O governador do Rio, Sérgio Cabral Filho (PMDB), também empossado ontem, estava presente. Lula foi enfático: - Eu queria dizer para você, e quero aproveitar porque sei que o governador Sérgio Cabral está aqui, como também quero falar para os governadores de outros estados, **porque essa barbaridade que aconteceu no Rio de Janeiro não pode ser tratada como crime comum**. **Isso é terrorismo e tem que ser combatido com uma política forte e com a mão forte do Estado brasileiro**. **('A barbaridade que ocorreu no Rio não é crime comum, é terrorismo'. Editoria O País. Página 3, dia 2 de janeiro de 2007)**
>
> Sérgio Cabral Filho respondeu depois, em entrevista. - O presidente foi muito claro nas suas declarações, firme e completamente ao encontro do que eu já tinha dito na minha posse. São facínoras, covardes, e **devem ser tratados como atos de terrorismo**. Concordo em gênero, número e grau com o presidente. **Ele quer jogar duro e tipificar (esse tipo de crime) de outra maneira. Temos que mudar a legislação. Para o marginal que entra e atira no policial militar ou que incendeia um ônibus, qual o tratamento que deve ser dado a esse animal, a esse selvagem**? ('**A barbaridade que ocorreu no Rio não é crime comum, é terrorismo'. Editoria O País. Página 3, dia 2 de janeiro de 2007)**
>
> O governador Sérgio Cabral **pediu que as tropas da Força Nacional de Segurança** se desloquem imediatamente para o Rio, que vem sofrendo **uma onda de ataques do tráfico** desde quinta-feira passada. A proposta será discutida com o secretário nacional de Segurança Pública, Luiz Fernando Corrêa, que virá hoje ao Rio. (...) – **Esses facínoras, esses covardes, terão a resposta de um governo sério, que defende a ordem** – disse. (**Ajuda federal na segurança. Novo Governo, Editoria Rio, página 18, 2 de janeiro de 2007**)
>
> O presidente Luiz Inácio Lula da Silva **poderá propor mudanças na legislação para tornar mais duro o combate ao crime organizado e às ações que ele classificou como terrorismo**. (...) – **Isso significa que, se for o caso, vamos fazer uma mudança na legislação.** (**Lula poderá propor mudanças na legislação. A Guerra do Rio. Editoria Rio, página 13, 3 de janeiro de 2007)**

O discurso de maior vigilância e punição ganha deslocamento por conta da preocupação com o terrorismo em um ano que se inicia e no qual o Rio de Janeiro será sede de um megaevento, o Panamericano 2007. Portanto, há um acréscimo deste novo elemento no assunto criminalidade urbana. Até então, em Benedita, não havia a preocupação com o terror, mas com a barbárie. Aqui o foco da segurança não é só aumentar a criminalização para ações nas favelas, como foi com o funk e com o tráfico em 2002. Aqui é tornar mais duro o combate ao que é chamado pelo jornal de crime organizado, que tem seu núcleo nas favelas, capaz de praticar atos de terrorismo no asfalto desta cidade.

Também em contraposição ao silenciamento das duas governadoras anteriores, Cabral é raivoso, adjetiva o inimigo, parte para o ataque. Chama os inimigos de "facínoras", "covardes". Lula é convocado a falar sobre o problema e também se mantém na narrativa da guerra e do combate. Quanto à mudança de legislação, "se for o caso", ela será feita. Mas agora há um novo conjunto de forças sociais a serem consideradas.

4.4. A GUERRA DO RIO SE TRANSFORMA EM VIGILÂNCIA SOBRE O ESPAÇO DO OUTRO

Percorrendo finalmente o último período de nossa análise, teremos mais uma A Guerra do Rio em *O Globo,* já no final do primeiro governo de Sérgio Cabral, em novembro de 2010. Nesse período, o termo guerra para tratar as violências no Rio de Janeiro já se estabilizou como guerra ao tráfico e passou a ser amplamente utilizado não só pela imprensa, mas de maneira geral em outros lugares. Nesta época, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) já estavam completando dois anos desde a primeira implantação no Morro Dona Marta em 2008.

A partir daquele ano, o discurso seria o de pacificar, ou seja, fazer a guerra por outros meios, como lembra Adriana Facina (2014), retomar o controle do território e reintegrar as favelas da cidade, até que elas se tornassem novamente o Rio de Janeiro, ficando "livres e pacificadas". Ora, momentos de guerra são situações excepcionais, portanto admite-se uma força maior para o combate perene, naturalizando-se, assim, muitas vezes, medidas estranhas à normalidade institucional e democrática. Acompanhando esta argumentação, vamos examinar como é a cobertura de *O Globo* neste período, para, então, compreender que sentidos foram desconstruídos, construídos e reforçados ao longo dos três governos aqui analisados e que jogo de forças se sobressaíram nestas narrativas.

É importante ressaltar que estes episódios que culminaram com a ocupação do Complexo do Alemão tiveram ampla cobertura jornalística, de todos os tipos de veículos de comunicação nacionais e internacionais. O *Globo* criou cadernos especiais, chancela e mobilizou uma ampla equipe de repórteres e fotógrafos para acompanhar este momento, já muito estudado no meio acadêmico, apesar de muito recente. O que propomos aqui de diferente em relação a outros estudos é a comparação com os momentos anteriores e a possibilidade de observar os deslocamentos distintos em relação aos outros governos, além de olhar especificamente não o projeto das UPPs,

mas a forma como o jornal foi um dos atores centrais desta narrativa, trazendo sentidos neste jogo político de dizer que o Rio de Janeiro vive, há anos, uma guerra. Discurso este que acaba se tornando inconteste entre vários atores sociais e cristalizado neste novembro de 2010 com o episódio que ficou conhecido como a ocupação do Complexo do Alemão e que resultaria em quase dois anos da presença do Exército no lugar.

O espetáculo midiático se formou em torno do assunto e o próprio jornal mostrou como foi a repercussão do fato em outros veículos, chegando a comparar a cobertura da ocupação da Vila Cruzeiro a um momento festivo como uma final de Copa do Mundo, quando a maioria dos brasileiros acompanha os jogos pela televisão, e com as cenas de um filme.

> A maior operação da Secretaria de Segurança contra os bandidos da Vila Cruzeiro **foi acompanhada ao vivo**. Nos bares, restaurantes e escritórios, **a população parou para assistir às imagens da movimentação de carros blindados e policiais, além da fuga de criminosos armados**. [...] Gerente do Devassa, Eurivaldo Júnior explicou que turistas ficaram interessados em saber o local da operação policial: [...] **– As pessoas estavam curiosas sobre os acontecimentos. Parecia final de Copa do Mundo** – contou ele. (**Cariocas assistem a fuga pela televisão. Caderno Especial A Guerra do Rio, 26 de novembro de 2010, página 14**)
>
> As imagens da fuga de cerca de 200 bandidos armados de fuzis, transmitidas do helicóptero da TV Globo e exibidas ao vivo, causaram **perplexidade e foram assistidas em clima de uma ainda inexistente versão de "Tropa de Elite 3".** O episódio repercutiu no mundo inteiro. (**O Dia D da guerra ao tráfico. Capa, dia 26 de novembro de 2010).**
>
> Nas esquinas e em frente às lojas e prédios, as pessoas se agruparam e, como se estivessem nas salas de cinema assistindo ao sucesso "Tropa de Elite 2", aplaudiam e gesticulavam, demonstrando apoio. (...) **As cenas de apoio e admiração tiraram dos rostos dos "caveiras", por poucos segundos, o ar sisudo de quem estava indo para a guerra**. (**População aplaude a passagem da tropa, Caderno Especial A Guerra do Rio, 26 de novembro de 2010, página 4**)

Com as UPPs, a metáfora da guerra, muitas vezes presente apenas nas narrativas midiáticas ou incorporada pelos governos anteriores em momentos de conflitos, é transformada em política pública, em ação constante por Cabral. A afirmação é de que o estado vai ocupar em definitivo aquele território dominado, e aqueles que forem rendidos poderão se integrar à cidade, tornarem-se cidadãos, com acesso à segurança e aos serviços públicos. Poderão ser disciplinarizados e ordeiros, expurgando tudo aquilo

que é considerado parte integrante do mal, como o funk, as ligações clandestinas de redes de televisões e de redes de energia e tudo que é visto como problema e desordem ao invés de ser olhado apenas como o cotidiano da favela, nem sempre igual a outros cotidianos. Portanto, é uma tentativa de ordenar não só o espaço, utilizando de discursos carregados de eufemismos, como o próprio ordenamento e a revitalização, mas o modo de vida do morador da favela.

Em se falando da instância jornalística, somente após as ações de "pacificação", os territórios passam a ser vistos como finalmente legítimos na geografia do Rio, mesmo que, alguns anos depois deste episódio, já haja uma nova ressignificação e até mesmo uma reacomodação de muitos sentidos em relação à favela, mesmo aquelas onde foram implantadas as UPPs.

> Vivemos um momento em que, pela primeira vez em muito tempo, as favelas são consideradas - nas ações do Estado e nos discursos jornalísticos - 'espaços legítimos' da cidade. O direito de seus habitantes de usufruir de tal reconhecimento, estabelecendo dignamente sua vida em tais localidades, estará, no entanto, condicionado ao julgamento midiático (e moral) de suas trajetórias pela cidade. Deslocamentos, estes, que serão, cada vez mais, impulsionados pelas ações estatais e pela visibilidade midiática. (MENDONÇA, 2011, p. 10)

Apesar de parecer estar calcada na lógica da política de segurança que defende a cidadania e o respeito aos direitos humanos, temos mais uma vez uma política baseada na lei, na ordem e na contraposição paz x guerra, já que o termo pacificação acaba naturalizado, quando, na verdade, o contrário de um território pacificado é um território em conflito. Além disso, será uma política de vigilância ao outro. Vigilância essa baseada na ocupação, que mais vai interessar pelos seus efeitos imaginários e simbólicos do que realmente pelos seus efeitos práticos. Isso porque de que adianta a vigilância? Vigilância para quem? Mas estes questionamentos não serão feitos, mas silenciados diante do espetáculo da guerra que irá se formar, principalmente quando dezenas de meios de comunicação forem transmitir a invasão das polícias e das Forças Armadas na Vila Cruzeiro e no Complexo do Alemão, em novembro de 2010, considerado o ápice das narrativas, o Dia D, com todo o simbolismo que uma guerra merece e que culmina com a instalação das UPPs.

Para Malaguti Batista (2012), as UPPs - que ao serem criadas foram uma espécie de unanimidade entre nomes da direita e da esquerda de que eram algo novo e eficiente

no combate à hegemonia do tráfico de drogas nos morros – não introduzem uma nova lógica enquanto proposta de reforma da segurança pública. Pelo contrário, elas estão inscritas na ótica dominante, nas mesmas formações de todos os governos que optaram pela política do confronto, balizada no modelo bélico.

> O fato de as UPPs estarem restritas ao espaço de favelas, e de algumas favelas, já seria um indício luminoso para desvendar o que o projeto esconde: a ocupação militar e verticalizada das áreas de pobreza que se localizam em regiões estratégicas aos eventos desportivos do capitalismo videofinanceiro" (MALAGUTI BATISTA, 2012, p.58).

Desta maneira, o foco não estará na tentativa de reduzir desigualdades e segregações, mas no controle 24 horas destes territórios. Para isso, as autoridades fluminenses foram buscar a solução em áreas de guerra pelo mundo.

> É importante esclarecer que o projeto não é nenhuma novidade, faz parte de um arsenal de intervenções urbanas previstas para regiões ocupadas militarmente no mundo a partir de tecnologias, programas e políticas norte-americanas que vão do Iraque à Palestina. No caso, o projeto de Medellín, foi este o paradigma. Governador e Prefeito para lá marcharam, sempre com os sociólogos de plantão, trazendo para o Rio de Janeiro um pacote embrulhado na "luta contra o crime", sem que se percebesse que era um projeto de ocupação territorial apoiado pelo governo norteamericano contra a histórica guerrilha colombiana que chegou a ter 40% do território colombiano sob seu controle. (MALAGUTI BATISTA, 2012, p. 59)

Portanto, o Rio, tão amplamente comparado em enunciados vistos no jornal durante o período analisado com a Colômbia, por conta da guerra civil neste país, vai buscar alternativa para seus confrontos urbanos no país vizinho. Isto é mais do que um indício de que a pacificação e a ocupação tiveram como inspiração a formação de guerra e que as Forças Armadas serão essenciais para o desenvolvimento deste projeto. É a constatação de que é uma política pública calcada neste viés impulsionado pela instância jornalística e outros atores sociais.

Considerado um dos pontos centrais do tráfico de drogas no Rio, *bunker* da facção Comando Vermelho – cujo nome não é divulgado no jornal -, o Complexo do Alemão e o Conjunto de Favelas da Penha envolvem cerca de 40 comunidades e têm aproximadamente 400 mil habitantes, abrangendo dez bairros da Zona Norte do Rio de Janeiro. Antes da instalação das UPPs na região, é importante lembrar que a área também ganhou investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do Governo federal, a partir de 2007. Entre as maiores obras previstas está a implantação

de um teleférico, no qual foram investidos mais de R$ 250 milhões. O modelo também foi importado da cidade colombiana de Medellín.

Durante a cobertura do jornal, apenas a antropóloga Alba Zaluar irá lembrar a complexidade daquela região onde acontece o conflito, lembrando que um dos sentidos essenciais para ele é a localização do Complexo da Penha, que fica próximo a importantes vias de trânsito rápido, como a Linha Vermelha, e o Aeroporto Internacional do Galeão, regiões por onde milhares de turistas passam, chegando ou saindo da cidade. Também não se diz que o estado já está lá, até mesmo com obras milionárias. O que se diz, por outro lado, é que o estado, a partir do Dia D, vai devolver às famílias moradoras aquele território dominado.

Os episódios que culminaram com a ampla cobertura jornalística e que aqui serão analisados começaram a se desenrolar no dia 21 de novembro de 2010, quando foi registrado o ataque de criminosos que assaltaram e incendiaram dois veículos na Linha Vermelha, no Rio. A partir daí, cariocas e brasileiros acompanharam os acontecimentos seguintes.

Durante os dias de cobertura, haverá uma concentração nos trabalhos policiais, que ganham status de filme, como se a vida real repetisse a ficção. E o momento não poderia ser de maior "coincidência". Na semana em que a ação policial aconteceu, o filme "Tropa de Elite 2" estava batendo recordes de público, como um dos mais vistos do cinema brasileiro, com mais de dez milhões de espectadores. A comparação foi inevitável. Em *O Globo*, as cenas nas ruas do Rio foram chamadas de "Tropa de Elite 3". Além disso, a popularidade do filme transformou o personagem do Capitão Nascimento, do Bope (Batalhão de Operações Especiais) da PM, em uma referência de atuação no combate ao crime organizado do Rio de Janeiro.

O apoio da população carioca ao trabalho dos policiais e de todos os agentes que se preparavam para ocupar as favelas também fez parte da cobertura. A reação da comunidade com a polícia foi chamada de inédita na história recente do Rio de Janeiro. Nas ruas, muitos se questionavam se o sucesso de "Tropa de Elite 2" teria colaborado para mudar a imagem da PM do Rio. Em determinado momento, como veremos a seguir, os policiais passarão a ser considerados "os heróis". Este será, aliás, mais um deslizamento em relação aos momentos anteriores desta Guerra do Rio. Se antes, havia entre os heróis as próprias pessoas que perderam a vida, como Tim Lopes, em 2002, e pessoas anônimas, em 2006, aqui os heróis da guerra não perderam a vida, mas

venceram o mal: são os policiais e, especificamente, os policiais do Bope. Em relação às Forças Armadas, a estrela torna-se o blindado que substitui os caveirões.

Esta operação policial nas favelas cariocas será narrada como o momento fundador de vitória contra o narcotráfico. O jornal vai reafirmar valores morais através da punição daqueles que se afastam dos princípios dominantes na sociedade. O periódico também mostra o sentimento de esperança que envolve a sociedade em momentos de catástrofes e procuram-se exemplos de esperança, de salvação, de retomada da rotina após os dias de caos e ruptura.

A cobertura mostrou um trabalho considerado espetacular de vitória do bem contra o mal. Em muitos momentos, os repórteres se envolveram, dando a impressão pessoal que tiveram. Em *O Globo*, do dia 29 de novembro de 2010, uma página foi dedicada ao relato de cinco repórteres sobre a cobertura feita. O que demonstra um "relaxamento" das regras de qualquer manual de jornalismo, que coloca o distanciamento dos fatos como valor a ser preservado. Nas cartas dos leitores, as críticas também deram lugar aos elogios, em um crescendo até a retomada do Complexo do Alemão. Durante a cobertura, o chapéu "A Guerra do Rio" ganha as cores do jornal o *Globo* e o desenho de um mini blindado da Marinha, não mais a tarja preta ou o nome simplesmente, mas esta guerra merece ser contada com todo o diferencial gráfico, de imagens e letras garrafais até então não feitos.

Serão produzidas várias evidências simbólicas para mostrar que os conflitos são uma possível retaliação do tráfico contra as UPPs. Para isso, a guerra do Rio começa a ser mostrada no jornal no dia 22 de novembro de 2010. Passemos então aos enunciados para continuarmos nossa análise:

> **Em um ataque com tática típica de guerrilha, bandidos provocaram pânico entre motoristas que passavam ontem à tarde pela Linha Vermelha. Em apenas cinco minutos, eles incendiaram dois carros, roubaram seus ocupantes, lançaram uma granada em um veículo da Aeronáutica e dispararam tiros de fuzil contra o militar que o dirigia**. Apavorados, vários motoristas deram marcha a ré para tentar fugir do bando. A polícia fechou a via por aproximadamente dez minutos. A ação ocorreu na altura de Duque de Caxias, 13 horas depois de um motorista ser morto a tiros numa tentativa de assalto na Rodovia BR-116 (Rio-Magé). **À noite, houve mais violência: um arrastão nas imediações do Palácio Guanabara, em Laranjeiras, e outro na Rodovia Presidente Dutra**. (**Ataque incendiário. A Guerra do Rio.** Bando ateia fogo a 3 carros e joga granada em veículo da Aeronáutica na Linha Vermelha, Editoria Rio, 22 de novembro de 2010, página 10)

> **Autoridades do estado evitaram comentar o ataque na Linha Vermelha.** O *Globo* tentou, durante toda a tarde de ontem, repercutir o caso com o governo, mas os únicos comunicados foram **através de duas notas**: uma da Polícia Militar, na qual a instituição ressalta que o atendimento à ocorrência foi imediato e informa que reforçou o patrulhamento da Linha Vermelha, com nove viaturas, três duplas de policiais em motocicletas e uma viatura; outra da Secretaria de Segurança, informando que "está trabalhando para melhorar a segurança do Rio e que já são 15 meses de queda dos índices criminais no estado." A nota da secretaria diz ainda que: "**crimes, não só o arrastão, fazem parte do contexto do Rio**. Continuaremos o trabalho de redução de crimes em todo o estado." (**Autoridades do Estado evitam comentar o caso. Editoria Rio, página 10, dia 22 de novembro de 2010)**
>
> No Palácio da Guanabara, a assessoria de imprensa **afirmou que o governador Sérgio Cabral não comentaria o ataque, deixando a tarefa para as autoridades de segurança**. (**Autoridades do Estado evitam comentar o caso. Editoria Rio, página 10, dia 22 de novembro de 2010)**
>
> **A Polícia Militar não confirmou se os ataques estariam relacionados a uma possível reação dos bandidos à implantação de UPPs**. (**Autoridades do Estado evitam comentar o caso. Editoria Rio, página 10, dia 22 de novembro de 2010**)
>
> Pela primeira vez, depois de 16 anos, as duas maiores facções criminosas do Rio se uniram com o objetivo de desestabilizar o principal projeto de segurança pública do estado: o de implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). A informação foi dada ontem pelo secretário de Segurança, José Mariano Beltrame. Num discurso inflamado, ele anunciou que vai endurecer a repressão aos bandidos, por planejarem a onda de ataques no Rio: - O serviço de análise da Subsecretaria de Inteligência detectou que está havendo esse tipo de união de duas facções. **Isso não quer dizer que o crime seja organizado, pois facção criminosa não é organizada. Beltrame atribuiu a onda de ataques ao incômodo que as UPPs provocaram ao tráfico**: - Quem perde reclama e aposta na desestabilização. É isso que os bandidos tentam fazer com os ataques. (**A união do crime contra as UPPs. A Guerra do Rio. Editoria Rio, 24 de novembro de 2010, página 17)**

Assim como em 2006, os enunciados afirmam que há uma perda do domínio dos traficantes nas favelas. Agora a perda será para as UPPs, enquanto, em 2006, o domínio do tráfico estaria ameaçado pelas milícias. O jornal vai buscar dar sentido único para estes episódios, silenciando sobre sentidos outros, como fez em ocasiões anteriores. Nestes episódios chamados de A Guerra do Rio em 2010, a causa será atribuída ao tráfico contra as UPPs. No entanto, há um silenciamento, por exemplo, a respeito da transferência de traficantes para cadeias de segurança máxima em outros estados. A

transferência de dez presos para Rondônia havia ocorrido no final de agosto após a invasão do Hotel Intercontinental, no Bairro de São Conrado.

Mais uma vez, criando sua narrativa a partir de um sentido único, o *Globo* vai mostrar que os traficantes vão aterrorizar o asfalto, enquanto os crimes ocorridos em intervalos de algumas horas serão narrados conjuntamente, criando o cenário de guerra.

As ações são comparadas às de guerrilhas, o que exige uma providência do poder público, que momentaneamente está acuado diante do ataque inimigo. É desta maneira que os enunciados vão se construindo, enquanto o jornal busca explicações e tenta fazer este mesmo poder público se encorajar para entrar nesta guerra. Se antes de assumir o poder o governador Cabral dizia, em 2006, que não havia policiais suficientes nas ruas, que não estava vendo policiais para ir ao ataque, agora, de acordo com o enunciado acima, o crime, não só o arrastão, faz parte do contexto do Rio. Um deslizamento de discurso a respeito da cidade, mas que não vai encontrar eco no jornal, que trabalha na defesa de uma cidade-empresa perfeita, sem crimes, sem traficantes, sem guerrilhas.

Novamente o jornal busca ressignificar a grandeza da guerra e o ineditismo, tão procurado nas histórias jornalísticas, ao dizer que, pela primeira vez, as facções estão juntas, fazendo uma aliança contra um inimigo, a UPP, com o objetivo de desestabilizar este projeto de segurança pública. No entanto, apesar do esquecimento, o mesmo discurso havia sido usado em 2006, quando as facções do tráfico teriam se unido pela primeira vez contra as milícias. A forma como os planos foram descobertos também se assemelha, já que presos teriam enviado cartas com os planos de ataques, que acabaram descobertos pelas polícias.

Na capa do jornal do dia 23 de novembro de 2010, três fotografias de carros incendiados em pontos diversos da cidade serviram para aumentar o medo e levar o governador a "admitir", conforme o jornal já havia afirmado, que aquelas cenas eram uma retaliação às UPPs. Observemos os enunciados nas reportagens no mesmo dia:

> Depois de um fim de semana de arrastões e de um ataque a veículos na Linha Vermelha, dois novos casos de violência contra motoristas ocorridos ontem – um pela manhã, no Trevo das Margaridas, em Irajá, e outro no fim da noite, na Via Dutra, na altura da Pavuna – deixam claro o desafio à política de segurança do estado. Pela primeira vez, em dois anos, desde o início da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), o tráfico comanda uma ação orquestrada nas ruas. (**A hora da verdade para as UPPs. A Guerra do Rio. Página 16, 23 de novembro de 2010**)

> O governador Sérgio Cabral disse que os ataques são uma reação ao projeto de pacificação de favelas: - Sem dúvida, os arrastões têm relação com a reconquista de território e a nova política de segurança. É uma tentativa de intimidação. **Mas não vamos retroceder, continuaremos reconquistando territórios e levando a paz às comunidades. Ele frisou que cada comunidade ocupada por UPP representa menos um bunker para o crime organizado.** (**A hora da verdade para as UPPs. A guerra do Rio. Página 16, 23 de novembro de 2010)**
>
> O mesmo grupo de traficantes estaria planejando ações terroristas caso o governo comece a pacificar o Complexo do Alemão, em Ramos, principal reduto dessa facção no Rio. **Traficantes estariam se articulando para atacar grandes monumentos ou locais públicos no momento que a polícia começar a entrar no Alemão para iniciar a pacificação**. (**Ordem para ataques no Rio partiu há dois meses de presídio federal. Editoria Rio, página 16, dia 23 de novembro de 2010)**
>
> A polícia do Rio está diante **da mais forte reação do crime organizado à política de segurança que acabou com o tráfico armado nas favelas pacificadas**. De sábado até ontem, houve na Região Metropolitana **uma série de arrastões – em especial na Zona Sul e em áreas de grande visibilidade, como a Linha Vermelha – e ataques em que veículos foram incendiados**. (**Especialistas: ataques exigem resposta forte. A Guerra do Rio. Editoria Rio, 23 de novembro de 2010, página 18)**
>
> A tática de ataques em série vem marcando a história recente do Rio. A primeira grande ação orquestrada pelo tráfico ocorreu em outubro de 2002, durante o governo Benedita, com atentados a um presídio de segurança máxima, a duas delegacias, a um shopping e até ao Palácio da Guanabara. [...] No dia 28 de dezembro de 2006, na gestão de Rosinha Garotinho, uma série de 15 ataques em diversos pontos do estado provocou 19 mortes. Assim como acontece agora, os atentados de 2006 também foram atribuídos a ordens vindas de chefões do tráfico, de dentro dos presídios. A diferença é que, naquela época, a reação teria sido uma represália à ação de milícias [...]. (**No passado, outras ações semelhantes. Editoria Rio, 24 de novembro de 2010, página 19)**

Em 24 de novembro de 2010, um dia depois de narrar a série de arrastões, o *Globo* levará pela primeira vez para a capa do jornal a chancela A Guerra do Rio que já havia figurado em várias ocasiões nas páginas internas, tanto em 2010, quanto nas outras ocasiões analisadas. Que efeito de sentido quer provocar o jornal ao tratar esta guerra desta forma? A memória de outras "guerras" será feita pelo *Globo* em 2010, mas com o esquecimento de que também em 2006 houve afirmação de que as facções haviam se unido em combate. Mais uma vez, como nos outros momentos, vários atores sociais serão esquecidos. Para além da guerra, existem comunidades que residem nestes territórios e que merecem viver dignamente.

Enquanto vários sentidos são esquecidos, um dos sentidos evocados é aquele que pretende mostrar a gravidade sem precedentes de tal situação, ao mesmo tempo em que trabalha a memória da ordem necessária neste momento em que um governo reeleito está prestes a ser reiniciado, em janeiro de 2011, e não pode baixar a guarda, ou seja, com o argumento de combater as violências todas as ações serão legitimadas. Evoca-se ainda o projeto dos setores econômicos de melhorar a imagem da cidade que vive o seu círculo virtuoso.

> Enquanto não chegarmos ao Rio que se pretende, vamos continuar a ver essas ações de bandidos. A transformação que se quer não vai acontecer de uma hora para outra. (**A união do crime contra as UPPs. A Guerra do Rio. Editoria Rio, 24 de novembro de 2010, página 17**)

Em 2002 e 2006, temos o traficante visto com maior regularidade como criminoso, aquele que se teme, enquanto, em 2010, ele se estabiliza como o maior inimigo para o projeto que parece que o Rio finalmente vai alcançar de ser uma cidade vista mundialmente como uma grande metrópole, aberta ao turismo, exemplar na realização dos megaeventos. Também desaparece o termo poder paralelo e até mesmo crime organizado da cobertura.

Este inimigo agora não terá um rosto específico. Em 2002, era Elias Maluco. Em 2006, Marcinho VP. Em 2010, o inimigo é o tráfico em geral. Está se falando agora do principal projeto de segurança pública do estado, que é eliminar o tráfico das favelas cariocas. Não de todas, mas daquelas que afligem as classes mais altas e que colocam a perder os projetos dos megaeventos.

> **A onda de ataques no Rio** foi noticiada ontem em sites de jornais, agências de notícias e canais de comunicação estrangeiros. Os jornais americanos enfatizaram que os ataques renovaram as preocupações sobre a segurança durante a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016. (**Ataques são notícia no exterior. Editoria Rio, 24 de novembro de 2010, página 20**)

Apesar do silenciamento em relação ao plano de limpeza do Rio para os grandes eventos, no enunciado acima há uma abertura de sentidos, ainda que seja referente ao que diz a imprensa internacional. Aliás policiar, quando poderia ser usado o verbo "limpar", todos os morros até seria possível de acordo com reportagem do dia 13 de dezembro de 2010. Na ocasião, o jornal vai dizer que é viável colocar UPPs em todas as

favelas do Rio. O mesmo assunto já havia sido tema de reportagem do jornal em 2009, quando *O Globo* dizia que "Com R$ 340 milhões, seria possível **policiar** todas as favelas do Rio", ou seja, colocar todos os pobres dos morros sob vigilância. Curiosamente, esta reportagem de 16 de agosto de 2009 fazia parte da série "Democracia nas favelas", já analisada na primeira parte desta tese. Agora, esta nova matéria faz parte da série "Favela livre".

> Uma estimativa feita com base em dados da Secretaria de Segurança revela que é possível ocupar todas as mil favelas da cidade, controladas por traficantes ou milicianos, investindo de R$ 90 milhões a R$ 340 milhões por ano. O controle da criminalidade naquelas áreas poderia geral um acréscimo no PIB municipal de até R$ 38 bilhões. Se as mudanças fossem bem-sucedidas, especialistas acreditam que, a médio prazo, o Rio daria início a um círculo virtuoso de desenvolvimento. (**Com R$ 340 mi, seria possível policiar todas as favelas do Rio. Capa, 16 de agosto de 2009**)

> O mito de que seria praticamente impossível retomar grandes áreas controladas por bandidos no Rio foi por terra há duas semanas. Com um efetivo de mais de dois mil homens, as forças de segurança mostraram que, quando querem, podem ocupar complexos de favelas, como os do Alemão e da Penha. [...] Num horizonte de curto e médio prazo, a ocupação é mais do que factível. [...] num cenário no qual seria empregado um policial militar para cada cem habitantes [...] seriam necessários 10.685 homens, e o custo anual de manutenção das 107 unidades chegaria a R$ 321 milhões. O investimento representa um milésimo do PIB do estado. (**Uma pacificação possível. Editoria Rio, 13 de dezembro de 2010, p. 10**)

Com os enunciados acima percebemos que há, em toda a narrativa de *O Globo*, uma vontade de produzir os sentidos da cidade ideal, sem a presença das favelas do jeito que elas são, mas organizadas, ordenadas e vigiadas. Mas como espaços e discursos são polissêmicos e ganham sentido de acordo com as historicidades, refaz-se o discurso sobre a ocupação de todas as favelas do Rio em um momento de muito mais destaque midiático em 2010.

No entanto, em ambos os casos, reforça-se que o ideal seria a policialização total do espaço dos pobres. Para isso, a instância jornalística vai usar a violência como operador discursivo, legitimando não só a policialização, mas a intervenção das Forças Armadas, como acontece neste período analisado com o Alemão e a Vila Cruzeiro. Mendonça (2011, p. 4) observa que olhar 'o problema da violência' como uma mera ruptura da ordem é reduzir sua solução apenas para o aumento da força da repressão policial.

O Globo parece se tornar parceiro desta guerra, que ignora os milhares de moradores dos morros, e vai cobrir os próximos episódios reforçando o sentido de dizer que o estado estará chegando no território inimigo, onde ele, apesar de ter sempre permanecido, ainda que precariamente, terá o seu dia de entrada triunfal.

Sobre as guerras, enquanto as anteriores não tiveram seu dia D, nessas narrativas de 2010, a preparação será para que se chegue ao máximo do espetáculo midiático: o dia da tomada e da vitória sobre o território inimigo. Este avanço para o *bunker* terá batalhas menores, com mortes, até que se complete o ciclo da simbologia com a tomada da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão.

> Quatro dias após o início dos ataques que aumentaram a sensação de insegurança no Rio, o governo do estado decidiu **preparar sua principal ofensiva contra o terror imposto pelo tráfico. O objetivo é dominar a Vila Cruzeiro e o Complexo do Alemão, que se transformaram no maior bunker de traficantes cariocas desde que migraram para lá bandidos expulsos de favelas ocupadas por Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)**. (**PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha**. A Guerra do Rio. Operações em 30 favelas resultaram em 18 mortos só ontem; Cabral pede apoio à Marinha. Capa do jornal. Dia 25 de novembro de 2010)
>
> O governador Sérgio Cabral Filho **pediu apoio logístico à Marinha**, que vai fornecer blindados e equipamentos. **A PM declarou estado de prontidão** em todas as unidades da Região Metropolitana. Ontem, até o final da noite, **a corporação fez incursões em 28 favelas**, **resultando na morte de 18 pessoas** e 41 presos – **desde domingo, já morreram 23**. A Polícia Civil foi a outras duas favelas. **Entre a madrugada e o início da noite, 28 veículos** (oito dos quais ônibus) foram incendiados em ataques do tráfico. Pela primeira vez, quatro pessoas ficaram feridas no incêndio de uma van e uma outra num ônibus. (**PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha**. A Guerra do Rio. Operações em 30 favelas resultaram em 18 mortos só ontem; Cabral pede apoio à Marinha. Capa do jornal. Dia 25 de novembro de 2010)

Ninguém pode viver neste constante estado de guerra, então há uma ansiedade para fixar limites para o fim deste estado e para a doutrinação e até eliminação daqueles que vivem nas favelas. Esta eliminação do morador da favela, seja traficante ou não, é tão naturalizada que, nas 28 incursões feitas pela polícia nos morros, 18 vidas foram perdidas, e isto torna-se apenas um número, sem nenhum questionamento pelo jornal. Mas no asfalto, ressalta-se que, pela primeira vez, quatro pessoas ficaram feridas numa van e outra em um ônibus. Esta ausência do número total de vidas perdidas nestas ações policiais e das Forças Armadas na Vila Cruzeiro e no Morro do Alemão persistirá sem

cobranças da mídia. Malaguti Batista (2012, p. 72) questiona sobre o comportamento do *Globo*: "Nas entrelinhas, o grande mistério, o número de mortos. Qual é oficialmente o número de mortos da pacificação do Alemão, do primeiro massacre até o dia D, combinando chacinas e massacres a conta-gotas?"

A memória discursiva é imediatamente acionada, ou seja, o saldo é muito melhor do que em 2006, quando sete pessoas morreram em um ataque de criminosos, que incendiaram um ônibus. Mas o número de mortos, 18, está bem próximo dos 19 daquele Rio do terror de 2006. Não há, porém, comoção por estes mortos agora, são vidas perdidas em confrontos com a polícia, que está de prontidão para prosseguir com as baixas no território inimigo.

O cenário narrado e os sentimentos que os veículos de comunicação são capazes de mobilizar entre a população levam os próprios leitores a se apropriarem da lógica da guerra mais uma vez e, a partir daí, ela será modificadora dos sentimentos, pensamentos e hábitos da população e até mesmo da geografia da cidade, onde há lugares onde não se pode ir diante da iminência dos conflitos de guerra.

> Os episódios de terror que assustaram a população carioca seriam a explicação mais plausível para uma situação atípica registrada ontem em bairros da Zona Sul, Centro, Avenida Brasil e até na Linha Vermelha em pleno horário de rush, no fim da tarde, algumas das principais vias cariocas apresentavam trânsito tranquilo, sem engarrafamentos nem retenções, fato constatado pelos operadores de trânsito da CET-Rio. **(Medo deixa vias livres de engarrafamentos. Ruas da Zona Sul registram fluidez no horário do rush. A Guerra do Rio: Editoria Rio, página 19, 24 de novembro de 2010**)

> A onda de violência parece ter mesmo tirado o sossego dos moradores. No site do Globo e na página do jornal no Facebook, muitos leitores admitiram a mudança de comportamento por causa dos arrastões e outros episódios violentos, o que fez aumentar a sensação de insegurança. "**O uso do insulfim, a paranoia nos sinais de trânsito e tantas outras táticas de guerrilha, que usamos diariamente são espelho disso**. A situação de violência chegou ao absurdo", escreveu Nuno Moreira, no site. No Facebook, a internauta Leene Santana fez coro: "**Infelizmente, viramos prisioneiros sem cometer qualquer delito. Fica complicado sentir-se em paz**." (**Medo deixa vias livres de engarrafamentos. Ruas da Zona Sul registram fluidez no horário do rush. A Guerra do Rio: Editoria Rio, página 19, 24 de novembro de 2010**)

A realidade criada pelas instâncias jornalísticas para retratar as violências e, muitas vezes, servir ao jogo político, cultural e social para transformação do espaço da

cidade terá, nos cadernos especiais do dia após a invasão da Vila Cruzeiro (26 de novembro) e no dia após a tomada do Alemão (29 de novembro), uma cobertura que vai se tornar símbolo e que tem entre os seus sentidos o fato de subjugar os moradores daquele complexo de favelas ao protagonismo dos policiais e ainda à imprensa que ajudou a construir este direcionamento de sentidos, que vai "da crítica da truculência e da militarização da segurança pública à sua naturalização e agora ao aplauso, adesão subjetiva à barbárie" (MALAGUTI BATISTA, 2012, p. 69). Vejamos nas manchetes dos dois cadernos especiais divulgados no dia 26 e no dia 29 como isso se deu:

Dia 26:

Capa: O Dia D da guerra contra o tráfico

1ª página do Caderno Especial A Guerra do Rio

- *A fortaleza era de papel*
- *A reconquista da Vila Cruzeiro*
- *Imagens mostram fuga em massa*
- *População aplaude a passagem da tropa*
- *No Jacarezinho, 7 bandidos mortos*
- *Ataques em série somam 44 em um dia*
- *UPPs reduzem ataque na Zona Sul do Rio*
- *"Quebramos um muro imposto pela guerra", José Mariano Beltrame, entrevista*

O dia 25 de novembro de 2010 será narrado pela instância jornalística como o dia D, trazendo para a memória discursiva a Segunda Guerra Mundial. O dia 6 de junho de 1944 foi chamado de Dia D por muitos historiadores por ser a data em que a tropa aliada, formada por exércitos dos Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá, desembarcou na Normandia, no noroeste da França, onde ocorreu a maior operação militar aeronaval da história. Naquela ocasião, 155 mil homens se lançaram nas praias

da Normandia, para dar início ao que chamaram de libertação europeia do domínio nazista. Vejamos os enunciados.

> Seis blindados do Corpo de Fuzileiros Navais, da Marinha, transportando militares e policiais do Bope, fizeram a diferença ontem em operação policial histórica que retomou, na Vila Cruzeiro, o principal bunker do tráfico no Rio. **O comboio foi aplaudido pelas pessoas nas ruas. Numa semelhança simbólica com o desembarque das tropas aliadas na Normandia – que abriu as portas para a derrota da Alemanha nazista -, a ação na cidade foi o Dia D do combate ao tráfico que, desde domingo, realiza ataques em vários locais**. (**O Dia D da guerra ao tráfico. Capa, dia 26 de novembro de 2010).**
>
> **Passando sobre todas as barricadas que os traficantes instalaram nos acessos ao morro, principalmente usando pneus em chamas, os carros blindados sobre esteiras, pilotados por fuzileiros navais – em vez dos caveirões que fatalmente ficariam nos obstáculos por terem pneus -, avançaram por dentro das vielas**, empurrando o que estivesse pela frente e obrigando os traficantes a uma fuga em massa pela mata. **Pelo menos 200.** Agora, são as polícias Civil e Federal que fazem um cerco na região para capturar o bando. (**A fortaleza era de papel. Caderno Especial A Guerra do Rio. Página 1, 26 de novembro de 2010)**
>
> **A tropa, que tinha o Bope à frente, foi para o confronto, tomando de assalto o campo do inimigo. Enquanto combatia no front**, **nas ruas a situação ainda era de medo**. Ontem, 19 ônibus e micro-ônibus foram incendiados, além de 14 carros de passeios, 5 vans e kombis, dois caminhões e uma moto. (A fortaleza era de papel. Caderno Especial A Guerra do Rio. Página 1, 26 de novembro de 2010)
>
> Com os tradicionais "caveirões" do Bope e o auxílio dos blindados da Marinha – os M113, o mesmo modelo dos usados pelo Exército americano **na Guerra do Vietnã e em missões do Iraque** -, **a guerra começa na Vila Cruzeiro, no complexo de favelas da Penha e não tem data para acabar**. (**A reconquista da Vila Cruzeiro. Caderno especial A Guerra do Rio. Página 2, 26 de novembro de 2010**)

Guardadas as devidas proporções, o Rio terá seu Dia de libertação do domínio do tráfico, de acordo com a narrativa de *O Globo*. Para o jornal, há uma semelhança simbólica com o desembarque das tropas aliadas, não havendo dúvidas assim de que é uma ação benéfica e libertária, aplaudida pela população do entorno. A instância jornalística vai, assim, criando uma "espécie de 'memória do futuro' tão imaginária e idealizada quanto a museificação do passado em determinadas circunstâncias" (MARIANI, 1996, p. 39).

Vai criando também marcas de verdade ao afirmar, no enunciado acima que, diante da força dos blindados que destroem barricadas e tudo mais que encontram pela frente, pelo menos 200 criminosos fugiram. Ninguém menos do que os já famosos mocinhos do Bope, aqueles que têm como símbolo a caveira, para estarem também à frente deste confronto, "tomando de assalto o campo inimigo".

Mas a guerra ainda não foi vencida, e, enquanto toma-se este campo de batalha, ainda há medo e outras consequências pela cidade, com ônibus e até carros de passeio incendiados, o que também vai aumentar a certeza entre os leitores de que realmente é preciso eliminar aqueles que metem medo, lembrando, sempre, que a guerra é do Rio e não apenas no complexo da Penha. Outras guerras também são acionadas na memória discursiva, como as do Vietnã e do Iraque, já que os blindados colocados no conflito têm o mesmo modelo daqueles utilizados pelo exército americano nas guerras naqueles países.

O tema resvala das páginas policiais para as editorias de Política e Economia, e nem mesmo os colunistas Merval Pereira e Míriam Leitão deixarão de comentar esta guerra sensacional, levando em consideração que "a vida imita a arte". Mais do que o fato de serem eles, o que está em jogo aqui é a posição discursiva do jornal, aderindo a um sentido e apagando os outros.

> Ontem foi dia de a realidade imitar a arte. **Foi dia de torcer pelo Capitão Nascimento de Tropa de Elite, que todos nós vimos em ação, ao vivo e a cores, nas reportagens das emissoras de televisão**. Que o personagem de Wagner Moura tenha se tornado o novo herói nacional é um sinal dos tempos, não necessariamente um bom sinal. Ontem entraram em ação centenas de capitães Nascimento encarnados em cada um dos soldados do Bope [...] (**Capitão Nascimento. Merval Pereira. Editoria O País, 26 de novembro de 2010, página 4**)

> Da janela do avião, o Rio aparece em toda a sua beleza. Nos últimos dois dias, entrei e saí do Rio duas vezes. Na terra, o clima é pesado, emergencial. Não se vê a paisagem. O motorista que me levou ao aeroporto ontem errou o caminho porque dirigia mais atento ao que o secretário José Mariano Beltrame dizia no rádio. A passageira ao lado, antes da decolagem, fazia uma ligação aflita. – Já chegou? Graças a Deus. Mas cuidado, sai mais cedo, na hora que você sai é quando eles mais atacam – diz a passageira para alguém querido. (**No ar e na terra. Panorama Econômico. Míriam Leitão. Editoria Economia, 26 de novembro de 2010, página 30)**

> Visto de perto o Rio é complexo. Mas só tem uma saída: **ter a presença do Estado em todo o seu território.** Do contrário será uma bela paisagem para ser vista de longe. (**No ar e na terra. Panorama**

Econômico. Míriam Leitão. Editoria Economia, 26 de novembro de 2010, página 30)

As vozes dos colunistas de maior renome no jornal são acionadas a serviço desta construção narrativa. Eles saem de suas rotinas voltadas para Brasília e vão comentar e atestar que o Rio de Janeiro vive uma guerra, acreditando que é preciso torcer por este plano, pelos tantos soldados do Bope, para a salvação da Cidade Maravilhosa. Esta salvação passa pela presença do estado em todo o seu território, confirmando que a formação da ausência do estado está presente também aqui, mas com várias aberturas de sentido, já que admite-se a complexidade deste Rio visto de perto.

A iminência do conflito final coloca a cidade em êxtase. É o momento de dar todo o apoio aos combatentes e colocar abaixo os muros que impediam a entrada no território inimigo. Até mesmo os sérios "caveiras" ressignificam por um momento e dão um sinal de que são humanos e que estão ali para lutar pelos cariocas:

> As cenas de apoio e admiração tiraram os rostos dos "caveiras", por poucos segundos, o ar sisudo de quem estava indo para a guerra. Ao passarem pela esquina entre a Avenida Lobo Júnior e a Rua Aipai, os policiais perceberam dezenas de pessoas no alto do prédio de uma fábrica de roupas íntimas. Alguns dos homens de preto sorriram e um deles retribuiu um aceno. **(População aplaude a passagem da tropa. Caderno Especial A Guerra do Rio, 26 de novembro de 2010, página 4)**

> Quando o grupo desembarcou, próximo ao Hospital Getúlio Vargas, atraiu muitos curiosos. E uma cena rara em operações policiais mostrou o apoio que a população está dando à decisão de confrontar os traficantes da Vila Cruzeiro: alguns moradores deixaram suas casas para oferecer água aos policiais. Com 14 anos no Bope, um cabo, que não se identificou, disse nunca ter visto, em sua carreira, uma situação tão extrema. Ele se mostrou satisfeito com a recepção da população e disse que tal atitude do estado é necessária. (**População aplaude a passagem da tropa. Caderno Especial A Guerra do Rio, 26 de novembro de 2010, página 4)**

O sentido explícito nos enunciados acima é aquele que busca humanizar o policial que vai para a guerra. Aquele que, por uns segundos, vira cidadão comum para, logo em seguida, se transformar naquele herói que vai se arriscar pela paz no Rio. Aqueles que vão executar as arbitrariedades no espaço da favela serão aqueles que vão agir sobre ampla aprovação da população carioca. Em nome da segurança contra as violências nas ruas do Rio, valem todos os argumentos higienistas. Este apoio também

ocorreu em outras ocasiões de arbitrariedades. Coimbra (2001) fala sobre a Operação Rio, em 1994, quando as forças armadas também entraram em favelas com o apoio maciço da população, assim foi também durante a ditadura militar, que também teve amplo apoio social.

A partir do momento em que as tropas conseguem avançar pelas ruas da Vila Cruzeiro, que há tiros que logo depois cessam, dando indício da vitória, a narrativa será no sentido de desmerecer o inimigo, criando uma realidade que vai descontruir todo o discurso de poder paralelo do tráfico. Desta maneira, o discurso do inimigo poderoso, das facções fortemente armadas e unidas contra a cidade do Rio de Janeiro, contra os cidadãos de bens será transformada. Isto vai ocorrer nas coberturas especiais que narram as tomadas da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão.

> A fortaleza era de papel. (**A fortaleza era de papel. Caderno Especial A Guerra do Rio. Página 1, 26 de novembro de 2010**)
>
> No final da tarde de ontem, a imagem de policiais no cruzeiro que fica no alto da encosta, e dá nome à favela, era emblemática. **A fortaleza do narcotráfico revelou-se de papel**, suscetível a uma operação que combinasse tropa treinada e surpresa tática. (**A fortaleza era de papel. Caderno Especial A Guerra do Rio. Página 1, 26 de novembro de 2010)**
>
> O local usado pelos bandidos para sair da Vila Cruzeiro é o mesmo caminho usado pelos assassinos do jornalista Tim Lopes quando ele foi executado. (**Imagens mostram fuga em massa. Caderno Especial A Guerra do Rio, 26 de novembro de 2010, página 3**)
>
> **À medida em que os policiais progrediam morro acima, o mito de que no Alemão estava a quadrilha mais temida do Comando Vermelho rolava morro abaixo.** Centenas de bandidos que fugiram para lá, depois das incursões na Vila Cruzeiro, na Penha, deram nova demonstração de que jogavam para a plateia ao exibir fuzis e fazer sinais ameaçadores do bunker. Cara a cara com os policiais, o comportamento mudou muito. (**A senhora liberdade abriu as asas sobre nós. Caderno Especial A Guerra do Rio. 29 de novembro de 2010, página 1)**
>
> **Como ratos, chegaram a tentar fugir pelo esgoto. Prova de que a aparente valentia não resistiu à pressão foi a prisão do traficante Elizeu Felício de Souza, conhecido como Zeu. C**ondenado pelo assassinato do jornalista Tim Lopes e foragido da Justiça, ele estava visivelmente abatido ao ser detido. **Um detalhe não passou despercebido: ele tinha urinado nas calças**. (**A senhora liberdade abriu as asas sobre nós. Caderno Especial A Guerra do Rio. 29 de novembro de 2010, página 1)**

Esse inimigo vai se mostrar bem mais modesto e menos assustador, havendo aqui uma abertura de sentidos em relação a ele, que, no entanto, será momentânea. Dito de outra forma: apesar das limitações do grupo de traficantes, a ideia de que a cidade estava prestes a ser dominada por uma força inimiga vai continuar a ser predominante.

Voltando aos enunciados acima, a fortaleza de papel não suportou minutos de disparos de tiros, e os inimigos fugiram logo em seguida. Portanto, momentaneamente, há furos nas memórias discursivas do tráfico como grande inimigo, com grande arsenal e poder de mobilização de grande número de pessoas, crime organizado e líderes que conseguem controlar o crime de onde quer que estejam. Agora, esse grupo não passa de fugitivos, que agem como ratos, escapando pelo esgoto. São inofensivos e chegam a urinar na roupa de medo do todo poderoso estado. Ao mesmo tempo, são seres desprezíveis. No caso da Vila Cruzeiro, este sentimento será reforçado ao lembrar que eles vão utilizar para a fuga o mesmo caminho no qual executaram Tim Lopes, em 2002. Esta forma de narrar usando o deboche e a ironia mostra como a imprensa continua tratando os suspeitos sem nenhum tipo de respeito ou direitos.

Mesmo que o inimigo tenha sido bem menos aparelhado do que se construía, não apresentando nenhuma frente ao estado, as comemorações pela vitória serão desproporcionais a ele. Todos os louros serão dados ao lado vitorioso. O mesmo aparato de guerra será montado e narrado nos próximos dias com a tomada do Complexo do Alemão. Vejamos o caderno especial publicado após a ocupação do Alemão no dia 29 e as manchetes, para depois passarmos aos enunciados.

Dia 29 de novembro de 2010

O GLOBO

Nesta edição, caderno especial

O RIO É NOSSO

O Rio mostrou que é possível

Cidade comemora a libertação do Alemão e a maior vitória contra o tráfico

esportes

Flu vence Palmeiras e fica perto do título

O GLOBO

A GUERRA DO RIO

A senhora liberdade abriu as asas sobre nós

População comemora libertação histórica em operação exemplar, sem tocar um inocente ferido

Capa: O Rio mostrou que é possível

1ª página do Caderno Especial A Guerra do Rio

- *A senhora liberdade abriu as asas sobre nós*
- *Forças Armadas ficam até UPP*

- Ocupação em apenas uma hora

- Vitória da estratégia e da inteligência

- O tráfico em fuga desesperada

- Assassino de Tim Lopes é detido

- Chefes do Jacarezinho são presos

- Esconderijo com piscina e três quartos

- "A reação do carioca me emocionou", Sérgio Cabral – entrevista

- Na comunidade, alívio e esperança

- Os guerreiros do Alemão

- A maior das facções é humilhada

- Aos pés do Redentor, pedidos de paz

- O Rio é nosso

Na chamada conquista do Alemão, teremos enunciados semelhantes aos da cobertura da Vila do Cruzeiro em vários momentos, além de alguns deslizamentos que terão como uma das chaves de sentido os simbolismos da vitória da guerra e dos dias de paz. Depois de três dias de tiros e violência nas ruas, no dia 28 de novembro de 2010, a polícia demorou pouco mais de uma hora para entrar no Complexo do Alemão após tiroteios esparsos. Mais uma vez, a batalha final será lembrada como aquela que não teve uma morte sequer do lado do bem, ainda que vidas tenham sido perdidas do outro lado.

> O sinal da conquista, que ficará para sempre marcada na História da cidade, **estava nas bandeiras do Brasil e do Estado do Rio de Janeiro tremulando numa plataforma do teleférico do complexo**. "**O Alemão era o coração do mal",** disse o secretário de Segurança José Mariano Beltrame**. Sem ferir um inocente sequer, os 2.600 policiais e militares fizeram uma operação exemplar com três mortes do lado inimigo**. (**O Rio mostrou que é possível. Capa do jornal, 29 de novembro de 2010**)
>
> Rabiscado por uma moradora do Complexo do Alemão e depositado numa caixinha de fósforo, **os versos de um samba imortalizado pela Imperatriz Leopoldinense –** escola de samba da região – que pede por liberdade se tornou realidade ontem num dos maiores conjuntos de favelas do Rio. **Depois de pelo menos 30 anos de domínio do tráfico, a polícia do Rio, com tropas das Forças Armadas, levou pouco mais de uma hora para chegar ao alto do maciço. Foram momentos de intensa expectativa**. Mas, logo, um dos momentos mais marcantes e emocionantes dos últimos dias de ataques de terror, e contra-ataques das forças de segurança, seria presenciado: **a**

> **Bandeira do Brasil tremulava soberana sobre uma laje**, uma imagem que já entrou para a história da cidade. – **O Alemão era o coração do mal – disse, no fim do dia, o secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, traduzindo em poucas palavras o significado da vitória**. (**A senhora liberdade abriu as asas sobre nós. Caderno Especial A Guerra do Rio. 29 de novembro de 2010, página 1)**

A bandeira e os versos do samba imortalizados serão alguns dos sinais para marcar a retomada do território inimigo e a vitória desta guerra do Rio. O fim do conflito não só significa a paz, como a liberdade que, pela narrativa da instância jornalística, chega ao morro no mesmo dia em que se anuncia que esta paz será vigiada e armada. Mas quem fala e lembra que a comunidade agora está sob as asas da liberdade é uma moradora, por meio de um bilhete depositado em uma caixinha de fósforo.

Paz sob o cano de novos armamentos, aqueles que serão carregados por um longo tempo pelos homens do Exército que ficará de prontidão no complexo Morro do Alemão. Mas o surpreendente é saber que esta ocupação será simbólica para todo o Rio de Janeiro, como se, a partir dali, todos os problemas relacionados às violências estivessem resolvidos. Além dos símbolos, voltam novamente os heróis. Além do Bope e do blindado, o "sucesso" desta conquista terá alguns nomes. Nomes estes legitimados por outros nomes reconhecidos também na mídia corporativa:

> - De quem é o mérito pelo resultado positivo da operação do Alemão, sem baixas dos dois lados? **José Júnior**: **Do governador Sérgio Cabral e da polícia.** Digo isso com a maior pureza da minha alma, como costumam dizer as carolas. Até agora, 18h14m (de ontem), a polícia teve um comportamento impecável. Várias pessoas me ligaram do Alemão e elogiaram a postura do Bope e da Core. Até pessoas que não gostam da polícia. Queria ajudar o governador. Ele não merecia um banho de sangue durante o seu governo. ('**O governador não merecia um banho de sangue'. Caderno Especial A Guerra do Rio, 29 de novembro de 2010, página 5)**

Os efeitos múltiplos de sentidos sobre o mal e sobre o traficante se confluíram neste momento. Durante décadas, o traficante foi representado como o maior inimigo do Rio. Nas narrativas midiáticas, nas narrativas políticas, nas artes, esta imagem foi se formando. Essa estratégia, silenciadora de outras violências, ajudou a fortalecer os sentidos que explodem neste 28 de novembro de 2010, para se transformar na guinada do Rio rumo a uma nova realidade. Os maiores sujeitos responsáveis por aquilo que está sendo chamado de liberdade no conjunto de favelas invadido são Cabral e a polícia.

Mas, na verdade, o que é esta nova ordem? Malaguti Batista (2012) pergunta e responde:

> Talvez aquilo que Gizlene Neder denomina de obediência cadavérica, uma concepção de cidade e de polícia que se ancora nas nossas fantasias e alegorias de controle total das nossas matrizes inquisitórias ibéricas. (MALAGUTI BATISTA, 2012, p. 101)

De maneira geral, todo o processo que antecede a chegada da UPP no Complexo do Alemão é mostrada pelo jornal por meio do que dizem as vozes oficiais e ainda uma presença articulada e calculada da visão de moradores, como ressalta Mendonça, e como vimos na narrativa sobre a moradora que deixou o bilhete na caixinha. O papel simbólico da instância jornalística é central neste processo de (re) urbanização do Rio.

> **De patinho feio, o Rio de Janeiro passa a cisne em matéria de segurança pública**, ainda que neste primeiro momento. Com o cerco sem precedentes ao tráfico, cresce **a pressão para que a presidente eleita Dilma Rousseff leve as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) a outros estados**. Ontem, a assessoria da petista reafirmou que este é um dos compromissos de campanha que serão discutidos com os governadores no início de 2011. (**A senhora liberdade abriu as asas sobre nós. Caderno Especial A Guerra do Rio. 29 de novembro de 2010, página 1)**

Para encerrar o caderno especial de 29 de novembro de 2010, *O Globo* tem a manchete "O Rio é nosso". Além de um texto inicial, várias frases com dizeres de cariocas sobre o simbolismo daquele momento são escritas. Uma imagem do Morro do Alemão, com um pano branco pendurado em um varal, no qual está escrito, de cabeça para baixo, a palavra "paz" se destaca na página. Ao fundo se tem uma panorâmica do Morro do Alemão, com o teleférico aparecendo. Está declarada a paz depois dessa guerra, considerada "nossa", o Rio também agora "é nosso", dando novos sentidos a estes espaços das favelas, conforme veremos no último item desta tese.

Tudo é narrado de maneira a parecer que o processo seria inevitável e sem danos para toda a cidade. Mendonça (2015), ao analisar o processo de implantação da UPP na Rocinha em 2011, vai buscar no pensamento de Neil Smith (2006) o conceito de gentrificação para tentar entender os deslocamentos nos conteúdos informativos sobre as comunidades do Rio de Janeiro nos períodos pós-pacificação. Ele chama de processo de gentrificação discursiva os ordenamentos de sentido e o deslocamento do lugar

simbólico dos moradores de comunidades como fontes noticiosas. Também na tomada do Complexo do Alemão detectamos haver este mesmo processo:

> Nascida no Complexo do Alemão, **a diarista que se identificou apenas como Joana** parabenizou um grupo de policiais após a invasão: - Não aguentava mais criar meus filhos no meio de tantos bandidos circulando fortemente armados pelas ruas. **Espero que a polícia não vá mais embora.** (**Na comunidade, alívio e esperança. Caderno Especial A Guerra do Rio. 29 de novembro de 2010, página 12.)**

> Morador do Morro da Baiana, que faz parte do Complexo do Alemão, **o aposentado José Claudino, de 75 anos,** caminhava calmamente entre os carros blindados e as tropas. Ele saiu para ir à missa e, quando retornou com o pão para o café da família, se deparou com a guerra deflagrada. – **Finalmente a polícia está enfrentando os capetas**. Acabar com eles, não acaba, porque vêm outros, mas por ora vamos ficar livres das armas. (**Na comunidade, alívio e esperança. Caderno Especial A Guerra do Rio. 29 de novembro de 2010, página 12**.)

Uma consequência é o direcionamento de sentido único de que a ocupação armada é a saída para a retomada daquele território pelo estado. Ou seja, os representantes da comunidade que tenham algo a dizer diferente do modelo dominante são expulsos da possibilidade de dizer, de serem sujeitos de discurso, "na mesma medida em que já não parecem 'caber' nos projetos 'inquestionáveis' de redesenho da cidade (MENDONÇA, 2015, p. 57). Ou seja, assim como no fenômeno da gentrificação, que afeta uma área da cidade pela alteração das dinâmicas de sua composição, "valorizando" a região e afetando a população de baixa renda local, assim também ocorre neste termo proposto por Mendonça para dimensionar os direcionamentos de sentidos ocorridos na instância jornalística neste processo de instalação das UPPs no Rio.

Quando isso ocorre, impede-se que o olhar sobre este espaço tomado seja múltiplo e plural. A segunda consequência da gentrificação discursiva é a escolha das vozes estratégicas para estarem na mídia dando aval às ações de pacificação, enquanto outras tantas são caladas por serem "obstáculo do 'progresso inevitável'.

> Revela-se uma política de ordenamento de sentidos que divide, tendenciosamente, os moradores das favelas em dois tipos prioritários: aqueles com direito 'limitado' à fala e os demais, com o dever 'imposto' de se manterem em silêncio. (MENDONÇA, 2015, p. 46)

4.5 "PACIFICAÇÃO": TRÁFICO X 'FAVELA LIVRE'

O jornal não só absorve o discurso da pacificação, como parece ser um dos atores sociais a defendê-la como a melhor alternativa para trazer a paz para o Rio de Janeiro. A partir da tomada do Complexo do Alemão, *O Globo* fará matérias diárias no local e no entorno ouvindo a comunidade e criando marcas de verdade a respeito da mudança de vida de um dia para o outro a partir da tomada das áreas pelas polícias e da presença permanente dos homens do Exército. O mito da conquista ou reconquista do território pelo estado se mantém forte atrelado a um outro mito, o de que as incorruptíveis forças armadas, conseguirão transformar aquela área "abandonada" em território da paz.

> O governador Sérgio Cabral, em nota, reforçou que a união do poder público, em suas três esferas, foi fundamental para as ações de ontem e afirmou que **o governo está recuperando o Rio** "de uma situação de décadas de mazelas, de crise econômica, social, de falência política". "**A reconquista do território do Complexo do Alemão pelo Estado é um passo fundamental e decisivo na política de segurança pública que traçamos para o Rio de Janeiro**. Mas o trabalho para garantir, de uma vez por todas, **o direito de ir e vir dos cidadãos de bem** apenas começou. Ele tem como principal objetivo **recuperar 30 anos de abandono das comunidades carentes**. Não tenho dúvida nenhuma de que, juntos, estamos virando uma página na história do nosso estado", disse Cabral na nota. (**Ocupação em apenas uma hora. Caderno Especial A Guerra do Rio, 29 de novembro de 2010, página 2)**
>
> **O governador Sérgio Cabral anunciou ontem que, no prazo de sete meses, o Complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro ganharão Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).** Até lá, enquanto cerca de sete mil PMs estiverem sendo treinados e formados para o projeto de pacificação, militares do Exército vão assumir as operações de cerco, buscas e patrulhamento na região. Segundo Cabral, a ajuda está acertada com o Ministério da Defesa. (**Exército no Alemão por 7 meses. Editoria Rio, 30 de novembro de 2010, página 14**)

Malaguti Batista (2012) lembra que foi em nome da "reconquista do território" que se formou o uníssono em torno das UPPs, seja dos integrantes da esquerda ou da direita. A autora vai lançar mão das ideias de Milton Santos sobre território, lembrando que, na geografia das desigualdades, a definição de território é política, espaço banal onde se podem propor dois tipos de espaços: "os espaços que mandam e os espaços que obedecem, gerados pelo permanente embate entre o par dialético abundância-escassez" (SOUZA, Maria Adélia apud MALAGUTI BATISTA, 2012, p. 57).

Enquanto traça-se o desenho da favela ideal, pacificada e recuperada silencia-se sobre a ocupação militarizada do espaço de pobreza estratégico aos eventos desportivos que acontecerão no Rio de Janeiro, silencia-se sobre as segregações socioespaciais do Rio e ainda sobre a própria incapacidade do estado de estar ali de outra forma, mais eficiente. Silencia-se também sobre outras questões complexas de violências presentes no cotidiano daquelas comunidades. Uma destas questões, como ressalta Mendonça (2015, p. 52), seria a própria presença de "transações escusas entre policiais e traficantes", que permitiram a presença do tráfico de drogas por tanto tempo, no que diz respeito ao comércio de armamentos. Essas transações também confirmam a presença do estado no lugar por meio daqueles que praticam delitos quando deveriam ser os representantes da lei. Ao dizer que o estado volta a se apropriar de uma área depois de anos de abandono, há ainda um apagamento de que o território é mais do que o controle do estado, por envolver prática cultural, identidade e regras.

Em outros exemplos de enunciados, encontrados no período após a tomada do Complexo do Alemão, será farta a linha que justifica que somente agora o poder público, seja por meio da Prefeitura ou do Governo do Estado, terá atuação na região. Um primeiro passo será a implantação de serviços públicos básicos, como até mesmo a colocação dos nomes das ruas em placas, como no restante da cidade, e a novidade de se criar um CEP (Código de Endereçamento Postal) para quem vive na favela. Em seguida, virá um choque de ordem:

> A prefeitura começou ontem a identificar as ruas do Complexo do Alemão com postes dotados de placas, com direito até a Código de Endereçamento Postal (CEP). A novidade estreou na esquina da Rua Joaquim de Queiroz com a Estrada do Itararé, em Ramos, com a inauguração do chamado poste 001, pelo secretário municipal de Conservação e Serviços Públicos, Carlos Osório. – **Agora, de fato e de direito, os moradores desta região pertencem à cidade do Rio de Janeiro – disse Osório, referindo-se ao fato de os moradores se sentirem excluídos da cidade formal.** (**Placas para identificar as ruas do Alemão. A Guerra do Rio. Editoria Rio, 3 de dezembro de 2010, página 16)**
>
> O **batalhão de campanha da PM vai promover um choque de ordem nos complexos da Penha e do Alemão**. A afirmação é do comandante-geral da PM, coronel Mário Sérgio Duarte, que ontem percorreu a Favela da Grota, no complexo, para ver de perto o trabalho da nova tropa. Além de **vistoriar casas e checar denúncias**, os policiais farão um trabalho preventivo, inclusive de ordenamento de trânsito. (**PM fará choque de ordem no Alemão. A Guerra do Rio. Editoria Rio, 8 de dezembro de 2010, página 17)**

> O comandante da nova unidade será o tenente-coronel Márcio Vasconcellos. Ele disse que novas bases poderão ser instaladas no Alemão: - A área é grande. Antes de conhecer a nova base, o comandante da PM percorreu algumas ruas do complexo, ouviu sugestões e reivindicações, brincou com crianças, **mas não evitou uma cena de um passado recente: um menino, que estava em uma van que circulava na Rua Canitá, acesso à Favela da Fazendinha, tapou os ouvidos quando viu os policiais se aproximando – O clima é de tranquilidade. Já não observamos mais olhares desconfiados – disse o comandante, que não notou a reação do menino.** (**PM fará choque de ordem no Alemão. A Guerra do Rio. Editoria Rio, 8 de dezembro de 2010, página 17**)

Assim como Mendonça (2015) não encontra ruptura (no texto e na cidade) dos modos 'tradicionais' de enfrentamento da questão da violência ao olhar para a forma como é feita a cobertura no RJ TV da tomada da Rocinha, em 2011, aqui também é notório que permanece a ausência de reconhecimento de cidadania e de direitos nestes espaços, que passarão por "choque de ordem", terão "casas vistoriadas" e "denúncias checadas", ou seja, o espaço continua sendo visto como aquele da ilegalidade. Outro indício de que aquela área continuará sendo um território de vigilância é a presença constante do Exército, que irá instalar mais de uma base e permanecer durante os próximos 19 meses.

De acordo com informações do Ministério da Defesa[18], o Exército denominou os trabalhos no Complexo do Alemão de Operação Arcanjo e manteve tropas com a participação de 8.764 militares no período de dezembro de 2010 a julho de 2012. O efetivo médio empregado foi de 1.300 militares. No período, foram realizadas 63.489 patrulhas a pé e 48.142 motorizadas ou mecanizadas. Pelo balanço divulgado, ainda aconteceram 606 reconhecimentos em vias de acesso às comunidades e foram montados 4.172 postos de bloqueio. Dezoito operações de busca e apreensão foram feitas, 14 áreas foram isoladas e ocorreram 32 voos de reconhecimento do lugar. Ou seja, foi realizado um verdadeiro raio X daquele território, no qual o governo comemora que as pessoas passarão a ter o direito de ir e vir, quando, na verdade, todos estes números revelam a extrema vigilância sobre aqueles que ali permaneceram.

> – **A população está sendo libertada para poder andar de um lado para outro nesta cidade, sem ser submetida ao poder paralelo**. Desde que assumi a prefeitura, não tem nada mais importante no Rio.

[18] http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/93-trabalho-do-exercito-no-complexo-do-alemao-e-exemplo-de-devocao-a-causa-publica-diz-amorim. Acesso em 19 de janeiro de 2017

> **Está todo mundo rindo à toa lá (no Alemão e na Penha)** – disse Paes. (**Uma ajuda para o bolso. A Guerra do Rio. Editoria Rio, 8 de dezembro de 2010, página 16**)

Vemos que há uma simplificação da realidade instalada no Complexo do Alemão. Enquanto autoridades, como o prefeito Eduardo Paes, falam em liberdade, os moradores não são ouvidos sobre esta vigilância extrema na qual se encontram. Como podem ter liberdade de ir e vir? Suas rotinas estão completamente alteradas, mas a afirmação é de que "todo mundo está rindo à toa lá". Esquece-se também as relações de parentescos e de uma rotina de muitos deles que estão foragidos, condenados ou simplesmente escondidos temendo todo o espetáculo que se formou em torno daquele território. Em outra reportagem, no dia 11 de dezembro de 2010, página 20, o título é "Paes inicia 'faxina' no Complexo da Penha". O título traz duplo sentido, por isso vem entre aspas. A faxina está relacionada não só com a limpeza do espaço público, mas também com a população que ali vive e seu modo de se comportar dentro do projeto de revitalização que se quer para o espaço, que passará a receber investimentos e eventos culturais, comuns em outros espaços da cidade, como veremos logo à frente.

Ainda dentro desta rede de temas construídos pela instância jornalística e ligados às ocupações, o *Globo* vai criar mais uma marca de verdade, que criminaliza ainda mais todo um território ao mostrar que esta vigilância impacta o número de roubos em todo o estado do Rio.

> O impacto na segurança pública produzido pela ocupação dos dois maiores bunkers do tráfico no Rio – o complexo do Alemão e a Vila Cruzeiro – foi tão grande que, em apenas uma semana, os índices de roubos de veículos caíram 63% em todo o estado. Enquanto na quarta-feira, dia 24, véspera da ocupação, foram roubados 41 veículos, no dia 30, o número de casos desabou para 17. (**Ocupações já reduzem o roubo de veículos. Editoria Rio, 03 de dezembro de 2010, página 17)**

Ou seja, fecha-se o sentido de que a redução de casos de um tipo específico de crime ocorrido em todo o estado está relacionado a criminosos que vivem ou viviam no Complexo do Alemão. Assim, vão se criando também aceitações populares para que se continue vigiando aquele território tipicamente de bandidos. Este mesmo território, após esta ação, deixará de ser visto pelo jornal como um dos mais violentos e perigosos do Rio para se transformar em área turística e de visitação de brasileiros e estrangeiros.

> Depois da ocupação do poder público, o Complexo do Alemão ganhou status de "zona segura" e recebeu até grupos de turistas ontem. Movidos pela presença das polícias civil e militar e do Exército, visitantes transitaram pela Rua Joaquim de Queiroz e fizeram fotos ao lado de tanques e de agentes de segurança. – O Alemão é agora o lugar mais seguro do Rio. Saímos do Cristo Redentor e viemos direto – vibrou a bancária Cristiane Ferraresi, que estava com oito parentes de Indaiatuba (SP). **(Turistas visitam Alemão e tiram fotos com tanques. Editoria Rio**)

A presença não só das polícias, mas do Exército, tão solicitado em ocasiões diversas no jornal, vai ser vista como ações que vão trazer a segurança para as pessoas de fora, os cidadãos de bem, que querem circular ali naquele território, agora seguro, por estar sob vigilância.

Não há nenhuma crítica à presença destes militares ali e à convivência forçada da comunidade com um forte aparato repressivo, exercendo um controle permanente de quem entra e sai. Pelo contrário. O estado de exceção é aceito sem questionamentos e sob a desculpa de que, em breve, estará ali um policiamento chamado de comunitário, mas que pouco se aproxima deste. Malaguti Batista faz uma crítica a este modelo adotado, ressaltando:

> Zaffaroni mostra como, apesar de copiarmos tanto dos Estados Unidos, não incorporamos o seu modelo de polícia comunitária, mas o paradigma borbônico de ocupação territorial militarizada do engenho colonialista. O mais grave é que os Estados Unidos não utilizam suas Forças Armadas como polícia em seu próprio território (só nos dos seus inimigos...), mas faz grande pressão para que nós, latino-americanos, o façamos. (MALAGUTI BATISTA, 2012, p. 67)

É assim, sob este forte aparato militar, que o status de favela liberta e segura vai sendo solidificado nos enunciados de *O Globo*, que cria, a partir de 12 de dezembro de 2010, a série Favela Livre.

> A instalação de UPPs em favelas até então controladas por traficantes e milicianos melhora a segurança da população e também a própria relação dos moradores com a Polícia Militar. Um estudo encomendado pelo Globo ao Instituto Brasileiro de Pesquisa Social (IBPS) mostra que as UPPs são amplamente aprovadas em favelas com e sem as unidades de pacificação (92% E 77%, respectivamente). Por outro lado, em locais com UPPs, a confiança na PM é mais que o dobro da registrada em favelas ainda não pacificadas (60% contra 28%). (**Um claro objeto de desejo. FAVELA LIVRE, Editoria Rio, 12 de dezembro de 2010, página 16**)

Malaguti Batista, também ao analisar *O Globo* sobre a criação da série Favela Livre, comenta a respeito desta pesquisa encomendada pelo jornal que vai lançar sobre os leitores perguntas que vão estar relacionadas com o medo e com a confiança renovada nas corporações policiais, além da fé no emprego das Forças Armadas contra o crime nas favelas. "O sociólogo que lidera o Instituto afirma sem pejo: 'A pesquisa derruba de vez o mito de que as comunidades são contra as forças de segurança. Há claramente um apoio maciço da presença do Estado.' Resultados velozes como a necessidade de consenso pede". (MALAGUTI BATISTA, 2012, p. 78)

Ou seja, até as vozes dos especialistas são acionadas no sentido de apoiar a iniciativa, sem haver nenhum espaço para a crítica e nem para perguntas mais complexas a respeito da situação criada. A série Favela Livre irá ainda exaltar a chegada de uma cultura de fora que vem junto com a ocupação armada. Já que as manifestações culturais da favela são criminalizadas, Adriana Facina (2014) ressalta que tudo é feito como se o poder público fosse levar a cultura a estas localidades. Vale tudo em nome de uma cultura civilizatória, pacificadora, mas que irá ignorar os trabalhos feitos por várias lideranças e moradores durante muitos anos nestas áreas, o que para a autora é uma violência simbólica.

Esta valorização da cultura que vem de fora será o próximo passo após a ocupação no Complexo do Alemão, com reportagens valorizando iniciativas, como shows de música e instalação de uma sala de cinema em 3D na favela.

> A primeira sala de exibição 3D construída em uma favela foi inaugurada na manhã de ontem em clima de festa infantil em pleno Natal. O Cine Carioca Nova Brasília, que conta com equipamentos de última geração, recebeu, para a estreia, cerca de 60 estudantes com gorros de Papai Noel e óculos 3D. [...] A sessão de inauguração exibiu o filme "Tron – O legado", dos estúdios Disney. Na plateia, também estavam presentes o prefeito Eduardo Paes, o secretário estadual de Segurança, José Mariano Beltrame, e o comandante da Polícia Militar, coronel Mário Sérgio Duarte, entre outras autoridades, além do cineasta Cacá Diegues. (**Cinema 3D contagia o alemão. Editoria Rio, 25 de dezembro de 2010, p. 14**)

> Na festa de cinco anos do jornal "A Voz da Comunidade", do jovem Rene Silva, realizada na noite de sábado, os moradores do Morro do Adeus puderam se divertir sem se preocupar com balas perdidas ou brigas entre facções rivais. Em paz, 150 pessoas assistiram aos shows, que começaram às 20h. O cantor Tico Santa Cruz abriu a noite e cantou sucessos de sua banda, Detonautas. Em seguida, subiram ao palco Edu Gral, Breno B., MC Playboy e o grupo Diferença. (**Festa anima sábado de paz no Complexo do Alemão. Editoria Rio, 13 de dezembro de 2010, página 15)**

> Marcelo Mello, que mora no Morro do Adeus há mais de 30 anos, comemorava a tranquilidade. Ele falou sobre a necessidade de mudança na autoestima dos moradores. – Agora está todo mundo aqui: a polícia chegou, a ação social do estado também. Caiu o Muro de Berlim que existia. As mudanças estão chegando, mas não serão completas sem a participação dos moradores. É preciso acabar com essa ideia de inferioridade. Quem mora aqui não é pior do que quem vive no Méier ou na Barra – afirmou Mello, que trabalha como taxista. (**Festa anima sábado de paz no Complexo do Alemão. Editoria Rio, 13 de dezembro de 2010, página 15**)

Os moradores anônimos são retratados como passivos e felizes com as "novidades" culturais no Complexo do Alemão, havendo uma exclusão das vozes de moradores outros ao longo da cobertura, conforme já dissemos. Estes moradores serão aqueles que terão um "acatamento discursivo bem comportado" (MENDONÇA, 2012, p. 225). Serão legitimadas, assim, várias mudanças, como a especulação imobiliária, a oficialização de serviços de empresas privadas, enquanto abafam-se ações de lideranças e do associativismo existente no lugar, que tanto lutou anos e anos em prol das melhorias do lugar. Malaguti Batista (2012, p. 81) também lembra que, enquanto de um lado fecha-se a central clandestina de TV a cabo no Alemão, chega no local a fiscalização a serviço das empresas de TV a cabo, bancos instalam agências, "Light prevê lucrar com favelas sem gatos", entre outras ações de poderosas empresas e multinacionais.

> Dentro da série Globo Favela Livre temos: 'Livres do tráfico de drogas, comunidades passam a receber iniciativas que racionalizam o consumo de energia". Ou seja, as estratégias de sobrevivência dos pobres nesse capitalismo enlouquecido são invadidas por uma gestão policial a serviço de grandes conglomerados privados. (MALAGUTI BATISTA, 2012, p. 81-82)

Fazendo coro à Malaguti Batista, Facina critica o obscurecimento de práticas culturais que são parte da constituição destes territórios. Muitas destas práticas, lembra a autora, erguidas sob o signo da resistência, "contra remoções, racismo e desigualdades sociais". (2014, p. 2). E a autora completa: "É o balé na favela, domando os corpos produzidos nas infinitas belezas da diáspora negra (idem, p. 6)".

Alguns discursos dissonantes também vão aparecer na instância jornalística a partir do Favela Livre, que passará a reconhecer que as favelas não são as mesmas em todo o Rio. Elas possuem singularidades e precisam ser vistas desta maneira. A visão,

porém, será pela questão econômica, como não poderia deixar de ser em um projeto de cidade commodity

> Não só entre a favela e o asfalto está a fronteira das diferenças no Rio. Uma pesquisa realizada pela Federação das Indústrias do Estado do Rio (Firjan) em nove comunidades contempladas com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) mostra que elas possuem entre si mesmas uma considerável distância em indicadores sociais, econômicos e de infraestrutura. No topo do levantamento, o Pavão-Pavãozinho, na Zona Sul, possui, por exemplo, uma renda média per capita de R$ 691,30 mensais. Por outro lado, a renda na Providência não passa de R$ 439,10 (36,5% menor). No Batam, na Zona Oeste, é de R$ 406,10 (41% menor). Na Região Metropolitana, a média é de R$ 905,50. (**Indústrias no embalo das UPPs. Favela Livre. Editoria Rio. 15 de dezembro de 2010**)

Encerrando esta análise, O *Globo* deseja "Vida longa para as UPPs" ao anunciar o projeto de lei aprovado no dia 21 de dezembro de 2010 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) que garante a permanência da ocupação armada nas favelas pelos próximos 25 anos[19] a partir da sua implantação.

> Na prática, a iniciativa transforma o programa de governo em política de Estado, impedindo que, no futuro, o chefe do Executivo acabe com as UPPs. A medida também limita e estabelece critérios para eventuais reduções de contingente das tropas nas favelas policiadas. (**Vida longa para as UPPs. Editoria Rio, 22 de dezembro de 2010, página 18)**

Desta forma, consolida-se o mito de que a solução para o Rio de Janeiro é a vigilância permanente e a longo prazo para as favelas, que, somente desta forma, passam a ser consideradas espaços da cidade. Com estes últimos enunciados, entendemos o ciclo total analisado do ordenamento de falas e dos jogos de poder para os quais apontam. Um discurso que, enquanto foi possível, considerou como ideal a ocupação e a vigilância das áreas pobres da cidade. Assim, pode-se vender o pacote da cidade-empresa com o item segurança garantido.

Corroborando com o discurso da grande mídia, o site oficial sobre as UPPs[20] se utiliza do rosto e da fala de várias pessoas anônimas para reforçar um sentido único:

[19] O projeto de lei que regulamenta as normas para as UPPs foi sancionado pelo governador Sérgio Cabral em 14 de janeiro de 2011, porém com veto ao artigo 2º, inciso II, que definia prazo de 25 anos para a manutenção da UPP em determinado território.

[20] http://www.upprj.com/upload/multimidia/LIVRO_UPPs.pdf

“Hoje a polícia tá diferente, respeita a gente”; “A insegurança deu lugar à paz”; “Vou criar meus filhos num lugar seguro”; “A bandidagem saiu de perto da gente”; “Além da segurança, a UPP trouxe cultura e educação”.

Mas não demoraria muito para que a “Favela Livre” começasse a se desmoronar, até mesmo no discurso de *O Globo*, afinal a cidade segue seu fluxo, não se pode mudá-la com imposições da noite para o dia em alguns territórios. Os policiais heróis voltam a dar lugar àqueles que cometem delitos, enquanto pelas ruas seguem casos de tiroteios, furtos, assaltos, mortes e até episódios de grande repercussão midiática, como o do já comentado desaparecimento do pedreiro Amarildo em 2011, que após entrar em um carro da Polícia Militar não foi mais visto. Tudo isso irá trazer novas significações para as Unidades de Polícia Pacificadora. Mas onde será que isso termina?

Não podemos ainda responder a este questionamento, mas após chegarmos até aqui entendemos que isso começa como uma violência discursiva de guerra. Aquela guerra que foi criada primeiramente no nível do discurso e da narrativa até ser construída em determinados pontos das ruas cariocas e ganhar materialidade a ponto de tanques de guerra invadirem os becos das favelas e serem aplaudidos no entorno e até dentro delas próprias. Isso fica claro quando o jornal diz “O Rio é nosso” após a tomada do Complexo do Alemão. A partir dali e por um longo período, a violência discursiva de guerra é trocada pelo discurso da paz, não importando o que aconteça de criminalidade fora do espaço que foi delimitado para a vitória. Mais que isso, com este slogan, reforça-se que até ali a cidade era partida e agora, graças a uma ocupação sensacional acompanhada por toda a mídia, ela não o é mais.

Depois da tomada do Complexo do Alemão, encontramos ainda mais um fechamento de sentidos para a vitória sobre o mal, que é o tráfico. Assim, minimiza-se e noticia-se de maneira menos destacada crimes que acontecem por toda a cidade ao mesmo tempo em que embala-se este acontecimento de uma maneira exagerada, com a mobilização de um “exército” de jornalistas e fotógrafos por vários dias no local. Além das duas ocupações, na Vila Cruzeiro e no Alemão, durante vários dias consecutivos será dito que o maior bunker do tráfico foi tomado, que as escolas poderão voltar a ter aulas livremente, que a rua terá CEP, que o cinema será instalado onde não havia cultura, que haverá, enfim, a paz. Como duvidar desta avalanche discursiva midiática?

Por conta desta discursividade sobre a guerra, apagam-se todas as outras regiões do Rio, para que essa ganhe holofotes, ou seja, o cerne é o tratamento que é dado ao conjunto de notícias. Este Rio da ocupação armada é o que dará certo. É o Rio, cidade

empresa, que precisa ser vendido aos olhos do mundo. Este discurso do momento pós-tomada do Complexo do Alemão é analisado por Pires, Queiroz e Kant de Lima

> Pode-se perguntar, então, o que há de diferente nos acontecimentos da última semana? Além de se verificarem na sequência da reeleição do governador, o que eliminaria recomposições institucionais mais amplas, internas à administração governamental, parece-nos possível inferir que estejamos assistindo aos espasmos violentos de um mercado em crise e, portanto, em processo de transformação e de reorientação dos papéis e funções. Um mercado que vem sofrendo deslocamentos territoriais, ou mesmo de substituição de seus representantes históricos, ou de parte deles, em função da introdução de outra mercadoria, em um mercado distinto. Falamos da cidade do Rio de Janeiro, que parece ter-se inserido, definitivamente, no hall seleto das cidades commodities; ingressando, agora definitivamente, na divisão internacional da indústria global do entretenimento, gerando na cena política carioca novos atores com novas demandas de políticas de segurança pública. (PIRES; QUEIROZ; KANT DE LIMA, 2010)

Neste campo, a mídia é um ator importante para mobilizar a sociedade a acreditar que "enfim, a razão se impôs na política de segurança pública". (PIRES, QUEIROZ, KANT DE LIMA, 2010). Desta maneira, o Rio poderá ser consumido por um público exigente e seleto, internacionalmente falando.

Ainda que esta cobertura tenha começo, meio e fim, seu simbolismo é tão forte que é capaz de ajudar a interferir na imagem sobre a criminalidade no Rio. Ainda que os dias passem e os policiais voltem a não ser tão heróis assim, como mostram títulos de algumas matérias de jornal – "ONGs levam denúncias de PMs a ONU e OEA (21 de dezembro 2010); "PM é preso por negociar liberdade de bandido" (10 de dezembro de 2010) - , ainda que os roubos e furtos de carros voltem a crescer, que haja novos homicídios nas ruas, ainda assim, os corações e mentes estão aliviados porque o tráfico, acompanhado de toda uma parte da população, está sob o domínio do fuzil das Forças Armadas. "É verdade. Eu li no jornal", vai dizer a maioria. Para o leitor de *O Globo*, resta esperar que seja questão de tempo a vitória da vigilância sobre os pobres em outras batalhas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jamais houve na história
um período em que o medo
fosse tão generalizado
e alcançasse
todas as áreas da
nossa vida: medo do
desemprego, medo
da fome, medo da
violência, medo do outro.
Milton Santos

Ao iniciarmos este trabalho, em 2013, perguntávamos o que teria ocorrido com o Rio de Janeiro que se mostrava nos discursos midiáticos uma cidade aparentemente mais segura, mais tranquila e menos violenta? Esta indagação nos levou a olhar para o período de quase uma década e observar que havia se formado, no discurso jornalístico, um consenso, que apontava o tráfico de drogas como o lugar de inimigo e que, se ele fosse destruído, a cidade mudaria. Esta luta vai seguir até chegar à ocupação armada nas favelas.

A indagação inicial nos levou a observar de forma mais profunda o discurso sobre as violências e ilegalidades da cidade e seus sujeitos. Ao analisar o *Globo*, vimos que, apesar de a instância jornalística ter por princípio olhar o mundo de diferentes formas, ouvindo os mais diferentes lados, o que se encontrava era um discurso que homogeneizava os sentidos e instituía "verdades" narradas pela própria instância jornalística. Apesar das narrativas dos mais diversos acontecimentos midiáticos, muitos apagamentos impossibilitaram histórias outras de serem contadas.

Uma direção de sentido foi traçada para as violências. Foi preciso desconstruir o discurso deste veículo ao longo do trabalho e, ao final, entendemos que não era o Rio que estava mais ou menos seguro, mas havia todo um discurso por trás, que dizia que a cidade estava sendo posta em liberdade do tráfico, quando, na verdade, estava propondo o aprisionamento de milhares de pessoas, dizia que o direito de ir e vir estava sendo ampliado, quando a vigília havia se tornado presente 24 horas.

Diante do que vimos, entendemos que a prática discursiva jornalística está inscrita no campo das relações de força, que é capaz de silenciar, apagar e até criar verdades sem maiores contestações. O resultado, como ressalta Mariani (1996, p. 238), é que "as notícias jornalísticas se reinscrevem, sob o efeito ideológico da evidência, da

obviedade, na direção de sentidos desejada/determinada politicamente pela formação discursiva hegemônica." Desta maneira, certos sentidos são sedimentados e outros apagados.

O que vimos no Rio de Janeiro nos últimos anos foi o desenvolvimento de um discurso exacerbado do medo sobre o qual se construíram discursos outros que permitiram que ações típicas de uma ditadura, e não de uma democracia, fossem impostas sobre determinados territórios da pobreza e, muitas vezes, com o consentimento de parte dos habitantes deste território, já que esta foi a saída apresentada como a vitoriosa.

Na enunciação jornalística, portanto, teremos violências discursivas. Aquelas que vão ganhar espaço na mídia e ajudar a transformar a realidade. Contra o tráfico na favela há uma luta, que será transformada na luta do Rio de Janeiro. Com ela, vêm junto vários simbolismos para o resgate de identidade e qualidades que o mesmo discurso hegemônico compreende como fatores que vinham sendo perdidos.

Com este trabalho, compreendemos como o discurso jornalístico tem a possibilidade de anular o real da história (Pécheux, 1981 apud Mariani, 1996, p.242), "intervindo nas contradições e apagando os sentidos de ruptura".

Ao contrário do que imaginávamos antes de dar início a esta tese, não há uma ruptura no discurso da instância jornalística entre os três governos analisados no que diz respeito às questões das violências. Não há um reposicionamento ideológico do jornal em Cabral. Neste último governo, temos a mídia aliada do governo e responsável pela difusão de discursos que atestam a eficácia da vigilância nas favelas. Não que haja uma mudança de discurso, mas o destaque midiático para as guerras contra o tráfico é tão grande, que abafa e pasteuriza os discursos negativos que ainda são vistos no jornal, por exemplo, em relação à ação violenta de policiais. Portanto, há, sim, uma trama tecida sobre a cidade, na qual, em alguns momentos, encontramos deslocamentos e ressignificações, mas no sentido de fazer prevalecer o desejo de lei e ordem e de criar um inimigo cada vez mais forte e temido, que só poderá ser combatido quando a cidade entender que está em uma guerra. Portanto, as bases do discurso permanecem as mesmas. Ainda se defende um Rio seguro pelos mesmos meios, porém, os eufemismos liberdade e pacificação têm grande efeito sobre esta cidade, que, na verdade é a da vigilância, armamento e estado de polícia.

É lembrando Milton Santos (1999) que chegamos até aqui. Além de falar do medo, este autor diz que o poder sobre o território passa para as mãos das grandes

empresas nas cidades, sendo sua gestão cada vez menos possível pelas instâncias políticas e mais pelas econômicas. Com a economia se realizando por meio da política, é a política exercida pelos agentes econômicos hegemônicos que ocupa uma posição central na atualidade.

É nesta cidade que se pensa como uma gestão que se encaixam vários projetos na área de segurança pública, entre eles o das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), que recebeu amplo apoio da iniciativa privada e de grandes empresários nacionais. Não só isso, mas todo o projeto de uma cidade empresa, com o recuo do estado em vários setores, é gestado para que o Rio seja a cidade da ordem, da segurança, da limpeza. A cidade vigiada, que controla os ímpetos e os crimes e criminosos vindos das favelas.

No primeiro capítulo desta tese, fazemos uma revisão do discurso jornalístico e da metodologia a ser usada a partir da Análise do Discurso de origem francesa, seguindo pelas questões que envolvem o medo e a ordem. Lembramos a centralidade do discurso jornalístico no mundo atual e seus efeitos de sentido, reforçados pelas regras e manuais de redação na mídia corporativa. Este discurso que se coloca como representante da transparência e como o lugar de fala autorizado para explicar o mundo. Ressaltamos em relação à forma de ver as violências como a mídia é influenciadora, por ajudar a sustentar o medo em uma criminalidade praticada por um "estereótipo de criminoso". O silêncio também é lembrado porque é com ele que o discurso jornalístico dialoga. Vasculhar os silêncios neste caso diz muito sobre o discurso jornalístico, suas intenções e interesses. Ao observar os discursos sobre a cidade, foi possível perceber o que é dito e o que é silenciado e que cidade se constrói a partir daí.

Ainda em nosso primeiro capítulo, destacamos como o discurso jornalístico sobre as favelas cariocas é importante e como ele será tratado em várias outras partes da tese, já que uma das principais tentativas deste discurso é reforçar dogmas e estereótipos sobre este espaço, negado como múltiplo, sendo visto de maneira homogeneizante e quase sempre como problema. Percebemos, ainda, que, no caso das violências, o jornal, além de trabalhar com os efeitos de verdade, ainda articula números e estatísticas, de forma a montar uma realidade que estimula o medo e, consequentemente, a necessidade de vigilância.

No segundo capítulo, Uma cartografia da violência no Rio, iniciamos nossa análise dos enunciados de *O Globo*. Neste capítulo, primeiramente, retomamos alguns autores que retratam as questões das violências. Entre eles, rememoramos Sodré, Misse, Kant de Lima, Machado da Silva e Chauí, que ressalta como alguns atos eram tão

naturalizados no país que, somente após a Constituição de 1988, passaram a ser considerados crimes, como a tortura, o espancamento, a discriminação racial e sexual. Isso se dá, principalmente, devido à pressão dos movimentos sociais.

No entanto, para a instância jornalística, muitos atos continuam naturalizados ou silenciados, enquanto outros tantos são divulgados e rememorados. Na análise de *O Globo*, em momentos dos três diferentes governos, encontramos uma maior visibilidade e uma maior cobrança em casos de crimes contra o patrimônio que, naturalmente, têm as classes média e alta como principais vítimas. Obviamente, porém, que as coberturas mais amplas envolvendo as violências ocorrem quando vidas são perdidas. Mas vidas que têm um significado diferenciado para a mídia corporativa, como a de Tim Lopes, morto na Vila Cruzeiro, em 2002. Nesta cidade, um organismo é importante para que ela se torne ideal e tranquila: os agentes de segurança. Eles também irão permear toda a tese, já que o pedido de vigilância nas ruas ecoa por todo o período analisado, com o clamor da presença das Forças Armadas em vários momentos vistos como "de exceção" pelo jornal.

Há enunciados que revelam o quanto o viver na cidade é perigoso. Uma cidade que precisa de um plano emergencial de segurança pública. Para isso, o discurso jornalístico lança mão da metáfora médica, do discurso higienista sobre as favelas e do mito da ausência do estado para que a situação das violências tenha chegado ao quadro atual. Foram mostrados alguns projetos de ocupação nas favelas, que antecedem as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs), como o Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAE). Além disso, há um apelo para a vigilância e a repressão contra as chamadas classes perigosas.

Algumas vozes ajudam na construção deste discurso jornalístico, como a do prefeito Cesar Maia, sujeito muito presente na primeira fase desta tese, por conta de seu projeto de realizar um choque de ordem no Rio de Janeiro, de insistir no aumento da vigilância policial nas ruas, onde o *Globo* cria mapeamentos para que seus leitores saibam onde estão as áreas de risco. O olhar sobre o que o periódico chama de ilegalidades em uma cidade múltipla tem espaço amplo, com a criação da série Ilegal, e Daí?, durante o governo de Cesar Maia, em 2005, e com a reestruturação da mesma série "Ilegal mesmo, e Daí?" com a chegada do sujeito Eduardo Paes, prefeito eleito em 2008. Nas ocasiões das séries, o *Globo* começa a ver as "falhas" pela cidade e, já que, pelo seu discurso, o estado não está presente, ele assume o papel de vigilante público, missão que é dada ao jornalismo moderno. A ilegalidade tem parceiros que a estimulam

e se vangloriam dela, enquanto o discurso do jornal é o lugar de dizer o que é correto, o que é o Rio legal.

Em alguns casos, o crime será contado de forma a resvalar para o espetáculo, provocando comoção nacional por meio das narrativas de cenas de barbárie e atos impiedosos praticados por sujeitos que são chamados de "monstros". Neste caso, relembramos a morte do menino João Hélio, em 2007, crime que causou comoção nacional e serviu como trampolim para o discurso do jornal em defesa da necessidade de redução da maioridade penal no país. Com várias bandeiras nas áreas de organização urbana e segurança pública, o jornal se mostra um ator social com grande poder de influência nas decisões políticas.

No capítulo 3, A construção dos sujeitos no ordenamento da cidade, trouxemos algumas vozes muito presentes na trama discursiva a respeito das violências no Rio. O primeiro grande ator é o traficante de drogas, chamado de maior inimigo do Rio de Janeiro e que tem em Fernandinho Beira-Mar a figura central. É um inimigo mau e ardiloso, muito diferente, porém, das centenas de traficantes do mundo real, que não ganham nome e nem espaços nas páginas da Editoria Rio.

De maneira generalizada e perene, o inimigo maior é o traficante, responsável por todas as mazelas do Rio. Quando a narrativa começa a mostrar que este inimigo pode ser vencido ou está ameaçado, outro inimigo se fortalece, como ocorre com as milícias a partir de 2005 e com alguns períodos de maior cobertura da instância jornalística. Mas o tráfico volta novamente a ser temido em outros momentos, assim como o desejo de destruí-lo - e tudo que vem a reboque dele – é também crescente em narrativas da mídia corporativa. Este sentimento será mais forte em Cabral, quando entendemos que a própria política pública será construída neste sentido diante do sucesso midiático das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) e do aproximar de grandes eventos, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Ainda neste capítulo, mostramos os usuários de drogas e as mais diversas formas de narrá-los, seja ora vitimizando-os e ressaltando a necessidade de encaminhá-los para tratamento de saúde, ora criminalizando-os e enredando-os na discursividade do crime e do tráfico. Outro sujeito presente nesta narrativa das violências no Rio são o milicianos, grupo que será tratado como aquele que, em determinado momento da análise, irá se confrontar com o tráfico para dominar territórios das favelas. Este sujeito terá maior visibilidade a partir do filme Tropa de Elite 2.

Ainda estão neste capítulo 3 os sujeitos agentes de segurança pública, as vozes oficiais, adolescentes a serviço do crime, os moradores da favela e os silenciados. No caso dos agentes policiais, eles são as fontes oficiais da maioria das reportagens sobre crimes e aqueles que determinam os assuntos de "maior destaque" para a imprensa, fazendo uma triagem do que deve ou não ser publicado. Em vários momentos, há clamores para que estes agentes estejam presentes nas ruas. Em outros, eles são chamados de corruptos. Este sujeito será mostrado das mais diferentes maneiras, desde o incompetente até o herói que ocupa as favelas e, depois, volta a se ressignificar como um agente da ordem apenas.

As vozes oficiais incluem não só os governantes Benedita, Rosinha e Cabral, como vários outros atores que ajudam a sustentar os discursos da instância jornalística. Entre os sujeitos destacados temos ainda os adolescentes a serviço do crime e todo um discurso que busca, cada vez mais, incriminar atitudes dos jovens e condenar seus direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda mostramos neste capítulo os moradores da favela e os silenciados. Em muitas ocasiões, estes sujeitos se confundem, já que muitos moradores da favela são silenciados em vastos momentos, porém, entre os silenciados estão as classes mais baixas de uma maneira geral, os desaparecidos, aqueles que se encaixam na ilegalidade, também fora das favelas, entre outros. Todos estes não cabem no projeto de cidade empresa. "Estas populações, (...) continuam a ser vistas como obstáculos incivilizados e desordeiros, a serem tutelados fora do mercado e colocados debaixo do tapete da cidade commodity que se quer vender ao mundo." (PIRES; QUEIROZ; KANT DE LIMA, 2010)

No quarto e último capítulo deste trabalho, chegamos à questão da Guerra do Rio. Momentos de grandes acontecimentos midiáticos, que transformam o medo em uma verdadeira epidemia, próxima do terror no discurso do jornal. Estas guerras foram analisadas em três momentos que consideramos importantes e definitivos para que, por um longo período, houvesse uma solidificação de imagem do Rio como cidade do medo, onde as pessoas estão desprotegidas e podem ser mortas por causa das violências do tráfico. Nestes momentos, enquadramos períodos que antecedem e sucedem a morte do jornalista Tim Lopes, em 2002, uma série de episódios que terminam em mortes nas ruas no final de 2006 e, finalmente, as ocupações armadas na Vila Cruzeiro e no Morro do Alemão, em novembro de 2010. Nas três ocasiões, o *Globo* criou chancelas e cadernos especiais para construir uma guerra discursiva.

Aliás, esta questão da guerra discursiva está disseminada no jornal. Ao tratar as violências urbanas no Rio de Janeiro desta maneira, a mídia não só fomenta a violência, como é mais um ator a cobrar do Estado que também fomente a violência ao invés de contê-la. Faltam políticas de prevenção e sobram políticas de vigilância e repressão, principalmente nos momentos de crise, onde se pede apenas mais policiamento, mais armamentos, mais vagas nos sistemas penitenciários. Além dos jornais, o discurso é o mesmo, independentemente se os governos são de direita, de esquerda ou de centro. Ao colocar a favela como o território de guerra e, portanto, dentro desta formação discursiva, o jornal vai silenciar sobre a favela como representante de outras realidades, silenciando sobre o seu real. Quando vai tentar olhar a favela de dentro, após as ocupações militares, o jornal irá olhar como novo tudo o que é diferente das violências. Também é comum, na maior parte da cobertura, a exposição de um morador anônimo e pacífico nas favelas, aquele que está à mercê do tráfico e da polícia, enquanto há milhares de corações, mentes e vidas pulsantes nestes territórios, pouco vistos como espaços de contestação e de criatividade na instância jornalística hegemônica.

As coberturas encontradas em *O Globo* estimulam o ódio ao outro ao sensacionalizarem os fatos e tratam a criminalidade ainda sem discutir ou cobrar outras políticas públicas. As prisões, por exemplo, são vistas sempre como a casa definitiva dos presos, além de lugares de crimes. Só se falam em políticas de repressão, políticas que reprimem o outro e não que busquem defender direitos humanos nesta área.

O sociólogo Sérgio Adorno, em entrevista ao jornal Nexo, em janeiro de 2017[21], lembra que lei e ordem não podem se contrapor a direitos humanos, mas essa equação não está satisfatoriamente resolvida nos governos brasileiros e nem mesmo na mídia. No mundo inteiro, lembra Adorno, as políticas de prevenção estão prevalecendo. O que falta na segurança pública é o mesmo pensamento que na saúde pública. Antes que uma epidemia se instale, é preciso que o Estado forneça a vacinação. Claro, que alguns, uma minoria, irão ficar doentes, mas para isso haverá ambulatórios e até hospitais para trata-los. Esta visão preventiva não existe na segurança pública no país e nem na cobertura das violências na mídia.

Chegamos ao final acreditando haver na instância jornalística o que podemos chamar de violências discursivas, que são aquelas construídas pelas vozes dos mesmos sujeitos, sempre ouvidos pela mídia corporativa para explicar os fatos cotidianos da

[21] http://nevusp.org/blog/2017/01/13/como-a-violencia-se-tornou-uma-marca-da-sociedade-brasileira-nexo-jornal-120107/ Acesso em 1 de fevereiro de 2017.

cidade. Estes sujeitos midiáticos ajudam a construir a realidade sobre as violências no Rio. A imprensa alimenta o consenso de que, para combater o crime, basta o aumento do rigor na punição dos criminosos. Essa evidência é opaca ao apagar o caráter material da palavra. Desta forma, buscamos mostrar, com as reportagens, como o discurso da criminalidade se textualiza, silenciando sentidos outros e parecendo que aquilo que foi dito só poderia ser daquela forma.

As violências discursivas tornam-se mais evidentes após a tomada do Complexo do Alemão. Isso porque nenhum outro crime interessa nesse dia, nenhum outro território é visto como violento. Ao jornal, basta o domínio do que ele chama de bunker do tráfico. Isso é suficiente para tornar o "Rio de Janeiro nosso". Mesmo que outros crimes tenham ocorrido pela cidade, mesmo que o número de homicídios tenha sido alto em outras partes do Rio naquele dia, ainda assim, a cidade vive o simbólico dia da paz.

Ao contrário de todo o discurso de liberdade que abre as asas sobre nós, ao contrário da chegada da democracia nas favelas, ao contrário de tudo o que se prega e se diz em vários momentos analisados de *O Globo* o que se tem é um aprisionamento de ideias, uma homogeneização dos pobres, um cerceamento do ir e vir, um controle agigantado pelo aparato do estado. O mesmo estado que leva o fuzil para o território é aquele que falha em muitos outros setores.

Finalmente, concluímos que, no discurso de *O Globo* sobre as violências, há paráfrases e polissemias, aberturas, fechamentos e deslizamentos de sentidos. Alguns discursos são reiterados ao longo do caminho, como aqueles que se referem ao que remete ao medo, à desordem e à ilegalidade. Em alguns casos, principalmente nos relacionados aos sujeitos, há deslocamentos de discurso e algumas prenunciações de outras formações discursivas. No entanto, a maior virada se dá após a última guerra do tráfico analisada nas favelas, quando estas se apresentam como um lugar finalmente livre em que a antiga felicidade perdida volta a ser possível. Apesar da abertura de sentido neste caso, a memória estabilizada não será anulada. Portanto, mesmo que haja uma vontade de determinar esta mudança, por meio do *Globo*, ela não será suficiente para produzir um novo discurso.

Ao concluirmos, trazemos Sodré (2014), ao mostrar com mais ênfase determinadas violências, em detrimento de outras, seja porque há audiência nisso ou por outras questões de fundo, a mídia tem colaborado para aumentar a sensação de insegurança das pessoas também sempre com uma sistematicidade, ou seja, sempre em

relação aos mesmos “inimigos”. Portanto, a rua, qualquer outro espaço público e até os espaços privados das cidades tornam-se lugares vulneráveis no imaginário das pessoas.

Mas a mesma mídia que cobra reforço e punição do estado, mostra que este estado não tem sido capaz de garantir proteção para o que ela chama de “cidadãos de bem”. Assim a sensação de medo deste público também pode estar associada à degradação da confiança nas instâncias oficiais que deveriam garantir a segurança pública.

Desta maneira, a vida na cidade segue, como se a violência não fizesse parte da natureza humana e como se fosse possível separá-la e contê-la em guetos. Enquanto se fala desta violência anômica, as outras violências institucionais permanecem presentes, sendo naturalizadas nesta cidade, onde o homem precisa sobreviver e se reinventar. Assim, com a colaboração da imprensa, muitas cenas da violência vão se banalizando, porque outras virão velozmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, E.R.; CARUSO, H.; PATRÍCIO, L. **Tensões e desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro**: o caso do Grupo de Policiamento em Áreas Especiais. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 39-52, jul./dez. 2007. Disponível em http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_04.pdf . Acessado em 2 de setembro de 2015.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALVES, Wedencley. **Discurso e ciência**: a compreensão discursiva do jornalismo científico. Web-revista Discursividade. www.discursividade.pro.br. 2004.

____ . O "poder paralelo" da imprensa: uma contribuição semântico-discursiva para análises de agenda setting. in: RODRIGUES, M. e ALVES, W.(org) **Discurso e sentido**: questões em torno da midia do ensino e da história". São Paulo: Claraluz, 2007.

APPADURAI, Arjun. **Soberania sem territorialidade**, in Novos Estudos CEBRAP, 49, nov./1997.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. **Entre a transparência e a opacidade**: um estudo enunciativo do sentido. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

_____. **Palavras incertas***:* as não-coincidências do dizer.Campinas, SP: editora da Unicamp, 1998.

AZEVEDO, André Nunes de. **A Capitalidade do Rio de Janeiro**: Um exercício de reflexão histórica. In: _____ (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural/NAPE/DEPEXT/SR-3-UERJ, 2002.

BAKHTIN. Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

BAUMAN, Zigmunt. **Comunidade** - a busca por segurança no mundo atual. Trad. Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.BENETTI, Márcia; LAGO, Cláudia (Orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, 286p.

BENEVIDES, Maria Victoria. **Violência, povo e polícia.** São Paulo: Brasiliense/CEDEC, 1983.

BENJAMIN. Walter. **Magia, técnica, arte e política**. Obras escolhidas, vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BORGES, Wilson Couto. **Narrativas jornalísticas como produção material da cultura**: a presença do imaginário na construção ideológica em torno da criminalidade. Instituto de Arte e Comunicação Social (Iacs), Niterói, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas (SP): Unicamp, 2006.

CANCLINI, Nestor G. **Culturas híbridas.** Estratégias para entrar e sair da modernidade. Trad. CINTRÃO, Heloísa Pezza. LESSA, Ana Regina. São Paulo. Editora Edusp, 1997.

CANO, Ignácio, LEMGRUBER, Julita & MUSUMECI, Leonarda. **Quem vigia os vigias?** Rio de Janeiro. Editora Record. 2003.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. Remilitarização da segurança pública – a Operação Rio. In: Discursos Sediciosos, nº 1. Rio de Janeiro: Relume Dumará/Instituto Carioca de Criminologia, 1996.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**, vol 1: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

CAMARGO. Jean Carlos Gomes. **Ecolimites ou sócio-limites?** Observatório das Metrópoles. 2012. http://www.observatoriodasmetropoles. Acesso em 11 de marcço de 2017.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Ed. Fund. Perseu Abramo, 2007.

COIMBRA, Cecília. **Operação Rio**. O mito das classes perigosas: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do autor; Niteroi: Intertexto, 2001.

COMPANS, Rose**. A cidade contra a favela**. A nova ameaça ambiental. Estudos urbanos e regionais V. 9, n. 1, maio 2007.

CORREIA, João Carlos. **Sociedade e comunicação**: estudos sobre jornalismo e identidades. Série Estudos em Comunicação. Direção: António Fidalgo. Serviços Gráficos da Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2005.

COSTA, António Firmino da. Identidades culturais urbanas em época de globalização. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: Anpocs, v.17, n.48, , fev. 2002. ISBN 0102-6909, p.15-30.

COSTA, Greciely Cristina da. Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas (SP). Tese (doutorado), 2011.

COURTINE, J.J. **Decifrar o corpo:** pensar com Foucault. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DA MATTA, Roberto. **As raízes da violência no Brasil**: reflexões de um antropólogo social, in A Violência Brasileira. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1982.

DAEMON, Flora. Um crime de esquerda? Artigo apresentado no 3º Encontro Regional Sudeste da História da Mídia. 2014. file:///C:/Users/usuario/Downloads/Flora_Daemon-GTHistoriadoJornalismo_%20(2).pdf Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

DIRETRIZ de Planejamento n. 23/00. Bol. PM, Rio de Janeiro, n. 37, 9 ago. 2000.

ESPOSITO, Roberto. **Communitas: origine e destino della comunità**. Torino: Einaudi Editori, 1998.

FACINA, Adriana. "**Sobreviver e sonhar**: reflexões sobre cultura e "pacificação" no Complexo do Alemão." IN: PEDRINHA, Roberta Duboc e FERNANDES, Márcia Adriana (org.). Escritos transdisciplinares de criminologia, direito e processo penal: homenagem aos mestres Vera Malaguti e Nilo Batista. Rio de Janeiro, Revan, 2014. P. 39-48.

FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Do discurso ao concreto**: efeitos de sentido sobre os muros que estão sendo construídos nas favelas cariocas. Estudos da Lingua(gem). Vitória da conquista, v. 9, p-137-154, 2011.

FÍGARO, Roseli (org.). **Comunicação e Análise do Discurso**. São Paulo, Editora Contexto, 2012.

Folha de S. Paulo. Manual da redação da Folha de S.Paulo. São Paulo: Folha de S.Paulo, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da sexualidade I** – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2008.

_____. **O que é um autor?** Portugal: Veja/Passagem, 2002.

_____. **Os anormais.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Segurança, Território, População**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE FILHO, João. VAZ, Paulo. **Construções do tempo e do outro**: representações e discursos midiáticos sobre a alteridade. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda, 2006.

GARCIA, L. (org.) (1993) **Manual de Redação e Estilo** – O Globo. São Paulo: Globo

GOMES, Luiz Flávio. Diminuição da violência na cidade do Rio de Janeiro não é o bastante. **www.olharjuridico.com.br/artigos/exibir.asp** . Acessado em 12 de setembro de 2012.

GREGOLIN, M.R. **Formação discursiva, redes de memória e trajetos sociais de sentido**: mídia e produção de identidades. São Paulo: UNESP, 2007.

GUGLIANELLI, Ana Paula. Os espaços vigiados: cidade e controle social. **Discursos Sediciosos**. nº 12 Revista Instituto Carioca de Criminologia. Rio de Janeiro: Revan, 2002. p. 225-240.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org); trad. Adelaine La Guardia Resende et al. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HARVEY, David. **Ciudades rebeldes**. Del derecho de la ciudad a la revolucion urbana. Tradução: Juanmari Madariaga. Gráficas Varona S.A. Salamanca, 2013.

INDURSKY, Freda**. A fala dos quartéis e as outras vozes**. 2.ed. Campinas, SP, Editora da Unicamp, 2013.
KANT DE LIMA, Roberto. **A administração dos conflitos no Brasil**: a lógica da punição, in VELHO, G. e ALVITO, M. Cidadania e violência. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/ED. FGV, 1996.

_____. Cultura Jurídica e Práticas Policiais: a tradição inquisitorial. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.10, n.4, p.65-84, jun. 1989.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. **Medos urbanos e mídia**: o imaginário sobre juventude e violência no Brasil atual. Sociedade e Estado. Vol.26 nº 3. Brasília Sept./Dec. 2011. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922011000300003&script=sci_arttext Acesso em 06/07/2014

LAGAZZI-RODRIGUES, Suzi. **A discussão do sujeito no movimento do discurso**. Campinas: Unicamp-IEL (tese de doutoramento), 1998.

LEITE, Márcia Pereira. **Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação**": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. Rev. Brasileira Segurança pública | São Paulo v. 6, n. 2, 374-389 Ago/Set 2012. file:///C:/Users/Cliente/Downloads/Leite(2012)%20(1).pdf. Acesso em 6 de janeiro de 2017.

MACHADO, Marcia Benetti & JACKS, Nilda. **O discurso jornalístico**. GT Estudos de Jornalismo. X Compós. 2001.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Vida sob cerco**: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

_____. **Sociabilidade violenta**: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

_____. **Sociabilidade Violenta**: uma dificuldade a mais para a ação coletiva nas favelas. https://pt.scribd.com/doc/46593716/Sociabilidade-Violenta-Machado-Da-Silva; Acesso em 12 de fevereiro de 2017.

_____. "**Violência urbana", segurança pública e favelas** - o caso do Rio de Janeiro atual. **Cad. CRH vol.23 no.59 Salvador May/Aug. 2010**
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792010000200006 Acesso em 17 de fevereiro de 2017.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio; PEREIRA LEITE, Márcia; FRIDMAN, Luis Carlos. Estudo de caso Matar, morrer, "civilizar": o "problema da segurança pública" 2 MAPAS | monitoramento ativo da participação da sociedade MATAR, MORRER, "CIVILIZAR": O "PROBLEMA DA SEGURANÇA PÚBLICA"

MALAGUTI BATISTA, Vera. **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Dois tempos de uma história. 2ed, Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003a.

_____. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ICI/Revan, 2003b.

_____. **Paz Armada**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2012.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendência em análise do discurso**. 2. Ed. Campinas: Pontes, 1993.

_____. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez, 2008.

MARCONDES FILHO, C. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2000.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O Comunismo Imaginário.** Práticas discursivas sobre o PCB (1922-1989). Tese (doutorado). Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, SP, 1996.

_____. **Discurso e Instituição**: a Imprensa. In: Rua, Campinas, nº 5, 1999, p 47-61.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille**. On the Postcolony**. University of California Press. 2001.

MENDONÇA, Kleber Santos de. **A inversão do olhar**. Perspectivas para a análise de discurso nos estudos da comunicação. XIX Encontro da Compôs. PUC-RJ, Rio de Janeiro, junho de 2010 (a).

_____. **A punição pela audiência** - um estudo do Linha Direta. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2002.

_____. **Entre o mito da retomada do território e a política de silêncio**: uma análise do discurso do RJTV sobre a "Pacificação" da Rocinha. Comunicação & Inovação, PPGCOM/USCS v. 16, n. 31 (43-58) maio-ago 2015. Acesso em 05/01/2017. http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_comunicacao_inovacao/article/viewFile/3094/1765

_____. **O imperador da Chatuba**: o jogador Adriano entre a delinquência e o discurso de "pacificação" da cidade. XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Intercom, Caxias do Sul, 2010 (b).

_____. **O RJTV e a (re)urbanização do Rio**: uma cartografia da violência no discurso telejornalístico de pacificação. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Recife, PE – 2 a 6 de setembro de 2011. http://www.geografias.net.br/papers/2011/r6-1256-1.pdf Acesso em 05 de janeiro de 2017.

_____. **Tramas discursivas**: apontamento para a análise dos efeitos de sentido no telejornalismo brasileiro. In: Análise de Telejornalismo – desafios teórico-metodológicos. Org: GOMES, Itania Maria Mota. Edufba, 2012.

MESQUITA, Wania Amélia Belchior. **"Tranquilidade" sob uma ordem violenta**: o controle social da 'mineira' em uma favela carioca. P. 227-248. In: MACHADO DA SILVA, Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Informação, Análise Criminal e Sentimento de (in) Segurança**. p. 14-41. In: A Análise Criminal e o Planejamento Operacional. V. 1. Rio de Janeiro: Riosegurança, 2008. Acesso em 10/02/2014. http://pt.scribd.com/doc/49771673/a-analise-criminal-e-o-planejamento-operacional

MISSE, Michel. **Sobre a construção social do crime no Brasil**: esboços de uma interpretação, in Acusados e Acusadores. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2008.

_____. *et all*. Autos de resistência: uma análise dos homicídios cometidos por policias na cidade do Rio de Janeiro (2001-2011). 2011. http://www.pm.es.gov.br/download/policiainterativa/PesquisaAutoResistencia.pdf Acesso em 19 de março de 2017.

MISSE, Michel. GRILLO, Carolina Christoph; NERI, Natasha Elbas. **Letalidade policial e indiferença legal**: A apuração judiciária dos 'autos de resistência' no Rio de Janeiro (2001-2011). DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Edição Especial no 1 - 2015 - pp. 43-71. http://revistadil.dominiotemporario.com/doc/DILEMAS-E1-Art2.pdf Acesso em 18 de fevereiro de 2017.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Jogos semânticos, efeitos de sentido e ação cognitiva nas notícias**. XV Compós. Bauru/SP – 2006.

_____. **O trabalho simbólico da notícia**. XII Reunião Anual da Compós - Recife, Pernambuco – Junho 2002.

MORETZSOHN, Sylvia. O caso Tim Lopes: o mito da "mídia cidadã". http://www.eticaejornalismo.uff.br/ARTIGOS/3.pdf. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

NUNES, José Horta. **Os sentidos da metrópole**: saber urbano e jornalismo. Estudos Linguísticos. São Paulo p. 1.166-1.178, set-dez 2014.

O Estado de S. Paulo. Manual de redação e estilo. 3. ed. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1997.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Análise de Discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2001a.

_____. **Cidade atravessada**: os sentidos públicos no espaço urbano. Campinas: Pontes, 2001b.

_____. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

_____. **Discurso e leitura**. São Paulo, Cortez, 1993.

_____. **Discurso e texto**. Formação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001c.

_____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas. SP: Pontes, 2012.

_____. **Do sujeito na história e no simbólico**. In: Contextos Epistemológicos da Análise de Discurso, n. 4, Laboratório de Estudos Urbanos, Unicamp, 1999.

PAIVA, Raquel. LACERDA, Juciano de Sousa, SALDANHA, Patrícia Gonçalves. **INPECC investiga perfil dos estudos sobre comunidade na área da comunicação.** Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do XXIII Encontro Anual da Compós, na Universidade Federal do Pará, Belém, de 27 a 30 de maio de 2014.

PASSOS, Eduardo. EIRADO, André do. **Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador**. In: Pistas do Método da cartografia. PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana da. (Org). Porto Alegre: Sulina, 2009.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso, estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1997.

_____.Papel da Memória. In: Achard. P. et all. **Papel da Memória**. Campinas, Pontes, 1999, p. 49-56

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio**.** Campinas: Unicamp, 1997.

PÊCHEUX, M. e FUCHS. C**. A propósito da Análise Automática do Discurso**: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs) Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. [Trad. Bethânia Mariani ET al] 3 ed. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1997, PP. 163-252.

PIRES, Lenin; RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; KANT DE LIMA, Roberto. **Entre a guerra e a pacificação**: paradoxos da administração institucional de conflitos no Rio de Janeiro. 2010. www.observatoriodasmetropoles . Acesso em 19 de março de 2017.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. Edital do Concurso Favela- Bairro. Rio de Janeiro, 1994.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela. **Mídia e violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Iuperj. Rio de Janeiro. 2007.

RANCIÉRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de janeiro: Contraponto, 2012.

_____. **Arte e política**. Revista Cult. Edição 139, 2010. Acesso em 30 jul. 2014. Fonte: http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/

RESENDE, Fernando. A **narratividade do discurso jornalístico**. A questão do outro. Rumores. Revista Online de Comunicação, Linguagem e Mídias, USP. V. 1, n. 6, Set-dez. 2009. http://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/51173/55243.

_____. **O jornalismo e suas narrativas**: as brechas do discurso e as possibilidades do encontro. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, p. 31-43, dez. 2009 b.

_____. **Às desordens e aos sentidos: a narrativa como problema de pesquisa**. In: SILVA, G., KUNSCH, D. 2011.

RICOEUR, Paul. A **memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007

RODRIGUES, Andréa. FERREIRA, Lúcia Maria Alves. **Acontecimento e(m) discurso**: a disputa de sentidos sobre a ocupação de uma favela carioca em relatos jornalísticos e estrangeiros. Signum: Estudos Linguísticos. Londrina, n 16/1 p. 121-147, Jun. 2013.

RODRIGUES, Felipe. **O silêncio nos morros**: relações de sentido silenciadas presentes nos livros Abusado e Cidade Partida. RUA [online]. 2012, no. 18. Volume 2 - ISSN 1413-2109 Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade http://www.labeurb.unicamp.br/rua/

RODRIGUES, Marlon Leal. **MST: discurso da reforma agrária pela ocupação**. Acontecimento discursivo. Tese apresentada ao Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Unicamp, Campinas-SP, 2006. 276 p.

ROEDEL, Hiran. Uma cidade de muitos lugares. In: VIEIRA, Fernando A.; ROEDEL, Hiran (Org). **Rio de Janeiro – panorama sociocultural**. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2004.

SANTOS, Marco Antonio Cabral. Criminalizando a pobreza: implicações entre ação policial e políticas médico-sanitárias em São Paulo (1890-1920). **Revista de Humanidades**. Departamento de História e Geografia da Universidade Centro de Ensino Superior do Serido – Campus de Caico. V. 07. n. 17, Natal, ago/set. 2005. ISSN – 1518-3394. Disponível em: <http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme>. Acesso em: 20.Ago.2011.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O território e o saber local**: algumas categorias de análise. In: Cadernos IPPUR, ano XIII, nº 2: 15 – 26, ago-dez, 1999.

SENNETT, Richard. **Carne e Pedra**. O corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.

SENTO-SÉ, João Trajano. **Violência, Medo e Mídia**. Notas para um programa de pesquisa. Disponível em: http://www.lav.uerj.br/docs/art/jt/jt_2003-COMUM.pdf . Acesso em 06/07/2014

SERRA, Carlos Henrique Aguiar; ZACCONE, Orlando. Guerra é paz: os paradoxos da política de segurança de confronto humanitário. In: MALAGUTI BATISTA, Vera (ORG.) **Paz Armada**. Revan, 2013. p. 23-46.

SILVA, Aurélio José da. **Violência é caso de mídia, de polícia ou de política?** Mediação/ Universidade Fumec, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. Vol. 12, nº 1 (jul/dez. 2010). Belo Horizonte: Universidade Fumec, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. p. 41-51.

SILVA, Jailson de Souza; FERNANDES, Fernando Lannes; BRAGA, Raquel Willadino. Grupos criminosos armados com domínio de território. Reflexões sobre a territorialidade na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: **Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro** / organização, Justiça Global. - Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2008. www.dhnet.org.br/dados/relato**rio**s/r_jglobal/r_jg_**rj_milicias**.pdf. Acesso em 17 Jan. 2015.

SIMMEL, Georg. **A metrópole e a vida mental**. Tradução: Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio G.(org), O fenômeno urbano, Rio de Janeiro: Guanabara, 1987 (1902).

SOARES, Luiz Eduardo. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____. **Meu casaco de General**: 500 dias no front da Segurança Pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 475 pp.

_____. **Geografia da violência no Rio de Janeiro**. Folha de S.Paulo, 13/10/2004. In: http://www.observatoriodeseguranca.org/imprensa/les1. Acessado em 13 de setembro de 2012.

SOARES, Bárbara; LEMGRUBER, Julita; MUSUMECI, Leonarda e RAMOS, Silvia. O que pensam os policiais. **Revista Ciência Hoje**. Vol. 49, n. 294, julho de 2012.

SODRÉ, Muniz. **O social irradiado: violência urbana, neogrotesco e mídia**. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

_____. Entre o medo e o terror. Disponível em http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/showNews/jd130220024.htm . Acesso em 29/06/2014

_____.**Violência como epidemia.** 20/05/2014. Disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_ed799_violencia_como_epidemia . Acesso em 06/07/2014.
SODRÉ, Muniz e PAIVA, Raquel. **A produção midiática e as narrativas da violência**. UFRJ.

SOUSA, Jorge Pedro. Uma história breve do jornalismo no Ocidente. In: SOUSA, Jorge Pedro (Org.), **Jornalismo:** história, teoria e metodologia da pesquisa. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. p. 12-93.

SOUZA, Hugo R.C. et al. Todo crime é político. Revista Carta Capital, 2003. www.pdt-rj.org.br/.../**Entrevista**%20de%20**Nilo**%20**Batista**%20para%20a... Acesso em 10 jul. 2015.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando. Juventude, controle e memória. 39º Encontro Anual da ANPOCS GT36 - Sociologia da Adolescência e da Juventude, 2015. http://anpocs.org/index.php/papers-39-encontro/gt/gt36/9790-juventude-controle-e-memoria/file Acesso em 21 fev. 2017.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo** - Volume I: Por que as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. Ed.,2005.

_____. **Teorias do Jornalismo** - Volume II: A tribo jornalística - uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, 2005.

VAINER, Carlos. **Utopias urbanas e o desafio democrático**. In: Revista Paranaense de Desenvolvimento, Governo do Estado do Paraná, 2003, s/p.

VALLADARES, Lícia. **A invenção da favela**: do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo, Companhia das Letras, 1994.

VIANNA, Hermano. **Velocidade**. Texto publicado no Segundo Caderno de "O Globo" em 26/07/2013. Disponível em https://hermanovianna.wordpress.com/tag/paul-virilio/. Acesso em 16/07/2014.

VIRILIO, Paul. **The administration of fear**. Los Angeles: Ed Semiotex, 2007.

VIZEU, Alfredo. **A produção de sentidos no jornalismo**: da Teoria da Enunciação à Enunciação Jornalística. Anuário Internacional de Comunicação Lusófana. 2004.

WACQUANT, Loïc. **Punir os pobres**: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

ZACCONE, Orlando. **Acionistas do nada**. Quem são os traficantes de drogas. Rio de Janeiro. Editora Revan: 2007. http://www.academia.edu/18996709/Acionistas_do_nada_Quem_so_os_traficantes_de_drogas_orlando_zaccone Aceso em 22 de Fev. 2017.

ZALUAR, Alba et ALVITO, Marcos. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

ZALUAR, A.; CONCEIÇÃO, I. S. **Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro**: que paz?. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 21, n. 2, p. 89-101, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.seade.gov.br>; <http://www.scielo.br>. Acesso em 17 Jan. 2016.

http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html

http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/entrevista-jacques-ranciere/ LONGMAN, Gabriela. VIANA, Diego. Entrevista – Jacques Rancière. A associação entre arte e política segundo o filósofo Jacques Rancière. Acesso em 20 de julho de 2014.
http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/roberto-marinho/sobre.htm

ANEXO

Lista de matérias analisadas no jornal *O Globo*

1) Emergência contra o crime – Editoria Rio, p. 14, 07/04/2002

2) Benedita visita igreja e conta com fé para diminuir índice de violência – Editoria Rio, p. 11, 08/04/2002

3) Policiamento vai ser reforçado em 12 áreas – Editoria Rio, p. 18, 06/04/2002

4) Dose dupla contra a violência – Editoria Rio, p. 16, 21/04/2002

5) Rio pode ter mais PMs à noite – Editoria Rio, p. 11, 09/04/2002

6) Protesto e tiros fecham Linha Vermelha – Editoria Rio, p. 16, 26/04/2002

7) Reage Tijuca – Editoria Rio, p. 12, 13/04/2002

8) Corpo esquartejado é achado em Copacabana – Editoria Rio – p. 17, 11/04/2002

9) Cidade fantasma – Editoria Rio, p. 15, 26/05/2002

10) Direito de ir e vir ameaçado – Editoria Rio, p. 12, 30/05/2002

11) A rua que leva ao medo – Editoria Rio, p. 13, 30/05/2002

12) O feriado do terror – Editoria Rio, p. 16, 01º/10/2002

13) Verba federal para favelas – Editoria Rio, p. 21, 12/01/2003

14) Turistas franceses são assaltados e agredidos – Editoria Rio, p. 9, 01/09/2003

15) Morre comerciante chinês – Editoria Rio, p. 17, 05/09/2003

16) Limite da violência – Editoria Rio, p. 8, 12/04/2004

17) Nova lei para coberturas – Editoria Rio, p. 8/ 11/10/2004

18) "O problema das favelas é a taxa de fertilidade" – Editoria Rio, p. 18, 10/10/2004

19) Ilegal. E daí? A prefeitura não pode agir – Editoria Rio, 2/10/2005

20) Ilegal. E daí? A solução nas mãos de Cesar – Editoria Rio, p. 8, 3/10/2005

21) Casas que ameaçam o verde – Editoria Rio, p, 19, 13/11/2005

22) Assalto a residência tira a saúde dos cariocas – Editoria Rio, p. 29, 13/11/2005

23) O êxodo no rastro da violência - Editoria Rio, p. 18, 16/04/2006

24) Favelização no asfalto – Caderno Zona Norte, ps. 1 e 3, 16/04/2006

25) A conta da insegurança – Editoria Rio, p. 12, 26/01/2007

26) A cidade chora por João - Editoria Rio, p. 11, 12, 13, 14, 15, 9/02/2007

27) Estresse para todos – Editoria Rio, p. 17, 1/07/2007

28) O sonho Olímpico não acabou – Editoria Rio, p. 12, 05/06/2008

29) Cai o número de homicídios – Editoria Rio, p. 11, 02/07/2008

30) Ilegal mesmo. E daí? O tempo passa, a desordem não. Editoria Rio, p. 16, 20/07/2008

31) Favela S/A. Os brasileiros que vivem no capitalismo selvagem – Editoria Rio, p. 18, 24/08/2008

32) Novo prefeito. A ilegalidade vai ao chão. Editoria Rio, p. 10, 06/01/2009. Poluição visual inspirou a série Ilegal e daí, p. 10, 07/01/2009

33) O mapa da desordem na Tijuca – Editoria Rio, p. 8, 24/02/2009

34) Democracia nas favelas. Cidadania lenta e gradual, Polícia par mil e uma utilidades, Liberdade vigiada. Editoria Rio. 09/08/2009, 14/08/2009 e 15/08/2009

35) Prefeitura removerá 119 favelas. Editoria Rio, p. 13, 08/01/2010

36) Ilegal. E daí? Chega ao Twitter. Jornais de Bairro, p. 5, 16/10/2010

37) Alta voltagem contra a desordem. Editoria Rio, p. 17, 14/11/2010

38) Paes promete acabar com o "E daí" do ilegal, Editoria Rio, p. 28, 14/11/2010

39) O 11 de setembro foi aqui, Editoria Rio, p. 14, 12/09/2002

40) Tráfico fecha comércio e escolas em 9 bairros, Editoria Rio, p. 16, 17/09/2002

41) O que eles tinham com isso?, Editoria Rio, p. 17, 1/12/2005

42) Usuários de drogas: vítimas ou aliados do crime?, Editoria Rio. Série O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? 17/6/2002

43)Nos trilhos do pó, Editoria Rio, p. 18, 15/04/2007

44) A polícia paralela, Editoria Rio, p. 19, 10/12/2006

45) Jornalistas são torturados por milicianos, Editoria Rio, p. 31, 1/6/2008

46) Seis anos da morte de Tim Lopes, Editoria Rio, p. 31, 1/6/2008

47) Um atentado à liberdade de informação, Editoria Rio, p. 31, 1/6/2008

48) Suspeitos de milícias tentam envolver deputados, Editoria O País. Eleições 2008, p. 8, 10/9/2008

49) O avanço das milícias, Editoria Rio, p. 32, 7/11/2010

50) Policiais do Rio são os mais denunciados por crime de corrupção, Editoria Rio, p. 14, 17/9/2002

51) Sobram crimes, faltam provas e até acusados, Editoria Rio, p. 38, 5/12/2004

52) Mortes de PMs batem novo recorde em janeiro, Editoria Rio, p. 17, 1/02/2005

53) Bope vai treinar policiais da Força Nacional, Editoria Rio, p. 17, 1/02/2005

54) Sinais de execução, Editoria Rio, p. 16, 2/11/2007

55) Favela Livre. Um claro objeto de desejo, Editoria Rio, p. 16, 12/12/2010

56) Conivência possibilitou mortes em Bangu, Editoria Rio, p. 15, 12/09/2002

57) Benedita assume com plano de emergência para segurança, Editoria Rio, p. 14, 7/04/2002

58) Uma secretaria só para os presos, Editoria Rio, p. 12, 26/12/2002

59) O xerife Garotinho, Editoria Rio, p. 13, 24/04/2003

60) Vias expressas mais seguras, Editoria Rio, p. 12, 3/01/2007

61) Cerco aos sinais de corrupção, Editoria Rio, p. 14, 14/01/2007

62) Alemão terá batalhões de campanha, EditoriaRio, p. 22, 2/12/2010

63) Crime sem castigo, Editoria Rio, p. 16, 24/11/2006

64) Grupo de menores se reúne na Lapa para usar drogas e assaltar pedestres, Editoria Rio, p. 18, 13/07/2002
65) Os garotos de Ipanema, Editoria Rio, p. 15, 16/03/2004
66) Gangue vivia em subterrâneo de Ipanema, Editoria Rio, p. 15, 16/03/2004
67) Meninos do tráfico que caminham para a morte, Editoria Rio, p. 10, 24/11/2006
68) O primeiro e último emprego, Editoria Rio, p. 20, 8/12/2002
69) Tráfico volta a impor medo. Bandidos se enfrentam e deixam às escuras parte de Santa Teresa e Rio Comprido, Editoria Rio, p. 14, 28/05/2002
70) Violência dos bandidos gera os refugiados do tráfico, Editoria Rio, p. 14, 28/05/2002
71) Quando o bairro vira favela, Editoria Rio, p. 10, 10/11/2003
72) Rompendo o silêncio dos Inocentes, Editoria Rio, p. 18, 12/12/2010
73) Postais de uma cidade partida, Editorai Rio, p. 20, 9/10/2005
74) A Voz da favela, Editoria Rio, p. 17, 23/03/2008
75) Um arsenal de guerra no Alemão, Editoria Rio, 10/06/2002
76) Tráfico muda a rotina de dois bairros num dia, Editoria Rio, p. 15, 6/06/2002
77) Tráfico volta a atacar a PM, Editoria Rio, p. 13, 28/06/2002
78) Negociação fracassa, e Alemão será invadido, Caderno Especial A Guerra do Rio, p. 1, 28/11/2010
79) Ajuda federal na segurança. Novo Governo, Editoria Rio, p. 18, 2/01/2007
80) Um exército de policiais caça Elias Maluco, Editoria Rio, p. 15, 13/06/2002
81) Funk no batidão do tráfico?, Editoria Rio, p. 20, 12/06/2002
82) Favelas. Melhores, porém, mais violentas. O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico?, Editoria Rio, p. 14, 13/06/2002
83) Justiça cega até demais, Editoria Rio, p. 16, 15/06/2002
84) Violência mata mais cedo, Editoria Rio, p. 11, 17/06/2002
85) Violência faz a família rediscutir o seu papel, Editoria Rio, p. 17, 18/06/2002
86) Especialistas discutem se baixos salários levam policiais para o crime, Editoria Rio, p. 16, 20/06/2002
87) Setor privado do Rio tem perdas de R$ 8 bi por ano por causa da violência, Editoria Rio, p. 17, 21/06/2002
88) Iniciativas mantêm jovens longe das drogas, Editoria Rio, p. 18, 22/06/2002
89) Um confronto de opiniões quase empatado. O Rio está perdendo a guerra contra o tráfico? Editoria Rio, p. 22, 23/06/2002
90) Prefeitura só dará autorização para bailes com o aval da PM, Editoria Rio, p. 21, 12/06/2002
91) Senado aprova pena maior para crimes de tráfico, Editoria Rio, p. 22, 12/06/2002
92) Pelo rádio, PM faz homenagem às milícias. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 20, 1/01/2007
93) Rosinha descarta ajuda do Governo federal, Editoria Rio, p.16, 29/12/2006

94) Medo da violência bate às portas de 2007, A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 17, 29/12/2006
95) Ataques por causa de milícias, Editoria Rio, p. 10, 29/12/2006
96) Para especialistas, falta coordenação. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 17, 29/12/2006
97) Em 20 horas, 15 ataques, 18 mortos e 23 feridos, A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 12, 29/12/2006
98) Em ato heroico, mãe salva filho, mas morre, A Guerra do Rio Editoria Rio, p. 15, 29/12/2006
99) É justo uma mãe enterrar os filhos?, A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 13, 30/12/2006
100) Traficante preso ordenou os ataques. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 25, 30/12/2006
101) Setor hoteleiro teme prejuízo no réveillon. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 19, 30/12/2006
102) Na Polícia Rodoviária, uma rotina de precariedade, A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 16, 14/01/2007
103) Lula oferece ajuda, com informações e envio de agentes da Força Nacional. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 25, 31/12/2006
104) Especialista sugere até o estado de Defesa. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 18, 1/01/2007
105) A barbaridade que ocorreu no Rio não é crime comum, é terrorismo. Editoria O País, p. 3, 2/01/2007
106) Lula poderá propor mudanças na legislação. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 13, 3/01/2007
107) Cariocas assistem a fuga pela televisão. Caderno Especial A Guerra do Rio, p. 14, 26/11/2010
108) O Dia D da guerra do tráfico. Capa do jornal, 26/11/2010
109) População aplaude a passagem da tropa. Caderno Especial A Guerr do Rio, p. 4, 26/11/2010
110) Ataque incendiário. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 10, 22/11/2010
111) Autoridades de Estado evitam comentar o caso, Editoria Rio, p. 10, 22/11/2010
112) A união do crime contra as UPPs. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 17, 24/11/2010
113) A hora da verdade para as UPPs. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 16, 23/11/2010
114) Ordem para ataques no Rio partiu há dois meses de presídio federal, Editoria Rio, p. 16, 23/11/2010
115) Especialistas: ataques exigem resposta forte. A Guerra do Rio, Editorai Rio, p. 18, 23/11/2010
116) No passado, outras ações semelhantes, Editoria Rio. P. 19, 24/11/2010
117) Ataques são notícia no exterior, Editoria Rio, p. 20, 24/11/2010
118) Com R$ 340 mi, seria possível policia todas as favelas do Rio. Capa, 16/08/2009
119) Uma pacificação possível, Editoria Rio, p. 10, 13/12/2010

120) PM avança para ocupar o bunker do tráfico na Penha. A Guerra do Rio. Capa do jornal. 25/11/2010

121) Medo deixa vias livres de engarrafamentos. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 19, 24/11/2010

122) A fortaleza era de papel. Caderno especial A Guerra do Rio, p. 1, 26/11/2010

123) A reconquista da Vila Cruzeiro. Caderno especial A Guerra do Rio, p. 11, 26/11/2010

124) Capitão Nascimento. Coluna Merval Pereira, Editoria O País, p. 4, 26/11/2010

125) No ar e na terra. Coluna Panorama Econômico, Míriam Leitão. Editoria Economia, p. 30, 26/11/2010

126) População aplaude a passagem da tropa. Caderno especial A Guerra do Rio, p. 4, 26/11/2010

127) Imagens mostram fuga em massa. Caderno especial A Guerra do Rio, p. 3, 26/11/2010

128) A senhora liberdade abriu as asas sobre nós. Caderno especial A Guerra do Rio, p. 1, 29/11/2010

129) O Rio mostrou que é possível. Capa, 29/11/2010

130) "O governador não merecia um banho de sangue", Caderno especial A Guerra do Rio, p. 5, 29/11/2010

131) Na comunidade, alívio e esperança, Caderno especial A Guerra do Rio, p. 12, 29/11/2010

132) Ocupação em apenas uma hora, Caderno especial A Guerra do Rio, p. 2, 29/11/2010

133) Exército no Alemão por 7 meses, Editoria Rio, p. 14, 30/11/2010

134) Placas para identificar as ruas do Alemão. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 16, 3/12/2010

135) PM fará choque de ordem no Alemão. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 17, 8/12/2010

136) Uma ajuda para o bolso. A Guerra do Rio, Editoria Rio, p. 16, 8/12/2010

137) Ocupações já reduzem o roubo de veículos, Editoria Rio, p.17, 3/12/2010

138) Turistas visitam Alemão e tiram fotos com tanques, Editoria Rio

139) Cinema 3D contagia o alemão, Editoria Rio, p. 14, 25/12/2010

140) Festa anima sábado de paz no Complexo do Alemão, Editoria Rio, p. 15, 13/12/2010

141) Indústrias no embalo das UPPs. Favela Livre, Editoria Rio, 15/12/2010

142) Vida longa para as UPPs, Editoria Rio, p. 18, 22/12/2010